

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO TELES**

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA HISTÓRIA DE LUTA DA CONSTRUÇÃO DO  
ASSENTAMENTO DEZ DE ABRIL NO MUNICÍPIO DE CRATO-CE

SALVADOR

2023

Maria Fátima Araújo Teles

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA  
HISTÓRIA DE LUTA DA CONSTRUÇÃO DO  
ASSENTAMENTO DEZ DE ABRIL NO  
MUNICÍPIO DE CRATO-CE

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Faleiros Camargo Moreno

Salvador

2023

## Ficha Catalográfica

TELES, Maria Fátima Araújo

A participação das mulheres na história de luta da construção do assentamento dez de abril no município de Crato-CE./ Maria Fátima Araújo Teles. Salvador: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas: 279p.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientadora: Renata Faleiros Camargo Moreno

Maria Fátima Arújo Teles

A PARTICIPAÇÃO DAS  
MULHERES NA HISTÓRIA DE  
LUTA DA CONSTRUÇÃO DO  
ASSENTAMENTO DEZ DE ABRIL  
NO MUNICÍPIO DE CRATO-CE

Dissertação apresentada ao curso  
Maestría Estado, Gobierno y Políticas  
Públicas, Faculdade Latino-Americana  
de Ciências Sociais, Fundação Perseu  
Abramo, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do título de  
Magíster en Estado, Gobierno y  
Políticas Públicas.

Aprovada em 16 de dezembro de 2022

---

Profa. Dra. Renata Faleiros Camargo Moreno  
FLACSO Brasil/FPA

---

Profa. Dra. Gláucia Cristina Fraccaro  
UFSC / FLACSO Brasil/FPA

---

Profa. Ma. Sarah Luíza de Souza Moreira  
CPDA/UFRRJ

## SUMÁRIO

RESUMO.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
Capítulo 1. A História, o poder do patriarcado na História e as mulheres.....	7
1.1 A transição do Feudalismo para o Capitalismo e o impacto na vida das mulheres do campo.....	8
1.2. O feminismo e a luta das mulheres pelo direito de serem ouvidas, pelo direito de espaços, diante o capitalismo e o patriarcado.....	12
1.3. Feminismo no Brasil e a luta das mulheres camponesas.....	14
1.4. A importância de contar a história do Assentamento Dez de Abril pelas mulheres.....	27
Capítulo 2. As contendas pelo direito à terra, na guerra do Contestado; e a contribuição significativa das mulheres no entrelaçamento da luta, do trabalho e da fé, nas Comunidades de Canudos e do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.....	31
2.1. A conjuntura sociopolítica e econômica agrária no Brasil no final do século XIX.....	31
2.2. A luta pela terra como herança colonial no Brasil.....	35
2.3. A força das mulheres combativas em Canudos.....	38
2.4. As mulheres aguerridas do Contestado.....	48
2.5. A fé, os saberes e o labor como atividades no Caldeirão da Santa Cruz do Deserto no Cariri cearense.....	53
2.5.1. As mulheres na terra prometida: um sonho vivido no Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.....	57
2.5.2. Marias de ontem e de hoje, remanescentes e parentas dos (as) derradeiros (as) sobreviventes do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.....	60
2.6. Um Parque histórico para rememorar O Caldeirão: a romaria da Santa Cruz e a semana ecos do Caldeirão.....	73

2.7. As romarias ao caldeirão da santa cruz do deserto e sua importância como preservação da memória e da história da luta pela terra.....	76
Capítulo 3. A dimensão das ligas camponesas no embate pela terra, moradia, direitos da população trabalhadora do campo.....	80
3.1. A saudação da senhora Marieta para o sonho de justiça nas mãos de Julião .....	83
3.2. Mulheres que marcaram a História das Ligas Camponesas.....	83
3.3. Outra versão diferente da bandeira foi descartada.....	90
3.4. O Surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil.....	91
3.4 A Semeadura do MST e o Assentamento Dez de Abril como semente.....	93
Capítulo 4. Entre as memórias das mulheres pioneiras do Assentamento Dez De Abril.....	100
4.1. Entrevistada de n.º 01.....	112
4.2. Entrevistada de n.º 02.....	114
4.3. Entrevistada de n.º 03.....	117
4.4. Entrevistada de n.º 04.....	119
4.4.1. A primavera camponesa do Assentamento Dez Abril: Foi assim que a história começou.....	119
4.5. Entrevistada de n.º 07.....	120
4.6. Entrevistada de n.º 08.....	123
4.7. Entrevistada de n.º 09.....	125
4.8. Entrevistada de n.º 10.....	129
4.9. Entrevistada de n.º 11.....	130
4.10. Entrevistada de n.º 14.....	132
4.11. Entrevistada de n.º 15.....	134
4.12. Entrevistada de n.º 16.....	138
4.13. Entrevistada de n.º 17.....	139

4.14. Entrevistada de n.º 18.....	140
4.15. Entrevistada de n.º 19.....	142
4.16. Entrevistada de n.º 21.....	145
4.17. Entrevistada de n.º 22.....	146
4.18. Considerações Finais.....	148
Referências bibliográficas.....	152
APÊNDICE E ANEXOS.....	168

---

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Composição do Assentamento Dez de Abril.....	101
Tabela 2. Nota oficial dos prefeitos municipais da região do Cariri na ocupação da fazenda Caldeirão em 1991.....	101
Tabela 3. Entrevista com as mulheres assentadas e as suas respectivas respostas.....	109

---

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ACB	Associação Cristã de Base
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Ematerce	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FS	Força Sindical
LEC	Liga Eleitoral Católica
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MST	Movimento Sem Terra
MTD	Movimento dos trabalhadores desempregados
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PJMP	Pastoral de juventude do meio Popular
PSF	Posto de Saúde da Família
SUPRA	Superintendência da Política de Reforma Agrária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFB	Universidade Federal da Bahia
UOFT	União dos Operários em Fábricas de Tecidos
URCA	Universidade Regional do Cariri

## **DEDICATÓRIA**

*Esta dissertação é dedicada às mulheres do Assentamento Dez de Abril, especialmente às pioneiras da luta que estiveram na ocupação. É dedicada também às mulheres que viveram na Comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, às mulheres que viveram e lutaram na Guerra do Contestado, às mulheres que viveram e morreram em Canudos, à Margarida Maria Alves, à Marcha das Margaridas, à Marcha Mundial das Mulheres e à minha mãe, que viveu sua infância no campo junto às bisavós, avós e tias avós, primeiras tecelãs do município onde nasci e ainda hoje resido.*

## **Pertencimento**

*Se me perguntares de onde eu sou,*

*Não saberei ao certo dizer-te.*

*Mas, se perguntares onde estou, te direi.*

*Nasci numa região onde a floresta guarda sussuaranas, lobos guarás,  
tamanduás, caninanas e rastros de dinossauros. Moro num lugar que já foi mar e por  
isso traz em sua memória fósseis de variados peixes e insetos.*

*Nasci num lugar onde as águas das nascentes contam muitas histórias.  
A Chapada e Serras de onde eu moro lembram a força desse solo e a ele me  
sinto também pertencida.*

*Habito um lugar onde os mandacarus anunciam sabiamente as chuvas,  
presenteando a paisagem brotando flor e ainda nos ensinando que em meio a rudeza  
sempre terá a ternura. Cativar- se e cativar!*

*Eu estou aqui! No solapar dos ventos, no cantar dos passarinhos, nas matas  
verdinhas e no Sol escaldante desse nosso sertão.*

*Fátima Teles*

## **AGRADECIMENTOS**

A presente dissertação não teria sido consumada sem a contribuição relevante de algumas pessoas as quais cito aqui com imensa gratidão.

À Deus, pela força e coragem que habita em mim através dele; a Jesus Cristo por me conceder saúde e condições de estudar e pesquisar em campo mesmo em tempos mais lânguidos da pandemia da Covid-19; à Nossa Senhora pela sabedoria e proteção em todos os momentos de procrastinação por medo.

À Professora Orientadora Renata Faleiros Moreno (Tica Moreno), pela orientação, compreensão, incentivo, confiança, e acima de tudo pelo exemplo de sororidade. A Professora Tica me fez acreditar no feminismo na prática, segurando em minhas mãos mesmo distantes e reverenciando outras para o estudo.

Às Mulheres entrevistadas do Assentamento Dez de Abril, especialmente as primeiras que fizeram a História do Assentamento desde a luta no acampamento do Caldeirão. Salve todas elas e que sejam lembradas como referência de luta, resistência, conquista e vitória por toda a região.

Às mulheres remanescentes do Caldeirão que concederam entrevistas, aos pesquisadores, pesquisadoras, escritores e escritoras regionais.

Agradecimento especial à Mestra Ana Roberta Piancó, ao Mestre Judson Silva, ao Doutor e geógrafo Levi Sampaio e à Mestra Ohana Pajeú, pela disponibilidade em contribuir com suas dissertações e livros.

À Secretaria Municipal de Educação de Brejo Santo, que através do Plano de Cargos e Carreiras, reconhece o direito dos Professores e Professoras concursadas puderem qualificar-se.

Ao Secretário Municipal de Educação Jucelio Santos, gestão 2020, que tendo participado da Pastoral da Terra e dos movimentos sociais da Igreja, referenciou uma menina nascida no assentamento na época do acampamento, onde pude ir de encontro a ela.

À Secretária Municipal de Educação, gestão 2017 a 2019, Ana Jacqueline Braga, pelo incentivo e auxílio burocrático, quando deixei a Formação de Ciências Humanas do Ensino Fundamental II para ingressar no Mestrado.

À minha família por todos os momentos de compreensão, diante as horas dedicadas aos estudos e a ausência em alguns momentos caros para ela. Agradeço

especialmente pelo apoio e o amor de sempre. Mamãe, meu irmão Napoleão e Núbia (minha segunda mãe). Sem vocês eu nada seria!

Ao amigo e motorista Paulo Cardoso, que se disponibilizou a estar comigo nas idas e vindas ao Assentamento Dez de Abril, inclusive fotografando a paisagem do lugar e as pessoas entrevistadas, pela câmera do celular Samsung A-32.

Ao ex-aluno, Universitário do Curso de História da URCA e amigo Matheus Barbosa, que se dispôs a me ajudar numa ida ao Assentamento, nas leituras e debates.

À amiga e poetisa Silvinha França pela contribuição no envio de texto sobre Elizabeth Teixeira e no presente do livro sobre sindicalista paraibana Maria Preta.

À Universidade Leão Sampaio, através da Professora Ilsa Figueiredo, na Disciplina de Desenvolvimento de Comunidade, que nos levou, ainda em 2008, junto com a Coordenadora Márcia Teotônio e demais professoras e colegas do Curso de Serviço Social para conhecer o Assentamento Dez de Abril, onde me senti instigada a pesquisar a participação das mulheres na História de luta do lugar.

À Assistente Social e ex-professora Ilsa Figueiredo por ter me levado a conhecer os movimentos sociais brasileiros, especialmente o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, através de aulas e leituras, me incentivando a escrever artigos sobre esse movimento para levar aos Congressos de Serviço Social, assim como o Assentamento Dez de Abril.

À Assistente Social da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos, Angelina Anjos, pelo incentivo/empurrão para o referido Curso de Mestrado.

Aos colegas e às colegas do Curso que através da rede social WhatsApp, nos tornamos amigos e amigas que se ajudaram a chegar até aqui.

À Coordenação do Curso e aos professores e professoras, competentes e grandes profissionais. Vocês nos instigaram à leitura e à transformação do pensar.

À colega de mestrado e amiga Neilianny Oliveira, pelo apoio, incentivo, troca de ideias, parceria, ajuda, e por ter me trazido a revisora, sua irmã, a Doutora Luiza Elvira V. Oliveira.

À querida revisora Cleide Teles (Revisora ortográfica e gramatical).

Agradeço ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Brejo Santo e Presidente do Partido dos Trabalhadores em Brejo Santo, Cicero Antônio de Sousa, pela presteza no atendimento a minha filiação ao Partido dos Trabalhadores e a emissão da Carteira para que eu pudesse me inscrever no tão sonhado Mestrado.

## RESUMO

A valorização das mulheres contribui para o processo de protagonismo que elas buscam conquistar como sujeitos políticos, atuantes na tomada de decisões, na busca por direitos e dos espaços de fala, inclusive dos movimentos sociais. O Assentamento Dez de Abril localiza-se no município de Crato, Região do Cariri, sul do Ceará. A ocupação ocorreu em 1991, a partir de uma ação coletiva na luta pelo acesso à terra na área, onde, no início do Século XX, existiu uma comunidade cognominada de Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, que foi liderada pelo Beato José Lourenço, e a população que lá vivia exercia a prática do trabalho fraterno e coletivo, sendo exemplo e bandeira de luta frente às desigualdades econômicas e sociais da época. Destarte, o assentamento ocupou as terras do Caldeirão exatamente pela lembrança da luta pela terra, atrelada à fé e à partilha do trabalho comunitário e fraterno. Desta forma, este projeto tem como objetivo analisar e valorizar a participação das mulheres na história de luta da construção do Assentamento Dez de Abril, uma vez que a conquista da terra, teve na atuação delas a importância do pioneirismo na história do assentamento. O trabalho será dividido em duas etapas, na qual a primeira será a pesquisa bibliográfica, a fim de conhecer a problemática, a história do assentamento, assim como os saberes, os costumes e as individualidades entrelaçadas nesse universo diverso, que se uniu para vivenciar uma pertença comum a todas. A segunda etapa do trabalho se deu através do trabalho de campo com entrevistas realizadas no Assentamento Dez de Abril, objetivando conhecer de perto a realidade dessas mulheres que ali vivem e a história pelo qual elas e suas ancestrais passaram. Por meio dessa proximidade foi possível acompanhar como é o modo de vida, a rotina diária, o sentimento de apego ao lugar e as relações de gênero e poder. Foi possível ainda verificar a presença ou ausência de iniciativas do poder público para essas mulheres, como a ampla oferta de créditos rurais, para que elas possam gerar renda. A realização desse trabalho possibilitou conhecer essas mulheres, as suas histórias e vivências, suas lutas e conquistas, convergências, divergências, suscitando possibilidades de melhoria de qualidade de vida no assentamento, como por exemplo, a volta ou uma nova formação do grupo de mulheres, para o fortalecimento das mesmas e preservação da história das pioneiras, como inspiração de vida.

**Palavras-chave:** Assentamento, Caldeirão, feminismo, movimentos sociais, revoltas populares, trabalhadoras rurais

## INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres na luta pela sua emancipação, ou sua participação na sociedade, é milenar. As conquistas imprescindíveis e relevantes para o reconhecimento delas como sujeitos que constroem a sociedade, a civilização, junto aos homens. Destarte essas lutas e os embates custaram para algumas as suas próprias vidas. O percurso da literatura conectada às suas vidas é de extremo valor para a identidade delas, de suas origens, fortalecendo-as, uma vez que sempre estiveram na luta por igualdade de direitos.

Validar a luta pela terra a partir da participação das mulheres na história do Assentamento Dez de Abril é legitimar e honrar também cada trabalhadora do campo de nosso país, que no dizer da entrevistada dona Ana, sobrecarregada de afazeres, tendo que ‘dar de conta’ de casa e do trabalho, tem que despertar para a força feminista que há dentro de si, identificar-se, reconhecer-se, reverenciar-se e pronunciar “que no mundo que estamos hoje, nós somos as donas do mundo”.

É importante saber que a contribuição das mulheres é necessária em todos os âmbitos e áreas que compõem a sociedade brasileira, para a construção da Nação.

É por demais sabido que a subordinação das mulheres aos homens reflete uma clara hierarquização entre seus papéis na sociedade. As reformulações acerca do conceito de poder e das práticas da História política tornam-se substanciais para a escrita da História das mulheres e para a visibilidade deste sujeito, já que por intermédio da análise dos poderes cotidianos o espaço privado passa também a ser palco para os fatos históricos. Então, as relações que se sucedem neste espaço, sendo em sua maioria atuadas por mulheres, tornam-se dignas de serem reconhecidas, teorizadas e dissertadas.

Essa pesquisa se insere nessa trilha e tem como objeto o pioneirismo das mulheres no Assentamento Dez de Abril. O interesse em desenvolver esta pesquisa não é de ordem aleatória, mas de contatos anteriores com a comunidade, através da Universidade, ainda quando estudante do curso de Serviço Social chamou-me a atenção a coragem e a luta pioneira das mulheres em torno da terra, numa região machista, sexista e feminicida como a do Cariri cearense. A mobilização e participação delas na luta pela terra, como na determinação da procura de projetos para o bem viver do Assentamento Dez de Abril, deixou-me admirada, saí dali com o sonho de um dia escrever a história de participação delas nesse enfrentamento. Terminei por cursar uma

especialização em direitos humanos com uma pesquisa sobre o assentamento Dez de Abril, mas apenas bibliográfica, com uma abordagem educacional. Através deste trabalho pude retirar o sonho da gaveta e contar as experiências das mulheres assentadas, interligando-as com a importância histórica do assentamento. A experiência de mobilização das mulheres assentadas em torno da terra constitui-se como uma ruptura social de sua situação anterior (BRUMER & ANJOS, 2008), na qual abrangiam os aspectos de exclusão social, pobreza, violência patriarcal, exploração do trabalho latifundiário.

Saber da força das mulheres na travessia da vida, por uma luta que traz tantos desafios, impossibilidades e limites, vê-las falando paradoxalmente da dureza e da riqueza da terra, do chão que lhes acolhem e lhes alimentam, ouvir a Associação Cristã de Base (ACB) registrando o apoio em conjunto com outras associações para conseguirem projetos de açude e criação de animais, a partir do coletivo de mulheres, emocionou-me e me fez acreditar na força coletiva.

O despertar das mulheres em sua luta por igualdade de direitos é ancestral e remete à História desde os movimentos operários anteriores à revolução industrial, perpassando o período posterior à Revolução Francesa, analisando a mulher no processo de ter o reconhecimento de sua autonomia e capacidade, no papel exercido na sociedade em seus mais diversos aspectos. O relato histórico aprofunda-se de forma dialética e culmina na compreensão da importância da luta feminista, por reconhecimento, valorização, visibilidade, inclusive no campo, no prélio do direito constitucional à moradia, onde se situam as lutas por terras do Assentamento Dez de Abril.

Esta pesquisa é norteada pela análise do papel das mulheres no Assentamento Dez de Abril, a partir do estudo do universo das individualidades e das relações sociais, concernente a interligação e da compreensão dessas individualidades, na formação da comunidade, para os interesses do bem comum na fase de acampamento até a conquista do Assentamento e a moradia das famílias.

O Assentamento Dez de Abril é repleto de fatos e memórias extraordinárias da história do Ceará, com conotações simbólicas de resistência à região, principalmente por ser o primeiro assentamento do Cariri cearense, e que, a partir das ações do Movimento Sem Terra (MST), deu início a uma luta organizada pela reforma agrária no sul do estado (SILVA, 2010).

Falar de assentamentos rurais é falar de um espaço próprio e transformador, onde um grupo de pessoas começa a imprimir ali a sua marca e a estabelecer a sua

identidade a partir do contexto cultural que vinham trazendo, das experiências de vida individuais, modos de vida, costumes, até mesmo conhecimento da luta do Movimento Sem Terra, uma ou duas mulheres, das relações de trabalho.

Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo estudar a participação das mulheres na história de luta da construção do Assentamento Dez de Abril, para entender como ocorreu essa atuação e qual a sua importância para as gerações futuras. Contar as histórias deste assentamento, a partir da participação das mulheres, é recontar também o processo histórico das mulheres que vieram antes delas e por elas lutaram. A dissertação segue a seguinte estrutura:

O capítulo 1 aborda a história do feminismo. O capítulo 2 relaciona a formação de importantes comunidades independentes que vivenciaram o ideário de igualdade e fraternidade como Canudos, Século XIX, O Contestado, início do Século XX e O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, limiar do Século XX. Essas comunidades vivenciaram o enfrentamento às desigualdades sociais e econômicas através da luta pela terra, o trabalho e a fé. Todas elas passaram pelo messianismo religioso.

O capítulo 3 traz a relevância do surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste, do MST e dos Assentamentos para a luta camponesa no Brasil. O estudo leva à compreensão de que as Ligas foram a inspiração para o nascimento dos outros movimentos que se formaram para a conquista de um pedaço de chão para morar, plantar e viver. Os Assentamentos têm uma ligação direta com o MST, uma vez que algumas pessoas são advindas desse movimento. A formação política, apoio e orientação foram fundamentais para o processo de ocupação e continuam sendo importantes para a manutenção e prosseguimento da jornada.

O capítulo 4 é dedicado ao objeto da pesquisa, que trata da Participação das Mulheres na História de Luta do Assentamento Dez de Abril. Nessa fase final do trabalho, pudemos comprovar como se deu a luta pela terra, pelo pedaço de chão para residir e adquirir a renda econômica, assim como a conquista do primeiro assentamento do Município do Crato, no Cariri cearense, na afirmação de Damasceno Júnior *et al.* (2017).

O Assentamento Dez de Abril é também um dos mais antigos do estado do Ceará, conforme consta Rodrigues (2019).

### **Método de trabalho**

No método de trabalho houve uma divisão em duas etapas: na primeira trataram-se do percurso que envolveu a leitura e revisão bibliográfica, tendo sido fundamentada através dos autores e autoras os aspectos teóricos e conceituais que foram utilizados para analisar o objeto. Fez-se um levantamento de documentos existentes sobre a temática, incluindo atas, boletins e relatórios sobre a história do assentamento.

A pesquisa abordou a História de forma cronológica e contextualizada, perpassando pela participação das mulheres do campo, compreendendo assim, a luta do Movimento Sem Terra no Cariri cearense, analisando o contexto sociopolítico e religioso que envolveu o Caldeirão, até chegarmos à História de luta e construção do Assentamento dez de abril, com a relevante participação das mulheres. Podemos dizer que a própria materialidade histórica foi uma diferença, pois trabalhamos com a matéria viva, envolvendo também a observação de campo, uma vez que estivemos *in loco*.

No segundo momento, foram realizadas as entrevistas que compuseram a pesquisa de campo. As entrevistas efetivaram-se a partir de questionário semiestruturado, buscando recuperar a história de vida como método e suas referências. Além disso, a ida a campo culminou com outros registros como filmagens e fotografias.

Por meio dessa proximidade houve a possibilidade de acompanhar como é atualmente, o modo de vida, a rotina diária, o sentimento de pertencimento ao lugar e as relações de gênero.

Boni e Quaresma (2005) apresentam a entrevista como forma de coleta de dados subjetivos. Neste tipo de entrevista, pretendeu-se limitar o volume de informação para assim obter um melhor enfoque sobre o assunto e intervir para atingir os objetivos. Os tipos de entrevista incluíram a entrevista semiestruturada, que consistiu em um cenário de perguntas pré-concebidas, mas deu à entrevistadora a oportunidade de desenvolver novas perguntas.

As questões foram organizadas em três blocos, considerando os objetivos da pesquisa (APÊNDICE 1):

1. Informações relacionadas à assentada, núcleo familiar, compreendendo a origem, trajetória de vida e mobilização social;
2. Informações sobre a produção, suporte técnico, rotina diária das produtoras e os programas e grupos de cooperados/as,
3. Informações sobre a organização do assentamento que compreende a participação da mulher nos espaços coletivos, as dificuldades relacionadas ao gênero e as perspectivas futuras.

Os depoimentos tiveram registros em uma planilha do Excel, sendo utilizado um fichário individual impresso com o questionário respondido para alimentar o banco de dados das entrevistas. A atividade efetuou-se de forma privada e individual. As entrevistas sucederam de forma gravada e transcrita. Dessa maneira, analisou-se com profundidade a maneira como as questões pessoais estão relacionadas à participação feminina no assentamento.

As mulheres entrevistadas são todas assentadas que atuam ou atuaram como lideranças femininas que residem ou residiram no Assentamento Dez de Abril e participam ou participaram da organização de grupos de mulheres no assentamento. Algumas também fizeram ou fazem parte de instâncias do MST.

Após as entrevistas, implementou-se o processo de análise dos dados, que Bardin (1977) compreende em três fases: “a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação”.

Por etapas, a pré-análise consiste em um processo de organização do material, intuitivamente, de forma a promover uma familiarização da pesquisadora com o material a ser analisado, “que deve constituir um corpus para o desenvolvimento das fases seguintes da análise” (BARDIN, 1977).

Já a fase de exploração do material é a fase mais cansativa da análise, pois nesta fase, “ao/à pesquisador/a são atribuídas as tarefas de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”, como aduz Bardin (1977), para que os dados sejam então transformados em unidades de análise.

Por fim, após as fases anteriores, passou-se à fase de tratamento dos dados, inferência e interpretação, na qual se estipulou como unidade de contexto o tema, pois, segundo Bardin (1977), “este é utilizado para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças e tendências, como é o caso desta pesquisa”.

As entrevistadas foram informadas dos métodos de pesquisa e preencheram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Os dados coletados na pesquisa de campo estiveram armazenados de forma segura pela pesquisadora e sua utilização se deu apenas para essa pesquisa, não sendo compartilhado com terceiros. As entrevistadas tiveram garantido seu anonimato.

## Capítulo 1. A História, o poder do patriarcado na História e as mulheres

*“E o mundo vai ver uma flor  
Brotar do impossível chão”.*

Compositores: Joseph Darion, Coelho Pereira Ruy Guerra, Mitch Leigh, Chico Buarque (intérprete: Maria Bethânia, 1974).

A participação das mulheres na História é efetiva e milenar. Desde as primeiras civilizações, as mulheres lutaram e se fizeram representadas na construção das sociedades. No entanto, o que se sabe sobre a força das mulheres? Quem contou ao longo dos séculos a história das mulheres? Como contou? Em quais papéis foram inseridas além daqueles que lhes foram dados, como os de frágil, prendada, “para se casar” e “do lar”. Quando detêm poderes, são hostilizadas, se são autênticas, passam a serem discriminadas e, caso sejam inteligentes e independentes, tornam-se amedrontadoras, ameaçadoras e sentenciadas a viverem na solidão ou exclusão imposta pelos padrões ditados da sociedade.

Falar das mulheres em termos de esforços, projetos, rebeldia, busca de mudanças e de tudo relacionado à sua existência, não é apenas pelo desejo de ver a sua condição histórica ser reconstruída econômica, social e culturalmente. Trata-se de presumir a posição de ascendência inferiorizada e indignar-se com o fato de metade da humanidade ter sido excluída por milênios em diferentes sociedades ao longo do tempo (TELES, 1993).

Como afirma Simone de Beauvoir (1949 *apud* TELES, 1993) “não se nasce mulher, torna-se mulher”. O “masculino” e o “feminino” são criações da cultura, aprendidos por meio de processos de socialização que ajustam discriminadamente o gênero para desempenhar determinadas funções sociais. Apesar de ser um processo social, o desequilíbrio de poder entre homens e mulheres é tido como “natural”. Portanto, as meninas aprendem a serem doces, obedientes, passivas, altruístas e dependentes. Os meninos aprendem a serem agressivos, competitivos, ativos e independentes. Como se tais qualidades fossem parte de sua própria “natureza”. Da mesma forma, as mulheres portadas como emocionais, sentimentais e geralmente incapazes de abstrair a ciência ou a vida intelectual, enquanto, a “natureza” masculina promoveria a racionalidade (NAPOLI, 1994).

Para serem aceitas e conviverem com a sociedade, elas devem ser oprimidas e manipuláveis, para serem vistas então como boas mulheres. Essa é a sociedade onde vivem e que milenarmente as mulheres vêm tentando quebrar os paradigmas e o patriarcado, que aliado ao capitalismo não as querem livres e protagonistas de sua própria história, nem reconhecer a importância delas, como mais um gênero pensante e que podem conduzir não só a família, mas a si mesmas e a sociedade em que estão inseridas.

A historiografia fez a sua caminhada com vozes masculinas seguindo os ditames do patriarcado, deixando as mulheres ocultas ou invisibilizadas. Apenas em meados do século XX, as mulheres foram adentrando a área da História para contá-la a partir de seus olhares, percepções e pesquisas científicas (FECLESC, 2010). Essa inserção das mulheres nas Ciências Humanas alterou, e ainda transmuta, como as mulheres na contemporaneidade são contadas na História, as variadas contribuições delas, nas mais diversas situações e decisões que impactaram e ainda impactam, visando a transformação da política, da educação, do campo, do mundo em sua volta e da própria sociedade, através dos seus poderes revolucionários, como agentes sociais e políticos.

De acordo com Teles (1993, p. 09) “ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer”. Uma ideologia patriarcal e sexista negou às mulheres seu pleno desenvolvimento, omitindo sua contribuição histórica. As mulheres não são apenas metade da população, elas são as mães de toda a humanidade. Um ser social, forte, capaz, criativo e inovador.

### **1.1 A transição do Feudalismo para o Capitalismo e o impacto na vida das mulheres do campo**

*Em 1919, a revolucionária Rosa de Luxemburgo foi assassinada em Berlim.  
Ela foi arrebatada a coronhadas de fuzil pelos assassinos, e depois jogada nas  
águas de um canal.*

*No caminho, perdeu um sapato.*

*Alguém recolheu esse sapato, jogado no barro.*

*Rosa queria um mundo onde a justiça não fosse sacrificada em nome da  
liberdade, nem a liberdade sacrificada em nome da justiça.*

*Todos os dias, alguém recolhe essa bandeira.*

*Jogada no barro, como o sapato.*

*MULHERES*

*(Eduardo Galeano, 2015)*

A transição do feudalismo para o capitalismo foi um momento de grande luta, pois os agricultores e as agricultoras foram expulsos e expulsas das terras comunais e perderam a posse de suas ferramentas de trabalho. A luta foi dirigida contra os senhores feudais donos das terras, comerciantes e a Igreja Católica, que detinha o poder político. Os homens e as mulheres do campo deixaram de ser guiados (as) pelo sol ou a lua, para saber quando produzir. Começaram a ser guiados (as) pelo tempo do relógio, tornaram-se metaforicamente máquinas, sendo vistos (as) como tal. Os agricultores e as agricultoras tornaram-se trabalhadores (as) controlados (as) pelo aparato mecânico da indústria.

Na época feudal, as mulheres tinham direito à terra e trabalhavam como camponesas, parteiras e curandeiras. Elas controlavam seu corpo e gozavam de autonomia, então a condição da mulher era diferente, mas com essa transição, as terras ficaram sob o controle dos senhores feudais. Com o advento do capitalismo, suas terras foram açambarcadas, ficando às mulheres à mercê de seus direitos, sendo obrigadas a mudarem para a cidade.

Para Federici (2017), a força de trabalho tornou-se mão de obra barata, principalmente para as mulheres, pois suas tarefas eram percebidas como um produto ofertado para o mercado. Elas praticamente ficaram sem o trabalho assalariado. A separação das trabalhadoras e os meios de produção com os quais elas se utilizavam para a produção e a criação de relações monetárias que passaram a dominar a vida econômica, acarretou baixos pagamentos pelos trabalhos realizados, o aumento de preços dos alimentos, do custo de vida, trazendo como consequência o surgimento da pauperização da classe operária ou trabalhadora.

A caça às bruxas foi uma estratégia política para a construção de uma nova sociedade, baseada na ordem patriarcal. As mulheres que detinham conhecimentos de ervas medicinais como as benzedeiras e curandeiras foram execradas. A nova ordem delegava uma medicina que estivesse longe do alcance das camadas populares. Sendo assim, as mais diversas mulheres foram estigmatizadas de bruxas e levadas à fogueira, numa tentativa de rebaixamento e desmoralização à condição de mulher, como forma de trazê-la para a submissão masculina do poder patriarcal.

Durante toda a campanha da caça às bruxas, as mulheres que mais sofreram foram as camponesas, pobres e negras. As novas leis criadas demonizavam a relação entre mulheres brancas e homens negros. Caso eles viessem a ter filhos, esses seriam escravizados por toda a existência. Tudo isso aconteceu junto à institucionalização do racismo que escravizou milhares de negros nas colônias onde se explorava a cana-de-açúcar. Homens e mulheres eram explorados, torturados para atenderem aos imperativos do sistema político e econômico (VALLE, 2018). Na atualidade, a caça às bruxas continua em voga, na perseguição ao feminismo, à população negra e aos mais diversos movimentos sociais.

As mudanças ocorridas do final do Feudalismo para o mundo pré-capitalista foram drásticas, pois nelas estão incluídos o fim da manufatura e o início da indústria fabril. Os camponeses e as camponesas deixaram de serem donos e donas de seus trabalhos para tornarem-se operários e operárias na cidade. As mulheres sofreram muito com essas transformações, tanto na revolução industrial como na pós-revolução francesa, na Comuna de Paris. O progresso trazendo avanços à custa da exploração de trabalhadores e trabalhadoras saídos (as) do campo, as péssimas condições de trabalho, os salários vis, os assédios sexuais por parte dos patrões, tudo isso trouxe consequências, problemas sociais, como o alcoolismo, a violência doméstica, a prostituição forçada. Porém, esses conflitos sociais, as indignações e revoltas fizeram surgir a questão social, a luta de classes, diante a dicotomia do capital/trabalho, interesses distintos, e esse processo de décadas de lutas por direitos, culminou com a abertura de sindicatos que, conseqüentemente, favoreceu ao longo do tempo para a conquista dos direitos das mulheres.

Embora os princípios do direito romano não tenham sido reintroduzidos no primeiro século da Idade Média (a partir do século XIII), as mulheres gozavam de certos direitos garantidos pela lei e pelos costumes. Isso dá acesso a quase todas as profissões, bem como às leis de propriedade e herança. Quando se trata de atividade política, há o exemplo de que as mulheres de classes mais favorecidas tinham o direito ao voto e na participação do parlamento. Em Bigorre (França), o sufrágio universal existe desde o século XI, e as mulheres participavam da discussão dos contratos comunitários como proprietárias (ALVES & PITANGUY, 2017).

As mulheres se concentravam principalmente em atividades consideradas “femininas”, como tecelagem, costura e bordado, mas há registros de mulheres engajadas em trabalhos ditos “masculinos”, como serralheiras e marceneiras. Elas

participavam do comércio com seus maridos e muitas vezes continuavam comerciantes após a morte de seus esposos. A tecelagem, dominada pelas mulheres, era muitas vezes um complemento necessário para sua principal fonte de renda ou orçamento doméstico. Elas também podiam exercer direitos patrimoniais, por isso não era incomum que as herdeiras controlassem seus rendimentos mesmo quando casadas. Mulheres empregadas, comerciantes ou que exerciam outras profissões, aparecem nos registros históricos, nos arquivos de corporações de empresas e nos registros administrativos, independentemente do estado civil (idem).

Na Idade Média, as mulheres eram ativas em quase todas as profissões, mas desde o Renascimento, certas atividades gradualmente se tornaram território dos homens, ao mesmo tempo em que as Corporações de Ofício se fecharam para as mulheres. O trabalho dos homens é valorizado como ferramenta para transformar o mundo.

O feminismo desde a primeira expressão da mulher francesa como sujeito político, em 1789, confirmou sua posição como um movimento social que se desenvolve rompendo com os mecanismos que perpetuam a desigualdade social e estruturam os pilares do regime patriarcal capitalista moderno (GURGEL, 2010).

Questionar mitos científicos sobre a suposta essência, maternidade, corpo e sexualidade foi a base da legitimidade da mudança libertadora (RAGO, 2010).

Em 8 de março de 1857, trabalhadoras da indústria têxtil em Nova York marcharam pela cidade protestando contra os baixos salários e exigindo 12 horas de trabalho. Muitas foram presas e feridas após serem severamente reprimidas pela polícia. Cinquenta e um anos depois, em 8 de março de 1908, as trabalhadoras foram novamente às ruas da cidade de Nova York para denunciar as mesmas condições precárias de trabalho e reivindicar a lei de proteção das trabalhadoras menores de idade e o direito de voto para as mulheres, acrescentando ainda outras pautas na luta contra a exclusão da participação das mulheres nas decisões públicas como cidadãs (idem).

Na França, as mulheres que participaram ativamente com os homens no curso revolucionário não viram a conquista política se estender ao seu gênero. Nesse momento histórico, o feminismo se caracteriza pela prática da ação política organizada (MORIN, 2014). O movimento feminista francês adotou um discurso próprio, reivindicando direitos civis diante dos obstáculos que os impedem e afirmando as peculiaridades das lutas das mulheres. Revolucionárias francesas se dirigiram ao parlamento e pediram a abolição do sistema legal que coloca o gênero das mulheres sob

o controle masculino, exigindo uma mudança na lei matrimonial que tinha uma espécie de tirania incompatível com os princípios gerais da Revolução Francesa, pois confere ao marido o direito absoluto à vida, ao corpo e aos bens de sua esposa (ALVES & PITANGUY, 2017).

Em uma batalha constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras quebraram o silêncio e refletiram suas reivindicações aos olhos do público. A evolução da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras conecta homens e mulheres às organizações sindicais. As mulheres participaram de greves e como eles, tornaram-se vítimas da opressão e exploração capitalista. No entanto, as mulheres sofreram também nesse momento junto aos homens enquanto classe trabalhadora, e secularmente vem no processo de emancipação. Passado e presente, a questão do poder, está no centro da relação entre homens e mulheres (PERROT, 2017).

Perrot (2017, p. 168) descreve que a história foi escrita por homens:

(...) O ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou mental, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da pequena história, meras coadjuvantes da História!

No mesmo sentido, Teles (1993, p. 11), cita a frase que Simone de Beauvoir referenciou em 1949: "Toda a história das mulheres foi escrita por homens" Isso nos faz compreender que as histórias das mulheres contadas pelos homens são suspeitas ou tendenciosas, porque elas são vistas pela forma como eles analisam o mundo.

## **1.2. O feminismo e a luta das mulheres pelo direito de serem ouvidas, pelo direito de espaços, diante o capitalismo e o patriarcado.**

*“Aos pés do cadafalso, Olympia perguntou:*

*- Se nós mulheres, estamos capacitadas para subir até a guilhotina, por que não podemos subir até as tribunas públicas?”*

*MULHERES*

(Eduardo Galeano, 2015)

A inserção da mulher no mercado de trabalho é fruto dos processos rurais e do patriarcado europeu na produção econômica, nas relações culturais e sociais. Falando sobre o feminismo na França, Perrot (2017) disse que a palavra poder é masculino em sua conotação política. Dessa forma, o Estado é determinante em termos de poder.

Conforme definido de modo amplo por Teles (1993, p.10):

O feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.

É um movimento que contribui para que as mulheres conheçam o seu poder enquanto sujeito de direitos e o exerçam. Despertem e descubram o seu papel na sociedade em que estão inseridas, ressignificando as suas vidas, ocupando também os espaços que são seus por direitos e que sempre lhe foram negados pelo patriarcado. O feminismo, filosoficamente falando, e a caverna provoca outro olhar, que faz vislumbrar outra paisagem, numa viagem dentro de si, através do movimento político, instigado pela leitura, pelo próprio movimento nas ruas, pelos debates, possibilita à mulher, às mulheres, a transformação do pensar, para ação de tornar-se, tornarem-se.

Para Alves e Pitanguy (2017, p.7):

É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias.

O feminismo, interligado à Democracia e às liberdades é um processo vigilante, que é necessário a construção cotidiana de formação continuada, de leituras atualizadas, de participação no movimento, nas ruas, no parlamento, no trabalho, nas assembleias, nas instituições, debatendo, unindo, divergindo, mas acima de tudo tendo a consciência do que une a todas, que é o feminismo, que liberta todas e por ele lutar.

### **1.3. Feminismo no Brasil e a luta das mulheres camponesas**

*A quem veio antes de nós  
Devemos ter gratidão  
Foram elas que lutaram  
Não deixaram a luta em vão*

Considerando a importância das reivindicações do movimento feminista, pesquisadores e, principalmente, pesquisadoras buscam contar a história das mulheres no Brasil e contribuem efetivamente para a restauração de suas identidades. Essa reconstrução histórica enfrenta dificuldades devido à natureza elitista e injusta da sociedade brasileira. Mulheres que protagonizaram movimentos sociais como a luta pela reforma agrária, pelo direito à moradia, pela inclusão dos direitos das trabalhadoras rurais e não puderam escrever sua própria história (TELES, 1993 p. 12).

Quando as mulheres passaram a fazer parte das preocupações dos historiadores? Em qual momento as vozes femininas passaram a ser ouvidas? Silva (2008) considera que, para alguns, a resposta se encontra nas transformações trazidas pela Escola dos *Annales*<sup>1</sup>; já outros creditam que essa inclusão foi devido à própria mudança científica e tecnológica; outros, ainda, apontam a contribuição do movimento feminista. Para Bruschini e Unbahaum (2002), o aumento de mulheres nas universidades também foi um fator importante para o aumento das discussões e das pesquisas sobre as mulheres, pois com o aumento das pesquisadoras passou-se a ter interesse por estudar sua própria realidade.

Maria Amélia de Almeida Teles (1993) descreve a participação das mulheres de diversas posições, desde aquelas de destaque histórico até as que lutaram, mas ficaram invisibilizadas, a partir da invasão europeia no Brasil, que a história ainda utiliza o nome de “descobrimento”.

De um lado mulheres escravocratas apoiando os esposos na escravização da população indígena e negra. De outro lado, mulheres engajadas com as minorias. Segundo Teles (1993), as mulheres ricas ou pobres que estiveram no embate de seus interesses, em suas próprias trincheiras e não se deixaram manipular, foram esquecidas pela história oficial e cognominadas de loucas ou prostitutas. É assim que a sociedade julga quem não consegue se deixar submeter-se aos seus padrões. É importante salientar que o enfrentamento para as mulheres menos favorecidas era bem mais difícil, pois a força que se voltava para elas era mais coercitiva.

---

<sup>1</sup> Escola dos *Annales* foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História.

A autora cita algumas mulheres que ficaram violentadas, coibidas, como Chica da Silva, mulher negra escravizada e alforriada, vindo a tornar-se a mulher mais rica do Arraial de Tijuco em Minas Gerais. Dona Beja, tida pela sociedade de seu tempo como uma mulher sedutora, e por conta da hostilidade em que fora tratada, empreendeu a Chácara do Jatobá, em Araxá, Minas Gerais.

Teles (1993) informa que Aqualtune, mulher negra do continente africano, filha do Rei Congo, liderou mil guerrilheiros na defesa do reinado de seu pai. Perdida a guerra, ela chegou ao Brasil pelo tráfico negreiro, foi escravizada, mas fugiu, tornando-se, com outras mulheres, fundadora do famoso Quilombo de Palmares, em Pernambuco, entre 1630 e 1694. Durante seis anos, o quilombo foi muito bem estruturado e refúgio para pessoas negras e indígenas fugidas da escravização no período colonial brasileiro. Aqualtune foi avó de Zumbi dos Palmares. Dandara, companheira de Zumbi, foi outra mulher destemida desse Quilombo, tanto que preferiu suicidar-se para não se entregar aos portugueses, quando da invasão do Quilombo. Dandara não queria voltar a ser escravizada.

Filipa Aranha foi líder de um Quilombo no Estado do Pará. Por vinte anos o Quilombo de Quariterê, no Estado do Mato Grosso, foi liderado por Tereza de Quariterê, mais conhecida por Tereza de Benguela.

No início do Século XIX, uma africana de origem nagô, Zeferina, mulher negra, liderou no Estado da Bahia os negros que lutavam para defenderem-se dos capitães do mato no Quilombo do Urubu. Ela utilizou o arco e a flecha, veio a ser derrotada pelas tropas inimigas e continuou com a postura de líder sem deixar sucumbir a sua força.

Das classes mais abastadas, a autora Maria Amélia de Almeida Teles (1993. p. 22 e 23) cita ainda “mulheres que sabiam administrar as propriedades de terras, os negócios de interesse dos maridos, como Ana Pimentel, esposa do donatário de terras Martim Afonso de Sousa”. Na volta de Martim para Portugal, Ana ocupou o espaço de procuradora de seu esposo. No entanto, abandonou o luxo e se dedicou à administração dos negócios e a política.

Ela doou um pedaço de terra a Brás Cubas, mandou construir uma casa para hospedar os homens do mar. Em 1544, contrariando ordens do marido, franqueou aos colonos o acesso ao planalto, que possuía terras férteis e clima melhor que o litoral vicentino. Fez plantar laranjeiras, para combater o escorbuto, e introduziu o cultivo do arroz e do trigo e a criação de gado (TELES, 1993, p. 23)

A senhora Brites de Albuquerque assumiu por anos a administração da capitania de Pernambuco. Ela foi esposa do donatário Duarte Pereira Coelho.

A professora Leolinda Daltro fundou o Partido Republicano das Mulheres, no Rio de Janeiro, com o objetivo de reviver o debate sobre o sufrágio feminino na Assembleia Nacional. Bertha Lutz, em 1919, cria a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, posteriormente denominada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que levou adiante a luta pelo sufrágio. Bertha Lutz foi uma renomada bióloga e cientista que estudou no exterior, retornando ao Brasil na década de 1910, para iniciar a batalha pelo direito ao voto (PINTO, 2010).

Junto com Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura havia fundado a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que figurou como uma das organizações que davam sustentação para a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Poucos anos depois, sem convicção na organização política que tinha vivido Moura se afastou das trincheiras da disputa dizendo-se livre de igrejas e livre de muletas reforçando até mesmo individualismo quando se acreditava livre também de contradições: “Não sou do progresso feminino pró-votos da senhorita Bertha Lutz e nem do bando militarizado e catequista da professora Daltro. Voto? Nem secreto, nem masculino, nem feminino...”

“Me sinto livre para respirar no campo aberto do meu individualismo reivindicando o dever de ser humana” (FRACCARO, 2018, p. 18).

No Bairro fabril do Brás, em São Paulo, mulheres trabalhadoras também lutavam para que os direitos das operárias pudessem ser garantidos, se faziam presentes nos movimentos organizativos de greve, para que pudessem conquistar melhores condições de trabalho, tendo como pauta imprescindível a diminuição do total de horas trabalhadas que chegavam até dezesseis por dia. A luta também se configurava na melhoria das relações de trabalho.

O retrato dessas relações foi escrito por Patrícia Galvão, Pagu, escritora modernista e partidária do Comunismo. Em seu livro “Parque Industrial” um romance de 1933, ela descreve a situação excludente em que vive a classe trabalhadora de São Paulo, que ela intitula de “O maior Centro Industrial da América do Sul”. O romance, mesmo sendo uma obra de ficção, aponta traços verídicos das relações de trabalho e da sociedade da cidade das fábricas, assim como das condições da classe que vivia do trabalho, nos anos 30 do Século XX. A literatura sempre teve um papel preponderante de mostrar a história para compreensão das sociedades. A própria Patrícia Galvão, foi

hostilizada dentro de seu partido político. A direção decidiu por “deixá-la à margem”, que permanecesse apenas escrevendo. De acordo com Augusto de Campos, o Partido a considerava “agitadora individual, sensacionalista e inexperiente”. Por esse motivo ela utilizou nesse romance o pseudônimo de Mara Lobo (CAMPOS, 1982 *apud* FRACCARO, 2018, p. 11).

É notório lembrar que o Brasil é um dos pioneiros latino-americanos na elaboração de uma Lei que garantiu às mulheres o direito de voto. Segundo Maria Zina Abreu:

As sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhorariam até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim (ABREU, 2002, p. 460).

O direito de voto foi conquistado gradativamente no país. Em 1927, Bertha Lutz levou um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Lamartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro, por Getúlio Vargas, Presidente na época, que anunciou o direito de voto para as mulheres por lei. Essa lei veio a favorecer uma pausa ao movimento feminista que tinha como prioridade a pauta do voto feminino. Pois elas lutavam pelo direito do voto e tiveram o seu objetivo alcançado (PINTO, 2010; ALVES & PITANGUY, 2017).

Nos anos de 30, bem em seu início, na efervescência do movimento sindical, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), liderados por José Righetti, reuniu em greve um total de 15 mil trabalhadores/as. Essa organização tinha respaldo e notoriedade (ARAÚJO, 1998, *apud* FRACCARO, 2018).

Segue um trecho de seu documento:

Tendo em conta ainda que nas seções de tecelagem só aceitam mulheres, contribuindo desta forma para avolumar cada vez mais o número de homens desempregados, oferecendo, assim, um espetáculo ao mesmo tempo ridículo, vergonhoso e revoltante: o de ver a mulher na fábrica e o marido em casa, cuidando dos serviços domésticos e levar as crianças ao portão das fábricas para serem amamentadas (FRACCARO, 2018, p. 13).

Uma jovem aguerrida tecelã, por nome de Rachel Pilar veio trabalhar em São Paulo, na fábrica Jafer, conforme Fraccaro (2018). A jovem comunista logo foi demitida

por faltas no trabalho. No mesmo período da chegada de Rachel Pilar em São Paulo, a União dos Operários em Fábricas de Tecido, passou a convidar aliados para debaterem uma pauta importante que intranquilizava a UOFT, que era a inserção nas fábricas das mulheres e crianças em substituição aos homens. Panfletos também foram soltos na cidade divulgando a opressão, os sofrimentos em que estavam submetidas as mulheres e as crianças, para a sociedade tomar conhecimento.

O programa geral incorporou a necessidade da luta revolucionária “independente da conquista de reivindicar - Uma história social do feminismo – Diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937) e inseriu no pleito: licença de um mês após o parto, com vencimentos, cumprimento integral da lei de férias e da jornada de oito horas e “salário igual, para trabalho igual”<sup>12</sup>. Até 1932, a entidade havia se posicionado pouco sobre as diferenças entre homens e mulheres nas relações de trabalho das fábricas, mas durante seus esforços para organizar uma tabela unificada de preços para a manufatura de tecidos, recomendou que ela fosse confeccionada de forma a pagar “igual preço para igual tecido”, porque a diferença de valores variava entre 20% e 50% na remuneração de homens e mulheres (FRACCARO, 2018, p. 7-8).

Fraccaro (2018) prossegue informando que Rachel Pilar e Tarsila do Amaral, ambas do Partido Comunista Brasileiro, participaram de uma reunião no Uruguai, contra a Guerra. Rachel trouxe panfletos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), atualmente Rússia, expondo os mesmos problemas de relações de trabalho, exploração da jornada de trabalho das trabalhadoras domésticas de Montevideú, Capital do Uruguai.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve uma relevante influência e atuação no movimento feminista no embate para a emancipação das mulheres em suas mais diferentes áreas. A contribuição foi tamanha que o Partido sugeriu a data de 08 de março ser dedicada para uma “jornada de lutas das mulheres” (FRACCARO, 2018, p. 09).

Iveta Ribeiro, segundo Fraccaro (2018, p. 12), era uma das editoras da Revista Feminina e, como era católica, trazia temas feministas dentro da perspectiva católica, dando ênfase ao “verdadeiro feminismo”, de forma conservadora. Corroborava em partes com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. O Jornal do Povo<sup>2</sup> a via dessa forma:

---

<sup>2</sup> Fonte: Jornal do povo, 12 de out 1934, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/6cdfef0-6f85-4655-8145-c0f9cf665306/content>

Nós desejaríamos que essas cretinas que ainda dividem a humanidade em machos e fêmeas, e não em explorados e exploradores, nós desejaríamos que elas nos dissessem o que é que as mulheres – não as “damas” – têm lucrado com a atividade das Bertha Lutz (FRACCARO, 2018, p. 12).

Patrícia Galvão era colunista do Jornal “O Homem do Povo” e sua coluna era “A Mulher do Povo”, onde comumente fazia críticas às integrantes da FBPF, que tinha como uma das integrantes, Bertha Lutz. Patrícia era contra o grupo buscar homens para serem aliados políticos no Parlamento para o voto sufragista brasileiro. Já a União Feminina do Brasil, ligada ao Partido Comunista, que tinha como uma das associadas, Patrícia Galvão, aceitavam homens como contribuintes da organização. Essa participação dos homens era alvo de críticas também por parte de Bertha Lutz à Universidade Federal da Bahia (UFB) (FRECCARO, 2018, p. 14-15).

Destarte compreender que a constituição do feminismo no Brasil perpassou e ainda perpassa por diferentes formas de pensamentos e pautas nos grupos diversos de mulheres, como um território político divergente do próprio feminismo, enquanto processo e projeto de emancipação.

As lutas foram atravessadas por discrepâncias de pensamentos, na busca pelos mesmos objetivos de direitos políticos, sociais, trabalhistas, justiça e liberdade.

Simone de Beauvoir lançou o livro “O segundo sexo” pela primeira vez em 1949 com as bases para um novo pensar sobre o feminismo.

No Brasil, no início da década de 1960, teve uma dinâmica diferente do resto do mundo. O país estava vivenciando uma crise de ordem política. Jânio Quadros renunciara após uma vitória esmagadora. Chegou ao poder abraçando um sistema parlamentar para evitar um golpe. O ano de 1963 foi marcado por uma visão futurista promissora para a classe trabalhadora, com as reformas de base do governo João Goulart.

Nas reformas de base do Governo do Presidente João Goulart, a Reforma Agrária estava incluída, conforme descrito por Deere (2004, p. 178):

(...) foi aprovada a primeira legislação trabalhista que estendia aos trabalhadores rurais muitos dos direitos e privilégios dos trabalhadores urbanos, incluindo o direito de se organizar em sindicatos. Além disso, um instituto de reforma agrária foi criado e foi introduzida uma legislação definindo quais terras poderiam ser expropriadas para a proposta da reforma agrária. Essas medidas foram suficientes para provocar um golpe militar em 1964, introduzindo 21 anos de regime militar.

Em 1964, ocorreu o golpe de estado militar, seguindo o processo no decorrer dos anos, mas em 1968, Ato Institucional 5.º (AI-5) transformou o País numa ditadura ainda maior (PINTO, 2010).

“Concomitantemente a essa situação política, crescia de forma acelerada o desenvolvimento capitalista, multiplicando-se as indústrias, aumentando a exploração do trabalho da classe operária. Transfere-se, de maneira abrupta e violenta, um grande contingente rural para os centros urbanos” (TELES, 1993 p. 57).

Os latifúndios tornaram-se cada vez mais concentrados. Dois terços da população brasileira que vivia em áreas rurais até o golpe de 1964 se viu obrigada a deixar suas terras, mudando-se para os grandes centros, através do êxodo rural. O operariado vivia em uma situação caótica nas cidades, com salários ínfimos e condições de vida precárias, a classe operária passou a ser mais explorada para a expansão do capitalismo industrial (BRAGA, 2015). As capitais dos estados passaram a grandes metrópoles sem infraestrutura adequada para acomodar a quantidade de pessoas provindas do êxodo rural buscando sobrevivência. Nesse período aumentou de forma acelerada o processo de favelização (que já tinha iniciado desde a libertação das pessoas escravizadas, em 1888, Proclamação da República, em 1889), com grande aumento da miséria, violência e criminalidade nas cidades. As escolas foram adaptadas para o ensino técnico, para suprir a rápida demanda por mão de obra especializada para o mercado industrial em expansão (idem). Esse ensino preparava homens e mulheres para atenderem ao capitalismo, tolhendo-lhes o direito de consciência política.

No cenário político da ditadura militar, muitos movimentos se formaram ou fortaleceram-se contra o sistema imposto e a favor da liberdade e da democracia, que eram cruciais. Dessa forma, as mulheres foram pioneiras naquele momento histórico de luta contra a ditadura militar brasileira, buscando encontrar os familiares desaparecidos e amigos presos políticos. Outras mulheres começaram a participar de organizações clandestinas contra a ditadura.

Para Heloisa Buarque de Hollanda (1994), o feminismo tornou-se uma crítica presente política inovadora e poderosa no campo acadêmico somente na década de 1970. Segundo Pinto (2010, p. 16), “foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970”.

Com o surgimento de novos temas, novos objetos e questionamentos, principalmente na década de 1970, as mulheres que inicialmente se interessavam profundamente pela resistência social e dominação política passaram a ampliar e incorporar novos debates e temáticas feministas, tais como: feitiçaria, prostituição, loucura, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade e emoções. Conhecer a história por trás desses assuntos tornou-se relevante para se entender as práticas sociais das mulheres, a luta feminista pela autonomia, e igualdade de direitos.

Diante dessa situação, o movimento feminista levantou a seguinte bandeira de luta: igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e no desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências profissionais. Todas essas bandeiras fazem parte do processo de conscientização das mulheres sobre seu valor e a necessidade de se estabelecerem como agentes de emancipação (ALVES & PITANGUY, 2017).

A inclusão das mulheres na luta armada foi fruto de pressão política das próprias mulheres, que já vinham discutindo acirradamente sobre sua entrada nessas organizações de esquerda. No entanto, o modelo masculino era considerado ideal para a guerra, e as lideranças masculinas não estavam dispostos a discutirem questões femininas (TELES, 1993). Na estratégia militar, era dever das mulheres assumir as funções de vigilância, coleta de informações e preparação do apoio logístico. Os cargos de chefia e comando ficavam para os homens.

Em 1972, foi realizado um evento para apontar a história e as contradições do feminismo brasileiro: um congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros. Foi a primeira conferência de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, de caráter quase privado, o que seria uma marca do novo feminismo brasileiro (PINTO, 2003).

O 1.º Encontro de Mulheres do Rio de Janeiro, realizado em junho de 1975, composto de debates, festas e outras atividades culturais, deu origem à formação do Centro da Mulher Brasileira (TELES, 1993). O ano de 1975 foi também o da organização do Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbini. As mulheres que tinham sido exiladas nos Estados Unidos e na Europa, na época da ditadura, começavam a voltar ao Brasil, trazendo novas ideias sobre sua condição feminina, em que os papéis de mãe e esposa submissa, não se encaixavam mais na causa feminista (PINTO, 2003).

A partir de 80, as trabalhadoras rurais passaram a promover encontros regionais e mesmo nacionais, levantando as dificuldades de seu trabalho e fazendo reivindicações (TELES, 1993). Em meados da década de 1980, houve uma forte iniciativa governamental na inclusão de categorias sociais de gênero como uma questão transversal de política pública (GURGEL, 2010).

Os camponeses e as camponesas podem receber denominações diferentes como sesmeiros (as), posseiros (as), moradores (as), foreiros (as), colonos (as) etc. Estes enquadramentos também possuem caráter político, podendo variar dentro do contexto e região na qual estão inseridos e inseridas (GODOI, *et al.*, 2009). Ao mesmo tempo, há o problema de que esses camponeses e essas camponesas não se reconhecem como categoria ou classe, o que geralmente só ocorre quando há o engajamento político (WELCH, *et al.*, 2009).

No III Encontro Feminista Latino-Americano, camponesas brasileiras e peruanas puderam trocar suas experiências. O momento mais emocionante foi quando um grupo de peruanas subiu ao palco para falar da Marcha contra a Fome, que percorreu várias regiões do Peru até chegar a Lima (TELES, 1993). As brasileiras, trabalhadoras rurais de Pernambuco e Ceará, ouviram silenciosas, procurando entender a língua e a luta daquelas mulheres de tranças, com características indígenas:

Elas pediam solidariedade, ao falar de suas crianças desnutridas e famintas e daqueles que morreram durante a longa caminhada; e de seus maridos que há meses não recebiam nenhum salário, mesmo trabalhando nas minas. Parece que naquele momento do encontro o mundo cresceu para as trabalhadoras rurais. E, de repente, elas descobriram outras mulheres que também enfrentavam uma vida difícil de viver. As camponesas e trabalhadoras rurais contam sua vida. Em seus depoimentos discorrem sobre seu cotidiano, sempre sofrido. Mas tem muita certeza de que, unidas, vão descobrir uma forma melhor de viver. Os olhos de muitas se enchem de lágrimas quando contam que se veem obrigadas a levar os filhos para o trabalho na roça (TELES, 1993 p. 139-141).

Segundo Teles (1993) até o ano de 1980, a maioria das mulheres que trabalhavam no campo não tinha garantia de direitos trabalhistas: um percentual inferior a 14% tinha carteira de trabalho assinada.

Na organização das mulheres rurais, a Igreja Católica se destaca por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais. Com isso surge a necessidade de um “novo sindicalismo” com a atuação do movimento feminista engajado (AGUIAR, 2016).

Destacamos ainda a classe trabalhadora com suas centrais sindicais brasileiras: A Força Sindical (FS) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) são dois importantes grupos que se destacam na luta trabalhadora. A CUT é a maior e principal herdeira do novo sindicalismo com influência socialista como principal corrente de articulação. Jácome Rodrigues defendia a dinâmica da disputa entre direita e esquerda socialista e contratualista, prevalecendo os últimos. Já a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), juntamente com as Trabalhadoras do Brasil, era aliada da CUT até meados de 2007, até então conhecida como corrente sindical classista, associadas ao partido PCdoB que tem ideais voltados a uma unicidade sindical e que a pulverização de sindicatos prejudica a classe.

Nos anos de 1980, as duas centrais sindicais trouxeram algumas contribuições muito interessantes para as mulheres: um processo de reconhecimento da importância do seu papel como mulher na construção da sociedade; o despertar da mobilização das mulheres na luta por seus direitos; e a busca pelo fim da violência patriarcal, pela reforma agrária, pelo direito de fala, liberdade de expressão (TELES, 1993 p. 142).

No período que marca o fim da ditadura militar do Século XX no Brasil e a redemocratização houve um fortalecimento considerável das organizações sindicais e populares, envolvendo a sociedade brasileira em busca de liberdade, anistia e direitos sociais. Nesse contexto, o movimento feminista teve destaque, incluindo uma gama de mulheres participando ativamente de muitos movimentos com diversas questões, pautas e debates. Vimos artistas mulheres nas ruas dos grandes centros, especialmente do Rio de Janeiro, pedindo fim da Ditadura, o Movimento de Mulheres Negras, os Movimentos Populares de mulheres dos Bairros reivindicando melhores condições de vida para as famílias, incluindo na pauta de reivindicações, políticas de infraestruturas básicas e reprodução social.

O Direito à Creche foi outro movimento que reuniu muitas mulheres. A atuação delas marcou um tempo histórico dentro da própria História brasileira, referenciando-as como sujeitos políticos e protagonistas dos processos que culminaram com o término da Ditadura militar e início de um novo tempo, do feminismo que luta e vive em constante re (florescimento) e da democracia (MORENO; GODINHO & FARIA, 2020).

“Situa-se na virada dos 1980 e no processo de redemocratização uma mudança nessa dinâmica. A agenda do combate à violência contra as mulheres ganha espaço com a organização de serviços como os SOS Mulher, a partir da sociedade civil” (MORENO; GODINHO & FARIA, 2020, p. 133). As disputas em torno de projetos de

Estado e sociedade – “com destaque para a entrada (imersa em polêmicas) de feministas no Estado a partir dos conselhos – reconfiguram a representação do que é o feminismo (tanto os sujeitos como as agendas)” (MORENO; GODINHO & FARIA, 2020, p. 133).

### **1.3.1. Margarida Maria Alves: uma mulher com o nome de flor que inspirou jardins de margaridas mulheres**

A participação política e a intervenção dos movimentos rurais de mulheres na esfera pública têm contribuído significativamente para a percepção dos direitos das mulheres. Esse reconhecimento se expressou, principalmente nos últimos anos, no refinamento das políticas públicas para atender suas demandas e na criação de espaços institucionais dedicados a garanti-las (AGUIAR, 2016).

*Não faz muito tempo, seu moço  
Nas terras da Paraíba  
Viveu uma mulher de fibra  
Margarida se chamou  
E um patrão com uma bala  
Tentou calar sua fala  
E o sonho dela se espalhou  
Já faz muito tempo, seu moço  
Que enriba deste chão  
E em toda nossa Nação  
O pobre é pra lá e pra cá  
Lavrador faz, mas não come  
E a miséria é sobrenome  
Do povo deste lugar  
E quando na carne da gente ardia a opressão  
Margarida erguia a mão  
E seu grito era o nosso clamor  
Daqui a algum tempo, seu moço  
Se a gente não se cuidar  
Se o pobre não se ajudar  
Tubarão engole a alegria*

*Pois o jeito é treinar o braço  
Para desatar esse laço  
Que amarra o fulô do dia  
E quando na roça da gente brilhar as espigas  
Vai ter festa e nas cantigas  
Margarida vai viver  
E quando na praça e na rua florir Margaridas  
Vai ser bonito de ver  
Vai ser bonito de viver!*  
(Canção pra Margarida,  
Babi Fonteles e Zé Vicente, 1994)

No limiar do século XXI, mulheres trabalhadoras rurais de todo o Brasil, se inspiraram em Margarida Maria Alves (1943-1983) e criaram a Marcha das Margaridas, impulsionada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A Marcha das Margaridas foi criada em 2000, no conjunto das ações de lançamento da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), no mesmo ano (AGUIAR, 2016).

Margarida Maria Alves é referência da luta em defesa dos direitos, é o grande símbolo da Marcha das Margaridas. Como líder sindical, ela representava a luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade. Foi o grito pelo direito à carteira assinada para as trabalhadoras e os trabalhadores do campo e os seus direitos garantidos que levou a paraibana Margarida Maria Alves a ser assassinada, em 1983, de frente à sua casa em Alagoa Grande-PB. Ela foi a primeira Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e nesse seu despertar, ela conseguiu ser ouvida por centenas de homens e mulheres do campo que juntos e juntas a ela enfrentaram uma luta contra os latifundiários pelos direitos trabalhistas rurais. Presidiu o Sindicato Rural de Alagoa Grande por 12 anos, rompendo com os padrões tradicionais de gênero para a época.

A trajetória sindical de Margarida Maria Alves caracterizou-se pela luta contra o analfabetismo, a injustiça e a exploração latifundiária, pela defesa dos direitos dos trabalhadores sem-terra. Seu principal objetivo foi relacionado às causas trabalhistas rurais: direito ao salário, trabalhar somente 8 horas diária, direito ao 13º salário, férias remuneradas e melhoria das condições do trabalho no campo equiparando-se aos

trabalhos da cidade. Após estabelecer um Centro de Educação e Cultura do trabalhador Rural ela contribuiu ativamente para o desenvolvimento da cidade e do campo, fortalecendo a agricultura familiar.

As pautas da Marcha das Margaridas corroboravam com a Marcha Mundial das Mulheres, com o lema “Duas mil razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, como afirma Cisne (2014 p. 165). A autora diz que a criação da Marcha Mundial das Mulheres foi inspirada numa manifestação que houve no ano de 1995, na Cidade de Quebec, no Canadá, onde 850 mulheres seguiram em marcha numa extensão de 200 quilômetros, com o emblema do “Pão e Rosas”.

Imagem 1: Marcha das Margaridas <sup>3</sup>.



Imagem 2: Marcha das Margaridas.

---

<sup>3</sup> Fonte: Maria Claudia Ferreira da Silva, 2014



Imagem 3: Marcha das Margaridas.



Silva (2021) aponta que no ano de 2003, a segunda Marcha das Margaridas reuniu 50 mil mulheres que marcharam um percurso de seis quilômetros saindo do

Parque da Cidade até chegarem à Esplanada dos Ministérios, culminando com um grande ato de frente do Congresso Nacional. A autora relata que as reivindicações expressavam a “luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. Segundo Silva (2021), um dos cartazes continha a seguinte frase: “Chega de lona preta para morar, queremos terra para trabalhar”.

A Marcha não é uma mobilização para trazer gente, é a oportunidade que a gente tem de conversar sobre coisas que até Deus duvida, é como se as mulheres tivessem falando... Imagine as mulheres falando em todos os lugares, em todos os Estados, em todas as comunidades, sabe, que a gente tem outro mundo. Elas querem mudar a vida delas naquele lugar onde elas moram (SILVA, 2014, p. 61).

Em agosto de 2019, a Marcha das Margaridas foi o maior protesto de rua no país naquele ano e reafirmou como uma das suas características a “resistência e enfrentamento ao avanço da agenda antidemocrática, conservadora e privatista” (CONTAG, 2019, p. 15). De acordo com a comissão organizadora, a Marcha das Margaridas é a maior ação de mulheres do campo da América Latina, tendo mobilizado 100 mil mulheres em Brasília, capital do país (TEIXEIRA, 2021).

“A luta pelos direitos sindicais rurais constitui como eixo central de luta das mulheres rurais, dando ênfase à sua invisibilidade e denunciando a sua discriminação e a desvalorização do trabalho rural” (SCHAAF, 2001, p. 208), reflexo da sua condição de gênero, expressa no relato singular de Luci Choinaski, uma das fundadoras do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) em Santa Catarina:

Com as primeiras reuniões e discussões de participação no sindicato, surgiu o questionamento: qual a condição em que nós, mulheres, vivíamos? Não tínhamos direito à sindicalização, os nossos documentos nos colocavam como domésticas, apesar de trabalharmos na roça; não éramos reconhecidas como trabalhadoras, não tínhamos direito a receber nada quando aconteciam acidentes de trabalho, nem as mulheres, nem as crianças até 12 anos de idade; não tínhamos direito à aposentadoria, só quando o marido morresse ou quando tivesse mais de 70 anos; não tínhamos direito a salário-maternidade; não tínhamos participação na política. Então, começamos a descobrir que éramos apenas pessoas que trabalhavam, que obedeciam, cumpriam ordens, cuidavam da casa, produziam, tinham tripla jornada de trabalho e nada de participação (CHOINASKI, 1998, p. 226).

Embora as mulheres estejam ativamente envolvidas nas atividades rurais, muitas são vistas somente como “ajudadoras” dos maridos e não como agricultoras (PAULILO, 1982). Nesse sentido, também é constante a luta pela obtenção do reconhecimento como “trabalhadora”, e para tanto foi necessário que essas se filiassem aos sindicatos rurais

onde puderam participar também como líderes e dirigentes e “(...) questionar o processo de reprodução da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres (...)” (BORDALO, 2011, p. 46), “(...) reforçando sua identidade como ‘trabalhadora rural’” (BORDALO, 2011, p. 54).

#### **1.4. A importância de contar a história do Assentamento Dez de Abril pelas mulheres**

*“Nós mulheres,  
no mundo que nós estamos hoje,  
nós somos as donas do mundo.”*

(Dona Ana, por GODINHO; GONÇALVES & VICENTE, 2020, p. 242)

Ao indagar sobre o que é ser mulher, Louis Dumont (1966), teorizou que a ideologia feminista é formulada no quadro de uma sociedade em que a pessoa é composta, atomizada e internalizada como indivíduo, o que não necessariamente ocorre em outros contextos.

O questionamento que me trouxe até aqui foi: Por que é importante contar a história de um assentamento a partir das experiências das mulheres? Foi essa questão que sempre me acompanhou e me trouxe até ao conhecimento dos movimentos sociais e a História das mulheres e sua participação dentro deles. A necessidade e o compromisso de dar visibilidade e contar como elas sempre foram e são importantes na construção da sociedade, inclusive na luta pela reforma agrária que moveram. Mulheres contando as histórias das mulheres.

Recontar a história de luta do Assentamento Dez de Abril a partir da participação das mulheres foi o que me moveu até aqui. Urge a necessidade de as mulheres escreverem sobre si e sobre as outras mulheres, sobre mulheres que marcaram a história de seus lugares e do mundo. Semear o tempo presente, uma vez que no passado ficaram apagadas, desconhecidas, e sem espaço principalmente na tribuna, na política, lugar de voz, de legislar, de poder e decisão, por causa dos homens que escreveram as suas histórias e descreveram-nas, para propositalmente excluí-las do espaço público, delimitando o seu espaço para o privado, apenas.

Perrot (2017) afirma que a divisão do trabalho e a apartação sexual nos lugares ou espaços chegaram ao ápice do racionalismo, estabelecendo o lugar de cada gênero, alocando a mulher à maternidade e o lar, tendo no seu trabalho a condição de temporária. Isso subalternizou a mulher, relegando-a à dependência e opressão.

Perrot (2017, p. 28) é bem concisa nessa análise afirmativa: “a iconografia, a pintura, reproduzem à sociedade essa imagem reconfortante da mulher sentada, à sua janela ou sob a lâmpada, eterna Penélope, costurando interminavelmente, rendeira ou remendeira são os arquétipos femininos”.

Devemos reconhecer as adversidades que colocam as mulheres em um lugar inferior na sociedade, que reproduzem mais desigualdades e opressão. Para que esse contexto seja modificado, ele precisa ser evidenciado e colocado em pauta para contribuir para um papel mais ativo das mulheres.

Valle (2017, p. 1) já no resumo de seu artigo sobre as mulheres e a comuna de Paris de 1871, afirma:

Em 1870 e 1871, as mulheres participaram e organizaram diferentes manifestações, denunciando a situação de fome e miséria pela qual o povo passava. Atuaram no 18 de março, evitando que os canhões fossem apreendidos pelo governo nacional francês. Participaram dos debates em diferentes clubes e nas ações revolucionárias, entretanto, foram excluídas das eleições do Conselho da Comuna, não podendo atuar diretamente no principal espaço decisório do governo revolucionário.

As greves de operárias, realizadas por mulheres, a revolução, as assembleias feitas por elas e todos esses embates seculares é uma forma de reconhecer a força das mulheres e de trazê-las para este século como fonte de inspiração e reconhecimento às conquistas do mundo contemporâneo (LOLATTO, 2016).

Cordeiro (2010) afirma que os processos de empoderamento não afetam as mulheres da mesma forma, porém são moldados pelo contexto local e pela posição específica que ocupam na família, na comunidade ou nas relações mais amplas.

Maria Ana da Silva (Dona Ana), do Assentamento Dez de Abril, diz que no filme realizado pela ASA Brasil (2021), em que ela foi entrevistada junto a outras mulheres, sua fala se reporta à força da mulher: “Nós, mulheres, no mundo que nós estamos hoje, nós somos as donas do mundo. Porque se você pensar o que uma mulher faz: trabalhar na roça, dar conta de marido, de filho, de neto, de genro, de nora, de tudo a mulher tem que dar de conta” (GODINHO; GONÇALVES & VICENTE, 2020, p. 242).

Conforme as autoras:

Esse é um pequeno relato de uma assentada da região do Cariri, que unida a outras entrevistadas espalhadas pelo Ceará, contam suas histórias e com o mesmo objetivo: partiram à procura de futuro, por caminhos que ainda não conheciam, com roupas e panelas sobre a cabeça, e os filhos ao colo e pela mão. As vitórias nem sempre foram estrondantes, no entanto, o impossível se tornou uma possibilidade. Foi assim que o sonho da luta pela terra se tornou realidade, com a forte contribuição da força da mulher, das mulheres (GODINHO; GONÇALVES & VICENTE, 2020, p. 28).

A trajetória das mulheres na luta pela sua emancipação ou sua participação na sociedade, é milenar. As lutas imprescindíveis e relevantes para o reconhecimento delas como sujeitos que constroem a sociedade, a civilização junto aos homens. Destarte essas lutas e os embates custaram para algumas suas próprias vidas. O percurso da literatura conectada às suas vidas é de extremo valor para a identidade delas, de suas origens, fortalecendo-as na luta pela igualdade de direitos.

Validar a luta pela terra a partir da participação das mulheres na história do Assentamento Dez de Abril é legitimar e honrar também cada trabalhadora do campo de nosso País, que no dizer da entrevistada dona Ana, está sobrecarregada de afazeres, tendo que dar conta de casa e do trabalho, tem que despertar para a força feminista que há dentro de si, identificar-se, reconhecer-se, se reverenciar e pronunciar “que no mundo que estamos hoje, nós somos as donas do mundo”. Saber que são necessárias em todos os âmbitos e áreas que compõem a sociedade brasileira, para a construção da Nação.

**Capítulo 2. As contendas pelo direito à terra, na guerra do Contestado; e a contribuição significativa das mulheres no entrelaçamento da luta, do trabalho e da fé, nas Comunidades de Canudos e do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.**

*“O tempo não para e, no entanto,  
Ele nunca envelhece”  
(Caetano Veloso, 2018)*

Segundo Negrão (2001), Messianismo é a confiança que se tem em Deus como um Salvador ou intercessor que virá para anunciar um novo tempo, pondo fim às iniquidades entre os homens da Terra. Essa crença é praticada por uma coletividade que anseia espiritualmente materializar a justiça e a verdade pregada em sua fé.

Canudos, Contestado e o Caldeirão foram Comunidades que perpassaram pelo messianismo e, em uma união de trabalho e fé, representaram a luta contra as desigualdades econômicas e sociais do final do século XIX e início do século XX, através da reivindicação pelo direito à terra, realizada pela classe trabalhadora do campo explorada ou expropriada pelos coronéis latifundiários que personificavam a primeira república, como afirma Martins (1981).

**2.1. A conjuntura sociopolítica e econômica agrária no Brasil no final do século XIX**

*“(...) Não invejo o seu tesoro,  
Sua mala de dinheiro  
A sua prata, o seu ôro  
o seu boi, o seu carneiro  
Seu repôso, seu recreio,  
Seu bom carro de passeio,  
Sua casa de morá  
E a sua loja surtida,  
O que quero nesta vida  
É terra pra trabaiá...”  
(Patativa do Assaré, 2008).*

A terra é a mãe do Brasil, a água é a mãe da terra, de modo que é considerada “a mãe antes da mãe, avó água”, do Brasil em sua ancestralidade (MOBIUS, 2021). Água, terra, mata e ouro foram as primeiras fontes de riqueza e exploração do nosso país. Durante o período colonial, a economia cresceu de forma acelerada devido a chegada dos imigrantes, principalmente na região do Rio das Velhas, em Sabará e Lagoa Santa, em Minas Gerais, onde fora encontrada a primeira pepita de ouro, por volta de 1677. Foi também em Lagoa Santa, nas margens da bacia do Rio das Velhas, em Minas Gerais, que encontraram o mais longo fóssil humano das Américas. Era uma mulher. A Arqueologia deu-lhe o nome de Luzia. As mulheres têm um papel de grande relevância no mundo. Esse achado arqueológico e paleontológico de Luzia mostra a magistral importância da mulher na construção das Américas e do Brasil.

O ciclo do ouro impulsionou diversos setores econômicos, incluindo a produção de alimentos e o comércio interno de pessoas escravizadas. Os conflitos fundiários se aceleraram e as políticas de distribuição das Sesmarias tornaram-se inadequadas diante das novas necessidades.

Para Martins (1981, p. 152), o capitalismo, tal qual erva daninha, foi implantado para gerir e expandir-se de forma gradual nas relações econômicas de toda ordem, em “todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria”, além da sua inserção nas relações sociais, culturais e religiosas em todos os campos da sociedade.

Quando se fala na ampliação da lógica capitalística na lavoura de acordo com Martins (1981), significa que a sociedade pensa em seguir dois caminhos: uma população de lavradores/as que trabalham por sua própria conta para alimentar sua família, sendo colocada para fora da terra, através da expropriação; ou essa mesma população se transforma em trabalhadores/as rurais, sem propriedade, livres, de modo que a única propriedade que dispõem é a mão de obra, sua força, seu instrumento de trabalho. Desta forma, vendendo sua força de trabalho ao patrão, não fica sob o seu comando, são livres, no sentido de não se tornarem subjugados a ninguém. Nessa relação social capitalista, as pessoas são iguais, porque há condição de contrato de trabalho, uma vez que um depende do outro, diferentemente da escravização, que a pessoa escravizada não podia vender a sua força de trabalho, pois pertencia a outra pessoa. Desta feita o senhor decidia sobre o destino da pessoa escravizada, uma vez que a vontade da pessoa estava relacionada à vontade do seu senhor. O autor prossegue a sua observação:

Entre desiguais não há possibilidade de contrato, há dominação. Por isso, no capitalismo, só é pessoa quem troca quem tem o que trocar e tem liberdade para fazê-lo. A condição humana, a condição de pessoa, específica dessa sociedade, surge da mediação das relações de troca: Uma pessoa somente existe por intermédio de outra. Essa é uma contradição própria do capitalismo: para entrar na relação de troca, cada um tem que ser cada um, individualizado, livre e igual a todos os outros; ao mesmo tempo, cada um nunca é cada um, porque a existência da pessoa depende totalmente de todas as outras pessoas, das relações que cada um estabelece com os outros. Cada pessoa se cria na pessoa do outro (MARTINS, 1981, p. 153).

Conforme analisa Teles (2020) o Brasil do final do século XIX era um país governado por uma elite dominante que buscava atender aos seus interesses próprios. A República proclamada em 1889 não trouxe mudanças para as classes menos favorecidas, principalmente para população negra, antes escravizada, agora “livre”, mas sem nenhuma legislação que a amparasse e protegesse. No entanto, os grupos do poder e seus aliados faziam parte da oligarquia política e agrária.

Por outro lado, as pessoas libertas, a seu modo, tentavam construir ativamente vínculos sociais e garantias suficientes para lidar com a incerteza e a precariedade, reorganizando laços de dependência e interdependência que permitissem sua filiação a uma ordem social minimamente viável – isto é, que organizassem de algum modo suas expectativas e conferisse alguma segurança com relação ao futuro (uma estabilidade que, de todo modo, sua situação “liberada” não garantia e, no limite, ameaçava) (LIMA, 2005, p. 312).

A política brasileira era influenciada pelos oligopólios agrários, principalmente de Minas Gerais e de São Paulo, por serem os estados mais populosos e por concentrarem grande produção de leite e café. Esses dois estados exerciam grande poder na política do país, quando havia um acordo para que o presidente eleito fosse de um dos dois estados. Era a chamada política do café com leite.

Enquanto isso, o Nordeste vivia a política dos coronéis, onde o proprietário da fazenda detinha o poder e interferia na sua vila, cidade ou estado.

O voto não era secreto e nem universal no país inteiro, por isso era fácil manipular as pessoas pela força, pela coerção ou pelos favores prestados, denominado de currais eleitorais com o “voto de cabresto”.

Do ponto de vista econômico, o Sudeste do Brasil crescia rapidamente. O Oeste paulista tinha extensas áreas de plantações de café, ferrovias em construção e o país dava seus primeiros passos rumo à industrialização. Era um Brasil dualista, do moderno

e do arcaico. No Nordeste, a economia se baseava na agricultura, os homens e as mulheres do campo viam no latifúndio explorador os seus únicos meios de sobrevivência.

Do ponto de vista social, o Brasil na sua essência é uma nação excludente, onde quem usufruía de direitos como a educação, saúde e moradia era a elite agrária. A população pobre era tratada com desprezo. A República não questionava a situação das pessoas que foram escravizadas, em tese libertas. Muitas viviam perambulando pelas ruas dos grandes centros, enquanto outras morriam desamparadas. Havia àquelas que sem mais perspectivas, já que eram idosas, viam como única alternativa continuar servindo aos seus senhores, para garantir a alimentação. O trabalho informal e ambulante transformou-se como uma única opção para a população negra. As doceiras, quituteiras, vendedoras de toda sorte, passaram a fazer parte da paisagem excludente da Capital do País, Rio de Janeiro, à época. Outras pessoas construía seus barracos em morros, com as sobras dos latões encontrados nos cais, dando início, assim, ao processo de favelização das grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

O Nordeste era castigado pelas secas. Os trabalhadores e as trabalhadoras rurais não tinham outra opção para sobreviverem com suas famílias. A baixa remuneração da mão de obra mantinha trabalhadores e trabalhadoras na pobreza e enriquecia cada vez mais os patrões. Diante as circunstâncias políticas, sociais e econômicas da época, entre o século XIX e início do século XX, o messianismo religioso surgiu como liberdade e resistência. Na situação de violência, exclusão e miséria em que a população sertaneja pobre estava, a salvação era a fé, proclamada pelo messianismo religioso, através de monges, pregadores e beatos. Líderes religiosos que representavam para o povo, o poder divino, com a promessa e a esperança de dias melhores. Muitos eram movidos por suas necessidades de pão para se alimentarem e de pão espiritual para suportarem as agruras da desigualdade social e econômica gritantes no País, no início da Primeira República. De acordo com Martins (1981, p. 41), “as primeiras grandes lutas camponesas no Brasil coincidiram com o fim do Império e o começo da república”.

## **2.2. A luta pela terra como herança colonial no Brasil**

*“Afagar a terra  
Conhecer os desejos da terra*

*Cio da terra, a propícia estação*

*E fecundar o chão. ”*

(Chico Buarque, 1994).

A luta pela terra e os conflitos no campo no Brasil remontam desde a época colonial, perpassando pelo Império até a contemporaneidade. No entanto, conforme afirma Martins (1981, p.26), “a história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes”.

Para Freire (2011), o Brasil nasceu e se desenvolveu circunstancialmente em oposição à democracia. Os colonizadores quando aportaram aqui, nas terras de Pindorama, não se importaram com a terra, em semeá-la, para através do seu cultivo, vê-la dar seus frutos à nova população que viera. O interesse foi apenas econômico, de exploração comercial da terra e de tudo o que ela oferece. A intenção colonizadora foi de explorar e comercializar a terra e, sobretudo escravizar as suas gentes originárias e posteriormente a população negra africana.

A apropriação das terras brasileiras pela elite dominante levou à formação de grandes propriedades (latifúndios) que perduram até hoje. Pode-se dizer que os problemas sociais e políticos existentes neste país tiveram origem na formação do território brasileiro. Ou seja, desde o primeiro momento a Coroa Portuguesa decidiu “colonizar” o Brasil e manter a sua posse através das Capitânicas Hereditárias, que foi um meio de garantia e controle da coroa portuguesa sobre as suas colônias.

Freire (2011, p. 90) cita Padre Antônio Viera numa nota, em que se refere à condição do Brasil na era Colonial: “o Brasil nasceu e cresceu sem a experiência de diálogo. De cabeça baixa com receio da Coroa. Sem imprensa. Sem relações. Sem escola. ‘Doente’. ‘Sem fala autêntica”. Um País que nascera doente, como poderia fazer as suas gentes crescerem sadias? Se os homens eram submissos à Coroa por causa de seus fins econômicos e políticos, por causa das sesmarias, de pedaços de terra, de acordos espúrios, imaginemos a condição das mulheres nessa sociedade colonial patriarcal. Oprimidas, sem voz e sem espaço, nem mesmo no lar.

De acordo com Mattos Neto (1988), a política brasileira das “sesmarias” tem dois lados: a exploração da riqueza na economia colonial através da extração desorganizada do pau-brasil; e garantir a conquista e a propriedade de novas terras contra piratas franceses, espanhóis e holandeses. A permanência do comércio

mercantilista que se baseava na exploração e mineração dos recursos naturais visava a acumulação de capital para a Coroa Portuguesa.

O regime sesmarial perdurou até a independência do Brasil, em 1822, tornando-se extinta com a promulgação da Constituição de 1824. O país ficou sem um regime oficial de apropriação e uso da terra até 18 de setembro de 1850, quando foi criada a Lei nº 601, a Lei de Terras. Sobre as Sesmarias:

A Lei de Terras, uma das primeiras leis brasileiras após a independência, estabeleceu a compra como única forma de acesso à terra e acabou por abolir a sesmaria. Ao definir a compra da terra, o Brasil estabeleceu o latifúndio como um grande modelo de produção agrícola (FERNANDES, 2017).

Para Martins (1981, p. 41), no período que antecedeu a abolição das pessoas negras escravizadas no Brasil, duas mudanças estavam associadas e prejudicaram os homens e as mulheres do campo: o fim da escravização e a transformação de terras devolutas em monopólio do Estado, controlado por grandes fazendeiros.

Dessa forma, o acesso à terra era restrito àqueles que podiam comprá-la. Desde então, os (as) trabalhadores (as), indígenas e escravizados (as) libertos (as) não conseguiam adquirir terras porque não tinham recursos suficientes para pagar pela terra. Com relação à Lei de Terras, Martins (1983, p. 42) nos mostra que:

Os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois, como assinalaria na época da Abolição da escravatura a um grande fazendeiro de café e empresário, a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudesse mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro.

Mattos Neto (1988) é enfático ao afirmar que a Lei de Terras introduziu um sistema de propriedade privada no Brasil, criando latifúndio exclusivo e socialmente injustificado, pois os latifundiários começaram a monocultura exploradora e impediram que trabalhadores (as) negros (as) se tornassem agricultores (as). Isso mostra que a estrutura agrícola concentrada do Brasil tem suas raízes nas eras colonial e imperial, quando a grande propriedade fundiária foi institucionalizada e legalizada.

As mudanças causadas pela promulgação da Lei de terras trouxeram consequências históricas para o Brasil e provocaram uma cruel realidade social caracterizada pela extrema pobreza e conflitos com a lei. Isso motivou o surgimento das primeiras revoltas populares de luta pela terra no final do século XIX e início do século

XX, quando eclodiram as primeiras revoltas do campo e os conflitos sociais em prol da sobrevivência dos camponeses e camponesas (FERNANDES, 2017).

Na Primeira República, havia proclamadores que eram fazendeiros, além de políticos, o que facilitava a implantação de políticas de créditos, bem como equipamentos modernos para a agricultura, trazendo como vantagem mais concentração de terra nas mãos de quem tinha posses. A construção de ferrovias nas proximidades de suas terras felicitava a exportação de café para eles.

“E por que fazer a reforma agrária, não é também uma fatalidade? E por que acabar com a fome e com a miséria não são igualmente fatalidades de que não se pode fugir?” (PAULO FREIRE, 2007, p. 102).

A discussão do acesso à terra no Brasil constitui uma importante área de pesquisa, e a reforma agrária é um elemento da questão agrícola, constituindo uma política pública de caráter institucional que cabe ao Estado implementar.

A reforma agrária vem sendo impulsionada no Brasil através da luta pela terra liderada pelas revoltas populares desde o século XIX até o século XX, ou seja, desde Canudos (1893-1897), Contestado (1912-1916), Ligas Camponesas<sup>4</sup>.

A ocupação foi construída como estratégia de luta por reforma agrária e uma forma de resistência ao descaso do Estado com a questão, expondo problemas sociais não resolvidos, como a permanência dos latifúndios e a pobreza no meio rural.

A reforma agrária abrange debate amplo, complexo e controverso que antecede a implantação dos assentamentos rurais no Brasil. Alentejano (2002) afirma que duas correntes ideológicas marcam esse debate no país.

Um grupo considera os assentamentos rurais como sinônimo de reforma agrária e ao analisá-los elogiam ou criticam a reforma agrária em curso no Brasil; um segundo vê nos assentamentos uma política pública menos radical e abrangente que a reforma agrária e ao analisá-los busca apontar potencialidades e limites do processo em curso no Brasil (ALENTEJANO, 2002, p. 19).

---

4 (1955, no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, primeira liga camponesa do Brasil e 1958, em Sapé, Paraíba, primeira liga camponesa paraibana) e, principalmente, a partir da criação do Movimento Sem-Terra, (1979, granjas Macali e Brilhante, Fazenda Sarandi, Norte do Rio Grande do Sul). Fonte: <https://mst.org.br/2007/07/16/documentario-resgata-historia-da-primeira-ocupacao-de-terra-no-rs/>

Por outro lado, Romeiro (2002, p. 131) afirma que a reforma agrária tem o sentido de “ampliar as oportunidades de emprego no campo, de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial”.

A Reforma Agrária é uma política de redistribuição de terras improdutivas que perpassam por desapropriação pelo Estado, em suas três esferas governamentais, para coletivizar o ingresso à terra, revalidando socialmente o seu valor. É uma mudança na estrutura fundiária de um País. Desta feita, os assentamentos são conquistas das lutas de trabalhadores e trabalhadoras que através das ocupações, conseguem acordar a sociedade e principalmente os governos para a necessidade da garantia da terra e da própria Reforma Agrária, que é constitucional. Contudo, os assentamentos rurais não são a Reforma em si. Eles seguem em marcha, lutando por melhorias no lugar, incluindo saneamento, alimentação, saúde, educação, cultura, lazer, previdência, programas sociais, e tudo o que puder beneficiar as comunidades assentadas, para que a Reforma Agrária seja efetivada.

### **2.3. A força das mulheres combativas em Canudos**

*“Meia dúzia de mulheres  
Em misérrima exposição,  
Sem que aos seus vencedores  
Inspirassem compaixão,  
Qual múmias esfarrapadas,  
Com crianças descarnadas  
Conduzidas pela mão”  
(Nezite Alencar, 2005).*

A questão agrária se traduz pelas revoltas populares no enfrentamento às desigualdades sociais originadas pela concentração de terras nas mãos da elite latifundiária. A luta dos/as trabalhadores rurais pela terra, pela moradia foi e ainda é um grito de justiça social que ecoa no Brasil na busca pela efetivação da garantia de direitos sociais e reconhecimento da labuta diária em torno do latifúndio explorador.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária aos processos de expropriação, expulsão, exclusão dos trabalhadores rurais, camponeses e assalariados: à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência da terra; à violência extrema contra trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política (PIANCÓ, 2009. p. 2).

Várias foram as lutas que ficaram na História do País como marcas do conflito em Canudos. O Arraial de Canudos, na Bahia, teve com o líder messiânico Antônio Conselheiro que saiu do Ceará no ano de 1893 em peregrinação pelo Nordeste e através de suas pregações, formou uma comunidade em terras abandonadas, dando-lhe o nome de Belo Monte, localizado às margens do rio Vaza-Barris, no Estado da Bahia. O nome Canudos, que acabou por se popularizar, é referência a uma planta da região, de haste oca como um Canudo, utilizada por antigos para fazer canudos de pitos para fumar (MONTEIRO, 2009).

Arbex Júnior (2014) reuniu a visão de pesquisadores/as de diferentes áreas sobre as revoltas populares no Brasil, entre as quais está incluída a de Canudos. O historiador Manoel Neto (2001) afirma que “o campesinato expressou em Canudos a sua insatisfação acumulada durante quatro séculos de opressão do latifúndio”.

O arqueólogo Paulo Zanettini diz que Antônio Conselheiro levou para Belo Monte 800 seguidores/as. Sabe-se que, naquela área rural, viveu uma comunidade apoiada no ideal igualitário, onde a população não passava fome e havia casas de “pau a pique” ou “taipa” de pilão para todas as famílias. Segundo o teólogo Eduardo Hoonart “os pobres foram de todo canto do sertão para Canudos e em poucos anos (entre 1889 e 1897), tornou-se uma das maiores cidades da Bahia. Com 25 mil habitantes” (ARBEX JÚNIOR, 2014, p. 06).

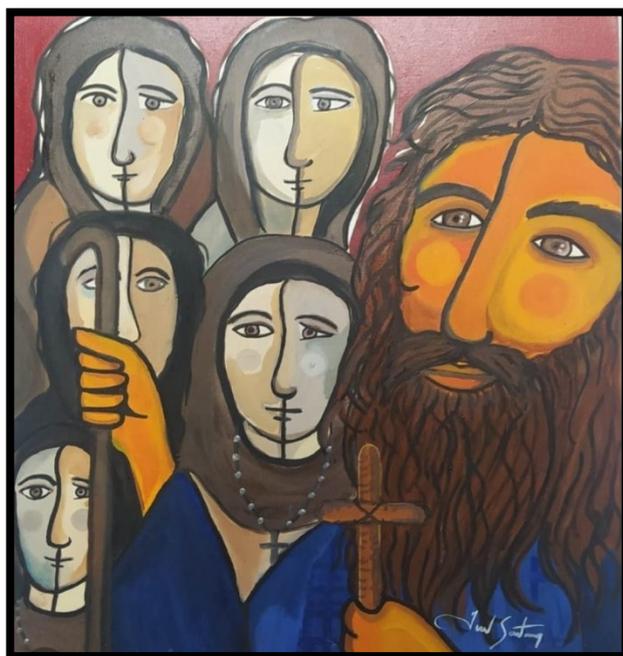
Imagem 4: Cartaz da Romaria de Canudos que acontece anualmente. Em 2019 a homenageada foi a senhora descendente de conselheiristas do Arraial de Canudos, dona Duru. As Romarias acontecem desde 1988. A primeira realizou-se no dia 29 de outubro de 1988<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Fonte: Instituto Popular Memorial de Canudos. Na rede social do Instagram: @ipmcanudos



Imagem 5: Obra de arte intitulada: AS MULHERES DE CANUDOS, do artista plástico Ivan Santtana de Monte Santo-BA<sup>6</sup>.



O cineasta Antônio Olavo assinala que:

Canudos foi um farol que iluminou esse tempo de tanta injustiça e desigualdade. Não foi só a palavra de Conselheiro, foi a possibilidade de uma vida digna. Todo mundo trabalhava, não havia prostituição e havia escolas para as crianças. Era uma sociedade justa. Os sertanejos viam que era melhor viver ali do que voltar para o latifúndio, para a fome e para a miséria, debaixo do poder do coronel e da Igreja (ARBEX JÚNIOR, 2014, p. 06).

Antônio Conselheiro foi um líder e uma autoridade que conseguiu tremer a terra no sertão baiano, não só pelo dom de adivinhação (premonição e cura) que lhe era

<sup>6</sup> Fonte: Instagram: @ivan\_santtana. Instituto Popular Memorial de Canudos, na rede social do Instagram: @ipmcanudos

atribuído, mas, sobretudo pela sua capacidade política para articular as pessoas excluídas socialmente, assumindo assim uma posição como profeta e sujeito ético político.

Devido à situação social no sertão, a maior parte da população trabalhadora não conseguia descansar. Sob a influência da instabilidade do trabalho, das dificuldades financeiras e da miséria (principalmente do sertão) e da intolerância dos proprietários dos latifúndios, muitas lutas foram travadas pela terra. Os camponeses e as camponesas que ali residiam participaram com resistência das lutas no Arraial. Belo Monte agregava também mulheres, que carregavam o título de “canudense” com a mesma dedicação e orgulho que conduziam um santo.

Neto (2001, p. 21) analisa a população que segue Conselheiro, assim:

Esse povo, de ambulante e desesperançado, vai gradativamente engrossando o séquito conselheirista. Jovens e velhos, homens e mulheres, escravos, libertos e índios, beatos e beatas, párias e marginais. Era o cortejo dos esquecidos e mal-aventurados, que se consolidava para incômodo dos grandes proprietários, aflitos com a desorganização do sistema produtivo carente de braços para a lavoura e pecuária.

Entretanto, a comunidade de Canudos distinguiu-se pela politização dos membros e pela conversão religiosa do seu povo. Eles e elas conseguiram definir regras muito claras de comportamento social, como observância da lei divina, trabalho, disciplina e abandono de vícios. Sola (1997) observa as consequências desse processo.

Em Canudos não existiam mendigos ou prostitutas. As mulheres se vestiam de forma modesta, sem ostentar luxo ou miséria, e se ocupavam da fabricação de tecidos para a confecção de roupas, redes, etc., não faltando absolutamente nada a elas. A jornada de trabalho era de cinco horas diárias, com uma pausa para o almoço. O restante do tempo dos habitantes de Canudos era preenchido pelo lazer e pelas orações (...). Todas as crianças tinham direito à educação e os adultos que quisessem aprender a ler e escrever também poderiam se matricular em uma das escolas existentes. Havia na comunidade uma cadeia, que por falta de uso acabou sendo apelidada pela população de poeira. Os assaltos não existiam e os crimes só raramente aconteciam, geralmente originados por ciúme e brigas entre casais. O assassino era expulso da cidade (SOLA, 1997, p. 40).

O governo brasileiro demorou a destruir o Arraial de Canudos. A população “canudense” não desistiu e resistiu aos ataques cada vez mais violentos das tropas do governo brasileiro. Durante os ataques os integrantes oravam e cantavam. Eles mantinham uma mobilização defensiva em que mulheres, velhos e até crianças desenvolveram técnicas de guerrilha e combate corpo a corpo para protegerem suas

casas, principalmente o santuário onde morava Antônio Conselheiro (TFOUNI & ROMÃO, 2002).

Foram necessárias quatro expedições militares para derrotarem as tropas de Antônio Conselheiro. O número de soldados aumentava a cada expedição derrotada. A morte do general Moreira César na terceira expedição militar impressionou e surpreendeu os republicanos. Os militares se alternavam entre vergonha e explicações diante das derrotas, alegando que o solo era ingrato e a seca consumia os soldados aos ataques surpresas dos "fanáticos". Os moradores resistiram ao último grão de comida e à última gota de água (MONTEIRO, 2009).

A população do Arraial diminuiu gradualmente à medida que as fronteiras foram fechadas, a água não pôde ser captada e não havia como trocar mercadorias com os comerciantes próximos. Fome e sede levou a população a definhar, o que resultou em muitas derrotas.

Imagem 6: esta fotografia de Flavio de Barros, feita no dia 2 de outubro de 1897, é um dos registros mais emblemáticos dos conflitos e contradições da sociedade brasileira na passagem do Império para a República. Talvez uma das nossas mais expressivas fotografias de guerra, ela diverge radicalmente da maior parte dos registros realizados pelo fotógrafo, que estava em Canudos a serviço do Exército, durante a última expedição que, em 5 de outubro daquele ano, aniquilou definitivamente a resistência dos conselheiristas. A imagem registra o momento em que mulheres, feridos, velhos e crianças se entregam ao Exército, numa provável estratégia de resistência final dos poucos conselheiristas restantes, os quais permaneceram entrincheirados e em combate até o fim da guerra, como indica Euclides da Cunha no magistral *Os Sertões*<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=3002>.



Conselheiro morreu em 28 de setembro de 1897, de inanição, de estilhaço de bala ou de disenteria, há controvérsias a respeito. Ele foi sepultado por pessoas abençoadas no próprio santuário onde morava. A população rendeu-se ao desânimo, à fome e ao cansaço. Em 02 de outubro de 1897, o bombardeio se intensificou. Houve muitos fuzilamentos (TFOUNI & ROMÃO, 2002). Um beato de confiança de Antônio Conselheiro informou ao general militar que os sobreviventes se renderiam. Ele exortou os sobreviventes a irem pelos sertões e sem armas. As autoridades concordaram. Benício (1997) conta essa passagem na linguagem sofisticada de quem viu a cena da rendição:

*As pobres mulheres e crianças, antes de falar pediam água... água! Aquela grande miséria confrangia a alma de todos. Metia dó e pena encarar aqueles rostos macilentos e sulcados de rugas profundas de sofrimentos indizíveis. Algumas, feridas, com o sangue coalhado, emplastrado entre os cabelos poeirentos, amamentavam os filhos: outras, baleadas nas pernas, no dorso, nos braços, torciam-se de dores. Os pequerruchos enrolavam-se medrosos nas barras das saias sujas e esfarrapadas das mães. Beatinho conseguiu trazer um milhar de mulheres e crianças, que eram entregues a determinados batalhões, que desapareciam com os bandos por trás dos morros (BENÍCIO, 1997, p. 212).*

Massacrado após as expedições militares que envolveram conjuntamente 49,8% do efetivo do Exército Brasileiro de então e quatro forças públicas estaduais (AM, BA, PA e SP), o arraial do Belo Monte tombou aos 05 de outubro de 1897, ceifando mais de vinte mil vidas após seus breves quatro anos de existência.

Várias mulheres foram protagonistas em Canudos (CALASANS, 2001). O autor aponta que as referências de Euclides da Cunha às mulheres em “Os sertões” são profundamente estigmatizadas, uma representação das mulheres como “repugnantes” que nega, assim, a presença feminina ativa nesse processo.

Ali estavam, gafadas de pecados velhos, serodiamente penitenciados, as beatas - êmulas das bruxas das igrejas - revestidas da capona preta lembrando a holandilha fúnebre da Inquisição; as solteiras, termo que nos sertões tem o pior dos significados, desenvoltas e desejadas, soltas na gandaíce sem freios; as moças donzelas ou moças damas recatadas e tímidas; e honestas mães de famílias; nivelando-se pelas mesmas rezas... Faces murchas de velhas... rostos austeros de matronas simples; fisionomia ingênuas de raparigas crédulas... Grenhas maltratadas de crioulas retintas (CUNHA, 2000, p.165).

Calasans (2001) afirma que o mulhério constituía a parte mais numerosa dos fanáticos que seguiam para Canudos, chegando a cerca de dois terços dos vinte e seis mil habitantes que compunham o arraial. Se estas mulheres eram em número tão expressivo, como afirma o autor, nas inúmeras obras que escreveu sobre Canudos, não se compreende a omissão na literatura e na própria História a respeito dos papéis desenvolvidos por estas mulheres.

Devolver às mulheres o seu papel de destaque, para reconhecê-las “como participantes ativas (e iguais) nos movimentos políticos para a mudança social” (SCOTT, 1992, p. 69) é uma das motivações para esse trabalho.

Sem dúvida, os próprios historiadores das mulheres acharam difícil inscrever as mulheres na história e a tarefa de reescrever a história exigia reconceituações que eles não estavam inicialmente preparados ou trinados para realizar. Era necessário um modo de pensar sobre a diferença e como sua construção definiria as relações dos indivíduos e os grupos sociais (SCOTT, 1992, p. 86).

As muitas publicações sobre a guerra de Canudos fazem pouca menção às mulheres. Existem apenas relatos delas quando se fala sobre os métodos desumanos que foram encontrados no momento de sua prisão, geralmente de forma preconceituosa:

Em narrativas como as do consagrado Euclides da Cunha (1973), mas também em texto de jornalistas como Lulú Parola e do próprio Lélis Piedade, encontramos a descrição das jagunças como seres horrendos de aparência, de caráter matreiro, violentas, ignorantes. Verdadeiras “bruxas” ou “harpías”, como chegaram a ser nominadas, careciam agora de resgate (OLIVEIRA, 2002, p. 313).

As que acompanhavam os militares nos acampamentos eram tidas, por Cunha (2000), como prostitutas. Para o escritor, elas seriam “amantes de soldados, vivandeiras - bruxas, de rosto escaveirado e envelhecido” (CUNHA, 2000, p. 467).

Mulheres e crianças sobreviveram à Guerra de Canudos. Muitas dessas estão listadas no Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia com depoimentos sobre a guerra e o que sofreram após a queda de Belo Monte. No entanto, existe uma escassez de estudo a respeito da origem destas mulheres. “A escassa de produção acadêmica encontrada que abrangem todo território nacional confirma que no Brasil, a mulher costuma ser ignorada enquanto sujeito histórico” (ALMEIDA, 1998, p. 51).

Em entrevista concedida à Caros Amigos, a senhora Júlia Maria dos Santos, conhecida por Dona Duru, narra a história de sua bisavó, avó e tias avós em Canudos:

Minha avó, Joana Batista de Jesus, contava que Conselheiro chegou a Canudos numa tarde. Ele queria rezar, então arrumaram um grupo, convidaram os tocadores da banda de pífanos- os zabumbeiros- e foram para a Capela de Santo Antônio (...). Eles tiveram uma vida muito boa antes da guerra. Trabalhavam nas roças e tinham uma vida digna. Tinham o que comer. Não havia bodega de cachaça, bebedeira, prostituição. As pessoas eram honestas e rezavam muito. Nunca faziam uma obra antes de rezar. Por causa da guerra, minha avó tinha um pedaço de bala na testa bem pequeno. Quando a guerra terminou, levaram minha avó, minha bisavó e as tias de meu pai como prisioneiras para Salvador. Naquela época teve uma grande epidemia de bexiga, a varíola. Para chegar a Salvador, elas foram a pé até o final da linha do trem, em Queimadas. No caminho, uma tia de meu pai, muito fraca, não aguentava mais andar. Ela foi ficando para trás, até que desistiu: “Não aguento mais andar”. Morreu de sede e fome no mato. Mais tarde acharam o corpo. Dois meses depois, em Salvador, eles perguntaram se elas queriam voltar a Canudos e elas disseram que sim. Receberam um salvo-conduto, em 12 de janeiro de 1898, de Lélis Piedade. Retornaram e encontraram os maridos. Quando eu era criança, morava a 6 km do local da guerra. Quando a gente ia para a reza, via caveira e osso de gente no caminho. A gente tinha medo. O pessoal também tinha medo de falar de Canudos, porque os outros só viam o lado do governo. Não se dava valor a Conselheiro. São muitas histórias de bravura e tristeza, de paz e guerra, de fartura e fome (ARBEX JÚNIOR, 2014, 21).

A pesquisadora Patrícia Oliveira da Silva entrevistou algumas mulheres descendentes do Arraial de Belo Monte, seguidores e seguidoras de Conselheiro. Uma delas foi a senhora Zefinha que falou sobre o silêncio da História em relação à vivência da mulher na comunidade:

Eu atribuo isso ao machismo, é o preconceito, o machismo, que na verdade ainda existe, imagina naquela época. O machismo você vê, os escritores, os pesquisadores, só pesquisavam mais essa parte da atuação masculina, entendeu? O gênero masculino. Mulher ficava no anonimato, inclusive eu pouco conto esse fato, porque eu quando garota eu queria muito saber a

história de canudos, né? Assim, mas eu acho que era como os mais velhos diziam o sangue na verdade, corria nas veias, então, se muito eu tivesse era nove anos, de sete a nove anos, a então eu preparei um bloquinho, um lápis com borracha e quando sair de férias eu vou perguntar a minha vó paterna, eu vou perguntar a minha vó. Aí eu fui lá pra roça, perto, que pertence a bendegó, antes de bendegó, aí eu fui, nas férias aí eu fui, com essa expectativa, aí lá um dia eu cheguei e perguntei, comecei a fazer as perguntas a ela, aí eu perguntei, sim aí ela começou a falar aí ela disse era assim, ele era um homem muito bom de fé, aí em meio a conversa ela falou assim, as mulheres se ajoelhavam pra cumprimenta-lo e dava louvado seja nosso senhor Jesus Cristo né? A ele. Ah Patrícia, eu, imagina naquela época, eu era muito garota, aí eu achei isso um espanto, ah! Porque naquela época eu ouvia dizer que ajoelhar, eu não liguei o ajoelhar com a igreja, com a religiosidade, eu liguei ao comportamento né, da pessoa. Digamos assim eu ouvi dizer, fulano se ajoelhou, se humilhou, então pra mim, se ajoelhar era humilhação. Aí eu fiquei chocada, aí eu pronto parei por ali, eu fiquei um tempo pensando, como é que eu ouvi falar que o conselheiro era tão bom e humilhar as mulheres desse jeito? Foi eu pensava assim, eu, na verdade eu posso ser até uma feminista, né? Eu num demonstro muito, mas na verdade eu contesto muito o machismo, inclusive até nessa época né? Quando eu vi essa expressão aí foi água baixo. Dessa vez eu já 101 não perguntei mais nada pra ela. Aí deu um tempo. Quando eu voltei lá. Sim aí eu perguntei a minha tia, titia por que as mulheres se ajoelhavam pra falar com o conselheiro? Aí minha tia até riu, né? Da minha pergunta. Ah! Minha filha é porque era uma saudação, as mulheres se ajoelhavam, as beatas, pra cumprimentar o conselheiro com uma saudação que ele era um homem de fé, de respeito. Ah sim! Aí eu fui amenizando (SILVA, 2021, p. 100-101).

Em “Canudos: a guerra social”, Eduardo Muniz (1987) conta a história de muitas mulheres que viveram no Arraial:

Como Santinha, que exercendo grande influência entre os combatentes de Canudos, organizou um piquete feminino, devidamente armado, para socorrer os feridos e transportá-los a Canudos, bem como os cadáveres dos heróis sertanejos. Assim como, Maria Rita, a virgem das Caatingas trocou a roupa de chita pela roupa de couro, sobressaindo-se pelo destemor e pela pontaria. Sobrinha de Macambira quis participar, com seu primo Joaquim, no ataque à Matadeira, e só não o fez porque o grupo de doze já estava formado. Com o ferrão, ou guiada, que media três metros de comprimento, envolvera-se no combate corpo a corpo de Tabuleirinhos. Todos respeitavam aquela bela mulher, de largas cadeiras, apesar de magra e ágil, de olhos amendoados, maçãs salientes, cabelos caídos nas costas, atados por uma fita, queimada de sol, que não perdoava os inimigos e sempre se encontrava nas posições mais perigosas. Ao ser atingida por uma bala nas caatingas, teve forças para voltar a Canudos, percorrendo vários quilômetros, e caiu na porta do Santuário onde cessou de viver (MUNIZ, 1987 *apud* SILVA, 2021, p. 78).

Compreendemos que os movimentos sociais contemporâneos são a identidade cultural herdada das gerações anteriores que lutaram pelos ideais coletivos. São lutas históricas que marcaram o processo de desenvolvimento da humanidade em todos os aspectos.

O Economista e dirigente do MST, João Pedro Stédile, citado por Arbex Júnior (2014), analisa Canudos como um movimento de massas, um movimento popular que conseguiu congrega a classe camponesa, enfrentando assim a Lei de Terras que privatizou as terras brasileiras, impedindo o acesso dos camponeses a elas. Segundo Stédile, o MST é um movimento que agrupa camponeses para combater a imposição do capital industrial, lutando pela reforma agrária e disputando um novo modelo agrícola para o Brasil.

O economista ainda afirma que a população de canudos resistiu até ao fim da luta, e por isso, a lembrança pode ser utilizada com a frase que Euclides da Cunha finaliza seu livro “Os Sertões”: “Canudos não se rendeu. Nós, como movimento social da mesma classe, nos sentimos seus herdeiros históricos.” Muitos assentamentos do MST, espalhados pelo Brasil, homenageiam Canudos, pela sua importância na luta camponesa na História do Brasil (ARBEX JÚNIOR, 2014, p. 30).

Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ele surgiu quase cem anos depois de Canudos, como parte de um complexo processo de luta, estabelecendo vínculos com o propósito de construção de uma sociedade mais justa. Os movimentos sociais se formaram ao longo da história brasileira como forma de resistência à desigualdade social e à opressão:

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como uma galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo (GOHN, 2008, p. 19-20).

Martins e Lage (2004, p. 04) apontam que o legado de Canudos aos movimentos sociais pode ser interpretado com base em três dimensões da práxis social e na riqueza da subjetividade que o encerram:

A política, a religiosa e a econômica. Assim, o estudo do modelo de organização social e do sistema de produção do Belo Monte, de Antônio Conselheiro, convida à investigação do que remanesce no imaginário da gente sertaneja sobre esses importantes vetores do universo simbólico; quiçá os mais relevantes para a compreensão da tecedura social daquele movimento.

Para Gohn (2008, p. 171), “a análise dos movimentos sociais, sob o prisma do marxismo, refere-se ao processo de lutas sociais voltadas para a transformação das

condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. ” Daí a necessidade de forças coletivas unirem-se em torno de um ideal para através da luta transformar a realidade social vivenciada em outra com perspectiva de emancipação e autonomia.

#### **2.4. As mulheres aguerridas do Contestado**

*“Há muitos anos firmado, uma divisão de terra  
Na capital Rio de Janeiro, depois de uma grande guerra  
Tinham rebeldes e jagunços, contra as tropas militares  
Nega Jacinta e João-Maria, personagens exemplares”.*  
(Grupo Os Guris, 1996)<sup>8</sup>.

O pesquisador Fernando Tokarski salienta que “no planalto norte de Santa Catarina, 90% das pessoas eram paranaenses e foram para a região por causa do extrativismo da erva-mate”. A Guerra que se estendeu de 1911 a 1916, não objetivava o certame entre as federações. “O que culminou a guerra foi a construção da ferrovia” (ARBEX JÚNIOR, 2014, p. 164).

A empresa concessionária responsável pela exploração da linha por 90 anos era a Brasil Railway, formada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar. Além da garantia de juros em caso de danos, depósitos de capitais britânicos e franceses recebiam subsídios federais para terrenos de até 15 quilômetros de cada lado da linha (MACHADO, 2004).

A decisão do governo federal, com o apoio dos governantes locais, de doar terras sem cuidar das pessoas que ali vivem, desencadeou a insurreição camponesa e acabou deixando milhares de famílias camponesas desabrigadas, através do despejo. Como resultado, o desemprego foi alto na área, deixando os homens e as mulheres do campo sem terra para trabalharem.

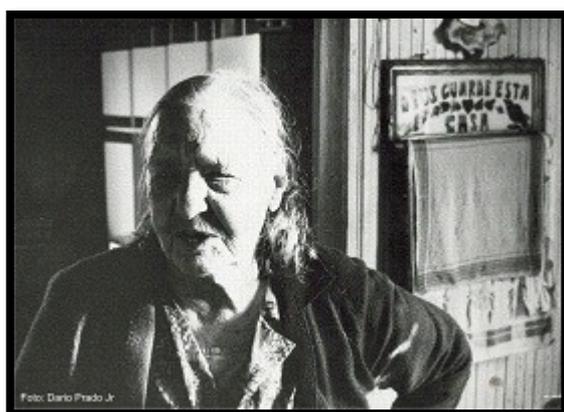
---

<sup>8</sup> O canal “Nostalgia Gaúcha” apresentou o quadro Resgate Cultural, dessa feita, trouxe o CD do grupo “Os Guris” da cidade de Canoinhas (SC). Conhecida como a terra da erva-mate, é também uma cidade de muitos músicos e de grupos gaúchos que fizeram história na música gaúcha. Esse trabalho é intitulado “Estilo Bagual” gravado no ano de 1996. Essa é a faixa 10 “Guerra do Contestado” que teve como compositores: Pedro de Souza, Rogério Joe, Jéferson Silveira e Jair Koticoviski (GRUPO OS GURIS, 1996).

Uma vez que a ferrovia foi concluída, as tensões na área aumentaram ainda mais. Muitos dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos (as) na construção foram trazidos (as) de várias regiões do Brasil e ficaram desempregados (as) após a conclusão da obra, sendo obrigados (as) a permanecerem na região sem o apoio da empresa norte-americana e do governo brasileiro, o que provocou um sentimento de revolta entre os camponeses e as camponesas, desencadeando assim, um conflito, caracterizado principalmente, por relações sociopolíticas.

As mulheres também lutaram e tiveram destaque na guerra do contestado, embora os livros não as vislumbrem.

Imagem 7: Rosa Pais de Farias, filha do líder Chico Ventura, fazia as bandeiras do movimento e os uniformes dos Pares de França. Morou e morreu em Lebon Régis, no meio-oeste catarinense<sup>9</sup>.



O pesquisador Paulo Pinheiro Machado, na coleção organizada por Arbex Júnior (2014, p. 171), traz uma importante informação sobre a divisão de tarefas e as relações de gênero na região do Contestado:

As cidades eram baseadas, principalmente na divisão de tarefas. A terra e a colheita eram de todos. O que era propriedade particular eram os objetos de uso pessoal, como as armas. Apesar disso, não se pode idealizar a situação: era uma sociedade muito conservadora em muitos aspectos. Havia fortes problemas de desigualdade entre gêneros (ARBEX JÚNIOR, 2014, p. 171).

Mesmo com a desigualdade, é imprescindível lembrar a bravura das mulheres em um tempo de silenciamento, fazer valer a sua força física e a sua voz, além de sua

---

9 Fonte: <https://www.brasilcultura.com.br/menu-de-navegacao/sociologia/as-mulheres-no-contestado/>.

religiosidade, que também era uma forma de liderar e no caso do Contestado isso contou muito.

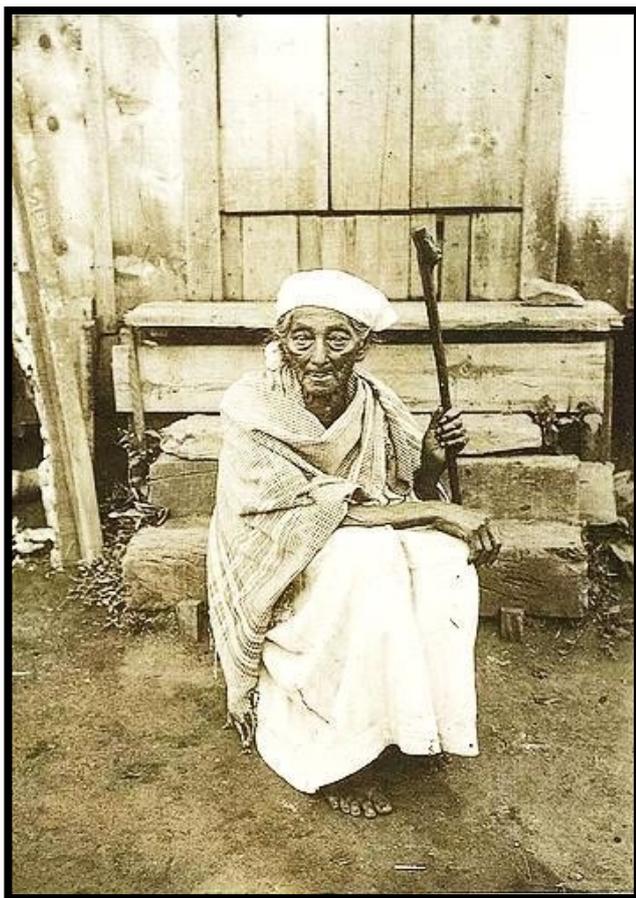
A história do Contestado, embora tenha sido uma luta pelo direito à terra e contra as desigualdades impostas pelo latifúndio, perpassa pelo aspecto religioso – o messianismo – uma vez que o povo pobre e trabalhador, com sentimento de injustiça, buscava na fé, além do trabalho, uma forma de sobrevivência. O Contestado está interligado com a passagem e liderança de três monges: João Maria, João Maria D’Agostini e José Maria.

No Contestado, a força das mulheres que contribuíram para arrebatar multidões foi marcante, como foi o caso das virgens Teodora, Maria Rosa, Chica Pelega, e Nega Jacinta.

Imagem 8: Nega Jacinta, uma típica cabocla da região” Fotografia de autoria desconhecida. Esta é Nhá Emídia, também conhecida como Nega Jacinta, mulher cabocla que testemunhou a Guerra do Contestado. Benzedeira, rezadeira, parteira e curandeira, Nhá Emídia foi considerada santa, em quem caboclos do Sul reconheceram poder de cura <sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup>Fonte:[https://issuu.com/grazyellegrazy/docs/revista\\_digital\\_primeira\\_republica\\_no\\_brasil/s/11365709](https://issuu.com/grazyellegrazy/docs/revista_digital_primeira_republica_no_brasil/s/11365709)



Maria Rosa era filha de agricultores da região. Em seus quinze anos, era dona de uma impetuosidade maravilhosa. Não escrevia e nem sabia ler, mas tinha o talento de expressar-se pela voz. Tinha liderança, tinha perspicácia. Segundo Queiroz (1981) ela era uma adolescente alegre, cabelos encaracolados louros, pele esquelética. Avistava-se Maria Rosa com frequência, com um vestido branco, decorado com fitas verdes, azuis e muitas penas de pássaros, todas coloridas. Nas procissões ela estava sempre à frente levando uma bandeira imensa com uma cruz verde ao meio.

A virgem Maria Rosa passava horas a fio na clausura de um quarto em completa oração, à espera das orientações do monge José Maria, através de sua vidência. Na comunidade ela ficou tão conhecida e reconhecida, que a consideravam uma santa, pois diziam que ela sabia tudo e por isso mesmo a seguiam e obedeciam a todas as suas ordens. Por causa das suas vidências, ela tornou-se “a comandante” militar dos povos dos redutos, articulando estrategicamente os combates e delegando as funções de cada pessoa (QUEIROZ, 1981).

Queiroz (1981) relata, ainda, que houve romaria em torno de Teodora, uma jovem de ascendência branca indígena, de olhos reluzentes azuis-esverdeados e colossais, de onze anos, órfã de mãe e que residia com o seu avô, o agricultor Euzébio,

conhecido do monge José Maria. Ela revelou para a população do vilarejo que dentro de um galpão havia três homens e um deles era o monge José Maria. Ela o ouvia e por isso mesmo a crença nas pessoas em Teodora como enviada, passou a validar-se de forma que pessoas doentes vinham para serem curadas por ela.

Oliveira (2020) afirma que Chica Pelega é outra figura de destaque na Guerra do Contestado. Os seus pais a trouxeram ao mundo graças a dois amuletos feitos a partir das cinzas de uma fogueira feita pelo monge João Maria. Os assassinatos da família de Chica, provocados por jagunços, levaram-na juntamente com sua mãe a habitar as terras de Taquaruçu, um dos redutos da região. Chica lidava com ervas e gostava de cuidar de animais, além de crianças e adultos doentes. Chica Pelega teve a mesma sorte de seu pai e de seu tio. Foi assassinada pelas forças do governo em Taquaruçu, num embate onde Chica defendia a justiça, em um tempo de injustiça.

Nega Jacinta foi outra personalidade importante. Era benzedeira, rezadeira e parteira. Oliveira (2020) comenta que no povoado ela era muito respeitada, por ter acolhido o monge João Maria D'Agostini numa gruta, hoje denominada Santa Emídia, no Rio Tigre, em Três Barras, Santa Catarina.

Nas cidades interioranas e nas áreas rurais do Brasil, onde a educação é ainda mais conservadora, a palavra virgem tem um significado especial e de conotação religiosa, que dá o sentido de pureza, de castidade, inocência. O messianismo religioso vivenciado no Contestado atribuía às virgens que lideraram a comunidade essa santidade. Elas tinham o papel de fortalecerem a fé da população camponesa e conduzirem a multidão às orientações dos monges e às trincheiras. “Maria Rosa representava com fidelidade a vontade do Monge e por isso tinha o poder de destituir, designar e sentenciar” (SILVA, 2010, *apud* MOREIRA, 2010, p. 7). Maria Rosa resistiu até o final do conflito, mas a incerteza de seu paradeiro, após o final da guerra, trouxe para o imaginário da população a sua santidade, em opiniões divididas entre a sua morte na guerra ou a adoção por alguma família daquele território (SILVA, 2010 *apud* MOREIRA, 2010).

Para Silva (2010, *apud* MOREIRA 2010, p. 8), “as “virgens” eram possuidoras de poder e influência sob os sertanejos e o mundo mítico, uma vez que se tornaram representantes do poder e da inspiração divina e estabeleciam um elo entre o “mundo encantado” e o mundo dos sertanejos”.

Imagem 9: O monge José Maria ao lado de três "virgens". <sup>11</sup>

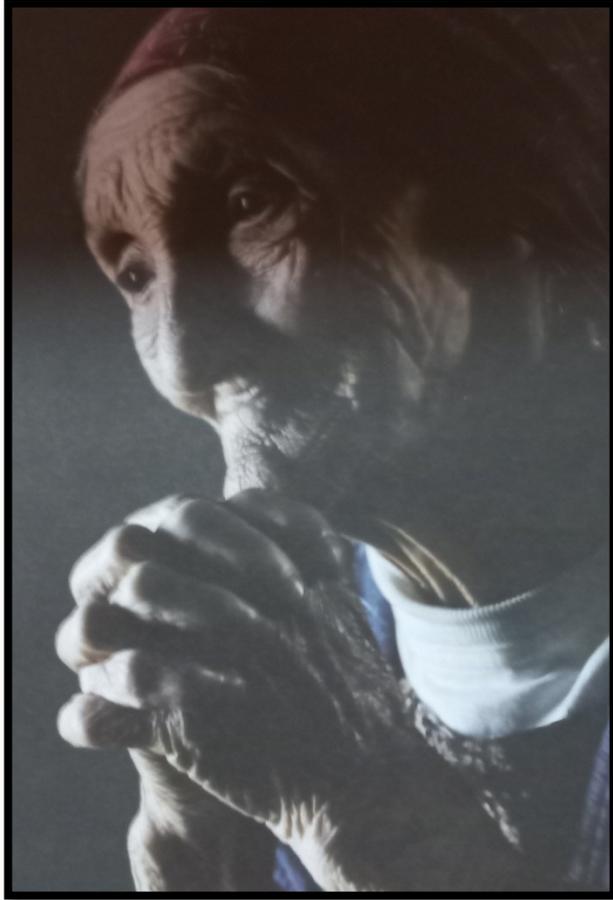


Imagem 10: Dona Sebastiana Medeiros, sobrevivente da Guerra do Contestado, aos 102 anos, em 11 de dezembro de 2011 <sup>12</sup>.

---

11 Fonte: <https://sway.com/s/ZUxUfNiN4hzpHsQP/embed?accessible=true>

12 Fonte: Coleções Caros Amigos / Revoltas Populares no Brasil / Contestado / Fascículo N° 06 / Pg 165 / Ano 2014.



## 2.5. A fé, os saberes e o labor como atividades no Caldeirão da Santa Cruz do Deserto no Cariri cearense

*“A vocação de Marina  
O ideal do Beato  
Vislumbra-se em cada fato  
Onde a História declina  
Grande mestra pequenina  
E um líder batalhador  
Que movidos pelo amor  
Pregam a paz e a justiça  
Cuja lembrança inda atiça  
O sonho transformador...  
Em cada palavra-chave  
Som de determinação*

*Mantra, hino e oração*  
*Para vencer cada entrave*  
*Voo de bendita ave*  
*Protegendo aquela gente*  
*Cujo ideal consciente*  
*Tinha sabor de igualdade*  
*E o cheiro de liberdade*  
*Impregnado na mente...”*  
(Josenir Lacerda, 2012).

A comunidade denominada de “Caldeirão da Santa Cruz do Deserto” na Região do Cariri cearense, sediada no município de Crato, no Ceará, foi palco do massacre ocorrido entre 1936 e 1937 aos camponeses e camponesas que eram liderados (as) pelo Beato José Lourenço, que buscaram no uso da terra, o enfrentamento às desigualdades sociais e econômicas, que provocaram muita seca, fome e doenças, na década de vinte e trinta do século vinte.

A história do Caldeirão registra a vivência de uma sociedade organizada, fundamentada na produção econômica coletiva, na prática do cristianismo, uma concepção de amor ao próximo na aquisição de terras para o uso da lavoura, com grande presença de trabalhadores/as e o acolhimento à população que ali chegavam pedindo socorro em estado raquítico, consequência da fome provocada pela seca que causava exclusão social. Essa luta foi ofuscada pelo regime coronelístico da época (TELES, 2020).

Era o ano de 1890 quando o jovem José Lourenço chegou ao povoado de Joaseiro (ainda era distrito de Crato) ao encontro de sua família, que tinha saído de Pilões de Dentro, na Paraíba, atraída pelos “milagres” do Padre Cícero. E foi em 1894 que o beato arrendou o Sítio Baixa Dantas no município do Crato, sob a orientação do Padre Cícero a quem ele seguia como referência de santidade, e o chamava de “meu Padim”, liderando a sua primeira experiência em comunidade com o trabalho coletivo.

Levou consigo para o Sítio Baixa Dantas muitos (as) órfãos (ãs), desempregados (as), pessoas em conflito com a lei, camponeses (as) cansados (as) de serem explorados (as) e aqueles (as) que chegavam precisando de trabalho. A maioria das pessoas que iam para o Sítio era enviada pelo Padre Cícero, para que pudessem ter uma nova vida através do trabalho educativo e religioso do Beato José Lourenço. De acordo com Teles

(2020), embora o terreno encontrado fosse pedregoso, a comunidade conseguiu através de mutirão construir casas de taipa, sistema de irrigação, produzir cereais, plantar algodão, frutas e hortaliças, tudo repartido entre todos os moradores. Os/as sertanejos/as vinham de todo o Nordeste, sendo que a maior parte deles era do estado do Rio Grande do Norte.

O industrial alagoano Delmiro Gouveia doou um boi de raça Zebu para o Padre Cícero, que o mandou para o Sítio Baixa Dantas, para que o Beato José Lourenço dele cuidasse, pois não tinha como deixá-lo na cidade. O boi serviu de reprodutor para as fazendas vizinhas no intuito de melhorar a raça bovina do Cariri. Como o animal era bonito e manso passaram a chamá-lo de Mansinho e foi tratado com zelo, porque pertencia ao “Padim Ciço”, a quem todos tinham o maior respeito e veneração (TELES, 2014). Inúmeros boatos circulavam com más interpretações advindas da vizinhança e por parte daqueles que eram inimigos do Padre Cícero, dizendo que o boi Mansinho era adorado pela comunidade que realizavam procissão cultuando o boi e utilizavam até sua urina como remédio.

Como pagamento de uma promessa, um romeiro tinha oferecido uma “touceira de capim roubada ao animal, o qual prontamente recusou rugindo penosamente” (FARIAS, 2000, p. 17).

Doutor Floro foi atingido nos seus interesses políticos, com a repercussão nacional da comunidade do beato José Lourenço. A imprensa alimentada pelo espírito de sensacionalismo dizia que no Cariri havia fanáticos adorando um boi santo. Para proteger a sua imagem, Dr. Floro Bartolomeu ordenou a prisão do beato, mesmo sabendo que não havia veracidade na história do boi santo. Ordenou o abate do boi para que estas histórias acabassem de uma vez e o Juazeiro ficasse conhecido pelas romarias direcionadas para Nossa Senhora das Dores, padroeira da cidade, e não por invencionices feitas por algumas pessoas. Deram, ainda, ordens para que o beato José Lourenço comesse da carne do boi, o que foi prontamente recusado (TELES, 2014).

O beato ficou preso durante dezoito dias e só conseguiu sair da prisão pela influência do Padre Cícero. A prisão do beato por causa do boi Mansinho foi um dos elementos que contribuiu para a perseguição àquela comunidade, tanto por parte do Estado como pelo clero. Logo após a morte do Deputado Floro Bartolomeu, em 1926, o dono do Sítio Baixa Dantas, o senhor João de Brito resolveu vender o mesmo.

O Beato José Lourenço deixou o sítio Baixa Dantas juntamente com a sua comunidade e foram para um terreno pertencente ao Padre Cícero, chamado

inicialmente de Caldeirão dos Jesuítas, por constar na oralidade do povo cariense que ali já passaram ou viveram Jesuítas. Os romeiros que seguiam o beato passaram a cognominar o lugar de Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. Penso no Beato como uma semente boa que semeada, frutificou, compreendeu o sentido da vida pela tarefa redentora da fé, do trabalho e do amor ao próximo.

Imagem 11: Sobreviventes do sítio Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, no Crato, em foto exposta em capela no local<sup>13</sup>.



Na Revista Itaytera, Figueiredo Filho (1961) aponta que o Caldeirão:

Caldeirão é um lugar de topografia acidentada e muito pedregoso. Cortado por vários grotões, sem nenhuma baixada, mas todo de terrenos ótimos para plantações de cereais e algodão. Era um deserto sem nenhuma benfeitoria. (...) Dois grandes açudes se ostentam, um no riacho do escondido e outro no riacho Caldeirão, medindo a parede deste 36 braças de comprimento, 18 ½ de altura e 13 de base. Foram ambas obras do esforço pessoal do beato, auxiliado, apenas, por algumas mulheres (FIGUEIREDO FILHO, 1961, p. 116).

Teles (2020) assinala que Severino Tavares foi um homem de aparência profética, de cabelo e barbas longos. Frequentava o Caldeirão, mas não residiu no local. Ele vivia peregrinando pelo sertão nordestino, anunciando tempos de mudanças e incentivando a ida dos homens e das mulheres para o Caldeirão. O senhor Severino

---

<sup>13</sup> Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/rebeldia-em-meio-a-tradicao-1/>

Tavares era um Homem sábio, que combatia com as suas pregações as desigualdades sociais, conclamando à fé e no beato a chegada de um novo tempo, de terra e pão.

Ele chegou a ser preso pelos militares em Santa Quitéria, no Ceará, quando o acusaram de ser comunista e ter participado da Intentona Comunista, também conhecido como Revolta Vermelha de 1935, começada em três capitais de estados do Brasil, entre elas, Natal, no Rio Grande do Norte.

Com a morte do Padre Cícero em 1934, os padres salesianos herdaram parte de seus bens, conforme consta em testamento. Contrataram o Deputado Estadual Norões Milfont da Liga Eleitoral Católica (LEC) para abraçar a causa e ter de volta as terras do Caldeirão. A LEC era um partido ligado diretamente a Igreja Católica e que, indiretamente, elegeu o governador do Ceará de então, Menezes Pimentel, pertencente à elite conservadora. O deputado Norões Milfont declarou que a comunidade do Caldeirão representava um grande perigo para o governo, pois a considerava comunista e fanática.

O Capitão José Bezerra veio em missão de espionagem para o Caldeirão e foi bem recebido pelo beato José Lourenço. Por lá não encontrou armas, mas, enviou um relatório dizendo que a comunidade era um grande perigo com ações e ideias comunistas.

Em setembro de 1936, o estado enviou tropas ao Caldeirão, que o invadiu com ameaças. Mediante declarações de moradores e moradoras, a tropa concluiu que toda a população ali existente era formada por 70% de pessoas do Rio Grande do Norte, 20% de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Maranhão e Piauí, e apenas 5% de cearenses natos (FARIAS, 2000).

### **2.5.1. As mulheres na terra prometida: um sonho vivido no Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.**

*“Bendito e louvado seja  
O lugar da redenção  
Nossa Senhora das Dores  
E Padrinho Ciço Romão  
Bendito e louvado seja  
O lugar da redenção*

*A terra da mãe de Deus*

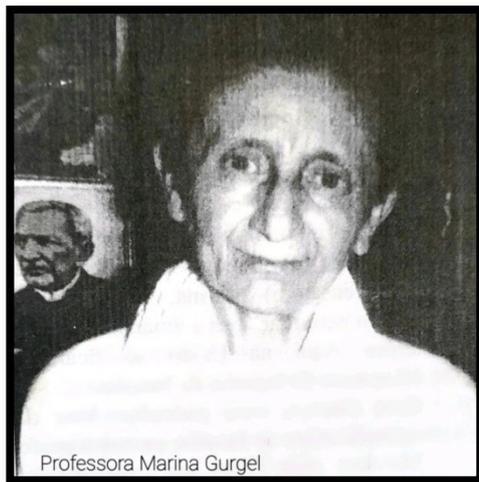
*O porto da salvação”.*

(Maria Lourêto de Lima, 2013. p. 90).

Entre a população do Rio Grande do Norte que foi residir no Caldeirão, havia uma professora de nome Marina Gurgel. Sousa e Carvalho (2012) apresentam um relato da professora, como a mesma conheceu Severino Tavares.

Eu morava no município de Caraúbas, numa fazenda chamada Perdição. Ele chegou numa casa, perto da casa que eu morava. Ele vinha montado, ali disseram: Marina, o Conselheiro vai chegar na casa de fulano de tal, hoje. Assim que disseram ele chegou, eu corri, saí da casa, não me importei com nada, fui bater onde tava: quando cheguei lá ele tava, eu falei com ele, aí eu conversei logo com ele (...). Só pregava o bem. Então ele dizia assim: que tudo que ele tava dizendo tinha sido transmitido a ele pelo Beato e que meu Padim Ciço tinha ensinado ao beato. E assim vinha dos três, era uma conversa só, era uma ligação só, só os mesmos conselhos do meu Padim Ciço: quem matou, não mate mais, quem roubou, não roube mais, quem desonrou, não desonre mais (...). A gente ficava naquela ânsia de vir, ver de onde tinha aquela missão, como eu fiquei e vim e cheguei e não me dei mal, passei esses anos, trabalhando, só vi muito respeito (SOUSA; CARVALHO, 2012, p. 109).

Imagem 12: A Professora Marina Gurgel (*In memoriam*), foi moradora do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto<sup>14</sup>.



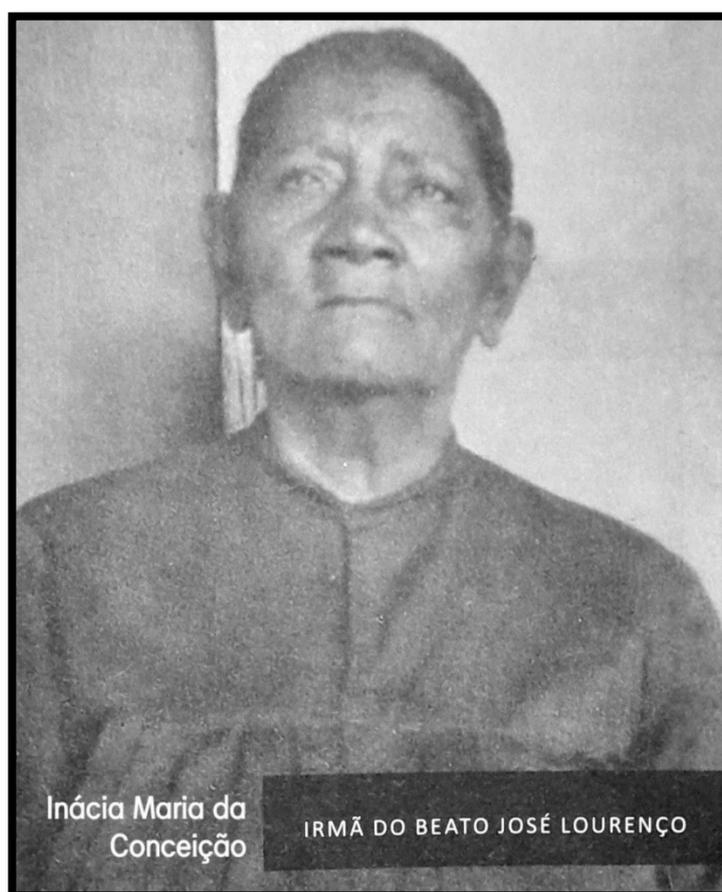
Alojados no Caldeirão deram início a uma nova construção e em pouco tempo fizeram daquele lugar um ambiente de prosperidade. Sempre imbuídos do ideal religioso, abraçavam as adversidades da vida com fé e espírito de luta, na esperança de

---

<sup>14</sup> Fonte: <https://www.instagram.com/caldeiraohoje/>

dias melhores e, com ideais de igualdade, autonomia e justiça, utilizando as terras consideradas improdutivas e transformando-as em solos férteis e produtivos, vivendo uma sociedade socialista primitiva, sobrevivendo com recursos próprios, legitimando a participação, construindo a cidadania, exercitando o caminho de homens e mulheres não sujeitos ao regime daquela época. Eram criadores (as) e fazedores (as) de uma história que impulsionava a tomada de uma consciência de classe, visto que classe social é uma “categoria econômica, fundamental que aglutina grupos, indivíduos e movimentos na sociedade civil e política” (GOHN, 1999, p. 39).

Imagem 13: Inácia Maria da Conceição (*In memoriam*), foi moradora do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto- Irmã do Beato José Lourenço<sup>15</sup>.



A história do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto não é uma história de uma comunidade comum. É a história da maior organização econômica e social vivenciada no Estado do Ceará no limiar do Século XX. Rememorar o modo de viver das mulheres naquela coletividade e que fizeram parte dessa história é ressignificar também a história

---

<sup>15</sup> Fonte: <https://www.instagram.com/caldeiraohoje/>

das mulheres nordestinas e a delas próprias. É dar-lhes a importância precisa, a visibilidade negada, ocultada, esquecida. É trazer para as novas gerações, a força, a coragem, a resiliência, a paciência, a retidão e resignação obtidas pela fé, o trabalho, a determinação, o sonho, a esperança, a resistência, a prática coletiva de vida, assim como as dificuldades, a desigualdade de gênero, os medos, os desenganos, as violências sofridas, o suor derramado, as renúncias, as lágrimas e a morte.

Historicamente, nós, caririenses, como herdeiros e herdeiras, dos homens e das mulheres do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, dos seus saberes, dos seus princípios, dos seus fundamentos e da base religiosa advinda do catolicismo, orientada pelo Padre Cícero Romão Batista e pela Beata Maria de Araújo, é um tesouro vivo, para os anais do Vale Caririense, assim como para a História do Brasil, conhecer um pouco da vida das mulheres que viveram no Caldeirão, através de pesquisadores e pesquisadoras, escritores e escritoras regionais, e especialmente seus descendentes.

#### **2.5.2. Marias de ontem e de hoje, remanescentes e parentas dos (as) derradeiros (as) sobreviventes do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto**

*Plante o pé de algaroba  
ou de outra planta  
para ser uma só mata  
as terras do meu sertão  
plante a fruta que alimenta  
a todo e qualquer cristão.  
Com muita gente chegando  
faltava alimentação  
romeiros foram pra serra  
para fazer planta  
trabalhar e sobreviver  
ocupando o Caldeirão  
(Rosário Lustosa, 2011).*

No livro “Nordeste Místico: Império da Fé”, das autoras Vilma Maciel Lira dos Santos e Célia de Jesus Silva Magalhães (1999), há duas entrevistas com duas

remanescentes que já não estão mais nesse plano terreno, mas deixaram suas impressões sobre o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, local onde viveram. Transcrevo aqui na íntegra as perguntas e respostas dirigidas as senhoras Maria de Maio e Maria de Lourdes de Andrade.

Entrevista 1 (SANTOS & MAGALHÃES, 1999, p. 86-87):

No dia 15 dez. 1997 a Sra. Maria de Maio (afilhada e filha adotiva do Beato José Lourenço), atualmente residindo na Rua Monsenhor Esmeraldo, em Juazeiro do Norte-CE, concedeu-nos a seguinte entrevista:

- Quais as lembranças que a senhora guarda do Caldeirão?
- Guardo a lembrança de que era muito bom. Tinha de tudo. Tinha açude, fruteiras em frente a capela em construção...
- Trabalho, reza e tudo era de todos...

Imagem 14: Dona Maria de Maio (*In memoriam*) foi moradora do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto<sup>16</sup>.



No livro “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: apontamentos para a história (roteiro, memórias, ensaios e reportagens)”, projeto contemplado no Edital das Artes/2006 da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza, organizado por Firmino Holanda e Rosemberg Cariry, no ano de 2007, há um depoimento da senhora Dona Maria de Maio, que é transcrito aqui:

---

<sup>16</sup> Fonte: <https://www.instagram.com/caldeiraohoje/>

Dona Maria de Maio (doméstica) – Juazeiro do Norte. O Caldeirão era um sítio. Só mata. Nesse tempo, eu não era nascida, não. Meu padrinho morava na Baixa Danta. Meu padrinho Ciço tinha botado ele para trabalhar lá. Depois esse sítio de lá foi vendido. Aí ele botou ele para o Caldeirão. Disse pra ele morar lá.. Agora, quando ele morresse, ficava para os salesianos. Ele foi pra lá trabalhar. Quando chegava uma pessoa aqui e não tinha trabalho, não tinha, ia pedir a ele, ele mandava pra lá, pra trabalhar, para ele botar pra trabalhar. Assim foi chegando gente. Em 32, o povo, naquela seca que houve, naquela fome, foi muita gente pra lá. Fizeram muita casinha de palha, ficou mesmo que uma rua, porque ele dava comida. O povo ficava lá. Assim continuava trabalhando. No Caldeirão, era trabalhar. Todo o mundo que chegasse lá e quisesse trabalhar ficava. Se não quisesse, saía. Se quisesse obedecer, para viver direito, viver tudo trabalhando sem confusão, sem briga, ficava. Mas, se quisesse viver, fosse de beber, de jogo, disso, daquilo outro, não ficava, não, porque ele não aceitava, de jeito nenhum. Ele recebia bem recebido. Quem chegasse lá, ele recebia. Podia ser quem fosse, ele recebia bem recebido. Agora, para ficar e fazer qualquer coisa errada, aí não ficava lá, não, que ele não queria. O armazém era umas casas grandes, onde botava os legumes. Tudo cheio de legume. Agora, o que precisasse ele dava tudo, tudo o que precisasse. Tinha muito remédio. Tudo que precisava. Se quisesse ir embora também, ele dava dinheiro que precisasse pra ir embora. Só não queria que ninguém estivesse lá, mais ele forçado.

Entrevista 2 (SANTOS & MAGALHÃES, 1999, p. 87-89)

Nome da Entrevistada: Maria de Lourdes de Andrade. Endereço: Rua do Limoeiro- Juazeiro do Norte-Ceará. Data da entrevista: 15 dez. 1997.

- Quais as lembranças que a senhora guarda do Caldeirão?

- Eu tinha 09 anos, nós chegamos lá em 1935, o que tinha lá era trabalho e reza.

O povo trabalhava e rezava um pouco. Mas começaram a perseguir o Beato e todos. Em 1936 a tropa chegou lá.

Imagem 15: Dona Maria Ferreira de Sousa, filha de remanescentes, foi moradora do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto praticamente nos últimos meses em que viveu na Comunidade<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Fonte: Arquivo pessoal



Para recuperar a história das mulheres no Caldeirão, que tem relação com a pesquisa sobre A Participação das Mulheres na História de Luta da Construção do Assentamento Dez de Abril, no Município de Crato-CE, foram realizadas entrevistas com mulheres filhas e netas de pessoas que viveram no Caldeirão:

- Maria José Sales (Mazé Sales), filha de remanescentes do Caldeirão, professora aposentada da rede pública Estadual do Ceará e Municipal de Juazeiro do Norte. Escritora e Teatróloga;
- Maria Lourêto de Lima, professora aposentada da Rede Estadual, professora universitária, pesquisadora e escritora;
- M. F. S, filha de remanescentes do Caldeirão.

Mazé Sales é professora concursada da rede estadual de ensino do Ceará e da rede pública municipal de Juazeiro do Norte. Filha de remanescentes do Caldeirão<sup>18</sup>. Está aposentada. Fundou a ONG Beato José Lourenço com o seu irmão. Segue o seu relato:

“Agora na casa grande, as irmãs do beato e outras mulheres trabalhavam cozinhando, porque eram grandes os panelões para alimentar os homens que estavam na roça. Então, as tarefas de casa, né, da casa grande, eram comandadas por mulheres. Em alguns momentos, os homens iam pra comer na casa grande, ou se não, se a roça fosse mais distante, iam os carregadores pra levar a comida pra roça, aí era tarefa dos homens. E, quanto assim, a participação das mulheres, tem que ver o contexto da época, porque a mulher era sempre submissa, né. Se bem que uma ou outra se destacava, mas com devido respeito, se colocando no seu lugar, né, que era dominante. Quanto às rezadeiras, assim quem dominava mesmo era o tio Bernardino, com a medicina popular, embora ele

---

<sup>18</sup> Entrevistadora: Maria de Fátima Araújo Teles. Entrevista por áudio (informação verbal) via WhatsApp no dia 08 de jul. 2022. Duração: 09min.

fosse enfermeiro, que trabalhou em Recife e tudo, e foi para o Caldeirão, mas havia também algumas rezadeiras que eu lembro de mamãe ter me levado pra ela rezar, uma das irmãs do beato que veio morar na Rua Padre Cícero, aí eu lembro que ela rezou em mim. Então é provável que as irmãs do beato também fossem benzedadeiras, rezassem nas crianças, né. Durante a luta, ninguém pegou em arma, a não ser o grupo de Severino Tavares, já no final, né, em maio de 1937. Quem estava no Caldeirão, fugiu, foi obrigado mesmo a sair de lá e se esconder no mato. No caso da minha avó, ela ficou escondida na Baixa do Maracujá com os filhos, e meu avô, meu tio, contavam que ela colocava um lençol coberto de folhas e as crianças debaixo quando vinha um avião, com o barulho do avião, todas as crianças iam para o esconderijo que era pra pensar que era só folhas. Foi numa dessas voltas de avião, que meu avô tinha saído pra pegar água, e recebeu um balaço. Uma bala pegou na mão dele. Outra tarefa das mulheres, fiar, fazer as linhas e tecer. Tinha as tecedeiras que faziam as redes e os tecidos pra confeccionar roupa que era de algodão, bem como tingir. Tingir as roupas de preto, azul e as outras ficavam brancas, que eram as cores que podiam entrar lá no Caldeirão. As louceiras faziam louças, panelas, argila, trabalhavam com argila, que naquela época faziam pote, panela, utensílios de casa eram, acredito que de barro, aí tinham as louceiras, Mercê, era uma delas. As mulheres tinham destaque sim, apesar de a época dominar o machismo. ”

A mãe da professora Maria José de Sales, se chamava Maria de Lourdes de Andrade Sales. A senhora Maria de Lourdes morou no Caldeirão entre oito e nove anos e, quando ocorreu a destruição da comunidade, ela e o seu esposo foram para o sítio União, em 1940, com o beato, e permaneceram lá até a morte do beato, em 12 de fevereiro de 1946.

Imagem 16: Mazé Sales, professora, filha de remanescentes do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto<sup>19</sup>.

---

19 Fonte: Arquivo pessoal



A entrevistada é autora da peça de teatro “Auto do Caldeirão: dos cavalheiros da Santa Cruz do Deserto e do beato José Lourenço”. Há uma parte na peça que aborda as atividades de trabalho das mulheres na comunidade do Caldeirão:

Um cruzeiro com flores ao pé. Mulheres em semicírculo trabalham: fiam, costuram, bordam, fazem crochê, etc. Usam roupas de algodão nas cores: preto, azul e branco. Manta na cabeça, saia longa rodada, em pregas ou franzida, mangas longas (SALES, 2001, p. 21).

A labuta cotidiana era incansável e trabalhavam em regime de cooperação para o crescimento do Caldeirão. O beato José Lourenço procurava sempre dar o bom exemplo, sendo o primeiro a seguir para o plantio da roça. No final do dia, após o jantar, iam para a capela orar até altas horas da noite. O Caldeirão era um lugar de trabalho e oração.

O depoimento da Professora Maria José Sales, filha de remanescentes, faz-nos compreender que havia desigualdade de gênero no tocante ao modo de comportar-se: “mas com devido respeito, colocando-se no seu lugar”<sup>20</sup>. Nota-se que, devido ao patriarcado secular, as mulheres, além do trabalho, única posição que igualava os gêneros, mantinham um comportamento mais casto, sempre atrás dos homens.

Os saberes e os ofícios são notáveis no trabalho realizados pelas mulheres. As mãos delas não rezavam os terços apenas, mas fiavam algodão para tecerem roupas, moldavam a argila para fazerem as panelas, os pratos, os copos, as bacias, os potes. A

---

<sup>20</sup> Entrevistadora: Maria de Fátima Araújo Teles. Entrevista por áudio (informação verbal) via WhatsApp no dia 08 de ago. 2022.

alquimia do mato, com as plantas para o tingimento de roupas é uma novidade admirável para o tempo em que viveram. O conhecimento empírico, vivido de forma sábia e sustentável. É indispensável a percepção do machismo nas horas de orações e procissões. Os homens sempre iam primeiro e na frente das mulheres. Elas sempre atrás nas fileiras e nas rezas. Muito além desses momentos, é imprescindível a legitimação das habilidades das mulheres que lá residiram. Suas experiências, saberes e sabedoria são valiosas para o processo de construção e reconstrução de nossa sociedade que acontece cotidianamente, interligando o passado com o presente.

Francisco Régis Lopes Ramos (1998) apresenta o relato da senhora Marina Gurgel, que foi professora no Caldeirão, onde aborda o suicídio da moradora Maria Vieira, que viera do Piauí residir na comunidade. Para Maria Vieira, sacrificar a própria vida era uma forma de resistência, a prova da dignidade para Deus, sua redenção para o divino e não para os homens de farda.

Segue a transcrição da entrevista em que a Professora Marina Gurgel conta como se deu a morte da senhorita Maria Vieira (RAMOS, 1998, p. 14):

“Eles davam voz de prisão. Fazia medo à gente. Mas, comigo mesmo eles não fizeram violência, não... Vi quando uma moça se queimou, Maria. Maria Vieira era uma moça do Piauí, uma moça bonita. Porque ela era como eu, não tinha pai nem mãe, não tinha ninguém. ”

A professora e escritora Maria Lourêto de Lima é autora do livro “José Lourenço, o beato perseguido”. Ela é neta de Severino Tavares, que se tornou figura importante na luta do Caldeirão. Segue o relato da referida autora, sobre sua ancestralidade (seus avós paternos, o senhor Severino Tavares de Lira e a senhora Joaquina Maria da Conceição), na vivência da comunidade do Caldeirão do Beato José Lourenço<sup>21</sup>:

A professora Maria Lourêto de Lima discorre sobre o assunto: “minha avó costumava rezar o rosário todas as noites, mantinha um bom relacionamento com todos, porém muito discreta não fazia parte da irmandade da Santa Cruz, com fervor como a maioria das mulheres fazia. Gostava de lê orações e o velho testamento. Após seu falecimento, seu esposo, e meu avô Severino Tavares, ingressou na caminhada pelos sertões. O povo que habitava no Caldeirão não possuía arma, os ataques foram combatidos com toras de pau. ”

---

21 Entrevistadora: Maria de Fátima Araújo Teles. O relato (informação verbal) foi concedido no dia 19 jul. 2022, às 16:40 h, através do aplicativo WhatsApp.

Imagem 17: Maria Lourêto de Lima, professora, neta de remanescentes do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (neta de Severino Tavares) <sup>22</sup>.



Na entrevista com a Professora, escritora e neta de remanescentes, Maria Lourêto de Lima, fica evidente a religiosidade das mulheres a partir de sua avó paterna. Como elas tinham o cuidado com as orações e o rosário como um escudo protetor. Com o falecimento de sua avó, o seu avô, o senhor Severino Tavares de Lira, transformou-se em um profeta peregrino, anunciando o Caldeirão pelo Nordeste, tornando-se numa das mais emblemáticas figuras importantes da história do Caldeirão, no que diz respeito ao combate e ao enfrentamento às forças oficiais do Estado na segunda invasão. Importante salientar a determinação e a crença da professora Marina Gurgel nas palavras do senhor Severino Tavares. Ela atravessou o seu Estado, Rio Grande do Norte, deixando a família lá e veio construir o seu legado, cumprindo a sua missão educacional nas terras do Caldeirão, onde alfabetizou crianças e adultos.

A comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto possibilita uma análise sobre a formação de uma classe unida em torno do ideal religioso, que lutou pelo direito à terra e pela sobrevivência. Criaram, assim, uma espécie de oásis no árido sertão nordestino para combater as desigualdades sociais e econômicas por meio do trabalho coletivo e igualitário (TELES, 2014).

A união dessa população pelo ideal de liberdade foi capaz de gerar a transformação social e garantir com o seu processo de organização a autonomia de um povo na luta pela igualdade.

Segundo Cordeiro (2004) através dos relatos colhidos em sua pesquisa para o livro “Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão”, no que tangia ao trabalho, havia de fato a igualdade, a população em seus diferentes gêneros teria as mesmas

---

<sup>22</sup> Fonte: Arquivo pessoal

ocupações. Porém, as mulheres tinham uma sobrecarga maior, devido aos trabalhos domésticos, agricultura e criação de gado. As atividades desenvolvidas pelas mulheres em relação à força eram equilibradas, mas alguns ofícios exigiam das mulheres, além da habilidade, tempo e paciência, como o tear e a costura. Elas semeavam, colhiam, cuidavam das plantas, ervas, animais domésticos, fiavam, teciam, lavavam as roupas da família, eram responsáveis pelos cuidados com a prole, além de ajudarem umas às outras na cozinha para a alimentação coletiva, pois uma só não dava conta, devido aos grandes tachos para cozinhar.

O autor enfatiza a desigualdade de tratamento de homens e mulheres nos momentos de oração, especificamente nas procissões.

Os homens saíam na frente, em fila, cantando. Posteriormente, a fila de mulheres, uma atrás da outra. Os homens sempre na frente. No entanto, embora no relato fique explícito o descaso como se fala das mulheres sempre atrás, o relator reconhece o papel sobrecarregado que é exercido pelas mulheres. “As mulheres eram atrás, que mulher não é de nada... E, aliás, é mais forte do que os homens. Porque os homens não aguentam um segundo do que a mulher aguenta” (CORDEIRO, 2004, p. 85).

As mulheres lutam cotidianamente pela sua autonomia e reconhecimento. Sua participação ativa na construção das sociedades se dá desde a formação delas:

O Beato teve a preocupação de alfabetizar seu povo, queria que soubessem ler e escrever. Sua fama atraía para o Caldeirão. Uma professora, originária do Rio Grande do Norte chegou acompanhada de uma família de sua cidade que vinha morar no Caldeirão. Mesmo sem a permissão de seus pais, veio em busca de uma missão. Marina, jovem, contava apenas 21 anos, loira de olhos azuis, com beleza de corpo e de espírito. Veio cumprir a sua missão, alfabetizar as crianças e os adultos do Caldeirão. A escola não era conforme o modelo convencional: sua sala de aula eram sombras das árvores. Adultos e crianças levavam consigo a carta do ABC nos aires ou bairé (espécie de escola usada a tiracolo) e nas horas de descanso estudavam atentamente (MAIA 1992 *apud* SOUSA & CARVALHO, 2012, p. 116).

Transcrição do depoimento da Professora Marina Gurgel (HOLANDA & CARIRY, 2007, p. 181-184):

Marina Gurgel (professora/doméstica) – Juazeiro do Norte. Sou do Rio Grande do Norte. Nasci na fazenda Gado Bravo, município de Carnaúbas. Então já estava com os meus 23 anos de idade, quando ouvi falar que vinha um homem pelo mundo pregando uma missão para todos. O pessoal, um dizia que era mentira, outros diziam que era verdade. Uns diziam é que ele vinha atrás das mulheres; outros diziam que era atrás das moças. Era aquela

confusão maior do mundo. Eu dizia: ‘Se ele chegar mais perto daqui eu vou ver, ouvir, para entender e compreender. Não quero história de ouvir dizer’. Então, ele chegou numa casa, perto de minha casa. Eu disse: ‘Minha gente, vou já aonde está o conselheiro Severino Tavares, que dizem chegou acolá naquela casa’. O povo de minha casa, meu pai de criação, que era quem me criava, zangara-se, disse que eu estava doida. Ou doida ou sem ser doida, saí, cheguei lá, ele estava lá. Cheguei, falei com ele. Aí ele começou a conversar. Aí ele perguntou: você sabe ler? Disse: ‘Sei, sim senhor’. Ele disse: ‘Apois aqui tem umas profecias do Padre Desconhecido - uma profecia que tinha chegado um bocado de gente de fora, outros lugares, por essa profecia tinha medo de sair de noite, veio muita gente. Eu prego a missão, e depois você lê essas profecias, para todo mundo ouvir e saber que o que eu digo é uma verdade, não é uma história, não é uma mentira’. Aí fiquei na missão, até terminar.

Lima (2013) relata ter conhecido a professora Marina Gurgel, ainda pequena, pois tinha uma relação de amizade muito grande com a sua família. A autora diz que a professora mantinha boas relações com seus pais, sentia-se orgulhosa em participar da irmandade da Santa Cruz e que chegara ao Juazeiro do “Padim Ciço”, logo depois de seu falecimento. Veio a pé do Rio Grande do Norte para o vale do Cariri, numa viagem que levava quinze dias ao destino sonhado.

A autora enfatiza que, numa conversa com outra remanescente, a senhora Dona Cecília, foi moradora da comunidade com seus pais e quem transportava os fardos de mandiocas e abacaxis eram o pai dela e o pai da autora, o senhor Eleutério Tavares (LIMA, 2013).

Em 2009, Sousa e Carvalho (2012, p. 117) entrevistaram a senhora Maria de Lourdes, uma das remanescentes e registraram dela as seguintes palavras: “As aulas aconteciam debaixo das árvores e na capela”. A professora ajudava na organização dos trabalhos e na divisão diária das tarefas, possuindo “certa liderança na comunidade”. Apesar dos poucos recursos disponíveis, tentava alfabetizar crianças e jovens. À noite, as aulas aconteciam com os adultos. A capela era o lugar de encontro para as aulas, sempre antecedidas da oração.

Além da professora Marina Gurgel, nos últimos anos do Caldeirão, havia chegado mais duas:

Dona Madalena, que vinha de Alagoas, Francisca de Sousa, proveniente de Sobral. Provavelmente elas teriam estruturado uma pequena escola, com uma educação básica se tivesse havido a oportunidade de dar continuidade à experiência do Caldeirão, isto é, se tivesse havido tolerância, interesse e habilidade em uma negociação por parte dos poderes vigentes (CORDEIRO, 2004, p. 82).

Em setembro de 1936, as forças militares ordenaram aos moradores que pegassem seus pertences e abandonassem o local. Sob os protestos diziam que ali tudo era de todos. O capitão Cordeiro Neto, das forças militares do Estado do Ceará, decidiu destruir o Caldeirão, saqueando seus pertences, incendiando as casas e expulsando as famílias.

A comunidade se dispersou e logo se restaurou na Chapada do Araripe em um local chamado “Mata dos Cavalos”, onde construíram cabanas de palhas. Muita gente se sentiu indignada e queria agir por conta própria. O beato era da paz e, juntamente com muitos que o tinham como guia, resolveu silenciar e reconstruir a comunidade. Severino Tavares foi solto e, juntamente com outros agricultores (homens) que se sentiram injustiçados, decidiu tomar providências diante das ações policiais que levaram à destruição de Caldeirão (TELES, 2014).

Em maio de 1937, houve a última invasão ao Caldeirão, com o envio de tropas militares e aviões autorizados pelo ministro da guerra Eurico Gaspar Dutra. A comunidade do Caldeirão foi atingida pelas tropas federais, dizimando grande parte dos (as) camponeses/as, quando destruíram totalmente o Caldeirão.

Transcrição do relato da senhora M. F. S., remanescente do Caldeirão e que respeitosamente me recebeu e se disponibilizou a entrevistá-la. Foi uma conversa muito rica em detalhes e sentida fortemente, dando pausas para a emoção<sup>23</sup>:

Dona M. iniciou a conversa falando sobre o seu nascimento que se deu em 12 de maio de 1929 e se rejubila de sua lucidez aos 93 anos de luta, sabedoria e amorosidade. Segundo a referida senhora, a comunidade era uma vida de trabalho e fé. As mulheres cuidavam da casa e quando tinha um servicinho maneiro ia para a roça. A senhora M. relembrou a sua chegada ao Caldeirão em 1935, com seis anos de idade. Olhou-me nos olhos sorrindo, rememorando a saída do Rio Grande do Norte, acompanhada dos pais, o senhor H. F e a senhora J. A. C. Ela contou que a família foi avisada do perigo de ir pro Caldeirão, mas seguiram viagem e, à noite, ficaram arranchados numa casa e ela lembra que tinha umas moças que iam para uma festa de Natal, por isso dona M. deduz que a ida para o Caldeirão foi no final do ano. Nessa cidadezinha que passaram, o tio de dona M. avistou uma pessoa conhecida e lhe pediu: “Guarde nossas costas”. Saíram da cidade e chegaram ao Caldeirão perto do meio-dia.

---

<sup>23</sup> Entrevistadora: Maria de Fátima Araújo Teles. O relato (informação verbal) foi concedido no dia 03 set. 2022, às 14:30 h, através do aplicativo WhatsApp. Duração: 3h.

Dona M. continuou sua fala: “A viagem foi seguida e eram duas famílias. Meus pais e meus tios. Um irmão de meu pai que era casado com uma irmã de minha mãe. Dois irmãos casados com duas irmãs. Minha mãe era tecedeira, mas quando chegou ao Caldeirão ficou só cuidando da casa. ”

A senhora M. falou que mesmo criança tem a lembrança de que dona Maria de Maio estudava na escola do Caldeirão: “me lembro de uma fardinha que dona Maria de Maio usava. Com alguns meses começou a invasão, a família saiu de lá, e na primeira que foi em 1936, que era para o povo ser enxotado para as suas terras. Quando a polícia acalmava, o povo chegava de novo. Na terceira, era para acabar com o beato, com tudo e com ele. Depois da segunda invasão, cada família ficava em cabanas, dentro das matas, procurando alimentação (batata do mato, fruta do mato), porque conheciam as matas. Um dia trouxeram maracujá verde e comeram cozinhado. No dia da invasão meu pai e meu tio pediram às esposas para não ficarem nas barracas. Pediu para ficarem escondidas no mato. Minha mãe levou uma latinha e uma cabacinha d’água, uma xícara e uma vasilha, com pimenta do reino e sal. O fogo feito com três pedrinhas”.

Perguntei-lhe como fazia esse fogo com três pedrinhas e dona M. de pronto me respondeu como uma contadora de histórias:

“Bota a panela em cima e um pau no meio das pedras. Tudo era feito em silêncio e dava para os filhos se alimentarem três vezes ao dia. Às onze horas ouviam-se os tiros e minha mãe pegada no rosário, rezando “caladinha” o dia inteiro. Meu pai levou um tiro e quem trouxe a notícia foi o cunhado, meu tio, irmão dele. O recado de meu pai era que minha mãe fugisse com os meus irmãos, minha tia, irmã de minha mãe e o meu tio (Chico). O caminho era assim: Mato de um lado, mato de outro, no meio a terra para caminhar. O beato não seguiu o caminho de terra. Seguiram pelo acero. Choveu muito e resolveu caminhar pela terra, porque não ficava os passos. No caminho, uma beirinha d’água, como uma cachoeirinha, e para matar a sede, encheu as mãos e levou à boca. Sentiu que era amarga, talvez fosse urina de animal. O beato andava com uma bolsa de palha comprida e dentro dela as imagens do Padre Cícero e do Coração de Jesus. Passaram o resto da noite molhados da chuva e o mato coberto de folha molhada, eu, encostada no colo de minha mãe. A mata fechada no inverno, que iniciava em dezembro. O beato enganchava os quadros nas galhas das árvores e rezavam durante toda a manhã, o rosário. Os tiros se ouviam saindo dos aviões e minha mãe pediu para botar uns paninhos na boca e ficar só com os olhos abertos. Isso foi na Mata dos Cavalos, em cima da serra, em 1937, na última invasão. “

Dona M. faz uma pausa e logo depois de um copo de água, continua: “O beato Zé Lourenço dizia assim: Nesse esconderijo, vamos entrar mais para dentro da mata, pois tem muita polícia para encontrar gente. Ele falou que ia com M. (meu irmão de dez anos), ver se encontrava alimento. No caminho, de onde vinham, ele disse que vinha da roça com o menino. Numa casa onde passaram, pediram comida e a mulher disse que sabiam quem eram eles. Ela disse que já tinha passado gente do Caldeirão lá e ela tinha alimentado. Ela colocou sal e milho numa panela e deu para o beato levar para a nossa família. No outro dia seguiram viagem e não levaram muita coisa. Minha mãe deixou panela, prato e rede. Levou só três pratos, três colheres, três xícaras e duas redes. Levou o mínimo de roupa. Quando as pessoas perguntavam, eles diziam que vinham do “Figueiredo”, que era um sítio. Agora, houve aí um grande desencontro. Meu pai foi dado como morto e eu junto com a mãe, irmão tia e tio seguimos para sobreviver. “

A senhora M. F. S. é viúva do senhor E. J., cearense de Jucás. Tiveram uma grande prole, composta por quinze filhos. Sete estão vivos: Dona M. tem 16 netos e 26 bisnetos.

A entrevistada, senhora M. F. S., 93 anos, filha de remanescentes, traz informações sobre a personalidade do Beato José Lourenço, de sua integridade, resiliência, disposição ao trabalho e a fraternidade, fé e coragem. A história do Caldeirão se entrelaça ao assentamento no tocante à disposição de enfrentar a vida, com os antagonismos existentes. O amor à terra e a Deus, a coragem de construir uma comunidade na terra chamada de prometida para morar e criar os filhos e filhas, guiados e guiadas pelo trabalho, pela fé e o compromisso com a vida.

Interessante que todas as três mulheres (Maria José Sales, Maria Lourêto de Lima e M. F. S.) entrevistadas da história do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto que foram entrevistadas, não se confundem e não se contradizem no que diz respeito aos aspectos (forma de olhar e características da comunidade). Todas que já falaram ou ainda relatam os saberes e os costumes da comunidade, sempre trazem as mesmas impressões, o trabalho coletivo, o amor ao catolicismo e a reverência ao Padre Cicero Romão Batista, o “Padim Ciço”. A beleza do bem viver e da resiliência do beato José Lourenço.

Sobre o tratamento desigual entre homens e mulheres na entrevista já era esperado. Uma vez que, na contemporaneidade, ainda há uma luta cotidiana pela quebra ou diminuição do patriarcado, para que as mulheres ocupem espaço e sejam respeitadas, imagine na década de vinte do século passado. As mulheres do campo no Nordeste e na

região do Cariri cearense, só conheciam a obediência, o andar atrás, o estar atrás, sempre atrás ou amparando a família, seja no trabalho ou no lar.

## **2.6. Um Parque histórico para lembrar O Caldeirão: a romaria da Santa Cruz e a semana ecos do Caldeirão**

*Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.  
(João Cabral de Melo Neto, 1968)*

O cineasta Rosemberg Cariry (2007) relata em seu livro “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: apontamentos para a História” ter sido convidado pelo Prefeito eleito da época, 1996, o senhor Raimundo Coelho Bezerra de Farias, para ser o Secretário de Cultura do Município do Crato. Cariry estava na França cumprindo agenda de projetos cinematográficos. No entanto, o universo enviou o chamado através do senhor Prefeito ao qual fora atendido por Antônio Rosemberg de Moura, que viera apresentar o seu sonho, ideias e projetos para a cidade, sendo nomeado Secretário de Cultura Municipal e tendo assumido também a Presidência da Fundação J. de Figueiredo Filho.

Rosenberg teceu manhãs de sonhos com muitas pessoas para que pudesse realizar muitos projetos na Cidade das Culturas. Essa é a transcrição de alguns nomes que participaram da elaboração do projeto do Parque Histórico do Caldeirão, onde conseguiram que a Prefeitura comprasse e tombasse a área do sítio Caldeirão com o objetivo de trabalhar a memória, o Patrimônio e a História, para que ela não fosse esquecida:

Dr. Raimundo Bezerra, do arquiteto Campelo (Pepe), do historiador Carlos Rafael, do escritor José Wilton (Dedê), da prof.<sup>a</sup>. Olga Paiva, do prof. Tito Rieds, do educador Alembert Quindim, do prof. Daniel Walker, do prof. Renato Casimiro, da profa. Sylvie Debs, do escritor e dramaturgo Oswald Barroso, do Prof. José Newton Figueiredo, do cineasta Jackson Bantim (Bola), do dramaturgo Cacá Araújo, do escritor Emérsom Monteiro e de muitas outras pessoas da região. O Sítio Caldeirão foi tombado em 21/03/05. Estava presentes na reunião o ex-governador do Estado do Ceará Lúcio Alcântara e o vice-reitor da URCA, Universidade Regional do Cariri, José Newton (HOLANDA & CARIRY, 2007, p. 352).

Destarte o tombamento tenha sido efetivado no ano de 2005, é crucial lembrar o percurso que levou a essa concretização data da administração do prefeito Raimundo Bezerra (1997 a 1998), conforme afirma Silva (2018).

Uma luta coletiva foi sonhada e concretizada através de mentes e mãos. Nos anais do Banco Eletrônico da Assembleia Legislativa do Ceará (CEARÁ, 2002), há um dia dedicado no Estado para rememorar a Comunidade do Caldeirão e o seu massacre. O dia 10 de setembro. A lei segue transcrita aqui:

Lei n.º 13.234, de 03/07/2002

Cria o Dia Estadual em memória da Comunidade do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto.

Art. 1º Fica instituído o dia comemorativo em memória da Comunidade do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto.

Art. 2º O dia comemorativo será, anualmente, o Dia 10 de Setembro.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições que a contrariem.

Na Capela Santo Inácio de Loyola, no Caldeirão, está funcionando um projeto para preservar a memória histórica da Comunidade. O projeto foi idealizado por Régis Alves e tem inclusive uma página na rede social Instagram, com o nome “caldeiraohoje”<sup>24</sup>.

Entrevista com Régis Alves<sup>25</sup>:

Já conhecia a história, o pessoal da Associação Memorial Beato José Lourenço mora aqui pertinho, e conhecendo o local em 2013 nasceu o projeto de valorizar o local onde foi o auge da comunidade e levar a história para lá, usando assim um espaço que

---

24 Fonte: <https://www.instagram.com/caldeiraohoje/>

25 Entrevistadora: Maria de Fátima Araújo Teles. O relato (informação verbal) foi concedido no dia 05 de set. 2022, através do aplicativo WhatsApp.

não funcionava nada. Ai com a doação de algumas peças da associação, e nos cedendo as imagens para uma cópia, começamos nosso memorial Caldeirão lá. Além do museu Memorial Caldeirão contando a história da Comunidade Caldeirão com imagens fotográficas, acervos antigos, personagens da época e relíquias da comunidade, o Projeto Caldeirão Hoje, busca no local, sinalizar os pontos turísticos, onde se localizavam lugares importantes na comunidade, valorizando o turismo Ecológico e Religioso no local, fora o histórico. E para complementar a história local, temos uma sala intitulada MUSEU INDIOS CARIRIS, onde contamos a história da formação de nossa região e sobre os primeiros habitantes da região, os Indígenas Cariris. Resumidamente o Projeto Caldeirão trabalha nesse segmento no local.

No ano de 2022 foi sancionado o Projeto de Lei que institui “A Semana Ecos do Caldeirão”, para preservar a História do Beato José Lourenço e da Comunidade da Santa Cruz do Deserto.

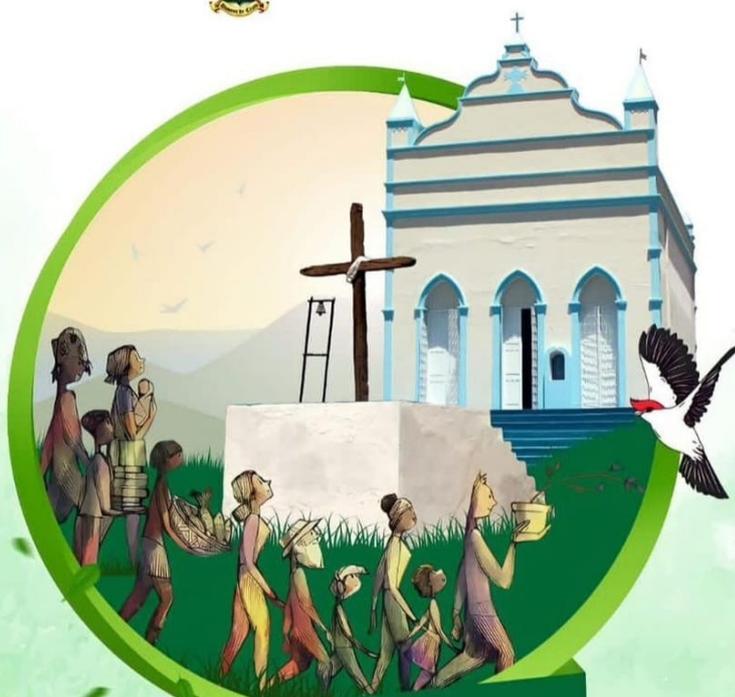
Imagem 18: Folder da Romaria do Caldeirão em 2022 <sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Fonte: Romaria da Santa Cruz do Deserto no Caldeirão – CEBs do Brasil. 22ª Romaria do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto | Diocese de Crato



Diocese de Crato



22ª Romaria da Santa Cruz do Deserto no

# Caldeirão

O Caldeirão da Santa Cruz  
do Deserto e o Bem Viver

**Data:** 25 de setembro de 2022 (domingo)

**Local:** Sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto - Crato/CE

**Programação:** \*7h (Acolhida aos romeiros) | \*8h (Santa Missa)

| \*10h apresentação musical (Pingo de Fortaleza e Rosemberg Cariry)

**PROGRAMAÇÃO DA SEMANA**

Dia 19 - Programa TV Mãe das Dores (15h45)

Dia 20 - Anúncio da romaria na missa do Pe. Cícero (06h)

Dia 21 - Participação no programa na Sombra do Pé de Juá TV Mãe das Dores (15h45)

- Celebração no Assentamento 10 de Abril (19h, Crato)

Dia 24 - Programa Especial Rádio FM Pe. Cícero 104,5 (14h)

- Ensaio aberto "22° Romaria da Santa Cruz do Deserto no Caldeirão da Santa Cruz do Deserto com Pingo de Fortaleza e Rosenberg Cariri - orquestra e coro na Vila da Música (18h - Crato)

Dia 25 - 22° Romaria da Santa Cruz do Deserto (7h)

Crato - Secretaria Municipal de Cultura

**2.7. As romarias ao caldeirão da santa cruz do deserto e sua importância como preservação da memória e da história da luta pela terra.**

As Romarias iniciaram no ano de dois mil (2000), com o apoio e organização da Diocese do Crato e da Pastoral da Terra (SILVA, 2018). Elas acontecem no terceiro domingo de setembro, anualmente, com uma Missa e visitação ao local.

Cordeiro (2004, p. 201) analisa o Caldeirão como uma bandeira de representação da luta camponesa, do MST, e seus direitos, tanto que no dia 17 de setembro do ano

2000 em decorrência da celebração dos 25 anos da CPT, na Romaria dos CEBs, o MST teve uma participação ativa na missa, considerada como um ato em homenagem ao “chão sagrado do Caldeirão”. No entanto, não compareceu remanescentes, nem parentes deles e ninguém que esteve em algum momento inserido nas comunidades que foram organizadas pelo Beato José Lourenço.

As romarias têm um significado de alta relevância para a terra, pois alimenta o valor social do chão sagrado que alimentou e habitou a população menos favorecida do início do século XX. A terra é símbolo de luta, de sonho, de esperança, de horizonte, de moradia, de alimentação e de bem viver, para além da sobrevivência das famílias. O Assentamento dez de abril reverencia as romarias como forma de honrar quem veio antes deles e fez daquele pedaço de terra, um paraíso em tempos de seca, miséria e morte. Tem a simbologia da luta pela terra, pela desigualdade econômica e social, a luta pelos direitos básicos, a forte presença religiosa que acalenta a alma, ao mesmo tempo que a fortalece para os embates da própria vida.

É uma forma de reexistir o Caldeirão através do teatro, da literatura, da música, buscando manter a história viva para as gerações futuras conhecerem e valorizarem a luta e os saberes dessa população que viveu em nossa região e deixou para nós a herança da coragem e do enfrentamento às desigualdades sociais e econômicas, além do exemplo fiel à fé, que os (as) mantiveram todos e todas no trabalho da construção coletiva, na vida e na morte.

Transcrição da entrevista de Angelita Maciel, que iniciou as romarias ao Caldeirão, pois fazia parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>27</sup>:

Entrevistadora: - Quando se deu a primeira romaria ao Caldeirão?

Angelita Maciel: - A primeira romaria aconteceu em 2000 pela passagem do milênio.

Entrevistadora: Como se deu? Quais as Instituições que se articularam?

Angelita Maciel: A Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sindicatos das trabalhadoras/trabalhadores rurais, associações de moradores e Assentamento Dez de Abril.

Entrevistadora: Quais os objetivos e os desafios para que pudesse acontecer?

Angelita Maciel: No primeiro momento foi de afirmação da história do caldeirão da Santa Cruz do Deserto como memória da luta pela terra, a firmação da terra como

---

<sup>27</sup> Entrevistadora: Maria de Fátima Araújo Teles. O relato (informação verbal) foi concedido no dia 03 de set. 2022, através do aplicativo WhatsApp.

direito sagrado. O desafio foi à localização, o clima quente, a falta de conhecimento da história.

Entrevistadora: Houve algum rompimento ou desde o seu início até os dias atuais a romaria acontece?

Angelita Maciel: Sempre aconteceu. Nos primeiros anos aconteceu no 1.º domingo, logo depois da romaria da Mãe das Dores em Juazeiro, depois se fixou nos 4.º domingos, sempre no mês de setembro.

Entrevistadora: Como se dá a Romaria? Como é a programação? Sempre foi a mesma desde o princípio?

Angelita Maciel: A Romaria tem sua organização nas comunidades paroquiais de cada município, há uma articulação/coordenação diocesana das pastorais sociais, CEBs e organismo da Diocese. Com a chegada de Dom Fernando Panico como bispo diocesano o Caldeirão passa a ser o santuário das comunidades. O tema está relacionado à campanha da fraternidade e o cuidado com o meio ambiente.

Entrevistadora: Houve a participação ativa feminina na organização da romaria?

Angelita Maciel: Assim como em todas as pastorais, movimento e serviços da igreja a participação das mulheres sempre é a mais significativa. Nas ações pastorais somos as protagonistas, com isso não digo que somos valorizadas ou estamos ocupando o lugar das decisões. Muitas vezes somos as “fazedoras” das tarefas.

Entrevistadora: Como se dá o trabalho da Pastoral da Terra? É interligado à Diocese do Crato ou não tem relação religiosa?

Angelita Maciel: Todas as pastorais fazem parte das dioceses por isso são pastorais. Se está na diocese é parte dela. Porém as pastorais sociais que fazem suas ações religiosas para além da Igreja Católica, a Pastoral da Terra, por exemplo, é ecumênica na sua ação aos camponeses e às camponesas.

Entrevistadora: As Comunidades Eclesiais de Base trabalham em consonância com a Pastoral da Terra e Diocese? Como se dá esse trabalho na organização da romaria do Caldeirão?

Angelita Maciel: As pastorais atuam nas CEBs.

Entrevistadora: Na época da ocupação do Assentamento dez de abril no Caldeirão, vocês enquanto Instituição apoiaram a ocupação? De que forma?

Angelita Maciel: As pastorais sociais CPT (Comissão Pastoral da Terra), a PJMP (Pastoral de Juventude do Meio Popular) atuando na Diocese, apoiaram desde o início; participando da mobilização dos trabalhos, com campanha de alimentos,

assessoria jurídica, mobilizando apoio nas rádios e nas equipes de negociação com o governo do Estado.

Entrevistadora: Na romaria comparecem muitas mulheres? Tem a estatística de homens e mulheres na romaria?

Angelita Maciel: Em todas as atividades, seja religiosa, sindical ou em outras que acompanho sempre as mulheres aparecem como maioria e muitas vezes como lideranças. Na romaria não é diferente. Não saberia dizer qual a proporção, pois falta estudos ou pessoas interessadas nessa temática.

Entrevistadora: Há articulação do Estado ou Município para realização da romaria ou ela acontecerá como sempre foi através da Diocese e Pastoral da Terra?

Angelita Maciel: Sempre foi assumida pela Diocese, CPT, CEBs, Cáritas, articulando os muitos parceiros, STTRS, ONGs, a Secretaria de Cultura do município de Crato.

Entrevistadora: Qual o seu papel na Romaria? Como se deu sua chegada até a romaria e como se sente vendo acontecer todos os anos?

Angelita Maciel: No ano de 2000 eu estava na coordenação regional da Pastoral da Terra, e na coordenação diocesana, nos reunimos com o bispo Dom Nilton de Holanda Gurgel e promovemos a primeira romaria. Éramos umas 30 pessoas, agentes de pastoral, professores (as), dirigentes sindicais, coordenação da ONG ACB, vereador Amadeu de Freitas e padre Vileci Basílio Vidal, caminhamos 6 quilômetros, o mais perto que o ônibus chegava do local.

Entrevistadora: Em tempos pandêmicos como ficou a Romaria e como será esse retorno?

Angelita Maciel: Em 2020, com a Covid-19, não aconteceu. Em 2021 um pequeno grupo da comunidade Santa Fé e alguns membros da coordenação fizeram. Esse ano é o retorno, estamos esperando um número elevado dos romeiros, mas como a lei foi sancionada em ano de eleições, os candidatos aproveitam para fazer “a média”. Penso que mais que a lei, seria a desapropriação da área para uma experiência agrária com aporte financeiro para os jovens do Assentamento Dez de Abril produzir ecologicamente e garantir o espaço como solo sagrado para os agricultores e agricultoras.

Atualmente Angelita é articuladora das pastorais da Paróquia da Mãe das Dores, Basílica da Mãe das Dores, em Juazeiro do Norte. Contudo, ainda realiza algumas

articulações na Pastoral, pois se sente ligada a Pastoral da terra. Segundo Angelita, Dom Pedro Casaldáliga dizia que uma vez da Pastoral da terra, sempre Pastoral da terra.

### **Capítulo 3. A dimensão das ligas camponesas no embate pela terra, moradia, direitos da população trabalhadora do campo.**

*“Nosso canto de dor sobe da terra  
É a semente fecunda que o vento  
Espalha pelo campo e pela serra  
A bandeira que adoramos  
Não pode ser manchada  
Com o sangue de uma raça  
Presa ao cabo da enxada  
Não queremos viver na escravidão  
Nem deixar o campo onde nascemos  
Pela terra, pela raiz pelo pão”*

*Hino do Camponês - Hino das Ligas Camponesas  
Francisco Julião (BRASIL, 1964).*

Martins (1981 *apud* 2014, p. 67) reitera que durante a década de 40 do século XX, as formas de resistência camponesa e organização se deram através do messianismo e do cangaço. As ligas camponesas surgiram na década de 50 em regiões variadas do país. Eram muitas e o objetivo era o mesmo.

Para Julião (1962, p.13), as ligas camponesas se caracterizam como um agrupamento de pessoas do campo, trabalhadores (as) organizados (as) para a construção de uma sociedade baseada na justiça social.

Em 1955, surge a “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”, mais tarde chamada de “Liga Camponesa da Galileia”. Essa iniciativa coube aos próprios camponeses do “Engenho da Galileia”, Município de Vitória de Santo Antão, não muito longe do Recife (JULIÃO, 1962, p. 23-24).

A luta pela terra para moradia, plantação, pela sobrevivência econômica e a luta está também interligada aos direitos trabalhistas, deram origem aos sindicatos rurais. Nessa época o debate da Reforma Agrária entrou em pauta nos registros e compromissos nacionais, tanto que o lema era “Terra para quem nela trabalha”, advindo dos encontros iniciais dos (as) lavradores (as) e trabalhadores (as) agrícolas camponeses

(as) em São Paulo, tendo uma grande contribuição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (MEDEIROS, 2014 *apud* ARBEX JÚNIOR, 2014, p. 142).

O advento das ligas se deu também numa conjuntura política na qual a região Nordeste questionava a situação agravante e entristecida do êxodo rural, resultante do latifúndio que suprimia a ocupação da terra. A conscientização e reivindicação partiram da elite nordestina que discutia o desenvolvimento para o Nordeste, com o aumento da industrialização, para que às famílias não precisassem sair de seu lugar de pertencimento para o Sudeste ou Sul do Brasil com o sonho de melhoria de vida. Essa elite não queria mais ver a região Nordeste sendo assistida somente nas secas, lembrado por causa das secas, sendo visto apenas pela existência delas e as tendo como característica principal. Ela queria o Nordeste industrializado e podendo andar com o seu potencial, para não ficar totalmente dependente do assistencialismo.

As Ligas mais conhecidas e mais relevantes dos anais da seara camponesa brasileira se deram nos Estados do Pernambuco, no engenho da Galileia em Vitória de Santo Antão e da Paraíba, em Sapé.

No ano de 1955, o engenho da Galileia, em Vitória de Santo Antão-PE, foi palco de importantes decisões políticas. Uma delas foi à abertura da Associação Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, no dia 1.º de janeiro do referido ano, às 14h, no Engenho Galileia, estava plantada a semente do sonho de liberdade. O povo camponês da região todo compareceu (GALILEIA, 2017).

A região Nordeste era conhecida nacionalmente pelas intensas secas, miséria, fome, além da falta de acesso à política de educação. Os patrões latifundiários não permitiam que os (as) filhos (as) dos (as) camponeses (as) estudassem, pois, uma vez despertados pelo conhecimento, não seriam alvos fáceis da opressão e exploração econômica. No Engenho da Galileia deu-se início à alfabetização numa sala da casa grande do senhor fazendeiro. A sua filha de nome Corina, como cita Galileia (2017), conseguiu alfabetizar algumas pessoas, mas logo o seu pai resolveu destituir o acesso à educação e os (as) filhos (as) dos (as) agricultores (as) que queriam continuar estudando tiveram que se dirigir à cidade, perfazendo dez quilômetros diários a pé, ida e volta.

A poesia popular foi de grande contribuição para a difusão das Ligas Camponesas, uma vez que a Região Nordeste sempre teve uma conotação ideológica em sua literatura regional, pelos temas cantados, recitados e declamados, abordando as injustiças sociais, a exploração do latifúndio, o embate do abastado contra o desprovido e do grande contra o pequeno (JULIÃO, 1962, p. 38).

Para refletir a contribuição da literatura popular na divulgação das Ligas Camponesas, trago esse poema de autoria de Vinicius de Moraes, lido pela primeira vez em João Pessoa, no Parque Solon de Lucena, em homenagem ao primeiro ano de falecimento do líder das Ligas Camponesas de Sapé, João Pedro Teixeira.

*Queremos que a terra possa  
Ser tão nossa quanto vossa  
Porque a terra não tem dono  
Senhores Donos de Terra.  
Queremos plantar no outono  
Para ter na primavera  
Amor em vez de abandono  
Fatura em vez de miséria*  
(Vinicius de Moraes, 2008).

Zito da Galileia, neto de um dos fundadores das Ligas Camponesas do Engenho da Galileia, em seu livro “A história das Ligas Camponesas: Testemunho de quem a viveu” descreve a diretoria pioneira:

Os camponeses fundaram a sociedade e elegeram uma diretoria assim composta: Paulo Travassos, presidente; José Francisco de Souza (Zezé da Galileia), vice-presidente; Osvaldo Lisboa, primeiro-secretário; Severino José de Souza, segundo secretário; Romildo José Mendes, tesoureiro; João Pereira de Araújo, segundo tesoureiro. No conselho fiscal ficaram: Osvaldo Campelo, Amaro Aquino dos Prazeres (Amaro do Capim) e João Virginio. Logo em seguida, com o empenho de José dos Prazeres e do presidente Paulo de Travassos, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco foi legalizada em cartório, na última semana do ano de 1954 (GALILEIA, 2017, p. 21).

Os objetivos da liga pernambucana eram arrecadação de fundos pelos camponeses/as para terem autonomia, comprarem os instrumentos para a lida no campo, construção de uma escola para atender a comunidade, retirando-a do analfabetismo, assistência funerária, “médica e jurídica aos camponeses. Pretendia-se também, formar uma cooperativa de crédito para comprar sementes, adubos, e ajudar a pagar foros atrasados”, como afirma Galileia (2017, p. 21).

### **3.1. A saudação da senhora Marieta para o sonho de justiça nas mãos de Julião**

*“Oh, senhor cidadão  
Eu quero saber, eu quero saber  
Se a tesoura do cabelo  
Se a tesoura do cabelo  
Também corta a crueldade. ”*  
(Tom Zé, 1972).

Nenhum sonho é impossível de concretizar-se, mas muitos encontram espinhos e pedras no caminho. No projeto da Galileia não demorou para que os obstáculos aparecessem. O senhor que detinha a propriedade deu ordem de despejo aos trabalhadores e trabalhadoras que estavam no Engenho. Outro sonho os fez ter esperança. O da justiça. José Ayres dos Prazeres trouxe o Deputado Francisco Julião para defendê-los e defendê-las. Francisco Julião visitou o Engenho da Galileia e foi recebido por dezenas de homens, mulheres e até crianças. A casa de farinha do senhor Zezé estava repleta. A avó do autor, a senhora Marieta, logo que avistou o Deputado saindo do seu carro, um fusca vermelho, 1951, retirou flores de uma vasilha de flandres e jogou carinhosamente sobre a cabeça do advogado Francisco Julião. Uma salva de fogos foi solta para chamarem a atenção dos (as) outros (as) camponeses (as) das proximidades (GALILEIA, 2017).

O deputado os (as) informou que a mobilização, tanto quanto a união era crucial. O deputado e advogado Francisco Julião abraçou a causa e tornou-se líder político das Ligas Camponesas e trouxe a vitória da desapropriação das terras da Galileia em 1959.

### **3.2. Mulheres que marcaram a História das Ligas Camponesas**

*“Eu continuo a luta”*  
(ALVES, 2022).

Para Galileia (2017), a luta dos galileus passou por três fases diferentes: o combate à miséria, à fome, à nudez, ao analfabetismo, à obrigação de trabalhar de graça,

ao cambão, ao engano do lápis, ao pulo da vara e ao vale do barracão; a resistência ante a ameaça de expulsão da terra sem indenização; com a Galileia desapropriada, o nível de consciência dos (as) camponeses (as) foi aumentando, até que eles chegaram à conclusão de que, com a libertação da Galileia, apenas um pequeno grupo seria beneficiado, sendo necessário lutar por uma reforma agrária radical que atingisse todo o Brasil, conforme pregava Julião.

Martins (1981, p. 77) classifica desse modo os grupos de camponeses (as) existentes nas ligas envolvidos em sua organização e mobilização:

Os foreiros das terras de engenhos, camponeses em vias de expulsão... De outro lado, os moradores das usinas, trabalhadores em vias de converterem-se definitivamente em assalariados, perdendo as características camponesas, além daqueles que já estavam efetivamente reduzidos à condição de assalariados, expulsos de seus roçados para as pontas de ruas, os povoados próximos às usinas.

Segundo a pesquisadora Leonilde Sérvolo de Medeiros, no limiar dos anos 1940, até meados da 1964, mesmo com a Ditadura Militar Brasileira, foram mapeados pela autora mais de 100 movimentos grevistas dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente na capital paulista, sendo vivenciada a efervescência delas na década de 50. Fazendas tiveram seus trabalhos paralisados, e no Estado de Goiás, especificamente em Trombas e Formoso, dois movimentos tornaram-se bandeiras da luta posseira (2014, p. 143). Em 1963, no apogeu da luta, o Congresso regulamentou as relações de trabalho, mas como afirma a pesquisadora, essa luta pela regulamentação já vinha sendo reivindicada desde os anos 50 pelo deputado Fernando Ferraz do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No ano de 1963, foi criada a “Superintendência da Política de Reforma Agrária (SUPRA), assim como a CONTAG”. A partir da aprovação no Congresso da regulamentação das relações de trabalho, “o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a igreja iniciaram a organização dos sindicatos” (ARBEX JÚNIOR, 2014, p. 143).

A memória da professora Maria Celeste, das Ligas camponesas da Galileia, também deve ser lembrada. Ela buscou estratégias de resistir ao golpe de 1.º de março, quando da instauração da Ditadura Militar, chegando a ser presa, estuprada e torturada pela força armada Brasileira.

Imagem 19: Professora Celeste

Ligas Camponesas da Galileia, Vitória de Santo Antão-PE <sup>28</sup>



Delzuíte também, junto ao seu esposo, viveu de maneira clandestina para não ser presa ou morta. Infelizmente o esposo de Delzuíte foi assassinado, deixando-a viúva a educar os filhos sozinha. Delzuíte conta essa história em um livro de sua autoria, intitulado “Sonho de Liberdade”, segundo Galileia (2017, p. 69-72).

Cida Pedrosa no canal do *Youtube* “Travessias” conta a história de uma liderança revolucionária das Ligas Camponesas, Alexina Crespo, esposa do Deputado Francisco Julião Alexina esteve à frente do movimento de Pernambuco contribuindo com a resistência camponesa e mantinha contato com líderes mundiais socialistas como Fidel Castro (PEDROSA, 2022):

---

<sup>28</sup> Galileia, Zito da. A história das ligas camponesas: testemunho de quem a viveu/ Zito da Galileia; apresentação Marcelo Mário de Melo.- Recife: Cepe, 2017.

O movimento conhecido como Ligas Camponesas, acontecido em Pernambuco a partir de 1950, tinha como intuito prioritário dar assistência à arrendatários e trabalhadores rurais e defendê-los de ameaças provocada pelo patronato. Muitas mulheres atuaram ativamente neste movimento, mas uma das mais importantes foi Alexina Crespo, companheira do então advogado Francisco Julião, um dos maiores líderes do movimento. A participação de mulheres em movimentos desta natureza é um processo comum ao longo da história. Infelizmente como esclarece a historiadora Talita Maciel, a prioridade é destacar personagens masculinos que tiveram forte atuação como o próprio Francisco Julião, ou João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas, assassinado pelos líderes latifundiários. O fato de haver poucos relatos sobre lideranças femininas nas Ligas Camponesas, principalmente, porque ocorreram em uma sociedade patriarcal, não significa que elas não existiram. Alexina Crespo é uma prova disto. Ela não foi uma militante de esquerda comum, conheceu Che Guevara e chegou a discutir com Fidel Castro e Mao Tse Tung sobre a melhor forma de promover uma reforma agrária numa área dominada pelos usineiros e latifundiários que mantinham lavradores em condições de semiescravidão. Mesmo com a atuação invejável, na luta por justiça social, Alexina é uma ilustre desconhecida para a maioria dos brasileiros e brasileiras. Nascida em 30 de julho de 1926 a pernambucana Alexina, casou-se aos 17 anos com o advogado Francisco Julião em abril de 1943. O casal se envolveu na causa agrária, porque muitos trabalhadores rurais pediam apoio ao advogado pedindo ajuda para comprar remédios e alimentos. Alguns chegavam com as marcas dos açoites dos jagunços e coronéis. Foi Julião que institucionalizou a sociedade agrícola e pecuária de Pernambuco que logo se chamaria pela imprensa de Liga Camponesa. Ao lado de Gregório Bezerra, também foi seu principal líder. Em 1961, as ligas chegaram a ter 10 mil associados. Gente que movimento potente! Imagine se a Reforma Agrária tivesse acontecido nesse momento, nós estaríamos contando uma outra história desse Brasil velho, meu Deus. Enquanto o marido atuava no campo jurídico a indignação diante do sofrimento daqueles camponeses transformou Alexina, ex-aluna de uma escola religiosa conservadora, em uma comunista convicta, disposta a lutar para garantir liberdade e justiça àquela gente sofrida. Lá chegou a liderar um grupo clandestino que se preparava para a luta armada no campo. No documentário “Alexina, memória de um exílio”, ela conta que só divergia em Julião quanto à forma de luta. Ele achava que a revolução deveria vir por meios pacíficos, enquanto ela acreditava piamente que ela só viria na “marra”, na luta armada. A convite de Fidel Castro, Alexina foi à Cuba. Ela e o marido também visitaram a União Soviética, China, Coreia do Norte e Tchecoslováquia. Ela conta no documentário que o líder Chinês Mao Tse Tung, chegou a perguntar enquanto tomavam chá se os camponeses de Pernambuco tinham armamentos suficientes para a guerrilha. Segundo historiadores Flávio Gomes Cabral e Maria da Glória Medeiros, Alexina fez treinamento de guerrilha em Cuba e ainda atuou como instrutora em campo de treinamento revolucionário. Quando eclodiu o golpe militar de 1964, Alexina já estava separada de Julião há 1 ano. E se encontrava em Cuba para o casamento de uma das filhas. Dois anos antes, ela tinha deixado os 4 filhos naquele país para estudar, confiando em Fidel Castro para cuidar deles como se fossem seus, enquanto ela se dedicava integralmente a organizar a resistência camponesa. Ao saber do Golpe ela quis voltar, mas foi aconselhada por Fidel a permanecer em Cuba, pois correria risco ao vir para o Brasil. No exílio Alexina Crespo continuou atuante, representando o Brasil em reuniões com líderes dos principais países socialistas: Cuba, Vietnã, URSS, China, Coréia do Norte, Chile, El Salvador... Na incumbência de arrecadar recursos e apoio para a revolução no Brasil. Antes disso, ela já tinha tomado conta da revolução cubana de 1959. No documentário consta que costurava sacos de açúcar, plantava café e ainda montou guarda na casa de Che Guevara, mas

com cabo de vassoura, porque não tinha arma. Alexina ficou em Cuba por quase 10 anos até mudar-se para o Chile em 1972. Mas, no ano seguinte o presidente Salvador Allende é assassinado e a filha de Alexina, Anatilde, é presa e levada para o Estado Nacional, onde muitos militantes foram torturados e mortos. Foi solta graças à intervenção do governo sueco. A militante e sua família então se mudaram para a Suécia e só voltaram ao Brasil no início da década de 1980, quando já estava em vigor a Lei da Anistia. Alexina Lins Crespo de Paula faleceu de insuficiência respiratória em 2013 aos 86 anos de idade. Ela resume sua impressionante trajetória de vida da forma mais singela: eu só fiz o que tinha que fazer!

Imagem 20: Francisco Julião, Fidel Castro e Alexina Crespo <sup>29</sup>



Em Sapé na Paraíba, as ligas camponesas ganharam força através do casal João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira. Ela vinha de uma família de posses e ele muito pobre. Ela o ensinou a ler e escrever. Ele a ensinou cozinhar. O casamento foi contra a vontade do pai dela.

O contexto político em que estava inserido o casal era esse:

A legislação trabalhista sancionada por Getúlio Vargas não se estendia aos trabalhadores rurais, que tinham seus direitos atropelados pelos grandes latifundiários. O imposto era pago por meio do aluguel da terra com dias de trabalho gratuito. Como salário, os donos de terra forneciam apenas a quantidade necessária para manter o camponês vivo e trabalhadores ficavam sempre endividados, e se quisessem ir embora, eram presos, torturados e muitas vezes mortos pela polícia ou pelos capangas do latifundiário (ARBEX JÚNIOR, 2014, p. 144).

João Pedro, insatisfeito com a situação, criou a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, no ano de 1958. A Liga Camponesa de Sapé foi

---

29 Fonte: [brasildefatope.com.br](http://brasildefatope.com.br)

pioneira no Estado da Paraíba. Ele foi um grande articulador junto aos camponeses e camponesas. Já Elizabeth foi responsável pela burocracia da Associação.

Filiava os camponeses, e as camponesas, tendo chegado à composição de 15 mil filiados no ano de 1961. As filiações eram diversas: trabalhadores (as) urbanos (as) e rurais, estudantes e profissionais liberais. O casal tinha um grande respaldo pela seriedade que carregavam no bojo da luta.

João Pedro foi assassinado em 02 de abril de 1962, numa emboscada feita por latifundiário. Elizabeth Teixeira continuou o prélio e levantou a bandeira da luta pela terra, aumentando o número de filiadas mulheres em solidariedade a ela que ficava na presidência da Liga honrando a luta do esposo. Elizabeth Teixeira visitou a Ilha de Cuba a convite do Presidente Fidel Castro (*In Memoriam*), que lhe ofereceu abrigo junto aos seus filhos, e suas filhas, mas ela não quis, pois, sua missão era em seu país, na resistência, no movimento, na luta camponesa por direitos. Essa mulher forte foi presa por oito anos, viu dois filhos serem assassinados pelo mesmo ideal, viu sua filha morta por suicídio em decorrência do pânico em pensar que matariam sua mãe. Viveu por um tempo na clandestinidade, mudou o nome e residiu no Rio Grande do Norte, onde ensinou crianças a lerem para em troca receber alimentação e um ínfimo salário para sua sobrevivência.

Foi personagem central do filme “Cabra Marcado Para Morrer”, que contava a vida dela e de seu esposo na Liga Camponesa de Sapé. O Cineasta Eduardo Coutinho (*In memoriam*), encontrou-a no Rio Grande do Norte através do contato de um filho dela e como havia sido promulgada a Lei de Anistia, no ano de 1979, o cineasta trouxe de volta a ideia de desengavetar o filme, uma vez que este fora interrompido com a Ditadura Militar do século XX no Brasil. O cineasta comprou uma casa para Elizabeth morar com sua família, onde se encontra. Elizabeth participa de fóruns, debates, homenagens e marchas. Para ela “a luta só vai ter fim quando acabar o latifúndio” (ARBEX JÚNIOR, 2014, p. 145).

Neste ano de 2022, no dia 06 de agosto, a senhora Elizabeth Teixeira foi presenteada com uma réplica da bandeira da Liga Camponesa de Sapé, em homenagem ao seu esposo João Pedro Teixeira e ao seu aniversário de morte que completou 60 anos em abril deste ano. A bandeira também é uma reverência à bravura de Elizabeth que liderou a Liga, marcando a história do latifúndio e da violência do campo mundialmente.

Imagem 21: Elizabeth Teixeira e sua família<sup>30</sup>.



Transcrevo a homenagem feita à Elizabeth Teixeira, que a amiga cordelista Silvinha França, trouxe do blog de Giovanni Meirelles (2022):

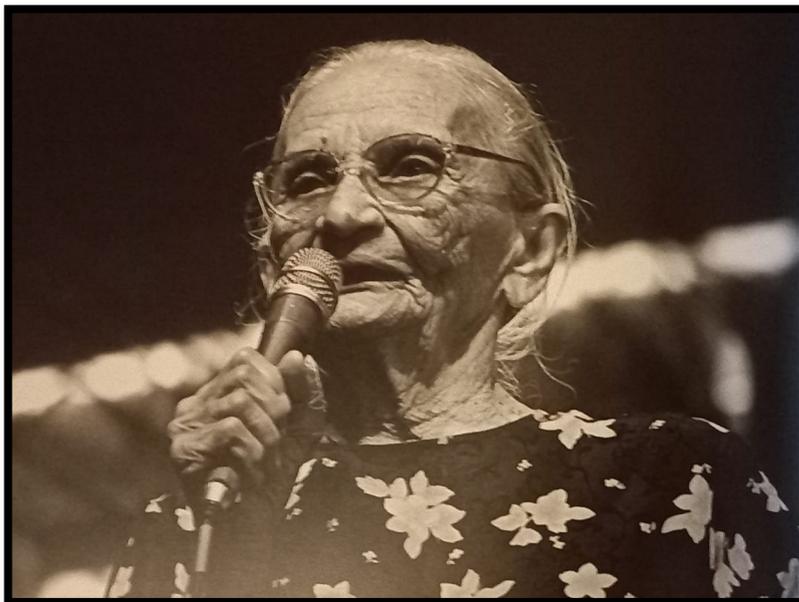
Foi entregue na manhã deste sábado (dia 06), à ex-líder das Ligas Camponesas de Sapé, Elizabeth Teixeira (hoje com 97 anos de idade), uma réplica idêntica da bandeira oficial usada pelo movimento deflagrado pela Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, a partir da fundação da entidade, em 1958. A réplica foi pesquisada durante cinco anos (2015/2020), tendo por base de resgate histórico (fonte primária) um rolo de fotografias originais em preto e branco feitas pelo falecido Mery Medeiros de Natal-RN, durante um comício e passeata das Ligas, realizados em janeiro de 1963, na atual “Capital do Abacaxi”. Houve a utilização de IA (Inteligência Artificial) pelos programas: MyHeritage, Photo Converter, B&W Old Restoration and Enhancement, Easy Images Colorization, Radial Gradient Generator e Deepai Colorize Machine. Para restauração das imagens e recuperação das cores de fundo, depois confirmadas por depoimentos testemunhais de pessoas que vivenciaram essa época, como, por exemplo, a atriz de cinema Zezita Matos (casada com Breno Matos, artista plástico autor do desenho original, na década de 1960). Dúvidas sobre o tom exato das cores e a sistematização dos ícones estilizados, como uma foice com cabo de madeira, enxada de roçar mato em plantações, ramos de algodão não floridos e cana-de-açúcar emplumada, foram dirimidas por consulta a vários autores através de suas obras, como por exemplo, Permínio Asfora em “Sapé – 1940” (romance realista/regional). De 1940 a 1950, a região onde se encontra a “Terra onde Nasceu Augusto dos Anjos – O Poeta do Século XX” serviu para cultivo de cana-de-engenho e algodão para extração de óleo, pelas fábricas da SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil), daí estar explicada a presença dos ramos dessa cultura na bandeira das Ligas, entre o final dos anos 1950 e início da década de 1960. As grandes plantações de abacaxi, fruta tropical exportada para vários países como Grécia, Argentina, Uruguai,

---

30 Fonte: Memorial das Ligas Camponesas

Paraguai e outros Estado do Sul/Sudeste do Brasil, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, pelos caminhoneiros todos chamados de “gaúchos”, pela população residente nas cidades dessa área de Várzea do Agropastoril do Baixo Rio Paraíba, bastante famosos, só vieram surgir a partir de 1970, já depois do advento das Ligas Camponesas e por isso não aparecem na bandeira do movimento.

Imagem 22: Elizabeth Teixeira <sup>31</sup>.



É crucial lembrar a importância das Ligas Camponesas como inspiradoras da luta camponesa no País. É preciso lembrar-se de “quem soube fazer a hora e não esperou acontecer”, parafraseando Geraldo Vandré na música “Pra não dizer que não falei das flores” (VANDRÉ, 1994).

### **3.3. Outra versão diferente da bandeira foi descartada**

Em depoimento, Elizabeth chegou a revelar que na primeira versão da bandeira, logo no início dos esboços, pensou-se em usar a cor-de-barro (matiz marrom claro, telha, tijolo) como fundo principal do retângulo (representando a terra, o barro deste chão) e o círculo central seriam na cor azul (simbolizando o céu da esperança em dias melhores para o campesinato), mas essas sugestões foram imediatamente abandonadas, sendo totalmente descartadas após o assassinato do marido dela, João Pedro Teixeira, no dia 02 de abril de 1962.

---

<sup>31</sup> Fonte: Maria Claudia Ferreira da Silva, 2014

Nessa época, foi usado vermelho (símbolo da terra encharcada de sangue camponês e massacrada por homens armados com as ordens dos latifundiários) e trocados os céus azuis da esperança “lenta e distante” pela esfera branca com apetrechos agrícolas em um losango preto (em memória da morte de João Pedro e seus outros associados, mortos em confrontos com a polícia ou em emboscadas armadas por capangas de donos de fábricas e pecuaristas) (MEIRELLES, 2022).

Imagem 23: Mulheres no início do MST <sup>32</sup>.



### 3.4. O Surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil

*“Nossa força resgatada pela chama  
dá esperança no triunfo que virá  
forjaremos desta luta com certeza  
pátria livre operária camponesa  
nossa estrela enfim triunfará!”*

Hino do MST  
(BOGO & OLIVEIRA, 1985)

---

<sup>32</sup> Fonte: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>

O MST surgiu no Brasil, no final da década de setenta do século XX, sendo considerado, ainda na atualidade, como o movimento popular mais expressivo do nosso país, assim como o que tem mais visibilidade, pela sua organização e ação.

A luta desse movimento fez com que já houvesse grandes conquistas como o debate sobre a reforma agrária diante da sociedade, a inclusão de dois artigos na Constituição que respalda a desapropriação de terras improdutivas e o reconhecimento do próprio movimento internacionalmente.

O MST é o movimento de maior expressão na realidade brasileira e um dos de maior relevância na América latina. Por meio de sua estrutura organizativa, formas de manifestação e lutas, contribuíam para publicar e politizar o tema da questão agrária no Brasil, país que ocupa o segundo lugar em concentração de terras, perdendo somente para o Paraguai (MONTAÑO, 2010, p. 276).

O exemplo da luta do MST na região do Cariri é muito relevante para que outros movimentos se fortaleçam e compreendam que as conquistas são advindas da luta e da resistência.

Essa conquista é fruto de uma imensa variedade de ações e formas de protestos a que o movimento recorre, como as inúmeras ocupações e acampamentos em grandes propriedades rurais improdutivas (na maioria das vezes) ou que não estejam, em alguma medida, cumprindo sua função social, ocupações de órgãos públicos, marchas ao longo das rodovias, jornadas nacionais, entre outras. Essas ações têm levado a seguidos enfrentamentos com os órgãos de repressão estatais (em conluio com os interesses da grande propriedade fundiária) e milícias paraestatais, comandadas por latifundiários (MONTAÑO, 2010, p. 279).

Imagem 24: Marcha Popular pelo Brasil, 1999 <sup>33</sup>.



<sup>33</sup> Fonte: <https://mst.org.br/nossa-historia/97-99/>

A politização do Movimento Sem-Terra foi muito importante, e as suas formas de protestos, ocupações, passaram a ter visibilidade nacional, pressionando o Estado para garantir terra a quem não tem, a quem precisa para dela tirar o seu sustento e o da sua família. Além disso, como aponta Montaño (2010), o projeto político do MST é mais amplo do que a reforma agrária e almeja uma transformação social que supere o capitalismo como modelo. Assim, articula-se e fortalece outras lutas sociais como pelo direito à moradia, as lutas dos povos indígenas e contra o racismo.

O MST adquiriu e vem adquirindo três características específicas: é um movimento popular, tem um componente sindical e possui um caráter político. O caráter “popular” se expressa por meio da possibilidade de participação de todos os trabalhadores nas lutas, independentemente de sua atuação ou condição como camponês. Ao associar o componente sindical ao caráter político do movimento, salienta que a luta pela terra não se restringe ao caráter corporativo sindical, mas envolve uma luta que aglutina interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe, ou seja, há o entendimento de que a luta pela reforma agrária, embora possua uma base camponesa, é parte da luta de classe (STEDILE & FERNANDES *apud* MONTAÑO, 2010, p. 276).

A origem do MST é o campo, sua bandeira é o acesso à terra. Porém, ela também é uma luta de classe e, por isso mesmo um Movimento formado por trabalhadores e trabalhadoras que lutam pelos direitos garantidos constitucionalmente. Esse Movimento se une a outros, como a dos (as) trabalhadores (as) excluídos (as) da cidade, o movimento dos (as) trabalhadores (as) desempregados (as) (MTD), entre outras frentes da classe trabalhadora, favorecem o fortalecimento, assim como a resistência à hegemonia do capital.

O MST desempenha um papel importante no combate ao machismo e à desigualdade entre gêneros, pois desde a base, ou seja, antes da ocupação territorial, predominam as atividades familiares e todos os membros são responsáveis por diversas tarefas do acampamento.

Na situação de assentadas as mulheres não rompem a ligação com o MST, o que permite a algumas delas a continuidade da atuação militante e mesmo a profissionalização na militância no MST. Isto porque, tendo em vista a precariedade das condições de existência no assentamento, e a atuação do MST na pressão para a implementação de políticas públicas a ele direcionadas, há a continuidade de uma lógica de ação de “politização do cotidiano”, com a formação de grupos de saúde, higiene, produção e outros, além dos núcleos de base que discutem questões e problemas, e elaboram reivindicações. A partir disso, algumas assentadas têm a possibilidade de atuar no MST em suas diferentes instâncias e de representar este movimento nos assentamentos. Ao mesmo tempo, o próprio MST passa por um processo de diversificação de pauta, incorporando a questão de gênero como fruto, em

primeiro lugar, da participação feminina em suas instâncias. Esta participação ocorre acompanhada da valorização do “papel da mulher na luta pela terra” (LOPES & BUTTO, 2008, p. 227).

Quando tentamos incluir as mulheres sem-terra na luta política, já percebemos o caráter revolucionário do MST, que as coloca em pé de igualdade com os homens em termos de importância no campo.

Imagem 25: Marcha Mundial das Mulheres<sup>34</sup>.



34 Fonte: [www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/](http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/)

Imagem 26: Marcha de Campinas a São Paulo, 2010. Foto: João Zinclar <sup>35</sup>.



### 3.4 A Semeadura do MST e o Assentamento Dez de Abril como semente

*“Vem, façamos a nossa liberdade  
braços fortes que rasgam o chão  
sob a sombra de nossa valentia  
desfraldemos a nossa rebeldia  
e plantemos nesta terra como irmãos!”*

Hino do MST  
(BOGO & OLIVEIRA, 1985).

Assentamentos Rurais são a junção de terras que estavam documentadas em nome de latifundiários, mas sem a função social da terra exercida, como está preconizada no artigo 5º da Constituição Federal do Brasil.

Inciso:

XXII - é garantido o direito de propriedade;

---

<sup>35</sup> Fonte: [www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/](http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/)

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social.<sup>36</sup>

Dessa forma, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), regula e insere essas terras com os membros, homens e mulheres para uma negociação com o Estado, através do próprio órgão e garantem constitucionalmente a posse dessas terras aos povos ora estavam sem terra e que passam a serem assentados e assentadas.<sup>37</sup>

É um conjunto de lotes rurais reconhecido e implantado pelo poder público federal ou estadual sobre um território onde antes existia apenas um imóvel rural de um único dono ou posseiro. A medida atende à reforma agrária assentando famílias sem condições econômicas ou sociais para adquirir e manter um imóvel rural.

Dessa forma é uma área territorial demarcada pelas esferas federais ou estaduais com a finalidade de implantar a reforma agrária.<sup>38</sup>

O MST que deu origem ao Assentamento Dez de Abril era composto por uma diversidade de pessoas e valorizava a participação feminina na construção dos acampamentos e formação dos assentamentos, fazendo com que as mulheres se destacassem nas lutas por uma nova terra.

As mulheres trabalhavam nas roças, hortas, quintais e com os animais, no entanto essas tarefas continuam sendo caracterizadas como complementares e vistas como uma ajuda para a família. Daí os estereótipos que caracterizam o lugar inferior da mulher na sociedade ainda marcarem o meio rural. Ainda há a marca do peso da família patriarcal na construção da sociedade rural invisibilizada do processo que vai de encontro ao pioneirismo feminista na formação do Assentamento Dez de Abril.

O Assentamento Dez de Abril é fruto do MST e surgiu no final do Século XX na Região do Cariri, no Município do Crato-CE, por um grupo de homens e mulheres do campo que sem moradia ocuparam as terras do “Caldeirão”, sítio que no início do Século XX, foi palco do massacre ocorrido a uma comunidade que vivenciava os princípios da igualdade pelo trabalho e pela fé. Mediante a expulsão dos homens e mulheres que estavam ocupando o sítio Caldeirão, o grupo seguiu para o parque de exposições agrícolas Pedro Felício, do Município de Crato-CE numa ação estratégica que fez o Governo do Ceará, na época (1991), Ciro Ferreira Gomes, retirá-los do referido parque e levá-los adiante para um sítio que o Estado desapropriou e deu posse para os (as) futuros/as assentados/as.

36 Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641516/artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988>.

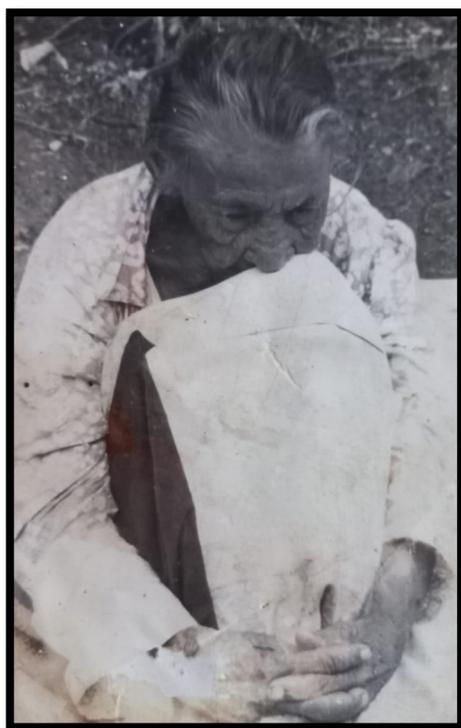
37 Fonte: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/02/13/o-que-e-e-como-funciona-um-assentamento.htm>.

38 Fonte: <https://plenamata.eco/verbete/assentamento-rural/>

A luta é cotidiana para assegurar os direitos da terra e como afirma Bogo (2003, p. 22) “a guerra não é feita apenas com armas de fogo. É mais perversa quando feita com as armas da concentração da riqueza, que gera a violência e a morte.” Acrescenta-se também como consequência da concentração da riqueza nessa guerra desumana a fome, a pobreza, a exclusão e a miséria.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária aos processos de expropriação, expulsão, exclusão dos trabalhadores rurais; camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência da terra; à violência extrema contra trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política (PIANCÓ & SILVA, 2009, p. 2).

Imagem 27: Dona Filismina de Sousa, conhecida como Mãe velha <sup>39</sup>.



A questão agrária se traduz pelos movimentos populares no enfrentamento às desigualdades sociais originadas pela concentração de terras nas mãos da elite latifundiária. A luta dos (as) trabalhadores (as) rurais pela terra, pela moradia, foi, e ainda é um grito de justiça social que ecoa no Brasil na busca pela efetivação da

---

<sup>39</sup> Fonte: Fotografia cedida por Dona Terezinha Félix (acredita-se que de uma foto da pesquisadora Roberta Píancó, quando da ocupação no Caldeirão em Dez de abril).

garantia de direitos sociais e o reconhecimento da labuta diária em torno do latifúndio explorador.

Para Gohn (2008, p. 171), a análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se ao processo de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e ou opressão sociopolítica e cultural.

Daí a necessidade da força coletiva de unirem-se em torno de um ideal para através da luta transformarem a realidade em que estão inseridos (as) com a perspectiva de emancipação e autonomia, em um futuro mais promissor.

Imagem 28: Assentamento Dez de Abril. Início da década de 1990 <sup>40</sup>.



As Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba e no estado do Pernambuco, nas décadas de 50 e 60 do século XX, foram movimentos rurais bastante expressivos por trazerem a discussão da reforma agrária e pela consciência política ali formada e vivenciada com a classe trabalhadora rural. O MST (MST) é o resultado dessa herança histórico-cultural que se perpetua em atitudes evidenciando a lembrança da luta com orgulho.

---

<sup>40</sup> Fonte: Arquivo Pessoal.

O MST surge em nosso cenário político e econômico propondo-se a lutar por mudanças sociais no País e pela construção de uma “sociedade sem exploradores e explorados” a partir da superação da propriedade privada dos meios de produção, o que considera ser a estrutura central que sustenta a construção das relações sociais nos moldes necessários para a manutenção do modo de produção capitalista (GOHN, 2007. p. 113).

Sobre essa herança histórico-cultural que liga os assentamentos ao MST, dona Teresinha, ex-moradora do Assentamento Dez de Abril em entrevista ao professor Ronald de Figueiredo e Albuquerque da Universidade Regional do Cariri, nos anos 2000, relatou:

(...) por isso o Caldeirão foi escolhido, terra de luta que deveria ser retomada pra que a luta servisse de exemplo. Era nossa luta, era a continuação da luta. Falar da gente era falar do Caldeirão, do beato, de sua luta e resistência (ALBUQUERQUE 2000 *apud* PIANCÓ & SILVA, 2005, p. 112).

A fala dela remonta à história de luta da comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto que sob a liderança do beato José Lourenço, no Município do Crato-CE, durante as décadas de 20 e 30 do Século XX, vivenciaram a experiência comunista primitiva, ainda que de forma inconsciente, de produção econômica coletiva, através da fé e do trabalho, praticando os princípios da igualdade e da fraternidade entre os membros. O Estado realiza uma operação de extermínio da comunidade (FARIAS, 2000) por suspeitar que ali pudesse ser uma comunidade comunista. Um verdadeiro massacre a um povo que conseguiu transformar o semiárido carirense num oásis nordestino, na “terra prometida”, pelo trabalho ali realizado na lavoura, no abastecimento de água, na religiosidade, na agricultura, na preservação do meio ambiente, sempre imbuídos (as) de amor e fé, com o pensamento voltado para o bem comum. Essa fala de dona Teresinha, embora faça vinte e dois anos, sua memória relembra de toda a beleza do início da ocupação. Ela é a entrevistada de N° 03.

(...) a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumenta o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou o interesse da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e a reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura

camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos de cidadania (PIANCÓ & SILVA, 2005, p. 8).

A atuação do MST através das ocupações deu origem aos assentamentos, resposta e intervenção do Estado diante da união e determinação político-ideológica desse movimento. O MST é fruto das Ligas Camponesas, movimento organizado pelos (as) trabalhadores (as) rurais da Região Nordeste na década de cinquenta e sessenta do Século XX.

Os assentamentos são o resultado de conquistas da classe trabalhadora rural e ao mesmo tempo de políticas públicas agrárias implementadas pelo Estado com o intuito de minorar os conflitos no campo.

Como afirma GOHN (2008, p. 20):

(...) enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los. Dessa maneira, a luta existirá sempre, enquanto o País não se configurar como uma Nação menos injusta socialmente e mais humana, mais solidária, garantindo e cumprindo os direitos básicos de cidadania ao seu povo.

O MST traz no seu bojo a bravura da luta pela moradia, pelo cultivo da terra, pelo trabalho, pela colheita, pela venda, pelo bem comum da comunidade, onde todos possam se desenvolver e usufruir dos bens e recursos naturais extraídos da mãe terra.

Para Bogo (2003, p. 11) “a luta desse movimento é mais do que a luta pela terra prometida. É a luta pela terra reconhecida.” A luta desse movimento é a luta pela terra garantida por direito, que durante séculos brasileiros está ainda concentrada nas mãos da elite latifundiária que mantém cumplicidade com o Estado, com o poder público.

Lutar para a implantação de uma nova ordem social que organize essa sociedade de uma nova maneira, diferente da anterior onde cada pessoa tenha assegurados os seus direitos de cidadania, onde todos tenham assegurada a satisfação de suas necessidades básicas de educação, moradia, trabalho, saúde e lazer. Onde sua dignidade como pessoa seja resgatada. Onde o interesse comum prevaleça sobre o individual. Onde o produto do trabalho seja revertido para o bem de todos. Onde a discriminação de qualquer espécie seja abolida, seja ela de cor, de idade, de categoria profissional ou de sexo (GOHN, 2007, p. 126).

O Assentamento Dez de Abril busca na sua práxis o desenvolvimento igualitário e socialista da sua comunidade, uma vez que todas as famílias trabalham,

produzem e colhem para o seu sustento, garantindo-lhes o direito a tudo que na terra há. A terra é para todos e a sua utilização para os/as que lá estão. A desapropriação e concessão da terra para os/as assentados/as caririenses no Assentamento Dez de Abril, através do Estado, não esmoreceu a luta, ao contrário, essas famílias buscam na labuta cotidiana manterem a sua comunidade com seu sustento pela semeadura e colheita realizada na terra que agora é delas e deles por direito.

**Capítulo 4. Entre as memórias das mulheres pioneiras do Assentamento  
Dez De Abril**

*É a primavera de abril  
As flores se abrem e sorriem  
para o dia que nasce*

*De mãos dadas  
Cantaremos às manhãs ensolaradas  
Somos todas irmãs  
De mãos dadas ou não*

*Somos água que corre na terra  
Cumprindo seu destino  
Exercendo a sabedoria  
De contornar e desviar obstáculos*

*Somos sementes humanas  
Nosso compromisso  
É se deixar fertilizar  
E ser flor e fruto  
Mesmo em solo árido*

*Fátima Teles*

Eram 05h00min quando saímos de Brejo santo em direção ao Crato, especialmente para o Assentamento Dez de Abril. Os primeiros raios do Sol eu vi nascerem pela janela do carro (o saudoso de tantas lutas, resistência. O Uno Sporting, 2016, 1.4. vermelho, que comigo viveu por seis anos e sabe muito de mim e ajudou-me a enfrentar travessias, inclusive esteve comigo até o final do trabalho no Assentamento. Eu e ele seguimos juntos em muitas marchas literárias da vida. Como lhe sou grata pela coragem da companhia e cumplicidade da escuta. O amigo Paulo, motorista, e eu, paramos no café da linha, para um rápido café preto, eu já tinha numa pequena tigela

*tupperware*, um pão comprado na padaria e alguns pedaços de mamão. Paulo tomou um caldo reforçado e seguimos a viagem.

Nada é tão bonito quanto à paisagem da chapada do Araripe a caminho do Crato. Quanto mais vamos nos aproximando da cidade, mas a vemos perto de nossos olhos e de tão grande, parece falar conosco, e fala! É como um manto verde, sagrado, guardando os segredos de toda a região e dos seres encantados. É a floresta mãe!

Passamos por cima do viaduto numa aventura humana e subjetiva, de ir à busca dos voos internos, do que está guardado dentro de si, no coração, onde se guardam os sentimentos que a alma viveu e que vive em suas lutas e experiências de vida. Fomos à busca das mulheres que voaram para dentro. Que transformaram suas vidas através da luta por terra, moradia e alimentação. Que marcaram a história desse pedaço de chão no Centro Sul do Ceará, tendo conquistado o primeiro Assentamento do Crato.

Fomos direto pela estrada da Batateira, passando pelo triângulo, há uma placa informando Santa Fé e Farias Brito. Fizemos um retorno subindo para Nova Olinda, mas na frente passamos pelo Colégio Agrícola, fomos em direção reta pelo asfalto até Santa Fé.

Entramos numa estrada de chão e percebemos que não há, em tempo de chuva, o acesso do Assentamento para a cidade. A paisagem sertaneja é bonita e o céu parece mais azul. Chegamos por volta das 07h30min, nos dirigimos para a casa de Flor da Jitirana que nos recebeu com alegria. Ela iniciou a jornada comigo, o motorista Paulo e Matheus (estudante de História da URCA). Ao lado da casa da Flor do Maracujá do Mato tem um Ipê rosa e de frente também. Foi a respiração e a emanção da bem-aventurança para o trabalho que iniciaria numa trajetória de entrevistas e escutatórias. Entre idas e vindas ao Assentamento foram três vezes. Dei as mãos para Flor da Carnaúba rezar em mim e ouvi sua fala ativa. Escutei Flor de Cerejeira, sorri com ela, tomei suco de manga, percebi sua autonomia e disposição para os afazeres. De pequena só tem o tamanho. Espalhei milho na arubempa com Flor-de-Abril, como se trouxesse de volta minhas ancestrais maternas, da parte do meu avô materno. Flor-de-Abril é uma mulher muito forte, de muita luta e diz não ter medo de nada e de ninguém. Para ela, nós mulheres somos as donas do mundo, e somos mesmo. Conversei com Flor Boa Noite, Flor de Angico, com Jasmim, conversei com Flor do Xique-xique. Ouvi a voz mansa e baixinha de Ipê amarelo, visitei Flor-de-Maio, descí ladeira abaixo e caminhei entre terra e pedras, conheci Bromélia do Sertão e Magnólia, as primeiras crianças que nasceram no Assentamento, embaixo de lona. Hoje são mães de família. Bromélia do

Sertão. Conheci Gérbera, Flor de Mandacaru, Girassol, Papoula, Cacto Flor, Flor do Cajueiro, Flor do Maracujá que em muito me ajudou com números. Aprendi com Açucena, rememorei junto a Flor de Aroeira-Vermelha, cheguei na casa de Violeta da Caatinga no dia de seu casamento de 50 anos, as bodas de ouro. Vi a alegria da família e os preparativos da festa. Fui sem saber da festa que iria acontecer. Por alguns longos minutos, ela me recebeu e alegre como estava, deixou os preparativos e foi conversar comigo na sala, enquanto na cozinha, era uma festa só de falas, e reencontros de parentes que chegavam. Violeta da Caatinga é uma mulher de fibra também e politizada. Conversei com Begônia e fui bem acolhida pelos homens, seu Cicero Porciano (Presidente atual da Associação) e José Antônio Carvalho, que em muito contribuíram com informações. Foram tantas histórias que eu pude compreender a importância da luta, do ideal e da perseverança para a conquista dos sonhos. Essas mulheres são as pioneiras da história de luta da construção do primeiro Assentamento do Crato, o que muito me honra tê-las conhecido e aprendido com elas, acima de tudo por saber que vivo no mesmo tempo histórico em que elas estão e fazem parte do chão que vivo, O CARIRI.

Segundo dois dos conselheiros fiscais do Assentamento Dez de Abril, juntamente com José Antônio Carvalho, Flor do Maracujá, do grupo de apoio, e o Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento, o senhor Cícero Porciano Paz, residem na comunidade atualmente 53 famílias, com um total estimado de 198 pessoas, no geral, compostos conforme descritos na Tabela 1. As crianças são em 18 do sexo feminino e 17 do sexo masculino, sendo que 14 destas frequentam a Creche (Centro de Educação Infantil). Com relação às idosas, durante a pandemia e no que concerne à Saúde, 09, de 22, contraíram a COVID-19.

**Tabela 1.** composição do Assentamento Dez de Abril

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade total</b>	<b>Moram no assentamento</b>	<b>Moram em outro local</b>
Mulheres jovens	15	12	03
Adolescentes	36	27	09
Crianças (0-12 anos)	35	-	-
Idosas	22	-	-
Adultos	90	90	-
Homens	52	52	-
Mulheres	38	38	-

**Fonte:** arquivo pessoal coletado em campo, 2022.

Os gráficos a seguir são referentes às entrevistas realizadas em campo com as mulheres assentadas. As entrevistas efetivaram-se a partir de questionário semiestruturado, buscando recuperar a história de vida como método e suas referências. Além disso, a ida a campo culminou com outros registros como filmagens e fotografias. Por meio dessa proximidade houve a possibilidade de acompanhar como é atualmente, o modo de vida, a rotina diária, o sentimento de pertencimento ao lugar e as relações de gênero.

Gráfico 1: Ocupação das mulheres antes de irem para o Assentamento

### Quando veio para o assentamento

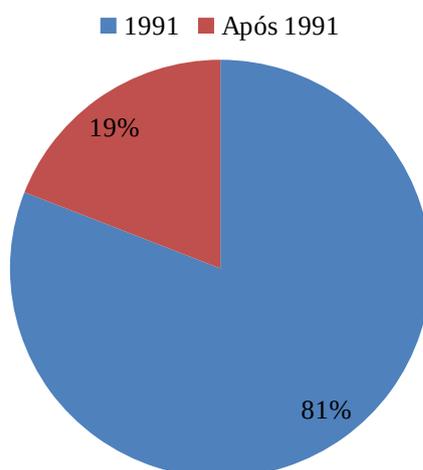
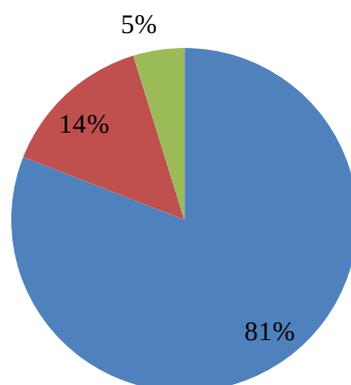


Gráfico 2: Das mulheres entrevistadas, as pioneiras na luta pela terra, obteve-se o seguinte resultado sobre participação delas na ocupação do caldeirão em 10 de abril 1991 e as que vieram morar no assentamento, meses depois da conquista da terra que se deu em 1991.

### Sistema de produção em que a propriedade está inserida

■ Orgânico ■ Agroecológico ■ Não produz



Os Gráficos 1 e 2 são o resultado das entrevistas, na junção das perguntas 05 e 06 do questionário elaborado para a entrevista (em anexo), que versavam sobre onde residiam antes da ocupação no Caldeirão, qual a ocupação antes do assentamento, quando vieram para o assentamento e sobre nascidas (os) no assentamento.

Gráfico 3: Sistema de produção em que a propriedade se enquadra

### Atividades desenvolvidas na propriedade

■ Produção de grãos ■ Avicultura ■ Fruticultura  
■ Hortaliças ■ Não produz

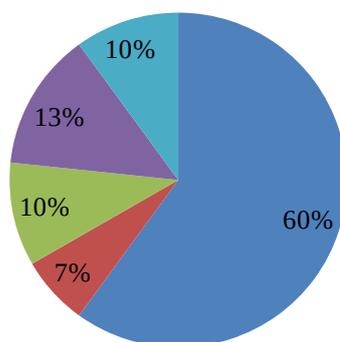
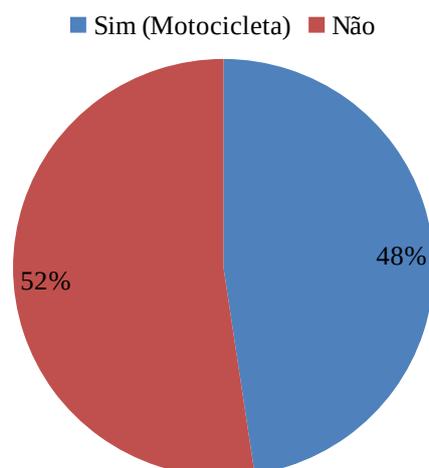


Gráfico 4: Atividades desenvolvidas na propriedade

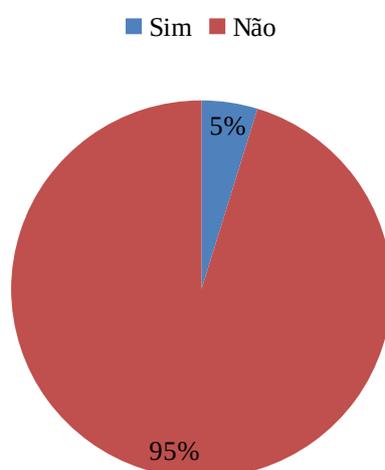
### Possui algum meio de transporte?



Os gráficos 3 e 4 dizem respeito às questões 07 e 08 do questionário, quanto à inserção do sistema de produção na propriedade e quais as atividades ou produtos são desenvolvidos na mesma.

Gráfico 5: Meio de transporte do assentamento

### Você participa do transporte e da venda dos produtos?



O gráfico 5 é possível perceber que houve uma evolução econômica no assentamento, depois da população assentada. Um pouco mais da metade da comunidade conseguiu adquirir uma moto, meio de transporte utilizado, por ser mais viável economicamente para comprar e manter.

Gráfico 7: Participação na venda dos produtos gerados na propriedade

### Você tem participação nas atividades da comunidade?

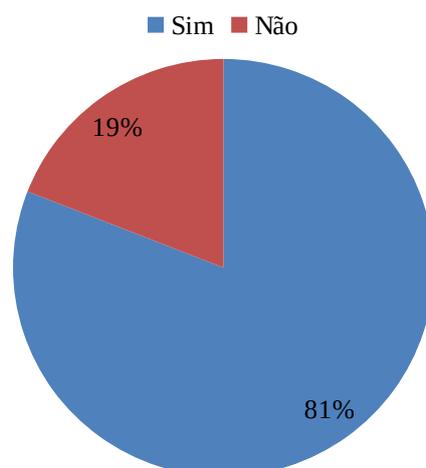
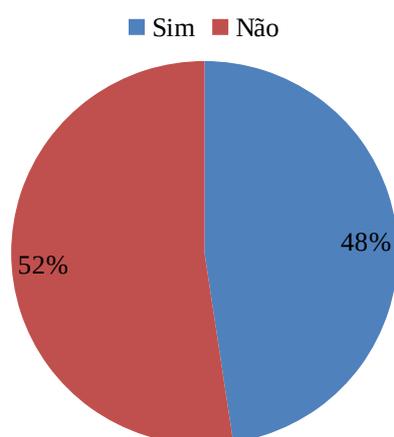


Gráfico 8: Participação nas atividades do Assentamento

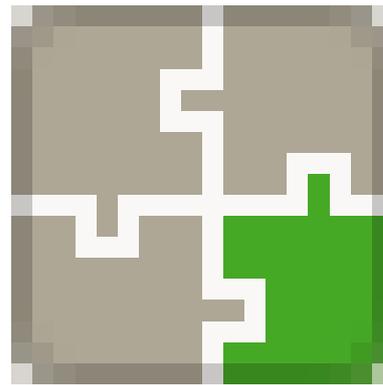
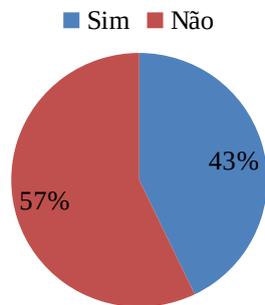
### A) Você percebe alguma diferença nas reuniões formadas apenas por mulheres?



Os gráficos 7 e 8 responderam às perguntas 15 e 16 do questionário, que tinham como objetivo saber se as mulheres participavam do transporte e da venda dos produtos, sobre a participação delas nas atividades no assentamento.

Gráfico 9: Diferenciação entre gêneros nas reuniões do assentamento

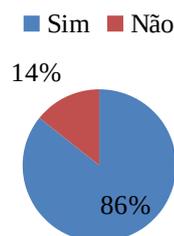
**B) Percebe diferenças no tratamento que os homens têm com as mulheres na reunião e fora dela?**



O gráfico 9 (A e B) se refere às relações de gênero, diante do patriarcado, onde perpassam o machismo e poder, inclusive entre elas. Através das indagações dos tópicos 19 e 20, no qual se evidenciou que mesmo as mulheres sendo ouvidas e respeitadas, ainda há conflitos nas reuniões feitas apenas pelas mulheres, mas esses conflitos são bem menos do que quando são realizadas as assembleias com homens e mulheres. Contudo, elas asseguram que os conflitos são resolvidos pelo diálogo, pois as mulheres são ouvidas e tem vez e voz. Segundo as evidências numéricas, no tocante ao tratamento dos homens com as mulheres dentro e fora do assentamento, algumas analisam enfaticamente que há diferença, principalmente nas falas das mais antigas que residem no Assentamento. Porém, a maioria delas não percebem diferenças e quando surge algum conflito nas assembleias, a maioria disse que logo é resolvido pela conversa, chegando a um acordo e conciliação de ideias.

Gráfico 10: O trabalho das pioneiras na ocupação e nos primeiros anos do Assentamento Dez de Abril

**A sobrecarga das pioneiras na ocupação e nos primeiros anos no Assentamento**

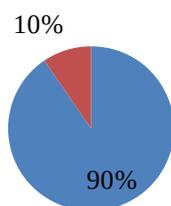


O gráfico 10 é explícito no resultado quanto ao quesito 22 do questionário, sobre a sobrecarga do trabalho das mulheres na época da ocupação e dos primeiros anos no Assentamento. As pioneiras trabalharam na organização da ocupação, na plantação, no roçado, nos afazeres da casa, na educação e saúde das filhas e dos filhos, na assistência aos esposos, na organização das assembleias, e nos eventos sociais, culturais e religiosos. Inclusive algumas concluíram que as mulheres trabalhavam mais que os homens, pois além do trabalho doméstico, elas lidavam com a roça e a criação de animais. Segundo as entrevistadas, algumas até pegavam nos instrumentos pesados para cavar a terra, como os homens faziam.

Gráfico 11: Diferenciação no comportamento dos homens com as mulheres quando estão na cidade e no assentamento.

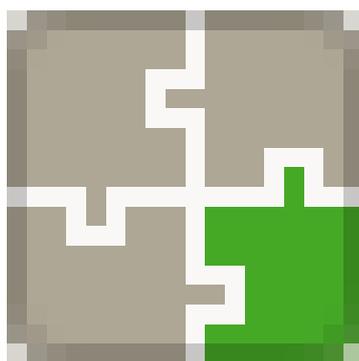
**Como são ouvidas tratadas as mulheres no que se refere às suas reivindicações/lutas junto aos órgãos?**

■ São ouvidas e respeitadas ■ Não são ouvidas



O gráfico 11 analisou o item 24 do questionário, reportando-se ao comportamento dos homens com as mulheres no que concerne ao tratamento deles para com elas quando estão na cidade e no Assentamento. O propósito era saber se a forma de proceder deles em relação às mulheres se diferenciava no Assentamento e na cidade, o que resulta numericamente que isso não ocorre. A maioria (67%), afirma que os homens tratam as mulheres do mesmo jeito tanto na cidade quanto no Assentamento.

Gráfico 12: Como são ouvidas e tratadas as mulheres nas suas reivindicações



O gráfico 12 traz informações da questão 34 do questionário, que por sua vez, interroga sobre como as mulheres são ouvidas tratadas mediante suas reivindicações junto aos órgãos estaduais (Ematerce, Sindicato dos Trabalhadores Rurais). Pode-se observar que 90% delas responderam que sim, são respeitadas e ouvidas.

Tabela 3: Entrevista com as mulheres assentadas e as suas respectivas respostas

Entrevistada	Pergunta 1
<b>Quais são as suas referências de protagonismo feminino?</b>	
A	Sua mãe, que lhe ensinou a ser dona de sua história.
B	Açucena
C	Não tem
D	Mara Guedes, que foi vereadora do Crato; Maria Aparecida da ACB
E	Não tem
F	Sua mãe (de 96 anos)
G	Mara (foi vereadora no Crato pelo PT)
H	Sua mãe
I	Sua mãe, Flor da Aroeira-Vermelha, Açucena Ipê Amarelo, Jasmim, Flor da Carnaúba e outras
J	Dilma Rousseff
K	Sua mãe, sua avó e Flor da Aroeira-Vermelha
L	Sua mãe e Flor da Carnaúba
M	Sua avó e Dilma Rousseff
N	As donas da história do assentamento
O	Dilma e Maria da Penha
P	Marielle e Fátima Ribeiro
Q	Dilma e Açucena
R	Suas avós (materna e paterna) que participaram da ocupação, assim como todas as

	pioneiras do assentamento
S	Marielle Franco, Diolinda (ocupação da comunidade), Aparecida, Mara, Socorro (ACB), Tereza (ACB)
T	Não tem
U	Não tem

**Pergunta 2**

**Quais as protagonistas da sua vida/comunidade?**

A	Begônia
B	Açucena
C	Ipê amarelo e lírio
D	Ipê Amarelo, Açucena, Violeta da Caatinga e Flor de Cerejeira; Flor do algodão, Flor de Angico, Flor Boa Noite e Girassol
E	Não tem
F	Sua mãe e sogra
G	Açucena, Violeta da Caatinga, Flor -de-Abril
H	Sua mãe e sogra
I	Sua mãe, tem muito orgulho dela apesar de ser analfabeta, mas sabe se impor e falar bonito
J	F. R
K	Sua mãe e sua avó
L	A avó, Violeta da Caatinga, Flor-de-Abril, Açucena, Flor de Cerejeira e Dona e Flor de Aroeira-Vermelha
M	Todas as pioneiras
N	Dona Ipê Amarelo, Violeta da Caatinga e Flor-de-Abril
O	Sua mãe
P	Ipê Amarelo
Q	Açucena, Flor-de-Abril, Violeta da Caatinga e Flor de Cerejeira
R	Sua mãe, sua avó e as mulheres do assentamento
S	Sua mãe e avó
T	Não tem
U	Não tem

**Pergunta 3**

**O que você acha que pode ser feito para melhorar as condições de vida do assentamento?**

A	Está chegando água potável aos poucos. O funcionamento da escola
B	Fórum de debates, para fortalecer a coletividade, para melhorar a saúde e educação, trazendo posto de saúde e uma escola
C	Está tudo bem
D	Não tem nada para mudar

E	Ter projetos que possam adquirir uma renda, que todas possam sobreviver dignamente
F	Cada vez mais lutar por direitos tais como: posto de saúde, creche, água potável etc.
G	As estradas asfaltadas, projetos para beneficiar os agricultores e as agricultoras
H	Cada vez mais lutar por direitos tais como: posto de saúde, creche, água potável etc.
I	Construção de uma creche de boa qualidade, calçamento nas vias do assentamento, posto de saúde e um (a) agente de saúde.
J	Estrada asfaltada
K	Escola de campo com pedagogia voltada para as necessidades da comunidade, semelhante a Freiriana
L	Projetos de geração de renda
M	Água potável, posto de saúde, escola de campo e estrada asfaltada
N	Está tudo ótimo
O	Melhor planejamento na comunidade
P	Mais organização, ter mais confiança e união
Q	Melhoria das estradas para o acesso à cidade, assistência técnica e um posto de saúde
R	O fortalecimento do espírito coletivo do assentamento
S	Chegada de um técnico para disciplinar as pessoas da comunidade para melhorar o coletivo
T	Organização mais ativa, cursos e formações
U	Primeiramente um trabalho de base, fazendo um levantamento do que queremos e dos nossos potenciais. Trabalhar com a criançada e com a juventude sobre a importância da permanência e continuação da luta. Ver quais atividades possam vir a render lucro para as pessoas e que dê a elas condições de permanecerem no assentamento.

*Nosdestinas (os)*

*Gente de luta  
Povo que luta  
Na peleja da vida*

*Marias e Josés  
Abraçam o dia  
E agarram os sonhos*

*O sertão é a raíz  
Que a alma respira  
E o coração é antes de tudo,  
Um forte*

Fátima Teles

#### **4.1. Entrevistada de n.º 01**

*Sou mulher sertaneja!*

*Minha força vem do Sol e a terra é a minha segurança. As pedras no caminho  
para além de desafios são muitas vezes o descanso da caminhada.  
Sou mulher que corre com os lobos e meus olhos agateados são a herança da  
floresta, dos ancestrais, das sussuaranas e das serpentes encantadas.  
O sorriso ainda é da menina que mora em mim e não cansa de ter esperança.*

Fátima Teles

No início, o terreno coletivo tinha muitos pés de manga. Um dos assentados tirava mangas e juntava e levava para casa e o restante das mangas que sobrava ficava dividido desigual para as demais famílias.

“Eu reivindiquei para que a igualdade das mangas fosse igual para igual para as famílias, porque eu contribuía para as famílias. As mangas ficaram de qualquer pessoa e de quem quisesse. Só restam três pés de manga.”

No folhetim do grupo de jovens construindo o caminho, boletim de sistematização, publicado em 2019, há um relato da entrevistada que dá continuidade ao engajamento das mulheres nas conquistas e benefícios para o assentamento. A entrevistada n.º 01 afirma que chegou depois da ocupação, depois de três dias, o sobrinho veio para ficar na vaga dela e depois que Flor da Carnaúba chegou, ele ficou com o pai, para ela poder assumir a vaga dela.

Segundo as suas lembranças, o policiamento era demais, mas a ACB ajudou demais a não ter conflito.

As reuniões eram no barraco, mas hoje é no Centro Comunitário Maria Filismina.

Um dos homens reconhece a importância das mulheres no processo de resistência para o acesso à água. O acontecimento se deu no terreno do DNOCS, onde havia um açude.

Algumas famílias assentadas acamparam próximo ao açude, até o momento em que a polícia tentou desocupar o acampamento. As mulheres e as crianças reagiram à ameaça se colocando na linha de frente contra os policiais, resultando no fracasso da operação.

A nossa felicidade é que não houve nada porque tinha 50 crianças. As crianças se reuniram na frente das mães. Teve um policial que se comoveu. Começou a chorar. Devido às crianças, não ocorreu nada. Anos depois, a luta foi pela água encanada. Ficamos sabendo que tinha uma máquina de cavar poço em uma comunidade a mais de 100 km de distância do assentamento. Passamos 15 dias acampados em cima da Chapada do Araripe. Sabíamos que, de lá, a máquina iria para outro município. Por isso, acampamos para reivindicar que a máquina fosse ao assentamento. Conseguimos nosso objetivo, mas a máquina cavou um poço que só tinha água suficiente para cinco famílias. Mesmo com esse problema a máquina seria levada embora. Nessa hora, os moradores e as moradoras ouviram o bater da enxada. Todos entendiam o que aquele sinal significava. Era hora de lutar. As mulheres subiram em cima da máquina. Essa máquina só sai daqui quando tiver água para todas as famílias

O grupo de mulheres foi uma de nossas primeiras conquistas... Conquistamos projetos importantes na parte produtiva, que incentivou a criação de suínos e caprinos. Aqui no Assentamento Dez de Abril, a solidariedade sempre foi cultivada pelas mulheres. Flor Boa Noite era a única que tinha panela de pressão no assentamento nos primeiros anos. Ela compartilhava com as outras mulheres para cozinhar o feijão que

era recebido das cestas básicas distribuídas pelo governo nos períodos de seca, de 1992 a 1994.

Flor da Carnaúba conta que também é conhecida como a rezadeira da comunidade. Começou a rezar com dez anos. Hoje está com 83 anos e ainda reza. Aprendeu com Deus. É um talento divino. Reza em pessoas adultas e crianças. Reza também em animais. Do assentamento para São Paulo reza a distância. Olha a fotografia pelo celular. Reza por aviso. Está sempre disponível pelo celular, gratuitamente, muitas vezes se dirige até a casa das pessoas, inclusive rezou em mim.

A entrevista na casa de Flor da Carnaúba foi a segunda que eu fiz. Foi também uma visita que me fortaleceu bastante. Mulher intuitiva, observadora e firme. Para além da história da luta do Assentamento, ela me contou os saberes e isso foi o encontro da espiritualidade que existe ali no Assentamento Dez de Abril. A presença marcante da fé, da religiosidade, da caridade, da cura, pela reza, pelas mãos e pelas plantas. As arrudas, as ervas que sempre acompanharam as mulheres nos processos de cura, desde que o mundo é mundo.

O talento das benzedeadas é divino. Nasceram com elas. Minha ancestralidade materna, por parte do meu avô materno. Minha bisavó e tias avós eram rezadeiras. Benziam as pessoas que precisavam pela janelinha da porta, caso necessitasse. A entrevista com dona Flor da Carnaúba trouxe essa memória para mim. Ao fechar os meus olhos eu senti as minhas mãos cheias de energia, foi uma conexão rápida, ligada pela minha espiritualidade. Sou uma mulher com a lua em Áries. Sinto a intuição forte, como se estivesse lendo os pensamentos até mesmo à distância e nas telas virtuais. Flor da Carnaúba é uma dessas mulheres que se conectam com a nossa natureza. Os Santos da sala trazem essa proximidade para o fortalecimento da fé. Ela recebeu até título de benzedeadas e mostra o título que está na parede, pendurado em um quadro, com muito orgulho. É uma mulher que sabe o seu valor, sabe o seu papel, a sua missão. Flor da Carnaúba me ensinou e me fortaleceu. É para isso que lutamos. Para admirarmos e inspirarmos umas às outras, pois somos todos iguais na luta, mesmo com as nossas particularidades.

#### **4.2. Entrevistada de n.º 02**

*O lugar onde eu nasci  
O Sol acorda o dia  
Que se pinta de dourado  
Banhando de luz as manhãs  
E os bem-te-vis e os rouxinóis  
Cantam para alegrar as nuvens  
Que agradecem em forma de coração*

*O lugar onde eu nasci  
Os mandacarus enfeitam terreiros  
Estradas e quintais  
E as papoulas e onze horas  
Nossa paisagem floral  
São tapetes nos caminhos  
Que trilhamos cotidianamente*

*O lugar onde eu nasci  
A aridez do solo  
Não nos deixa esmorecer  
Plantando todos os dias  
De mãos dadas com a fé  
Na certeza que a colheita  
Nos aguarda em algum alvorecer*

Fátima Teles

Através da entrevistada compreendeu-se também a luta contra o patriarcado e as relações de gênero no assentamento.

“Muié” a luta aqui mais os homens, tinha uns homens que aceitava né, e concordava com a nossa luta, nosso trabalho, mas outro não concordava, viu. Queria ser muita coisa, mas aí a gente foi quebrando aquelas besteiras que eles tinham e devagarzinho a gente vai conquistando, né. Se a gente diz assim em alguns e ainda hoje existe gente aqui dentro que não aceita a mulher ir pra uma reunião, não aceita a mulher,

né, participar das coisas. Mas é assim mesmo, né, mas nós toda vida tivemos voz bem alta mesmo. Como se diz por que, é na nossa organização, na nossa reunião tinha logo na época do acampamento, é tinha um grupo de homens aqui, não era muito não, era uns cinco ou seis que eles bebiam muita cachaça e faziam muita bagunça e o que foi que o grupo de mulher fez? Nós se reunimos, depois cada uma foi pra casa e conversou com seus maridos e dissemos:

Ó, hoje de noite nós vamos tomar providências com os bêbados daqui e vocês não se meta. Porque vocês só vão se meter se vocês veem que eles vão agir conosco, ter violência, partir pra cima de nós. Se não for, vocês fiquem na de vocês, porque hoje nós tomamos providência e isso nós fizemos. Eles, que eles chegaram bêbado de noite e começava a esculhambar com as mulheres, que eram um bando disso e daquilo e nós já estava preparada, reunida, e nós caminhamos pra casa deles, pra casa não, pros barracos, né, pros barracos deles. Chegando nós dissemos que no assentamento eles não moravam mais e podia caçar um canto para eles desocupar daqui porque aqui eles não moravam mais.

Mas aí eles se acalmaram e disseram:

- Já que nós não podemos que nós estamos errados mesmo, nós não podemos ficar aqui, mas vocês, nós vamos caçar um pedacinho da mesma terra mais longe de vocês e vamos ficar lá. Aí sim, a gente concordou e eles foram morar bem longe, né, longe mesmo. Daqui pra lá dá uns oito quilômetros e foram morar lá em outro pedaço da mesma terra, mas era conosco pra não tá naquela bagunça, naquela esculhambação, porque nós não éramos mulher deles, pra eles estarem dizendo aquilo com a gente. Mulher, hoje, na realidade hoje mesmo não tem mais aquela organização como era nós organizada em um grupo, porque aquelas mulheres mais velhas tinham muita força e coragem de trabalhar, já estão ficando mais velha. Eu mesma estou com sessenta e dois anos, tinha um problema de saúde que é um reumatismo muito forte, que não posso mais trabalhar e outras também tem outras doenças que não é de viver “prostrada”, mas não pode forçar muito. E essas mais novas não contribuem muito para o trabalho que nem nós fazíamos não, mas é assim assentamento é assim, se você precisar, assim associação, hoje a associação precisa estar organizada no Centro Cultural e precisa limpar lá, de fazer uma limpeza geral, vou convidar duas, três... Ah! Ela vem na hora. Se precisar de uma reunião, elas vêm na hora. É assim hoje tá um pouco diferente, mas sempre tem aquela organização que a gente sempre contribui com as coisas.

A senhora Teresinha numa entrevista ao repórter Ricardo (2007) do Jornal Diário do Nordeste no Caderno 3 “Na ocasião, fretamos um ônibus e 40 homens foram à capital negociar com o Governador da época, Ciro Gomes. Ainda em 1991, tivemos o reconhecimento de posse do terreno. Foi uma grande conquista”.

As pioneiras sabem o valor da luta e se orgulham de todo o processo até a conquista da terra prometida. Quando elas contam a história do enfrentamento que se dispuseram, os seus olhos brilham e a força nasce novamente na voz.

Flor de Cerejeira foi o meu primeiro contato. Conversamos por telefone, por via WhatsApp, cerca de uma hora. Áudios iam e vinham. Ela muito simpática, voz firme, nem me conhecia pessoalmente, mas confiou em mim e contou-me a história desde o início do Assentamento, a luta das famílias para permanecerem, no trabalho pesado e na fé de alcançar os sonhos planejados. A conversa em laudas de caderno estudantil, formato grande, deram 10 folhas frente e verso. Ufa! Nunca vou me esquecer da voz de Flor de Cerejeira, de quem não temo homem desordeiro. Depois da entrevista dela, fiquei na espera sonhada de vê-la pessoalmente e lhe dei um abraço, regado a um delicioso suco de manga feito por ela. Eu e o motorista tomamos o suco sentados no alpendre. Ela é uma mulher que tem liderança. Essa qualidade é natural na mesma.

A entrevista está na íntegra nos anexos

### **4.3. Entrevistada de n.º 03**

*Sou filha do sertão!*

*Com ele eu aprendo a ser forte todos os dias. A paisagem que me acompanha é a floresta e a caatinga, onde minha alma está e respira.*

*Xique-xiques, mandacarus, aroeiras, seriguelas e onze horas enfeitam o meu caminho.*

*O Sol é o alimento da minha coragem.*

Fátima Teles

A entrevistada rememora a grandeza pela luta e pela sobrevivência:

Chegamos ao assentamento em 1991, foi grande a luta pela vida, debaixo de barracas de lona, passamos por muitas dificuldades, mais conseguimos superar as dificuldades. Hoje vivemos bem graças a Deus que colocou gente do bem na nossa vida

para nos ajudar. Os grupos de apoio como ACB, Sindicato dos Trabalhadores, O MST e CTC é, uma história de luta, sofrimento, mais conseguimos. Hoje somos uma grande família, cada qual com seus defeitos estamos juntos.

As famílias assentadas ali buscaram a sua própria sustentabilidade através do cultivo da agricultura, pecuária, apicultura, horta comunitária, farmácia viva, etc.

O Assentamento Dez de Abril está localizado no Município de Crato-CE, distrito de Monte Alverne, Microrregião do Cariri Cearense, distando 497 km de Fortaleza e 31 km de Crato. O acesso à área a partir da cidade de Crato é feito pela CE 055, no sentido do distrito de Dom Quintino, sendo 12 km pela referida rodovia, e logo após entra-se à esquerda para a comunidade da Brea, seguindo por estrada carroçável 8 km até o imóvel (PIANCÓ & SILVA, 2005, p. 4).

A comunidade, no princípio, não recebeu apoio para a produção nem para a comercialização dos produtos. Quem ofereceu orientação ao assentamento foi uma organização não governamental denominada de Associação Cristã de Base (ACB) que realizou a implementação de um projeto de piscicultura. A Universidade Regional do Cariri (URCA) também prestou orientação ao Assentamento. A luta pela terra e moradia é uma luta longa, visto que:

A chegada à terra não significa o final da trajetória de luta. O sonho de liberdade, como dono de um pedaço de terra, de condições de trabalho e de poder escolher o que plantar, choca-se com políticas estatais impositivas e insuficientes, excesso de burocracia, ausência e/ou limitação de recursos a indicar que há um longo caminho a trilhar (GARCIA, 1999, p. 185-186).

Essa entrevistada foi a última, antes de voltarmos para Brejo Santo. Já era noite, por volta das 19:00h, e a entrevistada estava trabalhando no Crato, no final de semana, para cuidar de um lar de pessoas idosas, mas sem vínculo empregatício. Devo a gratidão por ter me recebido e aceitado ser entrevistada como uma das mais antigas também no Assentamento. Não chegou à ocupação, mas adentrou no Assentamento Dez de Abril, aos doze anos, uma adolescente. Seu pai e seu irmão estiveram na ocupação. Ela veio depois quando já tinham conquistado a terra do Assentamento. Logo que a vi, senti a sua alegria e simpatia. No meio da conversa ela se mostrou firme e forte no seu semblante. Acredito que essa é a parte que cabe às tantas Flores-de-Maio espalhadas por esse mundo. Ser alegre, firme e forte!

#### 4.4. Entrevistada de n.º 04

##### 4.4.1. A primavera camponesa do Assentamento Dez Abril: Foi assim que a história começou

Semear

Os meus pés estão cansados  
O meu corpo está cansado  
Das agruras da vida

Mas as minhas mãos continuam a semear  
Elas parecem não cansar  
Não sentem as linhas enrugadas

A minha alma não cansa de sonhar  
Ela ainda se alimenta de esperança  
E por isso eu vagueio  
Caminho nesse sertão que me viu nascer  
E planto para o amanhã que não vejo

Outros virão  
E terão na terra a sua casa  
E comerão dos seus frutos  
E colherão as flores

As sementes nunca morrem  
Elas sempre nascem e germinam  
É a vida em outras vidas

E eu caminho  
Minhas mãos parecem não cansar  
Minha alma não cansa  
Ela ainda sonha  
E ainda tem esperança

Quando saímos do Assentamento, seguimos por uma estrada de chão com o amigo motorista e nos dirigimos até a BR que vai de encontro à localidade que a entrevistada reside atualmente. Ela nos recebeu e conversamos por longas horas no balanço de uma cadeira. Ela é a entrevistada de Nº 04 e sua entrevista completa está nos anexos.

Nós ocupemos o Caldeirão no dia Dez de Abril, e no mês de maio nós ‘fumo’ pro Parque de Exposição, que foi quando o Ciro Gomes já estava indo negociando o negócio do terreno do assentamento, pra juntar o Parque de Exposição. Nós passamos vinte e três dias no Caldeirão, viu?! Passamos vinte e três dias no Caldeirão, aí depois de vinte e três dias, aí foi, foi quando o Padre da época queria fazer um despejo mesmo, e era com arma, era pra levar o policial para fazer o despejo com a gente, se a gente não obedecesse, era a mesma coisa da época do Beato Zé Lourenço, e aí o Ciro Gomes negociou, pra ter, suspendeu, né, pra não deixar nada de mal acontecer a gente, aí mandou a gente pro Parque de Exposição. Mandou os transportes, enviou a gente pro Parque de Exposição. Lá no Parque de exposição nós passamos vinte e quatro dias, no Parque de Exposição, enquanto negociava o terreno, né. Porque quando ele tirou nós do Caldeirão, ele já tinha conversado com os proprietários e já estava negociando a terra. Só os reajustes né, pra gente reajustar e aí foi que nós fomos pro Parque de Exposição. Passamos vinte e quatro dias lá. Nós já voltemos ‘fumo’ no mês de maio ainda pra o Parque de Exposição e no mês de junho nós voltemos pra o Assentamento, viu. Foi essa, foi isso aí. Se eu não me engano foi assim, já faz tanto tempo que eu nem lembro mais, mas foi isso mesmo, viu?!

Ouvir Flor de aroeira-Vermelha contando a história é como se entrássemos no tempo vivenciado. Se eu fechasse meus olhos me veria junto delas no caminhão, embaixo das lonas, na plantação, na lida e até cavalgando subindo e descendo ladeiras de chão e pedras para o cumprimento das visitas domiciliares em sua companhia. Foi uma história linda! De muita luta! O sentimento de pertencimento ao início da luta é bonito de ver!

#### **4.5. Entrevistada de n.º 07**

A Estrada aponta para o horizonte  
Onde almejamos alcançar  
Andamos, andamos, andamos mais  
Nesse chão de terra, pés desnudos e cansados.  
Ele corre feito uma criança e vai ficando mais distante aos nossos olhos

Mas, existe a paisagem, e ela dá sentido à caminhada. O que aprendemos no percurso é o que faz a vida valer a pena e os sonhos se construírem e permanecerem vivos, andando conosco por toda a travessia.

Ah! Ainda existe a paisagem!  
Ainda existem as flores!  
Ainda existem os flamboyants, ipês, cerejeiras e cactos que inebriam o nosso  
olhar!

E a estrada continua apontada para o horizonte, para onde almejamos alcançar.  
E por isso nós andamos.

Fátima Teles

Eu participei do começo ao fim. Meu esposo e eu.

Nós subimos porque eles andavam lá em casa, aí organizou e meu esposo participava das reuniões deles, ai nós acompanhamos. Ai quando nós chegamos e fomos pro caldeirão, ai mais a gente foi, quando chegou lá, acompanhamos e ficamos lá até o dia de nós ir pro parque de exposição “pruque botaro” nós pra fora, mais o menino, Ciro Gomes mandou pegar nós no carro e botar no parque de exposição, mas foi bom “pruque” lá Ciro gomes veio e entregou a terra pra nós e “inté” hoje nós estamos aqui e só sai daqui um dia quando nós morrer, que aqui é bom demais.

Mais a organização das “muié” aqui foi boa, foi boa demais. “Pruque” nós fizemos grupos e “trabaiemo” na roça e “botemo” mais pra frente, fizemos projetos e mais projetos. Agora tá mais vago porque as “muié destimularo”, né, elas quiseram participar de outras coisas, mais estamos tudo engajada ainda, não estou mais engajada porque não posso mais “trabaiá”, não tenho saúde. Mas até hoje, graças a Deus, estou

achando bom aqui. Fumo pro Caldeirão, quando nós chegamos lá tinha um pessoal do MST, eles “acoiero” nós lá e era muita gente, mais depois quando houve o desfecho de lá pra nós ir ao parque de exposição, só que lá quando nós chegamos, Ciro Gomes veio entregar a terra, só que dizer quem ficar coletivo é coletivo e quem não ficar, não fica na terra. Ai a gente via o povo saindo com os sacos nas costas, e nós que queria a terra pra “trabaiá”, né, que nós éramos da roça, aí ficamos, aí ganhamos a terra aqui no Assentamento Dez de Abril. Nós ocupamos no dia dez de abril.

As entidades que nos apoiaram foi o Sindicato, a Ematerce, a ACB, e a Cáritas, foi quem apoiou mais nós, “pruque” se não fosse eles nós não tínhamos se movimentado as coisa pra frente. Mais hoje nós estamos felizes “pruque” nós organizamos o grupo de “muié” e esse grupo vai longe, a senhora sabe né? Agora só que nós, eu não tenho mais aquele reforço que eu tinha antigamente, que eu não vivo com saúde, mais a gente vai levando a vida vai organizando as outras, nós tem nossa reunião e nós tinha um grupo que nós “trabaiava” de roça lá no Caldeirão, mais o serviço nós prantava mi, feijão, fava, nós prantava de tudo, mais depois mudamos pras vazante, ai das vazantes, só pra prantar o cheiro verde e tem as pessoa que leva pra ACB pra vender e é assim e aqui no Assentamento compra muito do cheiro verde, que a senhora sabe o que é o cheiro verde, né?

Mas aqui foi a coisa “mió” do mundo que eu achei foi ocupar essa terra. “Pruque” só em nós ter ganhado e teve apoio das entidades foi a “mió” coisa do mundo. João Alfredo quando nós “subemo” que a polícia vinha fazer desfez de nós, mas eles vieram, quando chegaram no Caldeirão, no rio do Caldeirão, desceu um policial na água e quando João Alfredo chegou lá, que ele atravessou o rio, quando chegou lá batendo palma, fizeram uma homenagem a eles e a polícia também, mas ele disse: Ó, aqui ninguém bota ninguém pra fora, que esses aqui são “trabaiador”. Mais pra ele, que era os donos da terra antigamente, disse que nós éramos invasores, nós queríamos era comer o gado dele, mais nunca “bulimo” em nada de ninguém. Graças a Deus. Só foi na terra mesmo quando saímos de lá, nós ocupemos lá, mas num fiquemos lá, aí quando chegamos ao Parque de Exposição Ciro Gomes botou nós pra cá, mandou os carros deixar e até hoje estamos aqui e só saio daqui um dia quando Deus me levar e meu esposo também “pruque” é aqui onde nós temos o pão de cada dia e dos filhos e das pessoas. Que ninguém quer nada para vender, só pra comer. Agora que o inverno esse ano não foi bom, mais num deixou essas coisas de jeito nenhum porque no baixio acabou tudo. Pois é, dona Fátima, é isso mermo.

O Assentamento hoje é uma coisa bem-organizada porque tem a nossa igreja católica, que é São Vicente de Paulo. Todos os meses o Padre vem celebrar a missa, no dia que completa ano vem a fazer a festa, no dia de dez abril um Padre vem celebrar a missa, é assim, minha “fia”, a coisa bem organizada pra quem quer, e pra quem não quer né, mas foi bom demais.

A conversa com Jasmim foi prazerosa e notou-se o forte pertencimento que ela tem pelo chão da conquista, tanto que deixa claro que vive e trabalham para comer, e não sai de lá nunca. Sá sairá de lá quando partir para Deus.

#### 4.6. Entrevistada de n.º 08

O nascer do dia

A aurora no Assentamento Dez de Abril, pinta os céus com a cor do ouro. É  
assim que as manhãs são paridas.

A lua alumia o lugar, ilumina os sonhos e alimenta a esperança que nunca cansa  
de esperar, e espera lutando, vivendo.

O calor abraça a plantação e as flores brotam anunciando a boa nova.

Olham para os céus e buscam o Cruzeiro do sul e as três Marias, mulheres,  
homens e crianças

Idosas e idosos vislumbram as estrelas como Santos Reis a guiar os seus  
caminhos. Chega a madrugada e a lua se esconde para dar lugar ao astro rei. É o  
ensinamento do respeito e do lugar de espaço. Abre-se mais um alvorecer e o galo canta  
para o despertar do trabalho e da alma.

É mais um dia! É mais uma página a ser sonhada e vivida,

Fátima Teles

No tempo da ocupação eu era pequena ainda, mas fiquei sabendo da ocupação através de uma colega de mãe, que nós morávamos em Nova Olinda. Então minha mãe se deslocou de Nova Olinda para a ocupação no Caldeirão, mais meu irmão. Então, só ele teve coragem de acompanhar ela nessa ocupação. Eu fiquei em casa mais meu pai e mais três irmãos, aliás, quatro irmãos. Aí eu só vim pra área do Assentamento depois da

vinda deles pro Parque de Exposição, já pra terra do Assentamento. Aí eu ficava sempre acompanhando as notícias e tinha sempre notícias que mãe ficava enviando pra gente.

Nós trabalhávamos em terra alheia. Como assim? Nós trabalhávamos na terra do povo e pagava a renda. Muitas vezes não dava nem pra pagar o legume no tempo certo, porque os patrões queriam a terra para botar o gado. Muitas vezes tirava o milho verde, a fava nem apanhava, tanto é que ninguém plantava fava, era só mais milho, feijão e alguma “baciinha” de arroz.

Referente às mulheres pioneiras de luta, era Flor de Aroeira-Vermelha, mãe (que é Flor de Abril), Açucena, Violeta da Caatinga, Flor Boa Noite, Flor de Angico, Girassol, Jasmim, entre outras. A luta foi imensa, foi uma luta muito árdua, mas a gente hoje olha pra trás e vê que valeu a pena todo o sofrimento. Foi muito difícil a conquista da terra, mas foi muito gratificante e tenho orgulho de dizer que sou Sem Terra e que moro no Assentamento Dez de Abril.

No período da ocupação no Caldeirão era muitas famílias, viu. Mais de cem famílias. Tinha gente de vários lugares, de Barbalha, Missão Velha, Santana do Cariri, Nova Olinda, Campos Sales, Araripe, Potengi, Salitre. Tinha gente de Juazeiro, Crato. Tinha muitas famílias, era mais de cem pessoas. As mulheres desde então se organizaram lá no Caldeirão, plantando sempre com o incentivo de Flor de Aroeira-Vermelha, fazendo sempre uma hortinha e uma farmácia viva, porque sempre precisavam da verdura e do remédio, então elas começaram a se reunir nesse tempo lá.

Então, nós aqui já tivemos um grupo de mulher muito forte, que só que era as pioneiras, como eu já falei. O grupo já deu início lá no Caldeirão, com elas se organizando e vendo a necessidade que tinha um alimento mais rico, nutrientes, né, plantando sua hortinha e sua farmácia viva. Aí, quando veio para o Assentamento, com a posse da terra já, foi formado o grupo de mulheres, onde nós tínhamos um projeto de suíno, logo após o de cabra e ovinocultura, né, e em seguida nós tivemos o projeto que veio da ASA, onde foi pra construção dum açude, até então esse açude ainda existe. Aí esse açude foi conveniado com o projeto das mulheres. Tinha gado, tinha tudo. O que levou a acabar o grupo de mulher, na minha mente, foi as pioneiras ter se desestimulado. Teve muitos atritos, teve, mas faz parte da rotina, né. Qual comunidade não tem atrito? Mas o que teve mais uma repercussão maior foram as pioneiras ir se aposentando e se afastando e os jovens não quiseram assumir esse compromisso, mas assim mesmo, sem ter um grupo de mulher em si formado, elas tem voz ativa nas assembleias, nas reuniões, sempre que precisa, o grupo se reúne, vê alguma demanda

que tem na comunidade, vai participar de curso fora e assim, não estamos 100% ativa, mas no meu ponto de vista, nós estamos ativa ainda porque não deixemos aquele vínculo de estão se reunindo, se comunicando.

Até o dia da ocupação que mãe saiu de Nova Olinda, três da manhã, nós mesmo, eu não sabia de nenhuma história de luta por terra, começamos a ter conhecimento, saber que existia e tinha direito a partir daquele dia dez de abril, que foi, aliás, abril não, em maio que foi encaminhado toda a ocupação no ano de 1991, para o Caldeirão, até que eu não sabia, e eu fiquei mais firme na luta e “tô inté” hoje mais firme na luta, participando de tudo, buscando mais direitos, mais deveres, através de minha mãe, Flor de Abril, que ela foi uma grande iniciativa pra mim, onde ela teve a coragem de enfrentar o que ela enfrentou, para chegar no Caldeirão e ainda hoje está na luta, está ativa. Então eu me inspiro nela e entre outros que existe na comunidade e incentivo, e tenho uma filha e incentivo ela, ainda criança, a se fazer presente também nas lutas porque não adianta a gente deixar morrer uma luta que tantas sofreram para conquistar os nossos direitos de igualdade e deixou se acabar. O grupo de mulher não tá ativo, o grupo de mulher tá acabado, o nome, né, mas as normas ainda existem.

A entrevista na íntegra está nos anexos.

#### **4.7. Entrevistada de n.º 09**

*Só quem nasceu no sertão*

*Sabe o valor de ser forte*

Fátima Teles

Sobre Dona Filismina, a entrevistada guarda essa lembrança:

Ela disse assim para mim, essa senhora: “Olha, você tem tudo pra vida. Lute! ” Ela assim olhando com muita clareza nos olhos, ainda, muito velhinha, mas tinha essas palavras, de força.

“Mãe velha, Filismina, foi uma senhora que eu conheci, ela veio, mais a neta dela e ela trouxeram, ela não tinha a sensação de caminhar, ela só vivia de joelho no barraco dela. Ela durou pouco, mas faleceu aqui. Hoje não tão mais aqui a família dela, se não me engano a minha nora é família dela ainda, por parte do marido, e então tem

essa família, Flor Boa Noite também é uma pessoa muito pontual, eu acho que pegou muita base dessa senhora que já tinha falecido. Tinha cento e poucos anos.

A referida entrevistada rememora sua luta:

Sou filha de agricultores. Minha mãe me ensinou a participar da luta do Assentamento. Assim, a exemplo dela, implantou o primeiro projeto na comunidade. Busco ser ativa na organização e atuo como professora da creche. Ajudo também na catequese das crianças. Ajudo no que está ao meu alcance.

A luta foi mobilizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, junto com o próprio Movimento Sem Terra. Eu cheguei ao Assentamento mais meu pai e meu irmão. Antes eu ajudava minha mãe em casa e trabalhava como Professora, 100 horas, então no final de semana era Secretária do Sindicato dos Trabalhadores e as mulheres que vieram pra cá eram muitas, éramos trezentas famílias. Vamos supor que a metade era mulheres, né, que fazia o trabalho na alimentação. Também participava de reunião, dando uma força para os homens e daí nós era envolvida em tudo, principalmente na parte da alimentação, da saúde, das hortas comunitárias e nas decisões também.

Sim, no Assentamento, tinha um grupo de mulher, era chamado grupo de mulher mesmo. Tinha a direção, tinha a secretária, a tesoureira, e foi a qual foi implantado o primeiro projeto, né, do grupo de mulheres, aqui do Assentamento foi as mulheres. Primeiro conseguiu um projeto de caprino, depois suíno, depois comprou os gados, duas vacas. Foi o grupo de mulher, mas também os homens apoiavam.

Essa luta devo a meu pai e a minha mãe, eles incentivaram muito pra mim participar da luta, nunca me impediram. Mamãe sempre me orientava a mim participar das reuniões e ajudar o povo, aos homens trabalhando na roça, e sempre ela motivou muito, meu pai também, que ele era o dirigente na época do Sindicato. Hoje há 31 anos só tenho muita vontade de restaurar, as mulheres existem, resta é o grupo que trabalha nas hortas vazantes. Têm umas três mulheres, que trabalha ainda no grupo, não tem direção, mas elas, elas dirigem e vendem na feirinha da ACB, os produtos orgânicos.

Os nomes das tesoureiras, da Presidente, Ipê Amarelo, Violeta da Caatinga, Açucena, Flor de Cerejeira, Flor Boa Noite. Elas foram mudando de direção até uns sete, oito anos, permaneceu. O grande desafio era lidar com a rotina de casa, do lar e o trabalho também, é muito desafio. Outro grande desafio era sair pra luta, nós como mulheres sair pra luta, conquistar o companheiro, pra poder ele saber que a responsabilidade era ampla, dos dois e ficar no qual eu ainda participei, eu como, gestante, eu participei de luta, meu marido ficou em casa na época e eu saí, eu saí com

cinco meses de grávida e fui pra uma luta e consegui ainda um apanhado dum movimento assim, muito orientações pra poder conduzir as construções das moradias aqui. Na pandemia a gente ficou no período mais crítico, a gente não se reuníamos, mas depois ficou sendo on-line e depois pouco a pouco ficou presencial e a ata depois que a gente da Associação, que nós agora não temos o grupo de mulher, a ata foi vista, foi dado um visto e depois a gente assinou e ficou tudo ok. Tá tudo se resolvendo agora.

O maior desafio na pandemia foi a questão financeira também e a conscientização da “companheirada”, porque falhou muito e muito poucas começaram a participar, foi obrigado a fazer muitos contatos, muitos convites, pra poder agora que eles estão voltando.

No meu modo de ver, teve muitas organizações, mas como foi pego dinheiro dos bancos, né, aí é preciso que prestasse conta. A mulher foi quem desenvolveu como minha mãe trabalhava também, ela cuidava, fazia o rodízio no calendário, se tivesse oito mulheres, dividia de duas em duas, marcava o horário pra poder ir e isso deu resultado, que aí foi visto que deu certo, aí através disso aí, foi uma luz, uma inspiração para os projetos maiores.

Tem quatro Professores concursados aqui no Assentamento, mas também os que são contratados.

A casa de Flor de Maracujá é cadastrada em seu nome, pois seu esposo a abandonou há 10 anos, deixando-a com duas filhas menores de idade. Conseguiu concluir os estudos e suas filhas cursam faculdade. É avó de um netinho. Mesmo com a indiferença do esposo nunca abandonou a luta nem deixou de estudar. Hoje se sente reconstruindo a vida. Flor de maracujá tem a voz tranquila e é uma mulher batalhadora. Busca formações para sua profissão, tem compromisso com a burocracia do Assentamento e faz sua parte encaminhando a família para a evangelização católica e educacional.

As mulheres, na maioria dos movimentos populares e de massas, são as maiores protagonistas das lutas, inclusive no sentido quantitativo, numérico. Todavia, diante do machismo que impera, estas acabam sendo invisibilizadas (GOHN, 2008).

Nos movimentos sociais rurais das últimas décadas, o questionamento das relações de gênero culminou em reivindicações pela ruptura da dominação patriarcal herdada do período colonial. Embora o debate sobre equidade de gênero exista desde a construção da sociedade contemporânea, o tema passou a ganhar notoriedade a partir

dos anos 70 e 80, décadas de maior visibilidade para diversos movimentos sociais (KARAWEJCZYK, 2018).

Ao longo dos anos, na história de muitos assentamentos, as mulheres se envolveram ativamente na mediação dos poderes locais, propondo iniciativas para diversificar a produção, reforçando esse novo modo de vida com estratégias familiares que permeiam a constituição em relação à proximidade e ao conflito (FERRANTE et al, 2013).

A atuação efetiva das mulheres, nos assentamentos, tem contribuído para a expansão dos territórios da compreensão do papel delas na reconfiguração das relações de gênero e poder no âmbito das epistemologias do saber contemporâneo. Dessa forma, é de fundamental importância analisar a participação feminina no universo da produção rural.

Devemos reconhecer que as mulheres já fizeram progressos significativos na formulação de políticas de igualdade de gênero. Elas ocupam um lugar importante no desenvolvimento da atividade social, política e cultural e marcam o despertar das questões de gênero nesse campo, à medida que elas se tornam donas de si mesmas.

Conforme Torres (2005) as dinâmicas de organização social encontradas no campo, interagem com os trabalhos no mundo rural, onde o meio ambiente e a incorporação da diversidade estão vinculados a debates em que se questiona a divisão de papéis de acordo com o gênero, luta pela terra para o seu desenvolvimento social, contribuindo para que o seu papel não se limite ao lar, com esta participação as mulheres adquirem conhecimentos nas esferas pública e privada.

Cordeiro (2010) afirma que os processos de empoderamento não afetam as mulheres da mesma forma, mas são moldados pelo contexto local e pela posição específica que ocupam na família, na comunidade ou nas relações mais amplas.

O Assentamento Dez de Abril, pelo local que escolheram para ocupar, é repleto de fatos e de memórias marcantes da história cearense, carrega uma conotação simbólica de resistência e referência para essa região, principalmente por ser fruto da primeira ocupação de terras no Cariri cearense, dando início à luta pela reforma agrária ocorrida de maneira organizada no Centro Sul do Estado, a partir das ações do MST.

#### **4.8. Entrevistada de n.º 10**

*Uma criança nasce  
E com ela, toda a humanidade torna a renascer.*

Fátima Teles

A entrevistada também é uma das pioneiras na história desde a ocupação no Caldeirão. Ela veio do Município de Caririaçu e lá tinha o ofício de parteira, chegando a realizar 50 partos na referida cidade. Entre a ocupação e o assentamento a mesma fez mais de dez partos, inclusive os seus netos vieram pelas suas mãos.

A entrevistada chegou a ser Coordenadora do Sindicato durante dois anos, fez parte do Conselho Fiscal da Associação e, foi coordenadora do grupo de mulheres por seis anos, mas com intervalos de dois anos.

Ipê Amarelo é uma mulher tímida, fala baixinho e é muito educada. Ela foi parteira. Um conhecimento milenar no mundo das mulheres. As mãos de Ipê Amarelo contribuíram para que muitas mulheres vissem as suas crianças virem ao mundo. A luz de suas mãos empurrava a dor para fora, para que as mulheres pudessem parir a esperança que nascia junto a cada criança que chegava ao lugar. Ipê Amarelo tem nas mãos a alegria de um mundo novo, quando as crianças nadavam em sangue, chorando VIDA, em seus braços abençoados. Bromélia do Sertão, sua neta, nasceu embaixo de uma lona preta, no Assentamento Dez de Abril, pelas mãos de Ipê Amarelo.

#### **4.9. Entrevistada de n.º 11**

Os desertos

Eles existem para que não nos percamos de nós.  
É a nossa travessia. Representam a passagem pela solidão, pelas dores que nos  
entristecem e nos inquietam.

Os desertos nos proporcionam longas caminhadas, muitas vezes sem horas para  
a chegada.

A certeza que nós temos pela própria natureza é que nós passaremos por eles. É  
que eles ficarão lá atrás onde só veremos a poeira.

Os desertos são necessários, mas a permanência deles em nós, não.

Fátima Teles

A entrevistada, nascida nas terras do Assentamento, no ano de 1991, diz que ouviu as histórias de como era a vida na comunidade nos primeiros anos de sua vida:

Eu nasci no ano de 1991, no dia 29 de agosto de 1991. Aqui já no assentamento, embaixo duma barraca de lona, logo no iniciozinho do acampamento. Foi no mesmo ano que acamparam em 1991 e minha vó fez o parto. Não só de mim, mas de todos os outros filhos da minha mãe, o parto em casa, né. Depois no decorrer dos anos eu cresci, estudei aqui, estudei na creche, estudei na escola, fiz o infantil e o fundamental. O fundamental II e o ensino médio eu fiz aqui nas proximidades, no distrito. Aí participei do grupo de jovens, não participei do grupo de mulheres porque acabou logo. Eu participei de todos os movimentos que teve aqui, cursos do MST, e das assembleias até hoje participo, e meu esposo, ele é do conselho fiscal, e como não pode ser os dois né, participar da coordenação, às vezes assim tem uma reunião, aí ele participa. Fiz faculdade, sou pedagoga, e fiz pós-graduação em gestão educacional, e moro no assentamento. Participei e participo de todos os assuntos, cursos que o MST vem ministrar aqui na comunidade e participo também da Igreja Evangélica da Comunidade, a qual foi inaugurada no ano de 2016, a Igreja Evangélica.

Ao chegar aqui, ainda na barriga de mamãe, na terra Prometida pelo governador Ciro Gomes, as famílias não encontraram plantações, moradores e nem energia elétrica, e sim, apenas duas antigas casas de taipa. Um curral rústico e antigo, e um barreiro de pequeno porte, que de início serviu para suprir as necessidades hídricas das famílias e dos animais. A princípio os recém-assentados organizaram-se em pequenas barracas, né, no ano que eu nasci. Barracas de lona pretas e amarelas. Que segundo relatos, ao longe dava destaque ao pequeno e isolado povoado. Os mesmos barracos muito das vezes acomodavam mais de uma família em um só ambiente, né. Havia a noite à luz de fogueira rodas de histórias, versos e canções, no estilo cantado pelos militantes, são do MST e dos militantes. Ai segundo relatos também do povo que morava aqui antes, objetivando a organização e prosperidade da comunidade, os assentados começaram a trabalhar de forma coletiva, como todas as famílias deveriam desenvolver suas atividades, no caso que foi que entrou lá um projeto do grupo de mulher para a

agropecuária e em conjunto também por grupos liderados por um coordenador, né, cada grupo tinha um coordenador para cada atividade, e havia reuniões semanais para planejar os trabalhos que na visão coletiva era tidos como prioridade. Nos anos de 1991 e 1992, os moradores passaram por momentos difíceis, porque foi um grande longo período de estiagem.

Basicamente, no mesmo período da unidade de ensino aqui do assentamento, também teve uma questão toda assim do ensino aprendizagem das crianças, foram conquistados vários projetos e investimentos que contribuíram de forma positiva no desenvolvimento das pessoas, dentre as quais gostaria de enfatizar, né, dando ênfase ao projeto de aquisição de animais, caprinos, bovinos, suínos, e também projeto de infraestrutura, como construções de açudes, cercas, caminhões, e posteriormente um projeto de habitação e depois veio a energia elétrica, o centro cultural, ao longo dos anos, que esse centro cultural veio substituir o antigo barracão rústico, que foi feito logo entre 1991 ou 1992 e eram realizadas as reuniões e as comemorações festivas.

A Igreja Católica foi construída através de doações e mão de obra voluntária dos próprios moradores, utilizada para as realizações de missas, casamentos e outras ações litúrgicas da comunidade e vizinhanças e em 2016 foi construída a Igreja Evangélica, devido há um grande número expressivo de evangélicos, chegando a um total de quase 25, aí deu-se a necessidade de construir em 2016.

Segundo relatos também, né, os primeiros quinze anos de existência do Assentamento, as famílias usavam como forma de organização, grupos específicos de trabalho, grupo de mulheres, grupo de jovens e grupo geral coletivo. Como o grupo de mulher acabou, ficou só o grupo de jovens e o grupo geral coletivo, atualmente. A comunidade desde a sua fundação é organizada por associação e estatuto de regimento interno, onde estão elencados todos os direitos, limites, proibições e deveres dos associados e dos agregados que residem, né, no assentamento ou então que venha habitar na comunidade. Todas as decisões tomadas vêm de reuniões mensais e extraordinárias também, votadas e registradas no livro de ata. Registrada pela secretária.

A parteira da qual a entrevistada se refere e que contribuiu para lhe trazer ao mundo é a sua avó, que participou da ocupação, sendo uma das mulheres pioneiras do Assentamento. Fez mais de dez partos no Assentamento e na cidade de onde veio fez mais de cinquenta. Os quatro netos vieram ao mundo pelas suas mãos. Também foi Coordenadora do grupo de mulheres durante seis anos.

Bromélia do Sertão foi a primeira criança a nascer no chão do Assentamento Dez de Abril. É semente que brotou na terra prometida anunciando a esperança trazida quando uma criança chega ao mundo

Segundo Flor de Araoeira-Vermelha, Bromélia do Sertão e Emanuel, filho de S. essas crianças foram as primeiras a nascerem no Assentamento. A família do menino já não reside mais no Assentamento. Emanuel nasceu um mês depois de Brromélia do Sertão.

Flor de Araoeira-vermelha disse que Emanuel também nasceu no Assentamento, assim como Bromélia do Sertão, foi mais uma criança nos números das primeiras a nascerem no solo da conquista. O parto de Emanuel foi feito por Flor de Aroeira-Vermelha e dona Ângela, já falecida.

Quando fui realizar as entrevistas, eu estive com outra criança que nasceu no Assentamento e hoje é mãe de família. Refiro-me aqui a Magnólia. Porém, Magnólia se absteve de realizar a entrevista e aqui deixo a lembrança de seu nome nos anais dessa história.

#### **4.10. Entrevistada de n.º 14**

*Há um sertão em mim*

*O Sol acorda as manhãs  
Que se pintam de ouro e abrem-se  
clareando gente, terra e mato  
E eu sertaneja que sou  
Fecho os olhos, recebo sua luz alimento  
E sigo pela estrada*

*A terra suga os seus raios  
E metaboliza as energias  
Que emanam do horizonte  
Para a sobrevivência dela*

*E banha- se de calor  
Vestindo- se com a cor do romã*

*Os mandacarus se abrem  
Dispostos a embelezarem o sertão  
A chuva vem logo em seguida  
É uma oração  
Os pássaros cantam  
E as nuvens choram emocionadas*

*Depois que a chuva cai  
As nuvens voltam a ficar leves e alvas  
O Sol volta a arder em chamas de luz  
A terra faz brotar as sementes plantadas  
É hora de colher a semeadura  
E continuar plantando...*

Fátima Teles

Segue suas reminiscências da época da ocupação, pois a entrevistada supracitada é também uma das pioneiras da história.

As mulheres ocuparam o Caldeirão, passarão 22 dias no parque de exposição. No dia 04 de maio, no mesmo ano, o Governador Ciro Gomes mandou um transporte para ir deixar e aqui nas fazendas gerais daí por diante começou a melhorar.

Já morei debaixo de lona, dormia em um chão de muitas pedras. Trabalhava para sobreviver, plantava legume para sobreviver. Trabalhava o dia todo, no coletivo das mulheres agricultoras e sou sócia do Sindicato e da Associação. Já fui presidente do coletivo de mulheres.

Sobre as dificuldades do início:

Para obter água, para lavar prato, cozinhar e para beber, iam buscar muito longe com uma lata na cabeça. Quem acompanhava o projeto das mulheres era Cida de Roberto, com a ACB, com o Sindicato, com a Ematerce. Chegou vários projetos, o primeiro projeto foi feito com as mulheres.

Não tinha energia. A construção da Igreja se deu assim: Começou embaixo de uma barraquinha de palha e a partir dali começaram a contribuir com cimento, com areia, água com tijolos, com ferro, homem e mulher. As mulheres trabalhavam, levando latão de água. Tinha muito respeito um com o outro. Quando construíram a Igreja tinha missa todo mês, construiu a capela com muito esforço, uma contribuía com o que podia. Com o passar do tempo, chegou um projeto para construir as casas e chegou um projeto de energia etc.

A entrevistada alcançou o cargo de Vice-Presidente do Assentamento, na época que Violeta da Caatinga foi a presidenta.

#### **4.11. Entrevistada de n.º 15**

*Resistência*

*Quando tudo parecer cair, desabar,  
Lembra da velha árvore que não discute, mas em silêncio luta para manter-se  
de pé, firme.*

*E assim ela fica: Resoluta.*

*Quando tudo parecer ruir, morrer.  
Lembra da velha árvore que se sustenta em suas raízes e por isso se deixa  
desfolhar-se no outono para florescer mais bonita na primavera.*

*Observa que tudo ao seu redor é deserto, é seco, mas ela está lá resistindo,  
certa de que o tempo árido também passará e que mais adiante verá os campos floridos  
e suas galhas cheias novamente.*

Fátima Teles

Quanto ao Cinturão das Águas e os impactos para a vida das mulheres, a entrevistada diz:

O cinturão das águas tinha que passar tomando a frente do nosso açude que a gente trabalhava lá. Toda semana a gente tinha essa feira orgânica e a gente ia para várias feiras de exposição. Essa feira foi nascida na ocupação da ACB. Como eles tinham muita amizade fizeram um grupinho para comprar a nossa cultura aqui, nosso alimento. Eu levava num balaio na cabeça de verdura e entregava a eles, e eles vendiam para os amigos dele. Quando era na outra semana eu recebia o dinheiro da semana passada. Hoje caiu muito a feira, a gente não está mais levando. Fechou mais por causa da pandemia, já voltou a feira, mas, não tive mais condição de ir para a feira.

Ao ser questionada sobre a volta da pega de água por meio dos baldes ela relata:

Não, não há condições de pegar água de balde ou de mangueira, não tem água de jeito nenhum porque o açude ficou preso por outro lado e não tem como passar. Eu tinha uma cultura orgânica de laranja, de goiaba, abacate, tangerina, limão e graviola. Eu levava caixas e caixas de limão e era a coisa mais linda. A água se acabou e não temos mais condições de trabalhar, pois eles não vão segurar a água, não podemos pegar a água. Ficamos com esse grande prejuízo para as culturas das frutas. Não beneficia os pequenos, só os grandes.

A forma de existência econômica e social – divisão sexual do trabalho, utilização e apropriação de recursos materiais, participação na tomada de decisões e representação social e política – de mulheres assentadas permite considerá-las como agricultoras familiares. (...) A experiência de mobilização das mulheres assentadas em torno da luta pela terra constitui-se como uma ruptura social de sua situação anterior. (...) O acesso a um lote de terra nos assentamentos, no qual as famílias podem trabalhar e garantir sua manutenção, e às políticas públicas e ações de organizações governamentais e não governamentais voltadas a esta população, significa seu reconhecimento como sujeitos de direitos, enquanto “assentados”. Nos lotes de terra, os assentados têm moradia e oportunidades de trabalho, viabilizando a melhoria nas condições de alimentação, residência, acesso à educação e a serviços públicos. Porém, como os lotes têm tamanho reduzido, as possibilidades de reprodução geracional como agricultores familiares são limitadas. Os lotes podem passar a absorver filhos adultos, casados e com filhos, envolvidos em atividades não agrícolas, com residência independente no próprio lote familiar. Não existe homogeneidade entre os assentados quanto ao uso dos lotes. Em primeiro lugar, observam-se diferentes formas de explorar a terra: trabalho familiar, trabalho coletivo nas áreas comuns no assentamento ou arrendamento de lotes para assentados ou outras pessoas. Em segundo lugar, existem variações no sistema produtivo e na adesão a tecnologias modernas ou alternativas (como a produção agroecológica), com implicações para o modo como se inserem no mercado. Em terceiro lugar, há assentados que se ocupam do lote em tempo integral e outros que somam à atividade em tempo parcial no lote com uma atividade não agrícola. Além dessas possibilidades, há situações em que a pluriatividade envolve os membros da família (LOPES & BUTTO, 2008, p. 220-221).

Sobre a sua história na ocupação e na luta, ela relata:

Em 1991 que eu cheguei aqui, quer dizer, no caldeirão. Eu fui uma das primeiras a chegar. Veio eu, meu pai num caminhão de gente para ocupar. O sindicato, o MST, ACB, da igreja, Fetraer, muita gente mesmo. Eram 7 municípios para ocupar. O nosso caminhão foi o primeiro a chegar. Eu sou aqui do município do Crato mesmo, morando aqui na Serra, de favor e era muito sofrimento e exploração. Ai a gente começou a se organizar para sair desse favor do patrão. A gente só sofria. Tinha muitos filhos e um marido e ele disse: Violeta, nesse tempo quando se fala de reforma agrária, era muito complicado, uma coisa muito difícil e escondida. Ninguém não podia nem falar. Aí meu pai dizia: minha filha vai ter um tempo que a gente vai ocupar terra, tem terra e a gente vai montar o que a gente quiser. Vai ter projetos, casas, energia e água. Ai eu: ou meu Deus tomara que chegue logo esse tempo! E até que chegou mesmo. Ai a gente foi para as reuniões e era de porta fechada para não sair a conversa, era tudo caladinho e só pra quem estava lá dentro não avisar para os patrões porque eles já tinham medo. Então nós nos organizamos tudo calado. Então quando foi dia 10 de abril de 1991 nós saímos mais ou menos 11h da noite para ir pra essa terra prometida. Eu pensava que era no fim do mundo, mas era aqui pertinho no caldeirão, é que a gente não conhecia a história. No começo foi muito sofrimento, era muita necessidade, era de transporte, de alimento, de dormida, era de tudo, a gente tinha aquela necessidade. Mas, eles não tinham condições, a gente tem o gosto de possuir alguma coisa na força da vontade.

As mulheres logo começaram a se organizar. A gente se reunia para discutir os direitos da mulher, porque ao mesmo tempo a gente lutava pela terra e pensava como a gente ia plantar; a gente pensava, ao mesmo tempo, que a nossa vida, a nossa saúde, o reconhecimento da nossa profissão de agricultora eram difíceis de ser reconhecido. E nós participávamos de tudo igual: na luta pela terra, nós, as mulheres, sempre estávamos à frente (LOPES & BUTTO, 2008, p. 226).

Era muita mulher. Até que depois que a gente ocupou a terra e foi para o caldeirão, para o parque de exposição e passou o dia todo por lá, aí a gente voltou pra cá de novo, quando o governador negociou pra nós, aí voltemos pra cá. Quando voltemos pra cá a gente foi se organizando e fazendo o grupo de trabalho para trabalhar, o grupo para projeto, o grupo pra sair pra fora para buscar o necessário, aí fizemos o grupo dos jovens, dos adultos, da associação e das mulheres.

O primeiro projeto que nós fizemos foi de suínos. Ai da sobrinha dele depois conseguiu fazer o açude economizando. Nesse tempo tinha economia e na economia o povo parece que as cabeças eram tudo erguida igual, os pensamentos iguais, até porque

a gente não conhecia muita realidade, diferente do que a gente conhece hoje, aí o povo era tudo bestinha, o que “butasse” para ir, ia. Mas, a gente enfrentava. Então a gente conseguiu esse açude, que é grande. Ai depois a gente conseguiu fazer uma “bodeguinha” para a própria comunidade, mas pela própria comunidade ela foi à falência. Porque o espelho de quem estuda, eu nunca tive oportunidade de estudar, nunca estudei, e por isso a gente sofre algumas consequências. Ai depois dos suínos a gente aumentou esse projeto e compramos umas cabras. Em todo canto tem aquelas pessoas que não gostam de trabalhar, mas vai “nos empurrões”. Ai depois, compramos 18 cabeças de gado. Aí tinha aquela coisa que os maridos, nem todos, aqueles que não eram maridos das mulheres que era do grupo, os que eram do grupo concordavam em trabalhar com aqueles gados, mas os outros não queriam. Eles trabalhavam na mesma rotina que os animais dele também, aí nos dias que não eram deles trabalhar eles não queriam porque a mulher deles não faziam parte do grupo, mas ai tinha aquela dificuldade. Aí acabamos com o gado. Aí pegamos e fomos criar o que bem quis. Eu mesmo tenho o meu aí empregado. Cada qual tem o seu guardado e faz do seu jeito. O grupo foi diminuindo e saindo por essa questão de trabalho mesmo, nem todo mundo queriam trabalhar no campo, muitos não querem sujar a unha, outros é pesado, outros não querem levar sol. Aí dividiu o grupo e ele terminou acabando, a associação das mulheres. Mesmo assim não acabou porque continuamos na associação como um todo, tem a reunião do sindicato e as mulheres participam, não tem o grupo de mulher mais, mas participa do mesmo jeito. Sou casada há 50 anos feito hoje, tenho 14 filhos, 7 homens e 7 mulheres.

#### **4.12. Entrevistada de n.º 16**

*Tecer manhãs  
Pois todo dia  
É um novo dia  
Que nos convida a recomeçar  
Fazendo o melhor*

Fátima Teles

Em seu relato, a entrevistada conta que no início da ocupação as noites eram embaladas pelas histórias e pelo hino do MST que fortalecia a alma dos homens e das mulheres:

Nossas noites eram lindas. Todo mundo preparava a janta cedo, 6h. Pegavam os panelões de comida e cada um se servia. Quando terminava a janta tinha uma comissão que era a comissão da mística. Os barracos eram livres. Tinham um palanque com uma bandeira hasteada. Nós rezávamos primeiro o terço. Depois do terço a gente fazia a noite do sarau na assembleia, cada um contava suas histórias e cantavam músicas, rodas. Depois ficava tudo em silêncio e íamos dormir. Quando amanhecia o dia, todo mundo de pé. Às 7h a gente já estava acordado no pé da bandeira, para hastear a bandeira e dar as informações para o dia. Tudo tinha seus setores, as funções, as comissões de barraca. Cada comissão tinha seu coordenador. Tinha a comissão de alimentação, de buscar a comida, de cortar madeira, de limpeza. O lema era esse e ele ensinou a gente vários anos aqui ainda.

- Vocês cantavam o hino do MST? A senhora lembra alguma estrofe?

Todo dia. À noite ao abrir a assembleia e de manhã também na hora das informações ao abrir a assembleia. Quem vinha visitar já sabia o que ia acontecer durante o dia. Eu sei o hino todinho.

Ela cantou uma estrofe do hino do MST:

Vem teçamos a nossa liberdade  
Braços fortes que rasgam o chão  
Sob a sombra de nossa valentia  
Desfraldemos a nossa rebeldia  
E plantemos nesta terra como irmãos!  
Vem, lutemos punho erguido  
Nossa força nos leva a edificar.

A entrevistada tem orgulho do conhecimento adquirido e da vivência das formações que já se oportunizou. Os olhos dela ainda têm o brilho de quem viveu à luta e guardou no melhor de sua alma. É uma mulher politizada, que se alimentou do conhecimento e das experiências da vida. É uma mulher admirável.

#### 4.13. Entrevistada de n.º 17

*Mulheres*

*Somos muitas e são tantos os nossos nomes*

*Marias, Severinas, Anitas,*

*Olgas, Bárbaras, Dinás,*

*Violetas, Dandaras, Genis,*

*Carregamos os sobrenomes de luta,*

*Resistência, gana, resiliência*

*E seguimos em Marcha*

*Como sementes que brotam*

*Em solos diversos*

*E florescem o ano inteiro*

Fátima Teles

Sobre o exemplo de solidariedade de Flor de Boa Noite, ela relembra sorrindo com suavidade, sua chegada na ocupação do Caldeirão em abril de 1991. Os coletivos se organizaram com a ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e realizavam as reuniões embaixo de um barracão.

No Assentamento havia um grande problema de água e só tinham dois açudes: O de “seu mozinho” e o que chamavam de “açude de Boa Noite”. Flor de Boa Noite cavou uma cacimba e enchia de água. A água é minada do chão. Então Flor de Boa Noite convocou a comunidade e muitos ajudaram e fizeram uma cacimba maior. Os filhos, o genro, e quem mais tivesse boa vontade. Flor de Boa Noite já foi secretária da associação e tesoureira.

Flor de Boa Noite é muito simpática e foi muito solidária no início das moradias no Assentamento, quando havia o grande problema da água. Ela é uma mulher de luta e também soube realizar a teia da colaboração para a construção da cacimba e assim ajudar melhor a quem precisasse.

#### 4.14. Entrevistada de n.º 18

*Mulher*

*Eu, tu, nós  
E no mundo ecoa  
A nossa voz  
Por direitos,  
Respeito e valorização*

Fátima Teles

A entrevistada atualmente estuda o Curso de Psicologia na Faculdade de medicina de Juazeiro do Norte (FMJ), diz que nasceu no Crato, mas vive até o momento no Assentamento. Estudou até a quarta série na escola do Assentamento Dez de Abril.

Ela lembra que havia a comemoração do dia do Assentamento e nessa atividade era estudado a história do Assentamento.

Até a borracha era coletiva, na época de sua mãe. Já em seu tempo havia a borracha coletiva como simbologia.

Em 2019, no V Encontro de Agricultoras e Agricultores Experimentadores (as), saiu um boletim de sistematização escrito e publicado por pessoas do Assentamento e ente essas pessoas estavam dois colegas que faziam parte do grupo da juventude Dez de Abril:

- Desde o início do assentamento, existe um grupo de jovens. Nos primeiros anos, o grupo atuava na plantação de bananeira. O trabalho era mais voltado para a produção. Ainda faltava o elemento social, a formação intelectual da juventude. A parte social é fundamental na nossa caminhada. Em 2008, a escola do Assentamento foi fechada. No ano seguinte, uma nova geração de jovens se uniu formada por quem estudou até a quarta série na nossa escola, batizada de “Construindo o caminho”. Não era somente português e matemática, mas uma educação contextualizada que trazia a nossa cultura, a nossa história e a nossa identidade. Em homenagem à escola que nos formou, nossa geração batizou o grupo com o seu nome.

A juventude que estudou na escola do Assentamento se sente parte da identidade sem-terra, tem mais responsabilidade e mais participação na luta. Já faz 10 anos que a

escola foi fechada. Nesse período, as crianças passaram a estudarem em outros locais. “As crianças estão perdendo nossa identidade. Com quatro anos, começam a estudar fora. Se a juventude está firme e forte aqui, foi por causa da educação que tivemos”, ressaltou em conversa com outros jovens”.

“As professoras e os Professores eram daqui. A gente aprendia a história do Assentamento”, reforçou.

A entrevistada continua dizendo que:

Um desafio para nossa comunidade é o êxodo rural. Muitos Jovens vão trabalhar na capital e, com isso, não dão continuidade a sua função no Assentamento. Temos que pensar em estratégias para buscar mais jovens para o grupo e conseguir projetos que possibilitem garantir sua renda.

Em 2009, chegou ao Assentamento o Projeto Solari, acompanhado pela Cáritas Diocesana do Crato. Com ele, houve a implantação da Mandala, cadeia produtiva de equilíbrio nutricional, e a Rádio Comunitária, que atraiu maior interesse dos jovens. Porém, por não haver domínio das técnicas, a rádio era ligada apenas uma vez na semana para dar avisos importantes. Somente em 2014, com a visita de professores da Universidade Federal do Cariri, conseguimos formação em comunicação. Em 2015, através do projeto “A Voz da Juventude”, começamos formação em três eixos: Agroecologia; gestão Associativa; e Comunicação Popular. Antes, a juventude tinha pouca participação em encontros dos movimentos sociais. Com a formação, muitos jovens se envolveram nas ações e têm hoje fala mais atuante em espaços de organizações internas e externas.

Eu sou feliz é na comunidade, como diz nosso canto. Moro no Assentamento porque acredito na luta. Gosto de viver no Assentamento porque o jeito que a gente vive faz com que todas e todos tenham uma função social e política. O nosso jeito é diferente porque ele valoriza as pessoas. Trabalha a coletividade e não estimula a competição. Tudo é dialogado. Todos têm a palavra. O sistema vigente fora do Assentamento desumaniza as pessoas. O Assentamento é uma alternativa ao sistema. A alternativa não está fora. Está dentro do Assentamento.

#### **4.15. Entrevistada de n.º 19**

*“A terra só tinha jurema,  
nem água tinha,*

*nem tinha nenhuma casa,  
não tinha era nada...  
Só tinha terra e mato.  
Aí fomos roçar,  
fazer barraquinha  
de palha, de lona.”*  
(SILVA, 2020, p. 239).

A entrevistada conta como foi à luta em seu princípio e como foi a experiência do projeto para a construção do açude, cognominado “Açude das Mulher”.

Já morei debaixo de lona, dormia em um chão de muita pedra. Trabalhava para sobreviver, plantava legumes para sobreviver. Trabalhava o dia todo, no coletivo das mulheres agricultoras e sou sócia do sindicato dos trabalhadores rurais e da associação. Já fui vice-presidente do coletivo de mulheres, para obter água, para lavar prato, “cozinhar” e, para beber ia buscar muito longe. Com uma lata na cabeça.

Quem acompanhava o projeto era Aparecida da ACB com o Sindicato e, a Ematerce. Não tinha energia.

No coletivo das mulheres tinha participação maciça em novenas. Começou embaixo de uma barraquinha de palha, aí a partir dali “começarão” a contribuir com cimento, com areia, com tijolos, com ferro.

Home e mulher trabalhavam. As mulheres levavam um latão de água. Tinha muito respeito um com o outro. Quando construiu a igreja tinha missa todo mês. Construíram a capela com muito esforço, uma foi contribuir com o que podia, com o passar do tempo, chegou um projeto para construir as casas e chegou um projeto de energia, etc... Chego vários projetos, o primeiro projeto foi feito com as mulheres. Ocuparão o caldeirão e passarão 22 dias no Parque de Exposição. No dia 04 de maio, no mesmo ano, O governador da época, Ciro Gomes, mandou um transporte para deixar aqui na Fazenda Gerais, e daí por diante começou e melhorou.

Sobre os assentamentos, Vidal (2017, p. 40) faz a seguinte explanação:

O camponês agora deixa de ser um trabalhador sem-terra e passa a ser um assentado, mas não deixa de ser camponês. O assentamento torna-se seu novo território por força da luta pela reforma agrária, mas que não representa ainda a reforma agrária no Brasil. Trata-se de um espaço que vai se consolidando como ponto de chegada da luta camponesa, onde se descarrega as bagagens

que foram trazidas no processo de conquista da terra. E na terra conquistada, os sem-terra assume um conjunto de lutas específicas como crédito agrícola, infraestrutura, estrada, energia elétrica, escola para as crianças, construção de casas, viabilização da produção etc. Neste caso, o assentamento torna-se o ponto de partida da construção de um novo território em que a utopia, baseada na convivência em comunidade, sem exploradores e nem explorados... o assentamento rural passa a ser “uma unidade de produção e consumo estruturada pela força do trabalho familiar” no qual o uso da terra “são partes constitutivas da lógica de sustentabilidade camponesa”.

Conforme Lopes e Alencar (2014) o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir da portaria n.º 80 de 24 de abril de 2002, a qual tratados conceitos que estão inseridos do Programa Nacional de Reforma Agrária, o Assentamento é uma unidade territorial obtida pelo programa de reforma agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados e Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em várias etapas indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra (MDA, 2002).

“Esse açude aqui é uma história muito fundamental na vida nossa, porque quando chegamos aqui o assentamento não tinha água. Nós cavávamos um buraquinho num açude que tinha do Dnocs em Capa Rosa. Ai o primeiro projeto que entrou no assentamento foi do grupo de mulheres. E compramos algumas cabeças de criação e 5 cabeças de gado. Aqui era um riacho e a barreira era curta que dava pra ganhar tempo porque se fosse noutra canto o dinheiro não dava pra construir. Já tem 28 anos que foi feito esse açude e ainda hoje ele tem o nome do grupo de mulher, que era um grupo de 24 mulheres muito organizado de pegar e levar mesmo. As mulheres vão se acabar, mas o açude vai ficar por resto da vida se quem ficar por perto zelar. Esse açude só sangrou 2 anos desde que foi feito de geração em geração a família segue construindo manhãs. ”

Sobre o conhecimento da luta na terra e sua ascendência:

“Eu não conheci e nem meu pai conhecia, nem meu marido conhecia, nem minha mãe, ninguém. Só quem veio ter conhecimento fui eu porque a necessidade me obrigou a fazer isso.

Depois desse grupo de mulher que foi o primeiro, aí chegou o FNE, que foi o que nós “botemos”, o que é naquela época, que eles começaram a comprar gado, a comprar material pra fazer resíduos pra os gados, plantação de capim, essas coisas, mais depois do projeto do grupo de mulher, né, que naquela época, eu não sei como foi, eu só sei que o primeiro foi do grupo de mulher.

Do grupo de mulher, nós já recebemos vários projetos, porque a gente trabalhava e a gente só trabalhava com projeto, nós. O primeiro projeto que chegou no assentamento foi do grupo de mulher, né, que foi, nós compramos, é uns suínos e os grandes começou a comer os pequeno e nós paramos e fizemos um açude, aí trocamos por criação, das criação, nós trocamos por gado, e hoje nós não temos mais nada.

As mulheres que são as mais velhas que ocuparam. São elas: Aroeira-Vermelha, Violeta da Caatinga, Açucena, e Flor do Angico, Orquídea, Flor de Boa Noite, e tinha um bocado que já faleceu, até. Eu morava em Nova Olinda e trabalhava com duas léguas arrendadas.

Nós começamos lá na ocupação, no caldeirão mesmo, plantando horta. Era lá, começou com umas dez mulheres e começamos a receber projeto e depois que nós estávamos aqui nas casas onde nós moramos e nessa época tinha vinte e três mulheres e nós trabalhávamos com porco, com cabra, com gado com isso tudo, essas vinte e três mulheres. E duraram ainda uns cinco a seis anos, mas existe, sim, e tinha a coordenação, tinha a tesoureira, tinha a presidente e tinha a secretária, tinha isso tudo do grupo de mulher, viu. Não existe mais porque as “muié” já tão tudo velha, tudo cansada e as nova agora tão mais envolvida na tecnologia de outro jeito, não quer mais trabalhar de enxada.

Mulher, já teve de cinco a seis mulheres, já participou de ser presidente do grupo de mulher, viu, é e tesoureira também, porque quando muda a direção, muda tudo, né. É que a direção só vale dois anos. E as mulheres hoje, elas só se reúnem uma vez por mês, que é na reunião da associação que todas nós somos sócias, mas pra dizer que tem o grupo de mulher, ainda, pra trabalhar o grupo, não tem, mas ela trabalha em outras atividades, grupo de três, de dois, diminuiu as coisas.

Eu lavava a roupa com uma colega em Nova Olinda e ela tinha contato com o MST, e sabia dessa ocupação que ia ter e aí me indicou que eu vivia trabalhando muito sacrificada e aí ela me indicou, mas nem meu marido queria que eu fosse, e nem meu pai, tudinho foi contra, mas eu fui porque nós tínhamos necessidade.

Só os auxílios que vinha é essencial, é de direito e alguma cesta básica pra alguma pessoa que necessitasse, que não era pra todos, né. ”

A referida assentada é uma das mulheres de luta sempre representa a voz das mulheres com várias entrevistas para Jornal, TV, e pesquisas acadêmicas. Ela tem sua fala em vários livros relacionados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Flor -de -Abril é uma das personalidades mais emblemáticas do Assentamento. Ela representa o Assentamento com a sua voz sem medo, com a sua firmeza e sinceridade. Ela conta a história e se orgulha de ser assentada. Flor-de-Abril é documentada nas redes sociais através de documentários sobre o Assentamento Dez de Abril, sobre agricultura familiar e se orgulha em dizer que já ganhou o Prêmio Mulher de Fibra do SESC e já saiu até no Globo Rural. Ela realizou o meu sonho de espalhar o milho numa arupemba, como faziam as mulheres da minha ancestralidade materna. No alpendre conversamos, gargalhamos e comemos uma deliciosa galinha caipira. Ela me disse que tem coragem de ir pra qualquer lugar do mundo falar sobre a vida no Assentamento. Não tem porquê ter medo e nem vergonha.

#### **4.16. Entrevistada de n.º 21**

Tudo o que foi bonito e importante, não morre.  
Se eterniza no baú da memória que é o coração

Fátima Teles

A entrevistada é filha de assentados, cursa Pedagogia, faz parte da Direção do Assentamento e está inserida no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense. Desde muito nova já participava de todos os movimentos da comunidade. Atuou no grupo de jovens, na casa digital, rádio comunitária e em conjunto com alguns jovens desenvolveram um projeto para resgatar as histórias de lutas da comunidade tendo como público-alvo as crianças e os jovens. O Assentamento para ela é Sinônimo de resistência. Acredita que através da pedagogia de Paulo Freire, se trabalharem a educação contextualizada, poderão conseguir melhorias significativas para a comunidade.

A entrevistada é fruto da juventude que vivenciou as atividades que existiram no Assentamento. Hoje ela busca transformar a sua vida através da educação. É filha de Professora concursada, quem também sempre viveu no Assentamento. Flor do Cajueiro é a segunda geração de mulheres do lugar.

#### 4.17. Entrevistada de n.º 22

*Há Sol em cada alvorecer  
Te esperando, para tecer manhãs*

Fátima Teles

Entrevista realizada pela rede social WhatsApp com uma participante da Associação Cristã de Base (ACB), com Sede em Crato-CE. Relato enviado no dia 26 de julho de 2022, às 08h48min.

Em abril de 1991 aconteceu a ocupação do Sítio Caldeirão, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que articularam e organizaram as trabalhadoras e, os trabalhadores e suas famílias para ocuparem o Caldeirão.

Nessa empreitada, a ACB foi apoio concreto com sua Sede e equipe que se envolveu com as atividades de articulação e organização.

As famílias que se envolveram e vieram para a área de ocupação, eram desprovidas de tudo e nós conhecíamos muitos deles por conta do nosso trabalho na região.

Ao ocuparem em plena estação chuvosa, as famílias iniciaram o plantio de culturas rápidas, como hortaliças, cereais, leguminosas e outras.

Nós buscamos apoio junto às outras instituições como Sindicatos, Igreja, e pessoas se sensibilizaram para garantir alimentos, roupas, agasalhos, remédios para as famílias. Foi um processo intenso e trabalhoso. Além de manter tudo isso e garantir a estadia do pessoal, iniciaram-se as ações de educação das crianças. Enfrentaram-se também as hostes políticas da região do Cariri, desde o Leste ao Oeste da região. As forças policiais da região saíram em defesa dos latifundiários e daqueles donos de grandes lojas comerciais, porque esses trabalhadores, essas trabalhadoras, e suas famílias podiam saquear e roubar as riquezas desses ricos.

Para um grupo de mais de cem pessoas, pobres, sem nada, foi assustador. Todavia, as Instituições, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Igreja e pessoas fraternas, nós (ACB) que estivemos juntos, os encorajamos e eles / elas resistiram. Alguns debandaram por medo, outros por pensar que logo no outro dia os seus problemas estavam resolvidos. Porém, boa parte permaneceu.

Foi tarefa nossa, do MST, do Sindicato, cuidar das diversas formas de aprendizado desse pessoal. Desde a organização comunitária e sindical. Relações familiares, gestão associativa, uma vez que muitos deles/as eram arredios as questões sociais; o individualismo mesmo entre os pobres gera a desigualdade, principalmente em relação as mulheres.

Paralelo a tudo isso, incentivamos a questão produtiva, implantando alguns projetos de captação de água, como construção de pequenos açudes, criação de pequenos animais, que garantiu certa quantidade de produção e recursos, até a implantação de projetos maiores por partes dos bancos e órgãos governamentais.

A organização das mulheres foi bastante trabalhada, desde a sua quantidade até a percepção de que tem direito, quem pode trabalhar e produzir além do fogão e cuidado com os filhos, que tem direito a voz e opinar sobre as decisões da família e da organização comunitária. A busca da igualdade feminina no assentamento foi bastante trabalhada, por isso muitas mulheres lá são muito atuantes e sujeitas de suas histórias de vida.

Quanto às conquistas do assentamento foram muitas, a educação avançou mesmo o poder público municipal não tendo construído uma escola na comunidade, as famílias construíram galpão e conseguiram que a Prefeitura pagasse Professoras (es) para as crianças de séries iniciais. Ao avançarem, às famílias levaram seus filhos as escolas das comunidades vizinhas, Vila Nova e Monte Alverne. Não parando por aí, essa comunidade conseguiu formar vários jovens, Professoras (es), técnicos de nível médio e outros.

No aspecto social tem uma associação, atuação, construíram Igreja, conseguiram projeto de moradia, cujas casas são boas, e um centro Cultural, onde acontecem os cursos, os encontros e as festas comunitárias.

Acredito que muitas outras benfeitorias e vivências saudáveis acontecem por lá, pelo menos deixaram de ser exploradas e explorados pelos patrões, donos de terra.

Esta é uma síntese do que foi e é o assentamento dez de abril.

Atualmente há mais de três anos que não ando lá por motivo de ter sofrido fraturas ósseas e ficar impossibilitada de andar por vários meses. Graças a Deus, já estou me locomovendo.

O trabalho da Associação Cristã de Base, ACB, foi de suma importância para a conquista de projetos sociais que alavancassem e transformassem o Assentamento Dez de Abril. As orientações, mediações, formações e todas as contribuições trouxeram

crescimento, água e conseqüentemente a melhoria da economia, para a plantação, alimentação e a própria vida das assentadas e dos assentados. A contribuição do relato de dona Socorro na pesquisa enriqueceu muito a pesquisa.

#### **4.18. Considerações Finais**

*Esperança*

*Ela se encontra lá longe  
Não gosta de ser vista  
Mas sabe ser sentida  
Esse é o seu valor*

*E quando pensamos  
Não a ver, ela surge  
Ela sempre surge  
E nos salva  
Pra isso ela existe*

*Ela se veste de verde  
Tem os olhos de luz  
Sua voz entoia cânticos de fé  
Dá-nos a mão  
E conosco caminha sorrindo  
Sussurrando resiliência*

Fátima Teles

Escrever a história é revisitar o passado, dialogar com ele, refletir sobre ele, para ressignificá-lo, na construção de um futuro eminente.

O trabalho da memória é o de revelar a identidade, de saber quem se é através das pessoas que nasceram e vivem ou viveram tecendo o cotidiano de um lugar. A

prospecção do passado deve objetivar um presente próspero nos aspectos que circundam a sociedade.

Passado e presente são teias interligadas que vislumbram a possibilidade do futuro ou de um futuro promissor, delineado de forma individual e coletiva, visando sempre o bem comum, em favor da universalidade.

O camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país. Classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo. Entretanto, esse 'passado' só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária – essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse 'passado' é uma arma de luta do presente. Esse 'passado' só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital – quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente 'no futuro', na superação e na solução das contradições do capital – da exploração e da expropriação (MARTINS, 1981, p. 16).

A luta pela terra no chão sagrado do Caldeirão em 1991, no município do Crato, pode-se perscrutar como a Primavera Camponesa do Dez de Abril. Homens e mulheres imbuídos e imbuídas do desejo de ter um pedaço de terra para morar e alimentar-se, cansados e cansadas da exploração, nutridos e nutridas pelo sonho de liberdade, ocuparam o solo onde viveu a Comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto sob as batutas da fraternidade, igualdade, da fé e do trabalho. A terra ocupada representava a promessa do divino, para os homens e as mulheres do campo, que ali estavam, embaixo das lonas pretas, deitavam-se entre as pedras, onde o sono era movido pelo cansaço, pela coragem e a esperança.

Havia mais mulheres do que homens. Do engenho da Serra foi as mulheres, um pai de uma das mulheres e o esposo de outra. Da Serra do Cruzeiro, vieram três irmãos e outra mulher. Dona Filismina, chamada de “Mãe Velha”, veio sentada nos braços de sua neta e carregada em um pau de rede por quatro mulheres para entrar no Caldeirão. Foi a mulher mais velha do assentamento, segundo fontes orais, ela faleceu aos 115 anos. E a bravura de dona Flor-de-Abril? Ouviu falar na ocupação em Nova Olinda quando lavava roupa. Veio a pé na companhia do filho A. que ainda era uma criança. Noite adentro caminhando em busca de um sonho.

As mulheres carregavam em suas cabeças fardos de panos com panelas, roupas e redes. Elas também carregavam em punho os instrumentos de trabalho para arar a terra, assim como os seus companheiros. As mulheres do Dez de Abril enfrentaram a fome, os

homens de farda, e a própria Igreja, assim como a falta de apoio de alguns companheiros e esposos. Elas cuidavam da casa e entravam na roça para plantarem. No Parque de Exposição e Agropecuária Pedro Felício, no Crato, elas alimentavam a prole com a ajuda concedida pela sociedade e posteriormente pelo Governo Estadual da época (1990-1994), Ciro Gomes. Já no Parque de exposição elas organizaram a Associação. O modelo de pensamento e as diretrizes do MST foram cruciais para a conscientização dos direitos e o amor à terra.

Foram mais quarenta dias de deserto. Olhos no horizonte e luta nas vozes e articulações para fazerem a travessia e chegarem até as fazendas Carnaúbas Gerais e Gerais, as fazendas desapropriadas e negociadas pelo Governo com os latifundiários, seguiram e deram-lhe o nome de Assentamento Dez de Abril.

Início de uma nova luta...

Havia uma casa de taipa, outra muito velha, pedras, muitas pedras no caminho. Um rio de mata e dois açudes. Um deles, corria por trás da casa de uma das assentadas, Flor de Boa Noite, que conseguindo cavar uma cacimba, cedia águas para muitas.

Venceram machismos, conseguiram trazer projetos com a ajuda técnica da Ematerce, orientação e grande contribuição da ACB, e começaram uma criação de bovino, caprino, horta comunitária, plantar árvores e sonhos. Semear legumes e verduras. Conseguiram o projeto para o açude coletivo, “O açude das mulheres”. Construíram a Capela de São Vicente de Paulo.

Foi assim que se deu aquela “Primavera”.

Formou-se o grupo de mulheres que dialogava, articulava, deliberava e conquistava. Implantou-se uma escola com disciplinas voltadas ao campo, a sua importância, e muitas crianças foram alfabetizadas e formadas com base na educação do campo. Houve a criação do grupo da juventude, com leitura e produção de folhetins, assim como uma rádio comunitária, auxiliada pela Universidade Federal do Cariri.

Antes mesmo da Pandemia já não havia mais o grupo de mulheres.

As mulheres pioneiras deixaram um legado. Elas acreditaram no sonho e lutaram para realizá-lo. Duas gerações já existem posteriores a elas. Surgindo assim um novo questionamento para futuras pesquisas: o que pensam as mulheres atualmente para o assentamento e para elas mesmas? Como pensam? Como o assentamento está sendo representado pelas mulheres? Quais as melhorias que ainda podem acontecer ou devem chegar por direito no Assentamento? Como está sendo vivenciada a educação popular das mulheres?

As tecnologias trazidas pelo sistema capitalista, incluindo as redes sociais, podem aproximar pessoas e gerar conteúdo, mas o encontro, presencial, a formação do grupo com debates e a possibilidade de diálogo é que são geradoras de transformação do pensar e da vida.

Duas religiões têm população definida no assentamento. O catolicismo e o Protestantismo. O Deus é o mesmo. O que une o Assentamento é a melhoria da comunidade e isso deve ser o que realmente importa “o que une, sempre o que une”.

Que as ancestrais possam um dia partir e ver as novas gerações se orgulhando de seu pertencimento, buscando lutar para trazer o melhor para a comunidade e fazendo dela a realização da terra prometida, sonhada e plantada por todas. Que as novas sementes, mulheres, já plantadas em duas gerações possam tecer os fios da vida em manhãs ensolaradas de afeto e ideais, mas acima de tudo exercitando na prática a sororidade que agrega e soma. O Assentamento será o que fizerem dele. O presente ressignifica o passado e auroresce o amanhã, podendo também escurecer e embrutecer, secando a sementeira.

O bonito da História, a beleza da vida é a sua possibilidade de reconstrução e isso acontece diariamente e em agrupamento, na coletividade. Que as mulheres pioneiras sejam sempre fonte de inspiração para as mais novas e que a luta seja ainda mais bela, em marcha, florescendo sempre, como é a primavera.

Revisitando o passado, compreende-se o presente e constrói-se o futuro.

## Referências bibliográficas

ABREU, Z. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Revista da Universidade dos Açores**, Ponto Delgada, 2ª série, VI, p. 443-469. 2002.

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 261, 2016.

ALENTEJANO, P. R. Os impactos regionais nos assentamentos rurais no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13. João Pessoa: AGB, **Anais**. 2002.

ALGRANTI, L. M. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. UnB, 1993.

ALMEIDA, J. S. **Mulher e Educação**: a Paixão pelo Possível. Editora UNESP, 1998.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. Brasiliense, 2017.

ALVES, C. Ato em memória dos 60 anos da morte de João Pedro Teixeira ocorre neste sábado (2), na Paraíba. **Brasil de fato**, coluna Direitos Humanos, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/31/ato-em-memoria-dos-60-anos-da-morte-de-joao-pedro-teixeira-ocorre-neste-sabado-2-na-paraiba>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ARAÚJO, A M. **A construção do consentimento**: corporativismo e trabalhadores no Brasil nos anos 30. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1998.

ARBEX JÚNIOR, J. Revoltas Populares no Brasil (1ª ed.), **Editora Caros Amigos**, n.1, v. 1, p. 384, quinzenal, 2014.

ASA. **Articulação no Semiárido Brasileiro**. 2021. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/> Acesso em: 10 jul. 2020.

ASSARÉ, P. A terra é naturá. In: **Cordéis e outros poemas**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.

BABI FONTELES E ZÉ VICENTE. **Canção pra Margarida**. Vila Mariana: Paulinas/COMEP, 1 CD (3 min), 1994.

BENÍCIO, M. **O rei dos jagunços**: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

BOGO, A. **Arquiteto dos sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BOGO, A; OLIVEIRA, W. C. Hino do MST. (1985). Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/07/nosso-hino-2/>. Acesso em: 20 out. 2022.

BORDALO, C. A. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Ciências) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 158f. 2011.

BRAGA, M. **O Cordel da Reforma Agrária**. 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/11/28/o-cordel-da-reforma-agraria/>. Acesso em: 22 jul; 2022.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. Boitempo Editorial, 2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cirandas do Pronaf para Mulheres**: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília, 2005.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 de novembro de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm). Acesso em: 12 ago. 2022.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. *In*: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (orgs): **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, p. 217-240, 2008.

BRUSCHINI, M. C. A.; UNBAHAUM, S. G. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. *In*: **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Ed. 34, 2002. p. 17-58.

CAETANO VELOSO. **Força estranha**. Rio de Janeiro: Universal Music, 1 CD (3 min) 2018.

CALASANS, J. **As Mulheres de “Os Sertões”**. Coleção José Calasans. Centros de Estudos Baianos, 2001.

CASTILHO, I. **Mulheres, a primeira vítima do capitalismo**. 26 jul. 2017. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/mulheres-a-primeira-vitima-do-capitalismo/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CEARÁ. Governo do Estado. Designação Lei n.º 13.234, de 03/07/2002. Cria o Dia Estadual em memória da Comunidade do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/desenv-regional-recursos-hidricos-minas-e-pesca/itemlist/tag/DIA%20ESTADUAL%20EM%20MEM%C3%93RIA%20DA%20COMUNIDADE%20DO%20CALDEIR%C3%83O%20DE%20SANTA%20CRUZ%20DO%20DESERTO>. Acesso em: 07 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Designação Lei n.º 18.153, 05/07/2022. Institui a romaria da Santa Cruz e a semana ecos do Caldeirão no calendário oficial de eventos e datas comemorativas do Estado do Ceará. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/datas-comemorativas/item/3628-lei-n-13-234-de-03-07-02-d-o-04-07-02> . Acesso em: 07 set. 2022.

CHICO BUARQUE. **Apesar de você**. Rio de Janeiro: Polygram/Philips, 1 LP (3 min) 1978.

\_\_\_\_\_. **O cio da Terra**. Rio de Janeiro: Polygram/Philips, 1 CD (3 min) 1994.

CHOINASKI, L. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Org.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 225-239, 1998.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CONTAG. Marcha das Margaridas 2019. Margaridas na luta por um Brasil com Soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência. Cartilha de divulgação. Brasília, DF: Contag, 2019.

CORDEIRO, D. S. A. **Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão**. Fortaleza: Imprensa Universitária/Universidade Federal do Ceará, 2004.

CORDEIRO, R. M. Empoderamento e mudanças das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. M. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: UFPE, 2010.

CUNHA, E. Os Sertões. (21ª Ed). Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

DAMASCENO JÚNIOR, F. F.; *et al.* Assentamentos rurais de Crato-CE e seus aspectos socioeconômicos a partir de uma observação participativa. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, **Anais...** Curitiba, 2017.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 175-204, 2004.

DIAS, M. O. L. S. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano, *In: COSTA A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs.): Uma questão de gênero*. RJ: Editora Rosa dos Tempos/SP: Fundação Carlos Chagas, p.49, 1992.

DUMONT, L. *Homo hierarchicus*. Paris: Gallimard, 1966.

FARIAS, A. **O caldeirão vivo**: a saga do Beato José Lourenço, Fortaleza: tropical, 2000.

FECLESC, N. B. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. *In: Conferência Internacional sobre os Sete Saberes*. Ministério Público do Estado da Bahia, 2010.

FEDERICI, S. A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres. *In: Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e a acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, M. J. C. Da luta pela terra à luta pela Reforma Agrária no Brasil. **Revista Geo Interações**, v. 1, n. 1, p. 55-67, 2017.

FERRANTE, V. L. S; *et al.* Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. *In: NEVES, D. P; MEDEIROS, L.S. Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói, 2013.

FIGUEIREDO FILHO, J. A. O Beato José Lourenço. **Revista Itaytera** n. 7, Crato, 1961.

FISCHER, I. R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação: um estudo no acampamento do Engenho Prado**. 233f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FRACCARO, G C. C. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 31, p. 7-26, 2018.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** (25ª Ed.). São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 2007.

GALEANO, E. **Mulheres**. Tradução Eric Nepomuceno e Sergio Faraco.- 1.ª Ed,- Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

GALILEIA, Z. **A história das ligas camponesas: testemunho de quem a viveu**. Recife: Cepe, 2017.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. 3ª. ed. São Paulo: Claridade, 2015.

GARCIA, M. A. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu (8/9)**, 1997.

GARCIA, S. **Assentamentos rurais: expressão da questão agrária**. In: capacitação em Serviço Social e Política Social, Brasília: CEAD, 1999.

GENRO, L. “Calibã e a Bruxa” e uma ótica marxista e interseccional do feminismo. **Revista Movimento**, 1 jun 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/06/caliba-e-a-bruxa-e-uma-otica-marxista-e-interseccional-do-feminismo/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GODINHO, P.; GONÇALVES, A.; VICENTE, L. (orgs). **Entre o impossível e o necessário: esperança e rebeldia nos trajetos de mulheres sem-terra no Ceará**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GODOI, E. P; *et al.* **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009.

GOHN, M. G. Classes Sociais e Movimentos Sociais. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, 1999.*

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do Século XX: antigos e novos atores sociais.** 3-ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GRUPO OS GURIS. **Guerra do Contestado.** Canoinhas: Estúdio D, 1 CD (4 min) 1996.

GURGEL, T. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 9, p. 1-9, 2010.

HOLANDA, F.; CARIRY, R. **O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: apontamento para a história.** Fortaleza: Interarte, 2007.

HOLLANDA, H. H. O. B. Feminismo em tempos pós-modernos. *In: (org.). Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura.* Rio de Janeiro: Rocco, p. 7-19, 1994.

JULIÃO, F. **Que são as Ligas Camponesas?** Coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KARAWAJCZYK, M. O feminismo em boa marcha no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.26, v. 2, 2018.

LACERDA, J. Academia dos cordelistas do Crato, cadeira nº 03. Crato-Ceará-Setembro/2012.

LIMA, H. E. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 6, p. 289-326, 2005.

LIMA, M. L. **José Lourenço: O Beato perseguido. Uma História Real.** 1.ed- Fortaleza: editora IMEPH, 2013.

LOLATTO, S. **Mulheres na política: trajetórias das vereadoras titulares em Florianópolis** (Brasil). 2016.

LOPES, A. L. BUTTO, A. **Mulheres na Reforma Agrária.** A experiência recente no Brasil. 2008.

LOPES, J. G.; ALENCAR, F. A. G. Assentamento de reforma agrária no Ceará. *In: Espaços, natureza e resistências camponesas no Nordeste* / Sampaio J. L. F. *et al* (Org.). Fortaleza: Edições UFC, 2014.

LUSTOSA, R. **100 anos de Juazeiro registrados no cordel.** Juazeiro do Norte: HB Gráfica, 110 p., 2011.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

MARIA BETHÂNIA. **Sonho Impossível.** Rio de Janeiro: CBD/Phonogram/Philips, 1 LP (2 min), 1974.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARTINS, P. E. M.; LAGE, A. C. Canudos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Singularidades e nexos de dois movimentos sociais brasileiros. *In: VII Congresso Luso-brasileiro de Ciências Sociais.* Coimbra. 2004.

MATTOS NETO, A. J. A posse agrária e suas implicações agrária no Brasil. *In: MIRANDA, R. S; CUNHA, L. H. (Orgs.): A materialização da estrutura organizacional do MST.* CONGRESSO BRASILEIRO DE ANTROPOLOGIA, Goiânia. **Anais...** Recife: Associação Brasileira de Antropologia. Belém: CEJUP, 1988.

MAYORGA, C. *et al.* As críticas ao gênero e pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 463-84, 2013.

MEIRELLES, G. 1962 – 2022: 60 anos depois, Elizabeth Teixeira recebe aos 97 anos de idade, réplica da bandeira oficial das ligas camponesas. **Blog do Giovanni Meirelles**, coluna Cotidiano, Opinião, Poder, Política. 6 de agosto de 2022. Disponível em: <https://giovannimeirelles.com.br/2022/08/06/1962-2022-60-anos-depois-elizabeth-teixeira-recebe-aos-97-anos-de-idade-replica-da-bandeira-oficial-das-ligas-camponesas>. Acesso em: 12 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. 1962 – 2022: 60 anos depois, Elizabeth Teixeira recebe aos 97 anos de idade, réplica da bandeira oficial das ligas camponesas. **Blog do Giovanni Meirelles**, coluna Cotidiano, Opinião, Poder, Política. 6 de agosto de 2022. Disponível em: <https://giovannimeirelles.com.br/2022/08/06/1962-2022-60-anos-depois-elizabeth-teixeira-recebe-aos-97-anos-de-idade-replica-da-bandeira-oficial-das-ligas-camponesas>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MELO NETO, J. C. **A educação pela pedra**. In: Poesias Completas. Rio de Janeiro, Ed. Sabiá, 1968.

MOBIUS, R. Avó Água. Revista Velhas n.º 13, 2021. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/novidades/revista-velhas-no-13-avo-agua/> . Acesso em: 13 nov. 2022.

MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo, Cortez, 2010. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 5)

MONTEIRO, V. S. V. Canudos: guerras de memória. **Mosaico**, v. 1, n. 1, p. 83-93, 2009.

MORAES V. **Poemas Esparsos**. Companhia das Letras, 200. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788535913507/poemas-esparsos>.

Acesso em: 18 jan. 2023.

MOREIRA, R. Resistências: cativeiros, messianismos e guerras. **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2010.

MORENO, R.; GODINHO, T.; FARIA, N. Trabalho como produção do viver: consequências políticas para o feminismo. **Revista de Ciências Sociais**, n. 53, p. 129-143, 2020.

MORIN, T. M. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. Alameda Casa Editorial, 2014.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. MST elege seis candidaturas em cargos estaduais e federais. MST nas Eleições, 3 de outubro de 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/10/03/mst-elege-seis-candidaturas-em-cargos-estaduais-e-federais/> . Acesso em: 29 out. 2022.

NAPOLI, E. L. **Arrancando a máscara masculina**. 1994.

NEGRÃO, L. N. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 16, p. 119-129, 2001.

NETO, M. Canudos, palavras, imagens e desafios. *In*: NETO, M.; DANTAS, R. **Os intelectuais e Canudos**: o discurso contemporâneo – história oral temática. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2001.

NEZITE, A. **Canudos, movimento e o massacre**. (2ª Ed) Paulus, São Paulo, 2010.

NIZZA, M. B. S. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

OLIVEIRA, A. L. Mulheres caboclas na guerra do contestado. UFCS, 2020. Disponível em: <https://idents.paginas.ufsc.br/2020/06/25/caboclo-women-in-the-contested-war/?lang=pb> . Acesso em: 16 ago. 2022.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema – SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 209f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, W. C. Entre Bruxas e Princesas: A Construção de Identidades Femininas ente as Prisioneiras de Canudos. *In*: COSTA, A. A. C.; SARDENBERG, C. M. B. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. E outras questões feministas. REDOR/NEIM-FFCH/UFBA. Salvador, 2002.

PAULILO, M. I. A mulher e a terra no Brejo Paraibano. *In*: BRUSCHINE, M. C.; ROSEMBERG, F. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 163-190.

PEDROSA, C. **Canal travessias**. Mulheres nas Ligas Camponesas: a história de Alexina Crespo. 22 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nLPGWhxXiNQ> . Acesso em: 12 ago. 2022.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Editora Paz e Terra, 2017.

PIANCÓ, A. R. D.; SILVA, J. J. Assentamento Dez de Abril e Serra Verde: Experiências de Reforma Agrária no Cariri - CE. *In*: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária: **Formação e contemporaneidade da diversidade sócio espacial no campo**, São Paulo: FLCH/USP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Assentamento Dez de Abril em Crato (Ceará): o sonho de um novo Caldeirão**. *In*: Simpósio nacional de geografia agrária-II simpósio internacional de geografia agrária-jornada Ariovaldo Umbelino de oliveira-presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005. Disponível em: [www4.fct.unesp.br/nera/.../Judson%20Jorge%20da%20Silva.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/.../Judson%20Jorge%20da%20Silva.pdf). Acesso em: 10 out. 2022.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 289f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, p. 15-23, 2010.

\_\_\_\_\_. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

POLANYI, K. **A grande transformação. As origens da nossa época**. 7ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social: A Guerra Sertaneja do Contestado, 1912 – 1916**. 3ª Ed. São Paulo: Ática. 1981.

RAGO, M. **Epistemologia feminista, gênero e história**. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

RAMOS, F. R. L. A Santa Cruz do Deserto: memórias do Caldeirão. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 17, 1998.

RICARDO, L. **A descoberta do corpo**. Fortaleza, Editora Verdes Mares. 2007. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=488047>. Acesso em: 10 out. 2022.

RIOT-SARCEY, M. **Histoire du féminisme**. Paris: La découverte, 2002.

RODRIGUES, R. **Assentamento Dez de Abril comemora 28 anos nesta quarta**. Blog Badalo, 10 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.gazetadocariri.com/2019/04/assentamento-10-de-abril-em-crato.html#:~:text=Primeiro%20Assentamento%20de%20Trabalhadores%20Rurais,e>

[%20no%20pr%C3%B3ximo%20s%C3%A1bado%2C%2013.](#) Acesso em: 02 nov. 2022.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. *In*: STÉDILE, Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SALES, M. J. **Auto do Caldeirão**: dos cavalheiros da Santa Cruz do Deserto e do Beato José Lourenço. Juazeiro do Norte: HB Editora e Gráfica, 2001.

SANTOS, V. M. L.; MAGALHÃES, C. J. S. **Nordeste místico**: império da fé. Universidade Federal do Ceará/UFC, 1999.

SARTI, C. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 38-47, fev. 1988.

SCHAAF, A. V. D. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCOTT, J. W. **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

\_\_\_\_\_. História das Mulheres. *In*: **A Escrita da História**: novas perspectivas. Peter Burke (Org). São Paulo: Editora UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. La Travailleuse. *In*: DUBY G.; PERROT M. (orgs.): **Histoire des femmes**, vol.4. Paris, Plon, p.428, 1991.

SILVA, A. L. **O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: ensino de história e educação patrimonial**. 178f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade Regional do Cariri-URCA, 2018.

SILVA, B. G. **A marcha das margaridas: lutas sociais e resistências das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil no século XXI**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luis. 207f. 2021.

SILVA, D. A. C. **Violência institucional contra a mulher**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Direito, Cidade de Goiás, 2020.

SILVA, J. J. **Caldeirão e Assentamento Dez de Abril: passado e presente na luta por terra no Cariri cearense**. 2010. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, M. A. **Entre o impossível e o necessário: esperança e rebeldia nos trajetos de mulheres sem-terra do Ceará**. / recolha e organização de Paula Godinho com Adelaide Gonçalves e Lourdes Vicente, -1. ed.-São Paulo: expressão Popular, 2020.

SILVA, M. C. F. **Marcha das Margaridas**. 1 ed. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2014.

SILVA, P. O. **Entre rosários e bacamartes: mulheres do Belo Monte - fé e insubmissão no sertão da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) 158p. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2021.

SILVA, T. M. G. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politéia-História e Sociedade**, v. 8, n. 1, 2008.

SOLA, J. A. **Canudos: uma utopia no sertão**. Campinas: Contexto, 1997.

SOUSA, C. C.; CARVALHO, L. V. **Caldeirão: Saberes e práticas educacionais/Célia Camelo de Sousa e Lêda Vasconcelos Carvalho**- Fortaleza: Edições UFC, 2012.

TEIXEIRA, M. A. Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. Alameda Casa Editorial, 1.ª ed. 1993.

TELES, M. F. A. A Comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto no embate às desigualdades sociais. Instituto Cultural do Cariri. Crato-CE. **Itaytera**, Nº 49 – Ano LXVII, 2020.

\_\_\_\_\_. A. O machismo reproduzido na educação, nos brinquedos e nos contos de fada. Blognegronicolau, Coluna da Marina Silva, quarta-feira, outubro 07, 2020. Disponível em: <https://www.blognegronicolau.com.br/2020/10/escritora-fatima-teles-o-machismo.html> . Acesso em: 09 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. O massacre do Caldeirão do Beato Lourenço. Blog Vermelho: a esquerda bem-informada. 2014. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2014/08/22/fatima-teles-o-massacre-do-caldeirao-do-beato-lourenco/> . Acesso em: 17 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Açude das “muié” Dona Ana do Assentamento 10 de Abril. Youtube, 15 dez. 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=l2VltgSbp\\_4](https://www.youtube.com/watch?v=l2VltgSbp_4). Acesso em 18 ago. 2022.

TFOUNI, L. V.; ROMÃO, L. M. S. O discurso sobre Canudos e a retórica do massacre. **Terra Livre**, n. 19, 2002.

TOM ZÉ. **Senhor cidadão**. São Paulo-SP: Continental, 1 LP (3 min).1972.

TORRES, I. C. **As novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

TRISTAN, F. **Union Ouvrière**. Paris: Des Femmes, 1986.

VALLE, T. C. B. R. **O aborto e a caça às bruxas: as influências do *Malleus Maleficarum* no Código Penal Brasileiro de 1940 e suas repercussões hoje**. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Mestrado em Ciências da Religião, 2018.

VALLE, C. **As mulheres e a comuna de paris de 1871**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

VANDRÉ, G. Pra não dizer que falei das flores. Rio de Janeiro: RGE, 1 CD (6 min), 1994.

VAZ, R. M. P. **O direito internacional do trabalho e a globalização**: perspectivas de controle social sobre o livre-comércio. Editora Thoth, 2020.

VIDAL, V. B. **Raízes e frutos do Caldeirão**: uma referência para a recriação do campesinato do Assentamento Dez de Abril. Ministério da educação. Universidade Federal do Cariri-UFCA. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável-PRODER. Juazeiro do Norte, 2017.

WELCH, C. A.; *et al.* **Camponeses Brasileiros, Leituras e Intepreções Clássicas**. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. Editora Unesp. São Paulo, SP. 2009.

## **APÊNDICE E ANEXOS**

**APÊNDICE 1. Roteiro da entrevista semiestruturada aplicado às mulheres do Assentamento Dez de Abril**

1. Dados pessoais  
Nome, idade, naturalidade, estado civil, escolaridade, renda e religião
2. Composição do núcleo familiar:
  - a) Quantidade e gênero:
  - b) Ocupação:
  - c) Divisão de tarefas entre homem, mulher e filho(a)s:
  - d) Quem é responsável por pagar as contas e realizar compras na cidade?
3. O terreno é titulado no nome de quem?
4. Qual foi o meio de aquisição da propriedade?
5. Ocupação antes do assentamento?
6. Quando veio para o assentamento?
7. Qual sistema de produção sua propriedade está inserida (orgânico, agroecológico e convencional)?
8. Quais as atividades são desenvolvidas na sua propriedade?
9. Você possui algum meio de transporte?
10. Você teve alguma participação da fase de acampamento?
11. Você tem suporte técnico no manejo produtivo?
12. Como é sua rotina durante a semana?
13. Como é sua rotina durante o fim de semana?
14. Você participa de algum programa social do governo?
15. Você participa do transporte e da venda dos produtos?
16. Você tem participação nas atividades da comunidade?
17. Nestes grupos, percebe diferença na forma como as mulheres se posicionam frente a outras mulheres? E frente aos homens?
18. Você participa das reuniões no assentamento?
19. Você percebe alguma diferença nas reuniões formadas apenas por mulheres? E aquelas mistas, formadas por homens e mulheres?
20. Percebe diferenças no tratamento que os homens têm com as mulheres na reunião e fora dela?
21. Como você participa dos mutirões?
22. Você percebe diferença no trabalho realizado por homens e mulheres?
23. Como é ser mulher no assentamento?

24. Percebe diferença entre homem e mulher quando estão na cidade e no Assentamento?
25. Você participa de alguma organização rural social? (Sindicatos, por exemplo)
26. As mulheres no assentamento possuem alguma atividade específica? Qual?
27. Quais as principais lutas das mulheres no assentamento?
28. Qual o papel da mulher na luta pela terra?
29. Você participa de alguma diretoria do assentamento?
30. Há algum coletivo (auto-organizado) dentro do assentamento?
31. As mulheres do assentamento se organizam como? Se reúnem? Se sim, qual a periodicidade?
32. As mulheres participam nas decisões das questões do assentamento?
33. Como ocorre a relação dos assentados com os órgãos governamentais de agricultura?
34. Como são tratadas as mulheres no que se refere às suas reivindicações/lutas junto aos órgãos?
35. Você sabe o que é protagonismo feminino?
36. Quais as suas referências de protagonismo feminino?
37. Quais as protagonistas da sua vida/comunidade?
38. O que você acha que pode ser feito para melhorar as condições de vida do acampamento?
39. Como souberam desse movimento de luta pela terra? Como se mobilizaram? Como a senhora/ você chegou aqui? Através do esposo? Dos pais?
40. Quantas famílias e mulheres participaram do acampamento?
41. Como foi criado o grupo de mulheres? Esse grupo recebeu algum nome? Tinha direção? Quais os membros? Durou quantos anos? Ainda existe? Quais motivos levaram a sua interrupção?
42. Antes de senhora/você, alguma outra mulher na família conhecia a luta pela terra e se envolveu em mobilizações? Esse conhecimento e a luta começaram pela senhora/ você mesmo?
43. Como está o grupo de mulheres?
44. Quantas presidentas já passaram? Quantas secretárias? Nomes? Tempo de duração de cada presidenta? Alguma conquista na gestão das mulheres? Quais os desafios? Os de ontem são os mesmos de hoje?

45. Como o grupo se reuniu na pandemia? E as assembleias gerais se reuniram de que forma na pandemia?

46. Os benefícios do governo federal continuaram chegando e ajudando à manutenção das famílias? Quais? Quais os maiores enfrentados na pandemia?

47. Como se desenvolveu a primeira atividade econômica no assentamento? É verdade que foi através do grupo de mulheres?

48. Qual a História de dona Filismina desde o acampamento? De onde ela veio? Viveu até quantos anos? Há família dela no assentamento?

Observações Gerais

Onde foi realizada a entrevista:

Tempo de duração:

## **Anexo 1: Relatos de entrevistas com filhas e neta de remanescentes do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto**

No livro *Nordeste Místico: Império da Fé*, das autoras Vilma Maciel Lira dos Santos e Célia de Jesus Silva Magalhães (1999), há duas entrevistas com duas remanescentes que já não estão mais nesse plano terreno, mas deixaram suas impressões sobre o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, local onde viveram. Transcrevo aqui na íntegra as perguntas e respostas dirigidas as senhoras Maria de Maio e Maria de Lourdes de Andrade.

Entrevista 1 (SANTOS & MAGALHÃES, 1999, p. 86-87):

No dia 15 dez. 1997 a Sra. Maria de Maio (afilhada e filha adotiva do Beato José Lourenço), atualmente residindo na Rua Monsenhor Esmeraldo, em Juazeiro do Norte-CE, concedeu-nos a seguinte entrevista:

- *Quais as lembranças que a senhora guarda do Caldeirão?*

- *Guardo a lembrança de que era muito bom. Tinha de tudo. Tinha açude, fruteiras em frente a capela em construção, depois que acabou-se tudo, eu fui lá com Rosemberg Cariry e depois com dois repórteres do São Paulo e do Rio. Cheguei lá e nem conheci mais.*

- *A senhora lembra do sino que teria sido comprado para ser colocado na capela? Hoje temos apenas uma fotografia deste sino, cujo paradeiro ninguém sabe.*

- *Eu não lembro desse sino. Lembro só das imagens que estão no túmulo do beato. Ele mandou comprar na Alemanha: Santo Inácio de Loyola, São José e Nossa Senhora.*

- *O que a senhora diz sobre a comunidade?*

- *Trabalho, reza e tudo era de todos. Fui uma reunião e ouvi muitas mentiras.*

- *E sobre o tão falado “boi santo”, o boi mansinho?*

- *Eu não conheci esse boi, mas dizem que foi na Baixa Dantas.*

No livro *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: apontamentos para a história* (roteiro, memórias, ensaios e reportagens), projeto contemplado no Edital das Artes/2006 da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza, organizado por Firmino Holanda e Roseberg Cariry, no ano de 2007 há um depoimento da senhora Dona Maria de Maio, que é transcrito aqui:

Dona Maria de Maio (doméstica) – Juazeiro do Norte O Caldeirão era um sítio. Só mata. Nesse tempo, eu não era nascida, não. Meu padrinho morava na Baixa Danta. Meu padrinho Ciço tinha botado ele para trabalhar lá. Depois esse sítio de lá foi vendido. Aí ele botou ele para o Caldeirão. Disse pra ele morar lá, enquanto vida dele. Agora, quando ele morresse, ficava para os salesianos. Ele foi pra lá trabalhar. Quando chegava uma pessoa aqui e não tinha trabalho, não tinha, ia pedir a ele, ele mandava pra lá, pra trabalhar, para ele botar pra trabalhar. Assim foi chegando gente. Em 32, o povo, naquela seca que houve, naquela fome, foi muita gente pra lá. Fizeram muita casinha de palha, ficou mesmo que uma rua, porque ele dava comida. O povo ficava lá. Assim continuava trabalhando. Aí houve, não sei por que foi, alguma inveja, alguma coisa, que a polícia foi pra lá. Agora, o negócio da polícia não sei contar muito, não. Chegaram lá, a gente não estava esperando. Eu era pequena nesse tempo. Não me lembro bem. Sei que acabaram com tudo. Ele saiu, saiu no meio da polícia. Saiu, foi-se embora. Não devia nada a ninguém, mas disse que também não ia esperar. Ele saiu. Ficou o povo. Eles ficaram por lá, mandaram muita gente embora, tocaram fogo nas casinhas, acabaram o gado, o cavalo, tudo. Deram fim a tudo. Alguém quis sair. Eles diziam que podiam levar alguma coisa, mas ninguém quis. O povo tudo saía sem nada. Não quiseram levar nada. O que tinha lá foram eles que acabaram com tudo. Disseram que o dono tinha saído e tinha deixado, eles também não queriam, não. No Caldeirão, era trabalhar. Todo o mundo que chegasse lá e quisesse trabalhar ficava. Se não quisesse, saía. Se quisesse obedecer, para viver direito, viver tudo trabalhando sem confusão, sem briga, ficava. Mas, se quisesse viver, fosse de beber, de jogo, disso, daquilo outro, não ficava, não, porque ele não aceitava, de jeito nenhum. Ele recebia bem recebido. Quem chegasse lá, ele recebia. Podia ser quem fosse, ele recebia bem recebido. Agora, para ficar e fazer qualquer coisa errada, aí não ficava lá, não, que ele não queria. O armazém era umas casas grandes, onde botava os legumes. Tudo cheio de legume. Agora, o que precisasse ele dava tudo, tudo o que precisasse. Tinha muito remédio. Tudo que precisava. Se quisesse ir embora também, ele dava dinheiro que precisasse pra ir embora. Só não queria que ninguém estivesse lá mais ele forçado. Estava à vontade. Mandar embora ele também não mandava ninguém embora. Também mandar ficar também não ia dizer “fique”, não. Ficasse se quisesse. Se não quisesse... O Severino andou lá umas vezes, mas ele não gostava dele, não, porque ele não queria essa história. Ele era o beato, rezava, mas história de santidade, de ser isso, aquilo outro, não. Não era com ele. O negócio dele ele rezava. Está certo. Ele rezava. Mas, se uma pessoa chegasse querendo história de milagre, disso, daquilo outro, ele já por ali não queria, não. De jeito nenhum. Ele dizia que andava pelo mundo, era aconselhando, fazendo e acontecendo. Era isso. E ele não queria isso. Não queria isso pra lá, não. Ele aceitava lá o povo que meu padrinho Ciço mandava, porque foi quem botou ele lá. Esse povo, o povo de Severino vivia lá pra serra. Ele vivia só pelo mundo. Que a família dele criou-se só bem dizer. Criou-se só, porque Compadre Eleutério se criou lá com o meu Padrinho. E a mãe dele, a irmã, depois a mãe dele morreu, e o pai nem sabe quando ela morreu, porque não ligava. Ele vivia pelo meio do mundo. Nem ele mesmo, Compadre Eleutério, era filho dele, mas não apoiava essas coisas. Vivia pelo mundo. Severino era casado. Agora... A mulher de Severino Tavares morava lá, porque ele só vivia pelo mundo. Entences, ela com o casal de filhos. Depois ela morreu. Ficou os dois filhos. Um só vivia viajando, o filho. A moça ficou lá. Depois que nós viemos embora aqui para Juazeiro, depois que houve a revolução lá, a filha dele ficou aqui no Juazeiro, morando aqui, em Juazeiro. E ele também, que ele já era casado. Ele casou e ficou morando aqui, em Juazeiro. Antes de a gente sair do Caldeirão que ele casou, e ficou morando logo aqui no Juazeiro, que a moça era daqui. Sim... A irmã onde estava ele. Aqui ela casou. Ficou aqui. Depois morreu. Só tem ele aí. Ele mora em Sobral. O pai dele não tinha conhecimento. Era pequeno. Às vezes, ele passava lá de passagem, ele não ficava lá, não demorava lá. Não posso falar sobre ele. Dizem que vivia

aconselhando. O povo é quem diz que era aconselhado. A família dele mesmo não achava bom. O povo dizia essa história. Depois da invasão do Caldeirão, eu voltei, porque Seu Júlio mandou chamar. Eu estava aqui, nesse baixo aqui perto de Barbalha. Tinha uns conhecidos nossos aí. Então, nós estava lá. Estava eu com minha madrinha e outras duas moças velhas. Aí Seu Júlio soube que a gente estava aí, mandou chamar. Botou lá de novo. Por esse meio, podia ser que avistasse com o meu Padrinho. Justamente avistou-se com ele. Disse que tinham visto ele lá, naquela serra, nos matos. Aí viu. Foi o tempo que ele disse que ele podia ir pra lá, já tudo sem nada, era tudo acabado? Só tinha a casa grande. Não tinha mais nada. Não tinha... Então tinha ficado, acho, um gado perdido pelas matas. Foi que Seu Júlio, parece, que juntaram esse gado, que venderam, que botaram esse dinheiro no banco. Justamente com esse dinheiro que eles compraram lá a União. Meu padrinho foi pra lá novamente. Começou trabalhando novamente. Pouquinha gente. Mas consegui de novo situar tudo novamente. Não era como de começo, porque dez anos de trabalho não é como pouco ano de novo. Mas já estava tudo situado no Caldeirão, novamente. Os padres, foi no tempo em que o padre Antônio Agra e o Dovina chegaram aqui, no Juazeiro, foram lá. Quando chegaram lá, olharam tudo, ficaram tudo achando muito bom. Meu Padrinho fez moagem, mandava calda de rapadura para eles, arroz, tudo mandava pra eles. Aí, acho, cresceram as vistas. Só pode ter sido. Disseram que iam correr com ele de lá, mas correr para ele deixar tudo novamente. Deixar tudo. Ele já tinha perdido tanto que tinha perdido. Seu Júlio Macedo soube dessa história. Foi lá avisar. Aí comprou esse terreno no Pernambuco. Ele disse que não, não ia sair de lá, não. Ele disse: “Mas, se você não sair, vai deixar o gadinho que já tem, tudo, tudo que você... as benfeitorias, legume, tudo que você tiver aí vai ficar, porque vão correr com você de novo. Os padres salesianos vão correr com você, que dizem que o terreno é deles. Era deles, mas por morte dele, que meu Padrinho Ciço tinha deixado. Mas eles quiseram tomar antes... Tudo ficou pra eles (os salesianos), eles tomaram. O Sr. Júlio Macedo soube. Aí contou. Tirou um dinheiro no banco, parece que ficou ainda um restante desse dinheiro no banco, e então comprou esse terreno lá. Sem combinar mesmo. Aí foi e avisou pra ele. Ele disse: “Não, não ia sair, não”. Ele disse que os padres iam tomar tudo novamente. Iam correr com ele, para ele sair sem nada. Disse: “Não, assim desse jeito, vou ao Pernambuco mesmo”. Nós fomos embora. Deixou só também as casas, a terra e as coisas que tinha situadas, as fruteiras, as coisas. Mas legume, tudo de criação, tudo levamos para o Pernambuco novamente. Ficou lá. No terreno, só tinha umas seis casas. Tinha seis moradores. Tinha papai, mais minha mamãe. Moravam lá. E meus irmãos. E outras famílias moravam lá com ele. Quando a polícia esteve lá (no sítio Caldeirão), carregou todo o ouro que tinha, carregou tudo. Carregou uma boneca que eu tinha, daquelas bonecas que dormem. Carregou a boneca e um cachorro também, um cachorrinho de borracha que tinha junto com a boneca, tudo isso carregaram, não deixaram nada. Eu tinha 9 anos. Eu estava dormindo quando eles chegaram, não sei dizer como foi que eles chegaram. Quando acordei, já estava tudo aí. Essa boneca foi um presente que me deram, foi do Crato. Parece que foi... Como era o nome do homem, meu Deus! A boneca foi Júlio Macedo que me deu, o cachorrinho... Deixa eu lembrar quem foi que me deu o cachorrinho... Não estou lembrada agora quem foi que me deu o cachorrinho. Deram de presente. Aqueles amigos dele do Crato levavam presente para mim. Meu padrinho Lourenço mandou buscar uns santos na Alemanha, porque meu Padrinho Ciço disse que era para fazer aquela capela lá, então, mandou comprar uns santos, mandar buscar, e botar Santo Inácio, Nossa Senhora da Conceição e São José. Aí ele mandou buscar. Veio da Alemanha esses santos. Aí, quando veio, eram caixas grandes. Aí disseram que essas caixas levaram em transporte até o São Sebastião, de onde tinha. Lá ficou. Mandaram avisar que já estava aí. Avisaram. Meu Padrinho mandou buscar. Veio até em carro de boi. Tinha carro de boi lá. E foi. Uns policiais foram lá. Foram mesmo de paisano. Foram como polícia não. Chegaram lá,

que tinham sabido de umas caixas de armamento que tinha passado para lá. Aí ele disse: “Tenho aqui e vou mostrar a vocês com todo o prazer”. Aí foi, mandou abrir. Quando eles abriram e viram, eram os santos. Era mentira. O Caldeirão tinha de tudo: arroz, feijão, algodão, fruta, toda qualidade de fruta, quase todas tinha lá, na readência do açude. Macaxeira não dava muito bem, não, mandioca. Mas plantava pouca, mas não dava bem, não. No Caldeirão, tinha planta de fruteira. Tinha bananeira, tinha jaca, tinha cana, tinha maracujá, tinha abacate, tinha coqueiro. No Pernambuco, também tinha essas mesmas plantas. Tinha mais, que tinha uva, tinha muita bananeira, muita cana, arroz muito também, plantação de arroz muita, de algodão também era muita. Tudo lá no Pernambuco era mais do que no Caldeirão. Assim as plantações, os lucros, as coisas, tudo era mais do que no Caldeirão. O gado era mais pouco. O gado ainda estava mais pouco por causa da vez que carregaram tudo. O gado, a criação, tudo era mais pouco do que no Caldeirão. Além de gado, de animais, criava também emas, criava muito papagaio. Tinha até gaivota. Tinha asa branca, burguesa, pombo. Essas coisas assim, todas tinha. Esses bichinhos lá. Na União, só tinha mesmo o gado e as criação. Lá não tinha pássaro, não. Levou um casal de ema, mas morreu. Lá não tinha. Essas duas araras também que foi de lá. No Caldeirão, não se caçava, não. Caçava assim. Para matar, essas coisas, não. Para matar assim, se fosse veado, essas caças grandes, podia caçar. Ah, não se deixava, não. A pessoa importante era o compadre Isaías – o vaqueiro, que era Abel, e João Romeiro. A gente chamava João Romeiro. Eram os dois que lutavam com o gado, quem tomava de conta do gado. Abel foi embora. No Pernambuco, quem lutava com o gado mesmo era compadre Isaías. Compadre Isaías. E um rapaz chamado Antônio, que era do Rio Grande. Ele é que lutava com o gado. As crianças não trabalhavam. Só os homens. As mulheres faziam a luta que podiam fazer... Talvez apanhar um feijão na roça, cuidar da comida daqueles trabalhadores. Lavar. Essa luta mesmo que as mulheres faziam. As de casa cada um fazia as suas. Agora, os que moravam lá trabalhavam lá, a gente de fora que vinha trabalhar também, aí a comida era feita lá em casa mesmo. Matava boi. De trabalhador e tudo era bem o tratar. Matava boi, matava porco, matava tudo só para o povo comer. Na casa do beato, morava a irmã dele, que era viúva, morava outra viúva, que era cozinheira, e três moças. Cinco velhas, não eram três, não. Eram, cinco moças, já de idade, que os pais delas morreram quando ele chegou lá no Caldeirão mesmo. Nós tinha ido pra lá. Os pais delas morreram. Elas ficaram. Justamente era madrinha minha, que lutava comigo. Era uma dessas moças. Só uma pessoa que chegava pra trabalhar ficava em casa mesmo. Quem não tinha família, chegava, ficava. Mas a maior parte do povo era cada um em suas casas. Os casamentos, ou vinha casar no Crato, ou aqui no Juazeiro, ou na Conceição. Sabe, tem a Conceição, que é mais perto de lá também. Era onde era feito casamento, onde era feito batizado. Batizado, vinha aqui para o Juazeiro. Eu mesma vim me batizar aqui no Juazeiro. Eu, minha irmã, tudo viemos se batizar aqui no Juazeiro. O meu padrinho Lourenço conduzia as rezas. Só rezar de noite, em casa. Rezar o terço, rezar como se reza mesmo em casa. Festa de Natal lá era de qualquer canto. Só uma pessoa. Quem quisesse ir para a missa de meia-noite, ia. Quem não quisesse ficava em casa. Houve muita perseguição por causa dessas coisas que saíam nos jornais, não era? Que dizia que, quando o meu padrinho ficou escondido, ficou lá nas matas do Caldeirão, escondido naquelas grotas, que saía a história. Diziam: “Estão brigando, de certo para o lado da Bahia foi ele”. Todo canto que havia confusão diziam que era ele. Por isso mesmo foi que Seu Júlio Macedo mandou chamar aquele jornalista, não é? Foi com ele, mandou tirar o retrato dele para provar. Saiu no jornal o retrato, até eu de um lado. Ele com a espingarda, o chapeuzinho de couro na cabeça, uma espingarda assim na mão, do jeito que ele vinha do mato. Eles tiraram o retrato, saiu no jornal, desmentindo, que tudo era mentira, aquela confusão que havia não era ele. Meu padrinho Lourenço nunca guardou ressentimento. Não, ele não dizia nada, não. De jeito nenhum. Ele não falava nada referente a isso (as

perseguições que sofreu), não. Só dizia que era pra trabalhar, que a pessoa que rezava era pra sofrer mesmo. Nosso Senhor era quem tinha sofrido mais, não era? Avalie pecador... Era uma pessoa que ele rezava, trabalhava. Ele era social. Ele ia para qualquer uma festa, que fosse convidado. Ele não tinha isso. Ele era muito popular com todo mundo. Qualquer pessoa que chegasse lá recebia muito bem. Toda vida foi assim. Seu Zuza mesmo, que ele disse que era avô dele, era muito amigo dele, gostava muito dele. Ele andava lá em casa. Tinha um terreno dele que tinha roça. Lá, às vezes, ele estava aperreado com um trabalho, com meu Padrinho levava o povo para ajudar lá. Era assim... Ele (o beato Lourenço) dava conselhos, porque, às vezes, chega um, chega outro, já querendo perturbar, Sabe que, em todo canto que tem muita gente, chega... Um dava conselho, que a pessoa não devia fazer daquele jeito. Dizia como era para a pessoa viver. Que a pessoa viver fazendo confusão, brigando, bebendo, jogando, fazendo essas coisas, não dava certo ficar lá. Era assim. Eu era filha de criação do beato... Era muito bem tratada, não me faltava nada. Todos os gostos ele me fazia. Podia ser o que fosse, se eu dissesse que queria, ele mandava comprar. Tudo ele me dava. Aí não vou dizer que uma pessoa dessas... Isso era comigo, era com minha família, com tudo, que meus pais eram muito pobres. Ele vivia lá. Bem dizer era ele quem sustentava. Ele trabalhava de ferreiro. Está certo que ele trabalhava. Foram pra lá sem nada. Foi meu Padrinho Ciço que mandou eles ir pra lá. Então, não tenho medo de chegar e dizer a verdade. Não é, não? As irmãs dele se me ajudaram! As irmãs dele me deram uma casa também. Os outros sustentos sempre me davam, até quando eu casei. Uma irmã, a Madrinha Inácia, que morava lá. Ela é quem ficou. Agora, Compadre Eleutério era quem resolvia tudo. Aí ficou na mão, não sei se foi, acho que foi o Dr. Luís de Borba, do Crato, foi quem fez tudo lá (Holanda & Cariry, 2007, p. 184-190).

Entrevista 2 (SANTOS & MAGALHÃES, 1999, p. 87-89)

Nome da Entrevistada: Maria de Lourdes de Andrade. Endereço: Rua do Limoeiro- Juazeiro do Norte-Ceará. Data da entrevista: 15 dez. 1997.

- *Quais as lembranças que a senhora guarda do Caldeirão?*

- *Eu tinha 09 anos, nós chegamos lá em 1935, o que tinha lá era trabalho e reza. O povo trabalhava e rezava um pouco. Mas começaram a perseguir o Beato e todos. Em 1936 a tropa chegou lá.*

- *A senhora estava lá nessa época?*

- *Eu tava. Primeiro eles não ofenderam a ninguém, disseram que não viam nada demais fora do limite, até que um soldado mandou meu “Padim” (Zé Lourenço) sair para um lugar chamado Escondido. E o chefe deles mandou dizer que tivesse cuidado com as filhas moças. Não fossem buscar água e não saíssem de casa. Era tudo bem organizado. Eu era pequena e não via nada demais. Quando incendiaram as casinhas eu não vi porque já tinha saído de lá para outro local da Serra do Araripe.*

- *Quando a senhora foi para a serra foi na mesma época que o beato fugiu?*

- Não era no mesmo local que ficamos, mas era perto, Baixa do Maracujá (eles) Na Baixa dos Cavalos. Quando nós estávamos lá ninguém morreu, mas dizem que morreu uma moça queimada lá no cruzeiro.

- Quais os fatos que o povo narra sobre o Caldeirão, e a senhora não aceita?

- É mentira que o beato tinha mulher. As irmãs dele eram responsáveis (madrinha Inácia) e dona Joana que criou Maria de Maio; elas eram responsáveis pelas moças.

- A senhora ouviu falar o que era exigido para entrar na irmandade?

- Não, ele não obrigava ninguém a ficar lá. Quem ficasse, ajudava. Meu pai ficou lá e deu suas coisas, até suas terras noutra sítio. Seu Isaías e seu Abel distribuía as coisas com as pessoas.

- Quando a senhora estava lá, já estavam construindo a capela?

- Já.

- A senhora voltou lá?

- Nunca mais, nem tenho vontade, mas eu me lembro de tudo. O curador era tio Bernardino, parente do beato Chiquinho que Pe. Cícero mandou sepultar.

- Sobre o beato, ele era uma pessoa boa?

- Era. Até os ricos que chegasse lá eram bem recebidos.

- Lá a senhora ouviu falar do tal boi mansinho?

- Eu não conheci, foi lá na Baixa Dantas essa história. Só conheci a velhinha “Ana” que cuidou do tal boi. Ela morreu até no Uruçuí. Não foi do meu tempo.

- O que mais a senhora quer acrescentar?

- Ficamos no Cariri, depois fomos para Pernambuco, Sítio União. Muitos seguiram o Beato, nós também. As roupas eram pretas, cabelos grandes, cocó. Lá em Pernambuco ele recebeu violeiro, reisado, a dança de São Gonçalo. Lá as terras eram melhores.

Para recuperar a história das mulheres no Caldeirão, que tem relação com a pesquisa sobre A Participação das Mulheres na História de Luta da Construção do Assentamento Dez de Abril, no Município de Crato-CE, foram realizadas entrevista com mulheres filhas e neta de pessoas que viveram no Caldeirão.

Maria José Sales (Mazé Sales) é professora concursada da rede estadual de ensino do Ceará e da rede pública municipal de Juazeiro do Norte. Está aposentada. Fundou a ONG Beato José Lourenço com o seu irmão e é filha de remanescentes do Caldeirão. Segue o seu relato:

*Agora na casa grande, as irmãs do beato e outras mulheres trabalhavam cozinhando porque eram grandes os panelões pra alimentar os homens que estavam na roça. Então, as tarefas de casa, né, da casa grande, eram comandadas por mulheres. Em alguns momentos os homens iam pra comer na casa grande, ou se não, se a roça fosse mais distante, iam os carregadores pra levar a comida pra roça, aí era tarefa dos homens. E, quanto assim, a participação das mulheres, tem que ver o contexto da época, porque, é a mulher era sempre submissa, né. Se bem que uma ou outra se destacava, mas com devido respeito, se colocando no seu lugar, né, que era dominante. Quanto às rezadeiras, assim quem dominava mesmo era o tio Bernardino, com a medicina popular, embora ele fosse enfermeiro, que trabalhou em Recife e tudo, e foi para o Caldeirão, mas havia também algumas rezadeiras que eu lembro de mamãe ter me levado pra ela rezar, uma das irmãs do beato que veio morar na Rua Padre Cícero, aí eu lembro que ela rezou em mim. Então é provável que as irmãs do beato também fossem benzedadeiras, rezassem nas crianças, né. Durante a luta, ninguém pegou em arma, a não ser o grupo de Severino Tavares, já no final, né, em maio de 1937. Quem estava no Caldeirão, fugiu, foi obrigado mesmo a sair de lá e se esconder no mato. No caso da minha avó, ela ficou escondida na Baixa do Maracujá com os filhos, e meu avô, meu tio, contavam que ela colocava um lençol coberto de folhas e as crianças debaixo quando vinha um avião, com o barulho do avião, todas as crianças iam para o esconderijo que era pra pensar que era só folhas. Foi numa dessas voltas de avião, que meu avô tinha saído pra pegar água, e recebeu um balaço. Uma bala pegou na mão dele. Da História oficial e não oficial, porque conforme o filme do Cineasta Rosenberg Cariry, aqueles militares, que disse que não houve plano de voo pra lá, aqui não aconteceu ataque. No entanto se você analisar os anais das vitórias da polícia militar encontra que uma das vitórias é a destruição o Caldeirão. Sim, a participação das mulheres também é nas farinhadas, porque em atividades destinadas a mulher, como descascar, raspar a mandioca, peneirar farinha, nessa coisa assim, que é própria das mulheres, então participava também dos mutirões, como bem das colheitas, que é mesmo a tradição. O homem planta, aí a mulher colhe junto com os homens., lógico, colhendo e a debulha de feijão, armazenamento dos alimentos, das sementes, bem como cuidar das hortas, a criação dos animais, dos animais domésticos, porco, galinha, pato. Dizem que lá tinha até emas, então era tarefa das mulheres. Outra tarefa das mulheres, fiar, fazer as linhas e tecer. Tinha as tecedeiras que faziam as redes e os tecidos pra confeccionar roupa que era de algodão, bem como tingir. Tingir as roupas de preto,*

*azul e as outras ficavam brancas, que eram as cores que podiam entrar lá no Caldeirão. As louceiras faziam louças, panelas, argila, trabalhavam com argila, que naquela época, pote, panela, utensílios de casa eram, acredito que de barro, aí tinham as louceiras, Mercê. As mulheres tinham destaque sim, apesar de a época dominar o machismo, mas, por exemplo, lembrando lá de Baixa Dantas, que dona Ana foi encarregada de tomar conta do boi mansinho que mamãe conheceu, já estava velhinha lá no Caldeirão, era dona Ana do boi. Era uma missão destinada pelo beato pra que uma mulher cuidasse. Acredito que a inclusão da mulher está presente também na dança de São Gonçalo, que era uma dança que o beato José Lourenço estimulava pra que os participantes fizessem. Havia também muitas bordadeiras, pessoal que fazia crochê, inclusive, tinha Isabel Miranda, irmã da minha avó, eu a conheci. Ela ainda fazia crochê aqui no Juazeiro.*

A mãe da professora Maria José de Sales, se chamava Maria de Lourdes de Andrade Sales. A senhora Maria de Lourdes morou no Caldeirão entre oito e nove anos e, quando ocorreu a destruição da comunidade, ela e o seu esposo foram para o sítio União, em 1940, com o beato, e permaneceram lá até a morte do beato em 12 de fevereiro de 1946.

A entrevistada é autora da peça de teatro “Auto do Caldeirão: dos cavalheiros da Santa Cruz do Deserto e do beato José Lourenço”. Há uma parte na peça que aborda as atividades de trabalho das mulheres na comunidade do Caldeirão:

Um cruzeiro com flores ao pé. Mulheres em semicírculo trabalham: fiam, costuram, bordam, fazem crochê, etc. Usam roupas de algodão nas cores: preto, azul e branco. Manta na cabeça, saia longa rodada, em pregas ou franzida, mangas longas (SALES, 2001, p. 21).

A labuta cotidiana era incansável e trabalhavam em regime de cooperação para o crescimento do Caldeirão. O beato José Lourenço procurava sempre dar o bom exemplo, sendo o primeiro a seguir para o plantio da roça. No final do dia, após o jantar, iam para a capela orar até altas horas da noite. O Caldeirão era um lugar de trabalho e oração.

O depoimento da Professora Maria José Sales nos faz compreender que havia desigualdade de gênero no tocante ao modo de comportar-se: “mas com devido respeito, se colocando no seu lugar”. Nota-se que devido ao patriarcado secular, as mulheres,

além do trabalho, única posição que igualava os gêneros, mantinham um comportamento mais recatado, oprimidas, sempre atrás dos homens.

Francisco Régis Lopes Ramos (1998) apresenta o relato da senhora Marina Gurgel, que foi professora no Caldeirão, onde aborda o suicídio da moradora Maria Vieira, que viera do Piauí residir na comunidade. Para Maria Vieira, sacrificar a própria vida era uma forma de resistência, a prova da dignidade para Deus, sua redenção para o divino e não para os homens de farda.

Segue a transcrição da entrevista onde ela conta como se deu a morte da senhorita Maria Vieira (RAMOS, 1998, p. 14):

Eles davam voz de prisão. Fazia medo à gente. Mas, comigo mesmo eles não fizeram violência, não... Vi quando uma moça se queimou, Maria. Maria Vieira era uma moça do Piauí, uma moça bonita. Porque ela era como eu, num tinha pai nem mãe, num tinha ninguém. Eu estava assim em pé, quando ela chegou e disse assim:

- *Marina, os soldados tão dizendo que toda moça que num tiver pai nem mãe aqui, eles vão carregar tudo pra Fortaleza, pra fazer o que quiserem! Marina o que é que a gente faz?*

*Eu digo:*

- *Maria nós vamo fazer o que Deus nos ensinar pra nós fazer.*

*Aí ela saiu. Eu vi quando ela saiu com a garrafa na mão. Eu nunca pensei que ela ia se queimar. Ela foi se queimar no pé do cruzeiro! Lá mesmo no pé do cruzeiro do cemitério, Ela se ensopou de gás e tocou fogo com medo de ir simhora mais os soldado. Quando eu vi foi o fogão e o povo dizendo:*

- *Oh! Virgem Maria, tem uma pessoa se queimando.*

*Eu corri, quando eu cheguei lá, ela já tava toda queimada. Os soldado correram tudim, quando chegaram aí disseram:*

- *Olhe, essa moça se incendiou. Agora... Depois, com pouco mais vão dizer que foi nós que botemo gás e tocamos fogo na moça, mas vocês são testemunhas que foi ela com as mão dela.*

*Chegou um sargento e disse:*

- *Tá satisfeita?*

- *Tô sim senhor. Num tô no pé do cruzeiro?*

*Aí ele respondeu:*

- *Tá*

- *Pois pronto, tô satisfeita.*

- *Quer acabar de morrer?*
- *Quero.*
- *Você quer morrer de tiro ou de cacetada?*
- *Do que vocês quiserem me matar.*

A senhora Marina Gurgel ainda relatou ao autor que eles não a mataram. Ela faleceu devido às consequências das queimaduras. Segundo a professora, os olhos da moça Maria Vieira corriam sangue dos olhos. A indumentária vestida toda queimada e isso facilitou o corpo inteiro ficar queimado. “Ela dizia que tava satisfeita porque morria por Deus. Morria no pé da cruz” (RAMOS, 1998, p. 14).

A atitude de Maria Vieira é bastante forte e afirma a comunidade como um lugar penitencial, de oração e encaminhamento para o céu, a paz celestial. Diante disso, a vida (o corpo e alma) seriam entregues à Deus, mas não seriam entregues aos homens. Essa afirmação é reiterada na entrevista feita com a senhora Maria Lourenço, em 1990, pelo referido autor: “Eu vivia tão feliz que eu nem lembrava que existia o mundo lá fora (...). O mundo lá fora era o mundo do pecado, das ambições, das vaidades e dos que desejavam a grandeza”. Dona Maria Lourenço falava que o beato proferia que as pessoas que queria ser grandes para Deus não valiam nada. “O pé de pau quanto mais alto, mais a queda era grande”. (RAMOS, 1998, p. 363).

A senhora professora e escritora Maria Lourêto de Lima, autora do livro “José Lourenço, o beato perseguido”. Ela é neta de Severino Tavares, que se tornou figura importante na luta do Caldeirão. Segue o relato da referida autora, sobre sua ancestralidade, na vivência da comunidade do Caldeirão do Beato José Lourenço:

*Joaquina Maria de Anunciação, esposa de Severino Tavares de Lira, nasceu no ano de 1887, em cabaceiras distrito de Campina Grande, Paraíba. Filhos: Eleuterio Tavares de Lira, Severina Tavares de Lira e José Tavares de Lira. Chegou ao Juazeiro do norte no ano de 1926. Faleceu no dia 24 de março de 1933. Possuía residência no Juazeiro do Norte, na rua Sta. Luzia, próximo ao mercado central. Depois fixou residência durante 06 anos, no Caldeirão da Santa Cruz do deserto. Cuidava das atividades domésticas e era costureira. Costumava rezar o rosário todas as noites, mantinha um bom relacionamento com todos, porém muito discreta não fazia parte da irmandade da Santa Cruz, com fervor como a maioria das mulheres fazia. Gostava de lê orações e o velho testamento. Após seu falecimento, foi que Severino Tavares, seu*

*esposo, ingressou na caminhada pelos sertões. O povo que habitava no Caldeirão não possuía arma, os ataques foram enfrentados com toras de pau.*

Transcrição do depoimento da Professora Marina Gurgel (HOLANDA & CARIRY, 2007, p. 181-184):

Marina Gurgel (professora/doméstica) – Juazeiro do Norte Sou do Rio Grande do Norte. Nasci na fazenda Gado Bravo, município de Carnaúbas. Então já estava com os meus 23 anos de idade, quando ouvi falar que vinha um homem pelo mundo pregando uma missão para todos. O pessoal, um dizia que era mentira, outros diziam que era verdade. Uns diziam que ele vinha atrás das mulheres; outros diziam que era atrás das moças. Era aquela confusão maior do mundo. Eu dizia: “Se ele chegar mais perto daqui, eu vou ver, ouvir, para entender e compreender. Não quero história de ouvir dizer”. Então, ele chegou numa casa, perto de minha casa. Eu disse: “Minha gente, vou já onde está o conselheiro Severino Tavares, que dizem chegou acolá naquela casa”. O povo de minha casa, meu pai de criação, que era quem me criava, zangara-se, disse que eu estava doida. Ou doida ou sem ser doida, saí, cheguei lá, ele estava lá. Cheguei, falei com ele. Aí ele começou a conversar. Aí ele perguntou: você sabe ler? Disse: “Sei, sim senhor”. Ele disse: “Apois aqui tem umas profecias do Padre Desconhecido - uma profecia que tinha chegado um bocado de gente de fora, outros lugares, por essa profecia tinha medo de sair de noite, veio muita gente. Eu prego a missão, e depois você lê essas profecias, para todo mundo ouvir e saber que o que eu digo é uma verdade, não é uma história, não é uma mentira”. Aí fiquei na missão, até terminar. Mas só ouvia a boa palavra, o bom conselho, os bons ensinamentos. Então, ele dizia: “Eu peço para vocês fazerem uma visita ao beato José Lourenço. É um beato de meu padre Cícero. Está situado no sítio Caldeirão, no Município do Crato. Então, esse beato ensina a mesma missão de meu padre Cícero. Meu Padre Ciço faleceu, desapareceu, transmitiu a missão para ele. E eu vendo, ouvindo, aprendi também. Venho transmitir o messianismo para os quatro cantos do mundo, para todos que quiserem ver. Quem acreditar, bem. Quem não acreditar... Mas ninguém se queixe lá no Dia do Juízo, que estamos no fim dos tempos e vai ser muita confusão – peste, fome, guerra, carestia, pai de encontro a filho, filho... Aí viver marido de encontro a mulher, mulher de encontro a marido, 181 irmão de encontro a irmão, tudo contaminado. É a confusão do fim das eras. Então, eu vim dar este recado nos quatro cantos do mundo. Quem ouvir, e entender e compreender, se defende de alguma coisa. Segue os meus ensinamentos”. Aí fiquei. As pregações que ele fez, fui lá em todo canto que ele fez, eu fui. Aí foi nesse tempo que ele desceu – coitado - para a praia que teve por lá, etc. Quando ele voltou, foi preso lá no Rio Grande, quando ele ia daqui para lá. Quando voltou de lá para cá, foi preso. Foi em Fortaleza. O lugar que ele foi preso foi em Fortaleza. Então, quando ele chegou, onde estava o beato, passou uns dias por ali. Aí com pouco mais foi novamente, foi que chegaram as perseguições, a gente correu, uns para aqui, outro para ali, outro para acolá. Espalhou-se tudo. O beato entrou de serra adentro, e dentro e todo mundo entrou. E ele lá junto com um bocado de gente. Lá se vai. No fim, foi morte. Morreu da parte do beato; morreu da parte dele. Foi. Aí cessou. Quando passou tudo, o governo pegou a dizer que era para botarem o beato José Lourenço no Caldeirão, para o povo do beato botar ele no Caldeirão. Ora, queria que o Seu Isaías desse de conta. O Seu Isaías disse que não podia dar conta, que eles tinham jogado ele daqui para acolá, não davam conta, quanto mais ele... Tanto que eles insistiam, insistiam, insistiam, que Seu Isaías foi na serra de Araripe, encontrou ele novamente, botou ele novamente no Caldeirão. Aí com poucos dias, os salesianos disseram que o terreno, que o Caldeirão, quem tinha dado a ele tinha sido meu Padre Ciço. Depois de ele estar lá, aí os padres

salesianos disseram que o terreno era deles, o Caldeirão estava no atestado. Então, um senhor de Crato - não me estou lembrando qual é o nome - disse: “Não, mas esse beato não pode, um homem que já fez um trabalho muito grande - de Baixa Danta. De Baixa Danta para Caldeirão. Esse homem trabalhar, deixar uma riqueza maior do mundo e ser corrido agora daqui e ficar no meio da rua, ele com a irmã, sem ter um agasalho”. Aí, o homem do Crato ajeitou, foi em Pernambuco, comprou um sítio, fazenda, chamada Fazenda União. Aí ele foi morar lá. Foi o resto dos dias de vida dele foi lá. Mas Severino já tinha morrido, morreu na batalha do Araripe, ele morreu. Morreu por lá. Muitas confusões, que foi naquele tempo desse negócio do comunismo, que estava agitado lá o Rio Grande do Norte. É uma espionagem, é um mandatário que vem. Pegaram aí a fazer aquelas confusões. Aí prendiam, interrogavam, passavam aqueles dias. Depois diziam: “Esse homem não é para nada”. Aí soltava. Prenderam ele no São Bento. Disseram que era para tirar a barba dele, que ele tinha barba grande. Tirar a barba, ajeitar. Depois, quando ele sentou na cadeira, o barbeiro mesmo olhou e disse: “Severino, vou lhe perguntar uma coisa: o Senhor quer que eu raspe seu queixo de navalha ou quer que eu corte de tesoura? O senhor aqui é quem manda. Sou mandado das autoridades, mas eu faço é a vontade do Senhor”. As autoridades: “É para raspar, é de navalha, arrancar tudo”. Ele foi e disse assim: “Você faça o que as autoridades estão mandando você fazer, mas, se fosse cortadinho de tesoura, eu acharia melhor”. Aí o barbeiro cortou bem cortadinho. Levaram ele para Caraúba. Mas lá em Caraúba terminou na cadeia lá, foi festa, porque os soldados mandaram ele cantar, aqueles cantos bem bonitos que ele cantava, quando andava em missões. Ele cantava assim, quando ele subia no palanque para pregar, dizia assim: (cantando):

*Valhei - me, Nossa Senhora,  
Que hoje chegou o dia  
De todo o povo rezar  
O Rosário de Maria  
De todo o povo rezar o Rosário de Maria  
Nós mesmos é que somos calmos  
Mas disse nós merecemos  
Não precisa de nós ver  
Mais do que estamos vendo.  
Este ele cantava. E cantava:  
Oh: Virgem Senhora Mãe de Piedade,  
Livrai- me das penas da eternidade.  
Quando terminava, ele dizia, ele cantava:  
Minha Santa Madalena,  
Quem andar junto comigo  
Ajudai-me a vencer  
A batalha dos inimigos.*

Cantava e assim cantava tudo. Aquela festa. Muita gente. O Senhor sabe, quando é uma coisa assim, dava passamento, outro caía gritando, outro ficava revoltado e queria matar. Era aquilo.

Transcrição de dois depoimentos com as senhoras Dona Nascimento e Dona Celeste (HOLANDA & CARIRY, 2007, p. 218-222):

Dona Nascimento (doméstica) – Juazeiro do Norte Eu morava acolá. Pai morava acolá. Nós nascemos tudinho. Criamos ali, mais Manuel Teixeira. O beato morava para acolá, para o lado de um Caldeirão. Aí os pais pegaram a brigar, porque eu saí gorda sem casar, que nunca casei, não. Aí ficaram

falando. Eu digo: querem saber de uma coisa? Eu vou embora pelo mundo. Aí, nesse tempo, estava o povo trabalhando, lá do São Pedro, lá no Riacho Seco. As mulheres trabalhando, ganhando, cozinhando para os cassacos, não vou estar aqui, eles tudo brigando. Vou ganhar. Eu não vou comer das custas deles e sem trabalho, não. Eu vou embora. Aí saí. Subi atrás de São Pedro com tudo. Aí, quando cheguei lá, na Serra de São Pedro, em riba da serra, as casas, o povo só era dizendo: entra, aqui para baixo tem muito serviço do governo. Então, os cassacos estão trabalhando, e as mulheres cozinhando. Eu disse: “Olhe, lá quando descer a ladeira do lado de lá da serra de São Pedro, subir essa serra e descer a de lá, aí chega no Riacho Seco. Tem um riacho. É o Riacho Seco. E tem uma mulher chamada Dona Zana. Lá tem tanto cassaco trabalhando. Ela é uma viúva. A senhora pede e fica lá”. Eu cheguei lá, pedi uma morada. Ela me deu. Tinha uma casinha assim na frente da casa, no terreiro. A casa dele assim, e tinha uma casinha... De lá, da Serra do Riacho Seco, eu vim. Pai morava acolá, bem acolá, daquele campo para lá, e eu também. Eu digo: vou espiar por meus pais. Quando cheguei aqui, estava um reboliço. Estava o povo todo em reboliço. O Barreiro para acolá cheio de barraca. Diz que um do povo que andava mais ele acho que teve raiva, diz que foi dar parte no Crato. Disse: “êta, os soldados vêm parar aqui, e, se eles vierem, é uma guerra danada. Vai matar esse povo do beato tudinho”. Eu digo: “Valha-me, Nossa Senhora! Vou embora para a Serra de São Pedro”. Aí desabei. Quando eu cheguei lá, onde pai mora, onde nós morava: estava de reboliço. Um foi dar parte no Crato, e diz que os soldados vêm tudinho. Esse Sebastião. Diz que teve raiva dele, foi dar parte, que era mais para matar esse peste tudinho. Esse Bastião foi. Diz que pegou a guerra. Quando os soldados vieram, matando o povo todinho. Esse Sebastião que foi dar parte, e Zé Valdevino – meu irmão, que ficou mais eles aqui para dar conta do beato, quando vieram da Conceição. O Almir mandou ele ir se embora. Eu ia entrar na casa do pai. Saí. Ele disse: “Pois eu vou bater onde Maria está, no Riacho Seco”. Aí foi. Diz que mataram tudinho. Zé Valdevino era meu irmão, e estava lá. Disse: olha, esse aqui mora aqui na Serra. Nós não vamos matar ele não. É para ele dar conta do beato, que ele mora aqui e sabe o lugar. Ele ficou. Estavam dizendo lá que foi esse homem que deu parte. Diz que mataram tudinho. Quando acabaram de matar – meu irmão dizendo a eu lá -, quando acabaram de matar, diz que pegaram no braço dele, desse que deu parte, que eles não mataram ele nem nada, que para ele dar conta. Pegaram no braço dele. Saíram com ele assim, assim para um canto. Quando chegaram lá, caparam ele. Caparam. Quando acabou, e fincaram a faca... Deram facada nele, que ele ficou um bagaço. Dizem que foi um turuê danado. Agora, meu irmão não morreu porque ficou para ensinar onde... Ora, se ele vai esperar. Vem a guerra, vai é entrar no mundo, vai-se embora. Que que há? Meus pais foram presos pelos soldados. Foram para o Crato pai e mãe. Disseram: “Vamos matar esses velhos no Crato”. Eles disseram: “Não, nós não estava não. Olha aqui, acolá, nossa casa. Nós morava acolá. Nós não estava mais beato, não”. Ali pelejaram. Os soldados eram conversando, disseram: “É melhor soltar esse velho mais essa velha, que eles disse que não morava lá, morava era em riba da serra”. Olhe, mãe morava no sul, e pai na tabaiana. Pai chegou aqui na serra rapaz, e mãe chegou moça. Quando chegaram, aqui se casaram. A família ali dos Arrudas é tudo é família. Tio Inocêncio que morava ali. Aí disse: “Agora você case Valdevino, com essa mulher, essa Antônia, e faça a casa ali perto de eu”. Ele casou, fez a casa ali perto deles, e moraram, e moraram. Lá no Crato disseram: “É melhor soltar esses velhos para irem se embora, que eles moravam é na serra”. Outro diz: “Não, é melhor matar”. Não mataram. Soltaram. Aí eles vieram se embora. Dona Celeste Maciel (camponesa) – Crato / Santa Fé Eu conheci o beato, conheci o terreno dele lá, o movimento dele, mas não tendo transação para lá. Agora, daqui para cá, esse movimento da serra, aí a gente sabe contar. Lá foi o seguinte: quando o capitão Zé Bezerra foi com a polícia lá, para retirar ele de lá do terreno, fez, com certeza era com a ordem, uma ordem do governo, uma ordem, que estavam achando que não dava certo esse movimento dele lá. O

peçoal dele se retirou aqui para a serra, esta serra aqui, a serra do Araripe. Aí nesse tempo era mata. Nessa região que eles se colocaram aqui na serra era mata, não tinha casa. Deixa que o peçoal dele ele botou todo aqui na serra, mas ele ninguém via ele, não. Via o peçoal dele. Aí deixa que fizeram esse coito deles lá. Por aí, o Bastião, que era um rapaz dele, trabalhava com ele, era uma pessoa dos mandados dele, do beato. Depois desse peçoal aí, eles fizeram um camaço, um truque. O Bastião foi para o Juazeiro, no dia de Segunda-feira. Deixa que essa ida dele lá ele deu parte ao capitão que eles tinham um negócio deles aí na serra, uma confusão. Aí o capitão vem com a polícia. Quando chegou aqui no cruzeiro – nesse tempo não tinha rodagem, a rodagem era por cima da serra mesmo, do Juazeiro para o Crato subia por cima da serra. Desde quando chegaram no Cruzeiro – um cruzeirinho que tinha aqui em cima da serra – o Bastião disse: “Bem, o Sr. fica aqui. Nós vamos ficar aqui. Quer dizer, o carro fica aqui, e nós vamos a pés”. Era pertinho. Por causa do peçoal dele. Assim fizeram. O capitão, desconfiando nele, no Bastião. O Bastião foi. Quando chegaram lá, estavam tudo preparado. Não teve mais jeito. Mataram o capitão, mataram parece umas duas ou três pessoas. Com isso aí, aí não. Aí formou-se uma guerra aqui na Santa Fé. Uns oito dias de polícia aqui. Esta casa aqui era o quartel deles. O chefe de polícia do Juazeiro todo dia vinha. Eles vieram. Foi a polícia mesmo. Foi sério. Veio sério mesmo. Passaram uns oito dias aqui. Esse sítio aqui vizinho, que tudo aqui é sítio, aí os proprietários dos sítios pararam todo movimento de acabador. Tem o sítio da fábrica aqui, tem o sítio que é de Zé Pinheiro hoje. Ficou tudo parado. Eu morava no sítio vizinho aqui. Esta menina estava parece com uns três dias de nascida, ou quatro. A mulher se mudou para a casa do pai dela aqui, no sítio de Benedito Teles, que o pai dela era morador do Benedito Teles, aqui. Esse sítio dessa vilazinha aqui é dentro do sítio Santa Cruz. Uma pessoa chegou e contou a minha tia que estava comigo, eu estava de dieta. Contou baixinho, assim atrás de casa, que estava havendo isso, essa confusão, essa guerra. Tinham matado o capitão José Bezerra, e sabia que ia haver uma confusão muito grande. E eu de dentro do quarto ouvi. Eu falei: “Titia, o que foi? O que está havendo?”. Ela contou direitinho, baixinho, para eu não me alterar. Mas já estava a confusão. Ficou uma coisa tremenda. O peçoal não trabalhou mais. Suspenderam os trabalhos. Nesse tempo, no mês de maio, já estava na colheita do feijão, de arrancar. Meu esposo Raimundo arrancando feijão e ajeitando. Nossa casa era perto da nascente. Agora, o movimento desse peçoal do beato tinha que descer para pegar água na nascente. Então, a polícia era sempre. Era passando na nossa porta. Passando, passando... e aquela confusão, que eles achavam que eles iam pegar água. Nós achamos – minha família, meus pais – achou de acordo eu vir para a casa deles. Com sete dias, eu saí com ela. Fui para a casa de meu pai. Da minha casa para a casa do meu pai. Fiquei lá. Meus irmãos que trabalhavam onde Raimundo também ajudou, numa farinha na serra. Aí nós ficamos tudo sem querer que eles passassem mais para lá, que era o mestre Odílio com uma comitiva, que ele trabalhava muito em roça, e tinha essa roça de mandioca lá, farinha. E a gente tudo com medo de ele atravessar a serra. Ninguém podia andar de roupa preta. A minha tia era viúva, depressa tirou o vestido preto, porque quem andasse de preto eles eram contra. Aqui, essa casa vizinha, a casa grande, era o quartel. Todos aqui, então... Teve homens aqui grandes que foram chamados para falar com o beato, mas não falou coisa de mal, mas ficou detido, porque não podia dizer que era amigo, gostava dele. Não podia. Ficava detido. Diversos homens aqui, cidadãos, ficaram. Então, com sete dias... Com uns dias aí, não sei o mês, no mesmo mês, a menina veio se batizar aqui. A Santa Fé não era Santa Fé. Era Conceição o nome daqui. Igreja era cheia de soldado. Aqui esse pé de joá. Talvez compadre Militão tenha falado nisso. Eles matavam o gado, muita coisa, pendurado nesse pé de joá aqui do centro da rua. Debaxo de um pé de joá era a pensão deles. Eles tinham uns empregados de matar o gado, matar porco, para eles comerem. Tanto que eles davam ao povo. Era um peçoal muito bom. A polícia... Passaram oito dias aqui, dentro dessa

vilazinha. Aqui, à frente da casa, era as metralhadoras, tudo com as bocas para o lado da serra. Quem viesse da serra, quando eles encontravam uma pessoa morena, a polícia botava nele, pensando que era o beato, que ele era moreno. O beato era um tipo de homem, mas era moreno. Mas era uma pessoa boa. Muita gente gostava dele. Aqui, mesmo, numa festa, a gente vinha às festas aqui, nós morava no sítio, e eram muito animadas as festas. Ele vinha montado, mas um cavalo que era a coisa mais linda que podia se ver. Tanto gordo, bem feito, o cabelinho dele era assim como que tinha ouro. Era uma cor muito bem feita. Muito bem asseado. O rapaz que vinha com ele desmontava, tirava as esporas. E ele conversando com os cidadãos. Ele era popular, era um homem bem bom. Quando era para ele montar, do mesmo jeito. O rapaz que vinha com ele pegava nos estribos. Primeiro botava as esporas nos pés dele, ali; ajeitava, pegava no estribo, ele montava, aí saía. Eu ainda vi isso, quando de vista. As festas aqui eram muito animadas. E ele sempre... Todo mundo gostava dele. Era um homem bom. Então, esse movimento dele lá era assim como os de milagre. Era, como se diz, de romaria. Essas coisas assim. Era assim. Nesse tempo, no Juazeiro, tinha muito beato. Tinha muito beato, beata. Tinha aquelas pessoas que fazem sacrifício de vida. Largava a faca assim nas costas. Depois houve uma confusão, que foi preciso acabar com isso. De fato, que não tem. É difícil a gente ver história de beato. Aí ele veio parar aí, para o Caldeirão. Aí o pessoal mais gostavam dele mesmo. Então, ele fazia algum milagre, aconselhava, fazia coisas boas, e o pessoal vinham de longe, como a romaria, do mesmo jeito que fazem no Juazeiro, com o padre Cícero, faziam com ele. Mas gado, boi, zebu, ou animal, aves, pássaros de toda espécie tinha. Tinha ema, tinha arara, tinha papagaio. É tanto que, quando eles fizeram o coito aqui na serra, a gente aqui não frequentava, passava no caminho e ouvia a zoadá na mata, dentro da mata mesmo. O pessoal de noite era aquele converseirão, o povo dele, cachorro latia, galo cantava, e de dia eram aqueles bichos cantando dentro das matonas. Tinha ema. Trouxeram ema para ele. Cada bichona que eram umas monstras. Depois veio uns aviões com bomba, e soltavam bomba, que a minha casa ficava assim, no pé da serra, perto da nascente. A gente ouvia era o tiroteio de bomba e de tiro. Dizem que morreu muita gente dele, do beato. Mas... Foi isso mesmo. Vinham os aviões, soltando bomba em cima da serra. Dizem que matou muita gente lá, do beato, da comitiva dele. Depois da morte do capitão Zé Bezerra é que aconteceu isso. A polícia. Mas veio polícia de todo o Estado. Foi demais. Para defender a morte do capitão. Nós tivemos muito medo. Era tudo assombrado. Tanto que a gente chama a Guerra do beato.

Transcrição do relato da senhora M. F. S., remanescente do Caldeirão e que respeitosamente me recebeu e se disponibilizou a entrevistá-la. Foi uma conversa muito rica em detalhes e sentida fortemente, dando pausas para a emoção:

*Dona M. pediu licença para tomar uma dosinha de bálsamo da vida, para depois conversarmos. Ela sentou-se e com um rosário semelhante aos utilizados no Caldeirão, me olhou serenamente e iniciou a conversa. Dona M. nasceu em 12 de maio de 1929 e se rejubila de sua lucidez aos 93 anos de luta, sabedoria e amorosidade. Na comunidade era uma vida de trabalho e fé. As mulheres cuidavam da casa e quando tinha um servicinho maneiro ia pra roça. A referida senhora relembrou a sua chegada ao Caldeirão em 1935, com seis anos de idade. Saíu do Rio Grande do Norte,*

acompanhada dos pais, o senhor H. F. e a senhora J A C. A família foi avisada do perigo de ir pro Caldeirão, mas Seguiram viagem e, à noite, ficaram arranchados numa casa e ela lembra que tinha umas moças que iam para uma festa de natal, por isso dona Maria deduz que a ida para o Caldeirão foi no final do ano. Nessa cidadezinha que passaram, o tio de dona Maria avistou uma pessoa conhecida, e lhe pediu: “guarde nossas costas”. Saíram da cidade e chegaram ao Caldeirão perto do meio dia. Seguiram em viagem duas famílias. Os pais de dona M. e o outro casal era o irmão do senhor H e a irmã da senhora J. Dois irmãos casados com duas irmãs. Dona J era tecedeira, mas quando chegou ao Caldeirão ficou só cuidando da casa. A senhora M falou que mesmo criança tem a lembrança de que dona Maria de Maio estudava na escola do Caldeirão. Lembra-se de uma fardinha que dona Maria de Maio usava. Com alguns meses começou a invasão, a família saiu de lá, e na primeira que foi em 36, que era para o povo ser enxotado para as suas terras. Quando a polícia acalmava, o povo chegava de novo. Na terceira era para acabar com o beato, com tudo e com ele. Depois da segunda invasão, cada família ficava em cabanas, dentro das matas, procurando alimentação (batata do mato, fruta do mato), porque conheciam. Um dia trouxeram maracujá verde e comeram cozinhado. No dia da invasão o pai e o tio pediram às esposas para não ficarem nas barracas. Fiquem escondidas no mato. A sua mãe levou uma latinha e uma cabacinha d’água, uma xícara e uma vasilha, com pimenta do reino e sal. O fogo feito com três pedrinhas bota a panela em cima e um pau no meio das pedras. Tudo em silêncio e dava para os filhos se alimentarem três vezes ao dia. Às onze horas ouviam-se os tiros e dona J pegada no rosário, rezando caladinha o dia inteiro. O pai de dona M. levou um tiro e quem trouxe a notícia foi o cunhado. O recado do pai de dona M era que dona J fugisse com os filhos, a irmã e o cunhado. O caminho era assim: Mato de um lado, mato de outro, no meio a terra para caminhar. O beato não seguiu o caminho de terra. Seguiram pelo acero. Choveu muito e resolveu caminhar pela terra, porque não ficavam os passos. No caminho, uma beirinha d’água, como uma cachoeirinha, e para matar a sede, encheu as mãos e levou à boca. Sentiu que era amarga, talvez fosse urina de animal. O beato andava com uma bolsa de palha comprida e dentro dela as imagens do Padre Cícero e do Coração de Jesus. Passaram o resto da noite molhados da chuva e o mato coberto de folha molhada, dona M encostada no colo da mãe. A mata fechada no inverno, que iniciava em dezembro. O beato enganchava os quadros nas galhas das árvores e rezavam durante toda a manhã, o rosário. Ouviam-se os tiros saindo dos aviões e a mãe de dona M pediu para botar

uns paninhos na boca e ficarem só com os olhos abertos. Isso foi na mata dos cavalos, em cima da serra, em 1937, na última invasão. Nesse esconderijo, vamos entrar mais pra dentro da mata, pois tem muita polícia para encontrar gente. Vou com M (10 anos e irmão de dona M), ver se encontro alimento. No caminho, quando perguntaram, eles disseram que vinham da roça. Numa casa onde passaram, pediram comida e a mulher disse que sabiam quem eram eles. Ela disse que já tinha passado gente do Caldeirão lá e ela tinha alimentado. Ela colocou sal e milho numa panela e deu para o beato levar para a família de dona M. No outro dia seguiram viagem e não levaram muita coisa. A mãe de dona M deixou panela, prato e rede. Levou só três pratos, três colheres, três xícaras e duas redes. Levou o mínimo de roupa. Quando as pessoas perguntavam, eles diziam que vinham do “Figueiredo”. Dona M disse que houve aí um grande desencontro. Seu pai foi dado como morto e ela junto com a mãe, irmão tia e tio seguiram para sobreviverem. Vamos a destino. Vieram para perto do Juazeiro, para um lugar chamado “Quebra”. Por causa da fumaça das bombas soltadas dos aviões, todos adoeceram dos olhos, conjuntivite. Apenas o tio de dona M, o senhor C, foi o que menos adoeceu. Quando chegaram nessa casa, no Quebra, seu C pediu arrancho numa casa e descobriram que estavam perto do juazeiro. A senhora que deu o arrancho (viúva com uma filha), disse que a filha havia ido para a missa na Matriz. A filha tinha o nome de T e conhecida por Tt. Na casa, tinha um quarto vizinho a cozinha. O beato seguiu fugindo por outro caminho. Mas depois de dezessete anos, descobriram que o seu pai não tinha morrido, tinha seguido com o beato, mas rezou muito até encontrar a família de novo. Quando dona M viu seu pai pela última vez, ela estava dentro dos sete anos e só voltou a reencontrá-lo depois de casada, aos 17 anos. Os Soldados disseram ao chefe do Exército que não viram nada, só viram um jardim cheio de mato. Houve um extermínio e eles não viram. Para Dona M, a santa cruz do deserto é chamada de minha madrinha. Dona M alcançou até graça no mesmo dia que pediu (nesse momento ela se emocionou). Quando o beato se escondia, ele estava com a santa cruz. Para eles era a madrinha santa cruz que salvava. Dona M lembra as orientações do Padre Cícero para o beato: “ó José, vai um povinho pra lá, pra você cuidar. Tu cuida desse povo, José. José vai haver tribulação, mas tu foge. Quando tiver a primeira tribulação, tu corre. Olhe pra frente, olhe pra trás. Na primeira não mostre a quina da perna, mostre a batata da perna. Enquanto tu corre, tua mãe tem filho”. Quando vier a segunda tribulação, fuja “sagaz como o passarinho e veloz como o vento”. Quando vier a terceira, tu “dá um empurrãozinho com a mão”, José.



## **Anexo 2: Cordel**

### **A participação das Mulheres na Construção de Luta de Assentamento Dez de Abril**

1

Peço aqui sua licença  
Uma História vou contar  
É lá do Dez de Abril  
Terra boa de morar  
Assentamento Cratense  
O primeiro do lugar

2

Foi um tempo bem difícil  
Plantar era a solução  
Pra poder se alimentar  
E cuidar da plantação  
Trabalhando Sol a Sol  
Enriquecendo o patrão

3

Trabalhavam todo dia  
Saíam na madrugada  
Vencer era o sonho  
Que movia a mulherada  
Para poder sossegar  
Da vida tão carregada

4

O tempo era de seca  
Ruim para as trabalhadoras  
Que viviam só da roça  
Mulheres batalhadoras  
De coragem e valor

Foram as desbravadoras

5

Nunca ouviram falar

Na palavra ocupação

Mas o MST

Começou a reunião

Chegando no Cariri

Abrangendo a região

6

Os homens ouviram tudo

Atitude não tomaram

Era uma alternativa

Só alguns acreditaram

As mulheres resolvidas

Logo se organizaram

7

Amarraram louça e roupa

Numa rodilha de pano

Fizeram tudo em silêncio

Não queriam o desengano

O sonho de ter sua terra

O desejo daquele ano

8

Os maridos sem deixarem

Mesmo assim elas se foram

Levando os filhos pequenos

Os maiores colaboram

Cuidando também do pai

E logo depois ancoram

9

Passava da meia noite  
Quando tudo aconteceu  
Entraram em um caminhão  
Pro destino que Deus deu  
Caldeirão de Zé Lourenço  
O beato que lá viveu

10

Lá do engenho da Serra  
Veio dona Teresinha  
Lourdes e Maria Agostinho  
Felismina e a sobrinha  
Dentro de um caminhão  
Chegaram madrugada

11

A estrada muito longa  
Grande era a empreitada  
A vista não dava conta  
Muita gente empenhada  
Indo à terra prometida  
Pra uma vida melhorada

12

Caminharam ainda a pé  
Pra chegar no Caldeirão  
A mãe velha numa rede  
Pra não escapar no chão  
Pedra, mato, muita água  
Impedia o caminhão

13

Dona Ana veio a pé  
Lá de longe Nova Olinda

Chegou com o Alexandre  
Que era criança ainda  
Mulher forte e destemida  
Adentrou muito bem-vinda

14

Madalena das antigas  
Valderez é pioneira  
Foi também dona Neném  
Na luta companheira  
E mais uma dona Ana  
Na lida grande parceira

15

Rosa também é primeira  
Hoje ela é professora  
Também Maria de Nena  
Firme e batalhadora  
A Zefinha de Justino  
Foi grande motivadora

16

No dia Dez de Abril  
A ocupação se deu  
Ano de Noventa e Um  
Século que se antecedeu  
A Primavera da terra  
Do povo que lhe escolheu

17

As noites eram bonitas  
Com histórias e orações  
Roda de cantoria  
Comida nos panelões

No pé da bandeira o hino  
O trabalho com as comissões

18

Fizeram do Caldeirão  
O chão de acolhimento  
Ergueram a lona preta  
A barraca o alento  
Começaram a ocupação  
Até o recolhimento

19

A polícia e a Igreja  
Ainda ameaçou  
O Sindicato e a ACB  
O movimento apoiou  
O governo interviu  
Do Caldeirão retirou

20

As famílias se abrigaram  
No Parque de Exposição  
Parte da sociedade  
Com o seu bom coração  
Arrecadou os produtos  
De asseio e alimentação

21

Luta sem precisar de arma  
Com coragem e amor  
A foice era o emblema  
Do trabalho do labor  
A liberdade e a terra  
Era o grito de louvor

22

Maria de Sô chegou  
Seu marido já estava  
Desde a ocupação  
Ela agora começava  
A entrar também na luta  
E disposta ajudava

23

Lá passaram quase um mês  
E o Governo Estadual  
Tratou de comprar fazendas  
Na área municipal  
Negociou com os donos  
E o movimento social

24

A fazenda Carnaúba  
E a fazenda gerais  
Agora se tornariam  
Assentadas nos anais  
Produzidas com ajuda  
De grandes profissionais

25

Dez de Abril o Assentamento  
No Cariri foi o primeiro  
Centro do Sul do Ceará  
Foi também o pioneiro  
Crato revolucionário  
De lutas é um celeiro

26

A ACB logo chegou  
Conseguiu alguns projetos  
De bovinos e suínos  
Iniciou-se o trajeto  
FETRAECE e EMATERCE  
E o Sindicato bem correto

27

A ajuda foi bonita  
E também muito importante  
As famílias trabalharam  
Com vontade radiante  
Agora tinham seu canto  
Por enquanto era o bastante

28

Logo na ocupação  
Trataram de organizar  
Grupo, regras estatuto  
Para melhor coordenar  
O trabalho pela frente  
Que já ia começar

29

O trabalho era duro  
Nem todas por lá ficaram  
O pensamento coletivo  
Só umas trinta aguentaram  
Aos poucos foram vencendo  
As famílias que ficaram

30

E assim foram chegando  
Mais mulheres pro lugar

Florescendo o assentamento  
Aparecendo pra morar  
Fincando suas raízes  
Com a família pra ficar

31

Sueli com sua mãe  
Dona Luzia rezadeira  
Dona Maria de Sô  
Foi a grande mãe parteira  
Fez o parto de sua nora  
Das Dores companheira

32

Olga de dona Das Dores  
Foi a primeira criança  
A nascer no Assentamento  
No barraco a confiança  
Emanuel e Viviane  
Completaram a esperança

33

Dona Maria Dolores  
É Zezé a gentileza  
Presidenta foi três vezes  
Com ternura e firmeza  
Chegou já no Assentamento  
Fez da luta uma bandeira

34

A Elza e dona Cícera  
A segunda geração  
E a Fátima Dionísio  
Na mesma constelação

São sementes das antigas  
Desde a ocupação

35

Elza é a Professora  
Que está no Assentamento  
Bruna na Psicologia  
Ama seu pertencimento  
E no Conselho da Mulher  
Suzana tem merecimento

36

Olga em outra Cidade  
Professora Concursada  
Ensina em Farias Brito  
Uma missão aprovada  
Fez parte da juventude  
Em sua terra assentada

37

No ambiente abrigado  
Os homens ameaçavam  
Bebendo com gritaria  
Eles já intimidavam  
As mulheres com um grito  
Um basta anunciavam

38

Sem espaço pro machismo  
Do lugar foram embora  
Entenderam que ali  
Era pra quem colabora  
Desarmaram logo a lona  
E dali deram o fora

39

As mulheres tinham força  
Voz e vez nas decisões  
Eram participativas  
Em todas as reuniões  
O grupo trabalhou muito  
Tinha até coordenações

40

O açude das “MULHER”  
Obra prima do local  
As mulheres construíram  
Com ajuda social  
A ACB foi relevante  
Assistência sem igual

41

O grupo das mulheres  
Teve reunião constante  
Pautas reivindicações  
Era muito atuante  
Hoje em dia não existe  
Reflexão importante

42

Participação ativa  
Das mulheres nessa história  
Entrelaçando as delas  
Como marca de vitória  
Deixando os seus legados  
Nos escritos da memória

43

Tem a comemoração  
Na data Dez de Abril  
Uma Missa bem bonita  
Os homens e o mulheril  
Ana Clara é presença  
Com a turma juvenil

44

A Capela organizada  
Tem o Santo Padroeiro  
É São Vicente de Paulo  
Caridoso e ordeiro  
Foi filho de camponês  
De Maria ele é herdeiro

45

Há também no Assentamento  
Mais uma religião  
Uma Igreja Evangélica  
Em Deus faz a união  
Confiando em Jesus  
Levando no coração

46

Cícero e Cícera Possiano  
São hoje a liderança  
Conduzindo a direção  
A luta como herança  
José Antônio ajudando  
Sueli na confiança

47

A história é bonita  
Boa de se escutar

E depois reescrever  
Pra melhor poder falar  
Quantas mulheres valentes  
Pra gente admirar

48

A história das mulheres  
Se tornou nacional  
Sempre tem uma pesquisa  
Não falta profissional  
Assim como estudante  
Pra conhecer o local

**Fátima Teles**

### **Anexo 3: Entrevistas na íntegra**

#### **Entrevista 03**

“Muié”, o início do assentamento tinha mais ou menos umas, era um grupo feito com vinte e três mulheres, mas só que tinha umas jovens também que se engajava no trabalho das mulheres. Essas mulheres foi quem conquistaram mesmo, assim depois do acampamento, foi quem começou as reunião com o grupo de mulher. Nós se reunimo logo e fizemos um grupo, e esse grupo, né, começou a trabalhar na hortaliça e dessa pequena hortaliça, porque a gente não tinha condições de nada. A gente não tinha nada, só as graças de Deus, na época, né. Nós comecemos essa horta, dessa horta, o primeiro projeto que entrou no assentamento nós comecemos a se organizar pra fazer reunião. O primeiro projeto foi de um projeto que veio de outro País, eu não “tô lembrada”, não sei se foi da Bélgica que veio esse projeto pra gente criar uns porcos e esse dinheiro que chegou nós comparamos um bocado de porco pra nós criar, comparamos umas cabeça de gado e ajudamos a construir um açude, porque quando nós chegemos aqui tinha uns barreirinho muito pequeno e não tinha água pra gente sobreviver. Era um sacrifício, era uma dificuldade grande. Com essa luta toda, toda essa organização, que pra tudo que nós conquistemo foi com muita luta, com muita dificuldade, com muito suor, né, que a gente conquistou tudo isso, viu.

Mas, por nós ter organização, né, porque nós era junto mesmo e fazia reunião e participava de luta no Crato, em Fortaleza, viu. Foi muita luta assim, muito sofrimento porque logo quando nós comparamos esses porco, nós não tinha condições muito, nós não tinha nada pra dar a esses porco, nós caçava era mato que tinha nos barreiros velho aqui e jogava pra esses porco e assim, foi assim, no início nossa luta aqui foi muito forte, muito grande, né, muito sofrimento, mas na organização que a gente continuava trabalhando aí a gente foi cada vez mais, né, se organizando, né, botemo a bodega comunitária, mas aí a bodega funcionou um tempo, depois foi abaixo coisa de muita gente, um compra , outro compra, um paga, outro não paga, aí né foi abaixo a bodega, mas tudo foi construído pelo grupo de mulher da comunidade, essas coisa aí tudo.

“Mia fia”, a construção das casa porque nós sofremo mais de um ano debaixo de barraca de lona preta. Era muito sofrimento porque era muito quente, quando chovia a gente se molhava toda, né, muita gente, nessa época tinha muita gente mesmo, tudo pertinho um do outro, é mas nós sempre sempre organizada. Todo mês reunia o grupo

de pessoas aqui, de homem e mulher e iam pra Fortaleza, né, brigar lá pelos direito da gente, pela luta que a gente tinha e a gente diante de tanta luta lá em Fortaleza, viu, tanta luta, lá em Fortaleza a gente foi, eu digo foi porque meus filhos foram. Foi dois menino meu, eu mesmo não fui nessa época, não, eu fiquei, né. Na organização do acampamento, mas aí foram um grupo de gente daqui de vinte e três pessoas e ficaram lá vinte e dois dias acampado no meio da pista, entendem, reivindicando um projeto para moradia lá. Lá foi tanto sofrimento que a polícia fizeram um circo lá e não deixava entrar ninguém nem com alimentação, pra que essas pessoas se alimentasse. O que era que um deputado fazia lá? Era, se não me foge da minha mente era Eudoro Santana. Ele comprava garrafa de água, comprava sacola de pão e ficava jogando por cima dos policial para cair lá no meio das pessoas eu “tavam” lá, viu. Foi muito sofrimento, foi muita coisa ruim. Pra poder, é, esse projeto ser aprovado de moradia. Mas, com tanta luta, com tanto sangue derramado, porque teve umas meninas do movimento que era do MST que acompanhava e fazia frente de toda a luta. Ele pegou, a menina tava de frente e quando a menina saiu de lá, eles pegaram e deram pancada nela que ela derramou muito sangue, foi um corte muito grande e ela passou mal, mas graças a Deus se recuperou. Foi essa luta, uma luta muito grande pra poder a gente ter as moradia. Foi muito sério mesmo pra poder a gente ter as nossas casa. Hoje nós te nossas casas, graças a Deus são casas boas, foi trinta e sete casas na época que foi, que liberaram para a assentamento “Muié”, a luta aqui mais os homens, tinha uns homens que aceitava né, e concordava com a nossa luta, nosso trabalho, mas outro não concordava, viu. Queria ser muita coisa, mas aí a gente foi quebrando aquelas besteiras que eles tinham e devagarzinho a gente vai conquistando, né. Se a gente diz assim em alguns e ainda hoje existe gente aqui dentro que não aceita a mulher ir pra uma reunião, não aceita a mulher, né, participar das coisas. Mas é assim mesmo, né, mas nós toda vida tivemos voz bem alta mesmo. Como se diz porque, é na nossa organização, na nossa reunião tinha logo na época do acampamento, é tinha um grupo de homem aqui, não era muito não, era uns cinco ou seis que eles bebiam muita cachaça e faziam muita bagunça e o que foi que o grupo de mulher fez? Nós se reunimo, depois cada uma foi pra casa e conversou com seus marido e dissemos:

Ó, hoje de noite nós vamos tomar providências com os bêbados daqui e vocês não se meta. Porque vocês só vão se meter se vocês vê que eles vão agir com nós, ter violência, partir pra cima de nós. Se não for, vocês fiquem na de vocês, porque hoje nós toma providência e isso nós fizemo. Eles, que eles chegaram bêbado de noite e

começava a esculhambar com as mulher, que eram um bando disso e daquilo e nós já tava preparadas, reunida, e nós caminemos pra casa deles, pra casa não, pros barracos, né, pros barracos deles. Chegando nós dissemos que no assentamento eles não moravam mais e podia caçar um canto pra eles desocupar daqui porque aqui eles não moravam mais. Mas aí eles se acalmaram e disseram:

- Já que nós não pode, que nóa tamo errado mesmo, nós não pode ficar aqui mais vocês, nós vamos caçar um pedacinho da mesma terra mais longe de vocês e vamos ficar lá. Aí sim, a gente concordou e eles foram morar bem longe, né, longe mesmo. Daqui pra lá dá uns oito quilômetros e foram morar lá em outro pedaço da mesma terra, mas era junto com nós pra não tá naquela bagunça, naquela esculhambação, porque nós não era mulher deles, pra eles estarem dizendo aquilo com a gente. Mulher, hoje, na realidade hoje mesmo não tem mais aquela organização como era nós organizada em um grupo, porque aquelas mulher mais velha tinha muita força e coragem de trabalhar, já estão ficando mais velha. Eu mesma estou com sessenta e dois anos, tinha um problema de saúde que é um reumatismo muito forte, que não posso mais trabalhar e outras também tem outras doenças que não é de viver “prostada”, mas não pode forçar muito. E essas mais novas não contribui muito para o trabalho que nem nós fazia não, mas é assim assentamento é assim, se você precisar, assim associação, hoje a associação precisa estar organizada no Centro Cultural e precisa de alimpar lá, de fazer uma limpeza geral, vou convidar duas , três... Ah! Ela vêm na hora. Se precisa de uma reunião, elas vem na hora. É assim hoje tá um pouco diferente, mas sempre tem aquela organização que a gente sempre contribui com as coisa.

“muié”, aqui tinha a escola, é , tinha uma escola aqui que era até a quarta série, a creche, mas aí devido esses governante, foi mudada a lei também né, que não pode ter sala de aula enquanto tinha pouco aluno porque aqui os alunos eram passando de série e eram estudando em Monte Alverne, Santa Fé, e os alunos ia ficando pouco. Por isso eles tiraram a escola daqui e foram para Monte Alverne. Aqui hoje mesmo só funciona a creche, mas é com muita luta, com muita luta, porque todo ano querem fechar e a gente fica brigando e que não pode e que a creche tem que funcionar aqui que ninguém vai pegar as crianças pequenas daqui e levar para Monte Alverne quando está no inverno passa de três a quatro dias sem as crianças ir pra escola mode as chuvas, porque a estrada não passa carro. Aí a creche ainda funciona aqui, mas a escola mesmo e os professor tem mulher, tem três mulher que é professora aqui dentro do Assentamento, mas elas ensinam em Monte Alverne. Na época ensinava aqui, mas agora ensina em

Monte Alverne. Sim, aqui “Mia fia”, a assembleia mensal agora não, porque essa doença, aí as reunião não tá mais acontecendo, mas aqui quando tem assembleia mensal, as mulher é maioria na assembleia. Toda vida a assembleia mensal, as mulher são maioria. Sempre a gente trabalha junto e se os homens precisar da gente pra alguma coisa chama a gente pra contribuir no que puder. Do mesmo jeito é os homens, não é todos, você sabe como é. Nem todo homem gosta de estar junto ao lado da mulher, mas a maioria tá, se a gente precisar deles, eles estão do lado da gente e eles precisar nós estamos do lado deles, é assim. Aqui, graças a Deus a participação é boa, mas tem um grupo de jovens muito bem organizado no assentamento. Esse grupo de jovens faz parte de uma cultura muito bonita que é raízes e fruto do Caldeirão. Eles fazem uma apresentação muito bonita e já foram chamado pra um bocado de canto pra fazer essa apresentação, mas agora tá tudo parado. Mas, se Deus quiser quando voltar tudo ao normal, que Deus vai abençoar que vai voltar as coisas tudo ao normal. Eu tenho certeza que eles vão voltar de novo a se destacar na apresentação dele muito bonita, viu. Eu tenho certeza que esses estudo seu vai dar tudo certo e você ainda vem aqui quando tiver tudo normal, você vem aqui conversar com a gente, participar um dia com nós aqui nas reunião, que você estando presente mesmo é muito melhor, pra você ver cada um tem uma história bonita pra contar, porque eu estou contando, mas a gente nunca diz tudo, nunca conta tudo.

A Creche daqui funciona com a professora daqui mesmo. Passou uns dias que vinha uma professora de fora, mas a gente viu que não tava dando certo, né, porque os menino já tem aquela ligação com as pessoa daqui e a gente foi atrás e conversando e até que voltou normalmente a professora daqui, ela é concursada, formada, já fizeram faculdade. Elas tão bem formada. Os professores daqui.

A ACB foi um pedaço de nós, eu poso dizer porque desde o início nos ajudaram, acompanharam. Esse projeto veio pela ACB, esse projeto das mulheres. E ainda hoje eles nos ajuda até nesse grupo de jovens daqui que tem essa apresentação, é eles também que nos ajuda. Acompanha, eles ajuda eles. A ACB não saiu não, ela sempre ajuda aqui. É a ACB, é o sindicato dos trabalhadores do Crato, A URCA, tem uns professores da URCA eu são umas pessoas muito boas que nos ajuda. Tem a professora Roberta Piancó. Tem vários professores que são umas pessoas bem legal que contribuíram, João César, é que são, as eles são umas pessoas bem presentes também. Eles contribuem com a gente e a gente contribui com eles, é assim, é uma troca de experiência mesmo.

“Mia fia”, a nossa escola aqui no assentamento, foi uma luta do assentamento mesmo, num teve prefeitura nem governo do Estado que na época ajudou não. Foi só nós mesmos né e uma menina do Crato que ela é da ACB, ela ficava direto aqui junto com nós e ela vendo aquele tanto de criança, se reuniu e fizemos uma pauta bem feita e levemos pra prefeitura e com muitas reuniões foi que conseguimos né, essa escola aqui pro assentamento. Só que na época, a gente sofreu demais, sofremos demais, a gente ensinou um bocado de tempo, tinha mês que recebia, tinha mês que não recebia, nós era tão discriminado, tão discriminada na prefeitura do Crato na época que uma vez nós fomos receber o pagamento e fomos vestidas numa blusa do PT. Eles não pagaram a nós, nós ficamos sem pagamento. “Tu acredita numa coisa dessa? ”

Nós ficamos sem pagamento porque eles não pagaram e isso foi outra luta pra gente receber esse dinheiro. Foi com muito sofrimento, mia fia, e outra coisa a prefeitura do Crato nunca construiu nada aqui dentro nem nunca pagou um aluguel dos prédios coletivos porque a escola sempre funcionou nos prédios coletivos. Eles nunca tiveram o compromisso de fazer uma sala, de fazer um colégio não, de jeito nenhum. Aí é muita luta que a gente já passou aqui pra que essa escola chegasse em nossa comunidade, mas foi muito bom como eu já lhe disse. A escola daqui era muito bom, o pessoal vinha só pra participar mesmo e ver a história que eu me lembro que um dia o pessoal da prefeitura vinha e toda semana quando tinha fiscalização aqui pra saber como era que nós ensinava, como era que tava os alunos, como era assim, sabe. Aí quando foi um dia as professoras chegaram, como é, aliás, é o pessoal do Crato chegaram né, nós tava lá embaixo trabalhando com os alunos, assim, ensinando como era que trabalhava a teoria e a prática, né, que a gente passava um pedaço na sala de aula e descia lá pra baixo e ia fazer horta. Com eles ensinando como era que aquele produto era o certo alimento pra gente se alimentar que não tinha veneno, era tudo natural e eu sei que elas chegaram e viram nós naquele movimento e assim elas saíram se desfazendo que era muito bom, mas depois a pessoa que coordenava a escola ainda foi chamada a atenção viu. Foi chamada atenção que tava levando os menino lá pra baixo mas, nós era orientada pelo movimento e não deu em nada a besteira delas sobre o contato dos professores daqui.

Mulher, pra gente chegar na terra, foi através do Movimento Sem Terra, Sindicato dos trabalhadores Rurais, que tavam fazendo nas comunidades e convidando os trabalhadores, né. Pra ocupar a terra, pra sair dos pés do patrão. Então foi dessa maneira que aconteceu o acampamento. Fazendo reunião nas comunidade, com muita

dificuldade, porque no dia de trazer o pessoal pra ocupar a terra, é Nova Olinda mesmo, foi primeiro um carro de trabalhador e duas pessoas do Movimento que não aconteceu do pessoal de Nova Olinda vim, vieram depois de dois dias, quando o pessoal já tava no acampamento, mas vieram com dois dias e deu certo. Quando a gente chegou aqui, ficou todo mundo assim sem, sem trabalho, né. Aí , através da organização, foi se reunindo as mulher, Eu, Açucena, Flor-de-Abril, Ipê Amarelo Violeta da Caatinga, essas mulher mais velha, né. Sempre as mulher mais velha quando chegaro aqui, a gente se organizou em reunião e comecemo a trabalhar. Desse trabalho, que a gente trabalhava com horta, comecemo a trabalhar com horta, aí depois a ACB , através da comadre Cida , trouxeram um projeto pra nós que foi pra trabalhar com porco, e ai se deu o desenvolvimento do trabalho da organização das mulheres.

O grupo de mulher foi criado através de reuniões, a gente se reunimo e nós, as reunião, a gente, é, planejamos a trabalhar, né, fazer o grupo e trabalhar. Tinha a Coordenação, a Coordenadora, o Tesoureiro e o Secretário. Só devido fazer muito tempo eu não lembro mais as pessoas, sei que entre essas mulher mesmo, essas mulher, mas eu não lembro mais o nome delas, sei que tinha a Coordenadora, Tesoureira e Secretária. Lembro mais não os nomes não.

Essa luta começou pelo meu esposo, né, ele foi quem participava mais das reunião e quem veio pra luta mesmo, a primeira vez foi ele que veio, eu vim depois de três mês foi que eu vim e fiquei aqui no acampamento. O primeiro que veio pra luta foi o meu esposo.

A gente recebeu uns dois a três projetos pra trabalhar mais. Foi bom na época desenvolveu bem, mas, depois o grupo foi fracando, foi fracando, e a gente acabou, sem ter mais aquele grupo pra trabalhar, hoje não existe mais. Se precisar de alguma coisa, chama as mulher, elas chega e as pessoas faz alguma coisa, né, se reúne e tudo, mas, não tem mais aquele grupo mermo pra dizer assim, aquele grupo de mulher pra produzir, num tem mais não.

Não, na pandemia, ninguém não se reuniu ninguém, assim , as mulher participava das assembleias, mas outras reunião num tinha não. Do governo federal só teve o auxílio, né, beneficiar, ajudou muito a pobreza.

Foi sim, o primeiro projeto que entrou no Assentamento foi do grupo de mulher, das organização das mulher, é que a gente comprou esses porco e ainda ajudou botar uma bodega comunitária e ainda cumpremo umas cabeça de gado, tudo através desse

projeto, através desse projeto foi que continuou a organização, a associação e continuou a organização comunitária.

Mãe velha, né, aqui nós, todo mundo só chamava ela por mãe velha. Chegou através da família, de uma sobrinha dela, que cuidava dela, e trouxe ela, levaro pro Caldeirão, ela não andava, aí levaro dentro de uma rede, primeiro no carro, né, mas pra chegar lá no acampamento não chegava ne carro, aí levaro numa rede. Do acampamento foro pro Parque de Exposição, do Parque de Exposição viero pra cá, e ela viveu ainda um bocado de tempo aqui, e eu num lembro o ano que ela morreu, mas, eu num sei, mas a família dizia que ela quando morreu tava 114 anos. Eu num sei se era tudo isso mermo, sei que ela era muito velhinha. Ela não andava. Ela só ficava sentada, com joelhozinho, apregado assim as perninha, como se tivesse de cócoras, num sabe, mas ela conuersava. Eu acho que ela tinha muitos anos mermo, viu. É, ela era uma pessoa mermo assim que a gente via que ela tinha muitos, muitos anos.

#### **Entrevista 04**

Eu, Violeta da Caatinga, Flor de Angico, Girassol, Flor e Onze Horas, Flor de Boa Noite, Flor do Deserto, são tudo do Engenho da Serra. Essa turma era do Engenho da Serra e tinha outras mulheres eu veio do Engenho da Serra e foram embora, não ficaram. Sou filha natural do Engenho da Serra.

No Assentamento, só ficaram uns quatro anos e foram embora. Não ficaram não, e nós resistimos. Na época eu era agricultora, trabalhava na roça, mais meu esposo, e nós trabalhava arrendado. Nós morava num terreno que era do meu sogro. Era oito tarefa de terra como inda hoje tem lá, na propriedade de lá. Oito tarefa pra um bocado de filho e não tinha onde a gente trabalhar. A gente arrendava a terra, distante uma légua, meia légua, as vezes, a gente ia trabalhar arrendado e quando ia pagar essa renda era tão cara que a gente tinha até dó de ver aquelas carradas de legumes saindo da casada gente. Aí nessa época, E G, que é o esposo de M, meu cunhado ele era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato. Ele e J A. Aí é tanto que veio os militantes do Movimento Sem Terra (MST), aqui do Ceará mesmo e procurava o Sindicato dos trabalhadores Rurais, porque eles sabiam que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais é quem tinha a organização. Eles conhecia todas as associações que existia. E aí foi onde eles procuraram o Sindicato dos Trabalhadores daqui, de

Crato, de Nova Olinda, de Santana do Cariri, daqui de Juazeiro, Barbalha e, com isso ele começou juntando gente, mas eles não dizia onde era que ia ser a ocupação a todo mundo.

A ocupação era pra ser, foi pra ser num local improdutivo, numa terra que não tivesse produção. Uma terra que tivesse abandonada. Isso foi a ocupação, foi isso. Então o Sindicato começou, o Sindicato foi com uma equipe dos Sem Terra pro Engenho da Serra, pra uma Associação que nós tinha lá. Associação de grupo de produtores, né. Eu era sócia nesse grupo, desde muito nova. Eu fui sócia e lá eles fizeram uma primeira reunião com a gente. E aí levaram os valores que nós precisava de ver, conhecer, o porque que o movimento tava trazendo aquela história de ocupar terra, pra ter uma vida digna, uma vida melhor, né, e aí foi onde eu me empolguei, e eu disse eu vou pra essa ocupação. A minha mãe morava distante de mim, quando a minha irmã soube, aí ficaram, não, você não pode fazer isso.

Eu tô indo homi. Toda vida eu sempre fui muito resolvida pra essa luta, essas coisas, eu sempre fui muito resolvida. E aí, no inicio meu esposo ficou empolgado pra ir também. As reuniões começaram em janeiro, fevereiro, março. A ocupação foi no dia dez de abril de 1991. E ai, eu tinha feito uma cirurgia, no mês de janeiro, tinha feito uma períneo, né. E o meu esposo botou essa períneo na frente, pra mim não ir pra ocupação. Já próximo à ocupação, ele disse:

- Olhe você não vai, não vamos, porque você fez essa cirurgia e você via andar nas grotas e dentro dos matos e não sei o que.

- Não, eu vou! Isso aqui não empata deu fazer nada.

Ele disse:

- Não, não dá certo, não.

Eu disse:

´- Dá certo, sim.

-Mais eu não vou

-Pois, você vai ficar e eu vou.

E aí se foi aquele negócio e chegou o dia da gente organizar as coisas, agora isso era calado, não podia avisar patrão, não podia avisar a ninguém, a não ser as pessoas que tavam se organizando pra ir pra ocupação. E aí tinha Flor do Algodão, que chamava Flor do Algodão de V, que era a neta de mãe Filismina, e mãe Filismina foi uma velhinha que eu conheci aqui do distrito de Santa Fé. Eu toda vida conheci ela, foi uma pessoa muito amada por a gente, né. Ela era uma pessoa decente demais. Eu também

assim tinha uma base da idade dela, que ela morreu com 115 anos, porque quando a neta dela foi pra ajeitar o aposento dela, nem ela sabia quando a velhinha tinha nascido. Fizeram um documento e pela fisionomia dela, deram essa idade. Aí eu sei que ela já tava tão velhinha, que ela não andava mais, ela saia engatinhando dentro de casa como uma criança quando tá começando a engatinhar, né. E, a minha comadre muito vexada para ir pra ocupação, o marido dela deu uma bronca grande, você não vai, ela disse, eu vou. O marido de Violeta da Caatinga disse que ela também não ia e eles iam só matar elas e ela disse, pois, eu vou.

O marido de L. que foi, uma cunhada de Violeta da Caatinga também foi, o marido ficou, ela tava até gestante e, Flor de Boa Noite já era viúva, não teve quem impedisse Flor de Boa Noite. E aí, eu sei que eu muito empolgada e como na época eu trabalhava na Pastoral da Criança, nessa época já fazia seis (06) anos, que eu trabalhava na Pastoral da Criança. E aí, eu tinha obrigação de visitar essas famílias e toda vida eles me prestaram uma grande confiança, esse trabalho que eu fazia, até que nesse meio eu fiz até uns parto também. Eu sei que eu disse que D. não queria que eu fosse, tava querendo desmanchar a viagem. Aí todo mundo disse, pois se a senhora não for, ninguém vai. E aí, eu disse, pois, eu vou, nós vamos. Isso aí, nós vamos.

Aí eu cheguei em casa e disse, ó D., nós vamos se organizar, nós tem oito (08) filhos. Nós deixa os maior com os mais pequeno em casa, com a mais velha, e nós leva os outro quatro mais nós.

-Homi, num dá certo, não.

-Não, não se preocupe, não, que dá certo.

Aí eu sei que nós começamos a se organizar, quando foi doze (12) horas da noite, aí nós, aí eu fui direto na casa de comadre Flor do Algodão. E a vizinha, vamos levar?

-Vamos.

-Aí, eu sei que nós ajeitemos um colchão pra ela, fizemos um colchão de palha de banana, fizemos um saco bem grande, um colchão pra ela, pra onde nós chegar, botar ela em cima desse colchão, e aí tiremos nos braços. Nós tiremos ela nos braços pra levar ela no carro, lá longe, assim numa distância de quase um quilômetro, nós andemos com ela nos braços.

E ela gritando:

-Vocês vão me levar pra onde?

-Vamos vizinha, vamos levar a senhora pra terra santa, à terra santa, vó.

- Vocês não vão me matar, não?

-É, não, vó! A gente vai levar a senhora pra terra santa. Ela era moquinha, a bichinha.

Aí quando nós chegamos lá, o caminhão era 3x4. Era de P. de Z C., um rapaz lá do Correntinho. E aí, eles fretaro esse, o pessoal do Movimento Sem Terra, fretaro esse 3x, caminhão, dizendo que era pra ir buscar uma carrada de estaca e era de noite.

E, ele disse:

- Que negócio é esse? Pra eu ir buscar uma carrada de estaca de noite.

-É, de noite.

E aí, um rapaz do Movimento, desceu pra ocupação, pra sinalizar onde nós ia entrar, e os outros dois foi buscar nós no caminhão, né. Buscar a gente, buscar o pessoal, juntar o pessoal. E aí, eu sei que na hora de subir no carro, menino, era tanta criança, tanta gente, eu sei que nessa história, pra diminuir história, eu vim na boleia do caminhão com a velhinha e a neta dela em cima com os três filhos dela pequeno. E aí, eu sei que nós tiremo de noite, viajemos de noite, e demo uma perdida danada, quando cheguelmo aqui pra entrar no Caldeirão, nós perdemo a entrada e fumo parar em dom Quintino. E voltemo, e aí eu sei que acertemo com a viagem. Para entrar no Caldeirão, motorista disse:

-Aqui eu não passo um passo mais. Eu vou ficar aqui e vocês vão descer.

Eu disse:

- E nós vamo ficar no meio da mata? Pelo amor de Deus. Sem entrada, só uma vareta.

Ele disse:

-Não. Pois eu não passo não. Não tem como carro chegar lá. Que eu não sabia que a viagem era essa daqui.

-Então, nós fica, Botaram abaixo e nós já andava com uma lona grande que cada família foi recomendada a andar com uma lona, né, pra onde chegar fazer uma barraca. E aí, eu sei que era um dia chuvoso, menino, nós peguelmo um pau de velho lá que andava com a gente, pra um senhor tirar um pau e botar numa rede, botemo a velhinha na rede e era Violeta da Caatinga, Flor de Boa Noite, Flor de Algodão, a neta dela, L. e levaram a velhinha no pau dessa rede. Nenhum homem ajudou, porque os homens já tinham descido na frente, pra ir roçando lá na ocupação, lá no lugar onde a gente ia se acampar. E as muié foi que descero com essa rede nas costas segurando esse pau. Eu não podia ajudar porque eu não estava podendo pegar em peso, mas em compensação,

eu sofri mais do que as outras, porque os saquinhos que elas deixavam com as coisas, que elas deixavam descendo com essa rede, deixando as coisas pra trás, eu desci, fui deixar e voltei umas três vezes e fui buscar as coisas das meninas, ajudando a elas. Quer dizer, eu caminhei mais do que as meninas. Aí sei que por último, deixemo mãe velha numa casa perto da Igreja, a neta dela ficou com ela lá, pra dormir lá, passar o dia e a noite. Nós fomos pra ocupação, pro acampamento. Quando chegemo era um homem roçando, outros puxando os mato e a terra toda molhada. E, era o que? Duas (02) horas da tarde, eu fazendo um fogo numa terra molhada pra fazer o café da manhã pra nós beber, porque tava todo mundo em jejum. Eu tava com uma ansiedade tão grande que eu senti fome, eu sentia desejo de tá ali, acampar e resistir e produzir. Meu negócio era esse. É tanto que depois da ocupação, quando nós chegamo lá, aí começou chegar gente, de Santana do Cariri, foi aonde Jasmim veio, Jasmim, veio seu M, a família de seu M não chegou logo imediato, a família de seu M só chegou depois que a terra foi conquistada. Já tinha mais de ano que seu M tava lá, que fez uma casa, foi que a família veio lhe ver, mas que ele também não veio.

Flor de Cerejeira também não foi pra ocupação, quem foi, foi seu esposo, que Deus já levou ele, ela também só veio pra lá depois que a terra foi conquistada, depois de todo susto que a gente passou, foi que ela veio pra lá. O seu J F também não veio pra ocupação, quem veio só foi Flor de Abril com A. o menino que ela criou. Era pequenininho, era o braço direito dela. Chegou à meia noite lá no Caldeirão. Dia de chuva, água dando no meio da cintura, e vinha uns rapazes aqui da brea e ela acompanhou esses rapaz, e perguntou pra onde eles ía. Eles: vamos pra ocupação. Eu vou mais vocês. Chegou à meia noite, molhada, com fome mais essa criança e ainda hoje ela permanece. Por isso que ela é uma mulher de luta. É uma mulher de força.

O marido de Violeta da Caatinga também não foi pra ocupação, nem o de Flor de Algodão, nem o de Flor de Boa Noite também não foram pra ocupação. Nem o de Flor de Angico que já morreu, também não foi pra ocupação, nem o de Girassol. SÓ FOI AS MULHER. FOI UMA OCUPAÇÃO SÓ MAIS DE MULHER DO ENGENHO DA SERRA. ESSA FOI A TURMA DO ENGENHO DA SERRA.

Pra dizer que não foi só mulher, que foi homem, o meu esposo foi.

Z. que hoje ele mora aqui na Ponta da Serra, também ele foi, né. E, deixa eu ver quem foi outro e meus menino. Foram quatro menino meu, os menino de Violeta da caatinga foi, ela levou os fio dela. Violeta da Caatinga levou dois, Flor de Boa Noite levou três e Flor de Algodão levou os três dela. Foi os homem que foram e o finado A.,

que era o pai de Violeta da Caatinga. Esse foi um pioneiro dentro da ocupação. Um senhor que ele deu toda força, ele foi um homem assim batalhador, era um homem resistente, gritava de força e era um homem de coragem. E ele tava lá dentro da ocupação. E aí, nós chegamo lá e começou a chegar gente de Potengi, de Nova Olinda, de Santana do Cariri, de Juazeiro, de Barbalha, até de Missão velha veio pessoas pra lá. Só que quando chegava, que via a terra, não se agradava e achava que a ocupação ia ser um mar de rosa, coisa assim, coisa que ia dar logo de mão beijada. Daí, começou a ameaça, né. Começou as ameaça dos ex patrão e disse que ia afuzilar a gente, aí, os militante do Movimento Sem Terra foi logo pro jornal fazer divulgação da ocupação e tudo e pedindo apoio e aí começou. Muita entidade ia lá nos dá apoio, né. Dava apoio a gente e outros tirava os nossos direito. Não dava direito da gente ocupar aquela terra, né. É tanto que nós ficamos lá e nós fumo aasim os pioneiro mesmo de força, muita coragem. Mas aí quando foi, quando com cinco dias, não, já tava de mês que a gente tava lá, o Padre E disse que ia fuzilar a gente. Aí nós passamos vinte e três dias lá. Aí o Padre E. disse que ia fuzilar a gente e já tava negociando com a polícia de choque, né, pra levar pra lá. Aí foi que o Governador do Estado, na época Ciro Gomes tomou conhecimento, porque foi também uma equipe com esse mesmo caminhão que foi buscar nos fretado e foi uma equipe de homi pra Fortaleza, conversar com Ciro Gomes a respeito da ocupação e ele prometeu que não ia haver nada contra ninguém. Ninguém se preocupasse, que ele ia fazer uma negociação e ia dar todo apoio pra gente, como ele deu. Todo apoio Ciro Gomes deu pra nós.

Eu sei que Ciro Gomes começou a se preocupar a arrumar uma terra pra comprar pra gente e o proprietário queria afuzilar a gente e ele foi falou pra ele que não. Não fizesse nada com os trabalhador, que ia tirar os trabalhador de lá.ia comprar um terreno e ia botar nós noutro terreno, mas se ia tirar nós de lá, não era pra fazer nada de mal com a gente. É tanto que o policial foi lá apaizando e falaro, deu quarenta e oito (48) horas pra gente desocupar, se não eles iam lá. E aí, foi onde Ciro Gomes mandou os transporte, tirou a gente de lá e botou a gente no Parque de Exposição. Passemos mais vinte e quatro (24) dias no Parque de Exposição, enquanto ele negociava terreno. Aí foi, ele negociou o Assentamento, que era dois proprietários. Era Dr M. e Dr B. era de lá. Ele foi e negociaro o terreno do assentamento. Enquanto tinha essa negociação, nós ficamo no Parque de Exposição e, isso foi uma luta muito grande, deixamo atrás, quando nós chegamos a ocupação foi dividido as equipe que é de responsabilidade.

Como eu já trabalhava com a Pastoral da Criança, eu já fui preparada e assim comecei a me preparar antes, comecei a arrumar alguns medicamentos. No sindicato tinha uma farmácia e me deram bastante medicamento pra mim levar, assim os medicamentos de primeiros socorros, medicamentos pra curativos, essas coisas assim. Também na Pastoral da criança, no setor de comunidade, nossa Coordenadora G., também me deu bastante medicação de curativo. Eu levei erva pra fazer chá, dessas coisas assim tudo eu levei. Aí como eu já fui preparada e eu já trabalhava com a equipe no Engenho da Serra e o pessoal já tinha conhecimento, aí deixaram eu com a responsabilidade da saúde do povo, né, pra eu tomar conta quando alguém adoecesse, me procurasse e tal, e nisso eu fiquei com esse cargo.. E aí, tiraram a equipe pra fazer barraco, outra equipe na parte da higiene, pra fazer higienização na ocupação e foi dessa forma que distribuíram tarefa. E, daí nós fomos pro Parque de Exposição com essa mesma tarefa. Sim, tinha também de J. que desceu mais Açucena da Serra do Cruzeiro, e foi o irmão dela, dois irmãos dela, seu A. C. e o outro estou esquecida. E aí eu sei que desceram também pra ocupação. Aí nisso nós começamos se organizar lá, aí quando nós fomos pro Parque de Exposição continuou a mesma organização, se organizando. Lá no Parque de Exposição a gente já se sentamos em todo mundo, o geral, pra nós formar uma associação, lá no Parque de Exposição já foi formado, já foi pensado quem era o presidente, tesoureiro, segundo presidente. Na época o presidente foi um senhor chamado J. J, que era de Santana do Cariri, ou era de Nova Olinda, pra esses lados. Eu sei que quando nós chegamos, quando foi o dia da gente ir para o Assentamento, Ciro Gomes mandou o transporte, mandou uma ambulância pra levar uma velhinha e lá já tinha só duas casas. Uma casa onde hoje é o Centro Cultural, era uma casinha de taipa caindo e tem outra casa na chagada do Assentamento, mesmo ali perto onde tem a escola. Eu nem sei se ainda existe a escola lá, porque já faz tempo que saí de lá, mas tinha outra casa velha ali, e o resto era tudo mata. Essas duas casas velhas, uma foi pra botar a velhinha e a outra casa foi pra botar a alimentação que o Ciro Gomes já mandava pra gente e as contribuições que o pessoal enviava pra gente como Padre R. E., muitos e outros e outros. Que eu bem tô mais lembrada, como a mãe de Dr M. C., que Deus já levou . Ela também, muita gente que fazia contribuição pra gente, lá no Parque de Exposição, chegava com bastante alimentação, lona pra cada família. Nessas épocas seiscentas famílias, só que começou ino embora. O pessoal começaram indo assustado porque chagaram lá, viram que a terra não era muito produtiva e aí as pessoas que ia pensando uma coisa e foi outra, né. Chegaram lá e já dividir seu pedaço e ficar com

aquele pedaço, mas aí o pensamento era pra ser o coletivo. E aí muita gente foro embora logo, não ficaram lá.

Então começou, aí veio os projetos, começou vindo os projetos e aí esses projetos foi justamente, foi um grupo de mulher, o primeiro projeto que entrou lá foi um grupo de mulher que sentou e começamos um criatório de porcos, de suíno. Aí veio esse projeto pra esse criatório de suíno. Só que como as condições do pessoal era pouco e com pouca experiência também, nesse projeto ele demorou pouco, ele num demorou muito não. E , aí também veio um ano seco, porque foi em 1991 e 1992 foi um ano seco. Aí um ano que a gente, esse pessoal que vieram de fora num levaro nada pra comer. Pense a situação dessas famílias. Ainda bem, o meu esposo, ele deixou seis tarefas de arroz, tudo de cachinho já madrucendo, deixou a roça dele tudinho e nós descemos pra lá. Quando ele colheu esse legume, ele levou todo pra lá. Inda hoje ele diz que não sabe como esse legume acabou tão rápido. Mas é porque quando o povo tina precisão, eu não sabia ver ninguém com fome, e eu não ia deixar eles com fome, que eu gostava sempre de ajudar alguém. E aí, eu sei que nós ficamos lá. D. A. também mais o seu E. O seu E. foi o primeiro que ocupou também. Era de Assaré, pra esses lado, seu elísio era de Potengi. Ele veio também ocupar a terra. Quando dona A. chegou lá, já tinha o que, já tinha quase um ano que nós tava nessa luta. Já tava tudo os barraco feito. Eu sei que foi aumentando. Eu sei que foi aumentando a numeração de pessoas, foi aumentando o grupo de pessoas, e aí quando foi em 1992, nós fomos lutar por uma frente de serviço porque plantemo as roça, foi brocado meio mundo de terra e até os legumes foram se acabando, porque não teve inverno. Nós fomos pra Secretaria de Agricultura do Crato pra ocupar, pra se vinha uma frente de serviço pra nós, e nós passamo quase uma semana, foi uma semana lá, ai na Secretaria de Agricultura, onde hoje é a Faculdade e, nós ficamos lá até... só saímos de lá quando disse, agora o governo vai mandar frente de serviço. Foi a primeira comunidade que veio frente de serviço, foi o Assentamento Dez de Abril. E aí quando nós tava lá nessa ocupação da Secretaria de Agricultura, aí foi mãe velha deu um, assim de repente, deu uma ânsia de vômito, uma diarreia, ela se apagou rapidinho. Eu não cheguei a ver, porque eu não podia sair de lá da ocupação. Quando foi imediatamente também, aí veio esse plano, esse concurso, essa entrevista do Governo do Estado, pra quem quisesse fazer o concurso de agente de saúde. Como eu já trabalhava com a Pastoral da Criança, com pouca leitura que eu tinha, que eu não tinha leitura, como ainda hoje eu não tenho. Eu só fiz a terceira série.

Como eu trabalhava com a Pastoral da Criança, por experiência, aí o pessoal acharam por bem, porque a senhora não vai fazer a inscrição? Aí eu disse, eu não tenho leitura.

Mas vai, vai fazer. Aí veio um rapaz do Sindicato, J. que é um compadre da gente.

- Ó comadre, vá fazer a inscrição.

-E tem como eu fazer?

-Tem. Leve os documentos

Era em Santa Fé. Eu fui. Eu, Ipê Amarelo e dona J., uma senhora que mora lá no Correntinho. Nós fomos, aí só eu levei documento. Aí eu fiz a escritura e aí deixei lá, e fiquei aguardando. Quando veio o chamado pra eu ir pra fazer a entrevista, que nesse tempo era entrevista, aí eu fui pra URCA (Universidade regional do Cariri). Fui fazer essa entrevista e graças a Deus, Deus me abençoou que eu com a experiência da Pastoral da Criança, que eu trabalhei e aí, eu fui, eu contei como era que eu fazia os trabalhos, parto eu já tinha feito, quando não dava tempo levar a mãe pra maternidade, eu já tinha feito esses partos e como era que eu cuidava dessas famílias e, pelo meu jeito assim de tratar as pessoas, porque pra gente trabalhar com pessoas a gente precisa conquistar amizade, ter amizade, pensar no ser humano, ter uma conquista cada pessoa e, isso foi uma facilidade muito grande. Graças a Deus eu tirei uma nota boa e fiquei trabalhando de agente de saúde. Tinha uma dificuldade grande de escrever, mas eu tinha um filho que morava comigo ainda e o meu filho, quando foi pra fazer o cadastro das famílias, eles saíram comigo fazendo esses cadastros, tanta dificuldade eu tinha. Aí saíram comigo fazendo esses cadastros e eu fiquei acompanhando essas famílias, indo visitar, saber como eles tava, o que estava necessitando, como era que tava a situação de saúde de cada um e isso eu ia anotando devargazinho, o que eu podia fazer, eu ia fazendo. Todo mês eu levava minha produtividade graças a Deus, sempre, eu nunca tive nenhum problema, nunca tive. Eu trabalhei dezenove anos e desses dezenove anos eu trabalhei no Caldeirão, eu trabalhei na área de Umari, andando de canoa, andando a cavalo pro lado do Caldeirão e visitava toas famílias e nas horas que adoecia eu ia lá, fosse lá pro hospital eu levava. Quando era pra mulher ganhar neném, saía gestante, eu fazia questão de acompanhar de quando eu percebia que tava gestante, eu encaminhava pra fazer pré-natal, levar pro médico, tudo, eu fazia, tudo isso. E, onde teve pessoas que dentro do Assentamento mesmo num deu tempo levar pra maternidade, vizinha do Assentamento, Gerais, ali encostadinho, e eu cheguei a fazer o parto dessas pessoas em casa. Quando eu levava a balança e a trena e já media direitinho, anotava, no outro dia

eu ia com o recém-nascido pra o posto, lavava e fazia o procedimento que faz na maternidade. Já falava com a chefe lá do posto, a Enfermeira e nós já fazia aquele procedimento e eu trazia o bebê já vacinado, levava e a mãe já não precisava sair de casa. Isso eu fiz muito. Teve uns menino de D., que nasceu prematuro, ela não tinha coragem de pegar no menino, foi o último menino que ela teve, se eu não tô enganada, o nome é J. P. . Eu passei oito dias indo lá ver como era que tava a cirurgia dela, que ela foi operada, e cuidando do nenenzinho banhando, olhando o umbiguinho dele com os cuidados. Logo ele tá um rapazinho. E, tudo isso foi um trabalho que eu fiz com muito amor e ainda hoje eu sonho com eu fazendo esses trabalhos. Quando eu acordo, eu digo: Ai meu Deus, é sonho.

Mas foi um trabalho que fiz com amor, muito amor. Tanto que eu entrei no grupo de mulher. Foi feito o grupo de mulher. A presidente na época acho que foi Ipê Amarelo Tinha umas tesoureiras, tinha Flor de Boa Noite, tinha Rosamélia, eu não tô mais lembrada quem era. Tinha a presidente, a vice presidente, tesoureira, secretária, vice secretária. Quem passou por essa direção foi Flor- de-Abril, Ipê Amarelo, Violeta da Caatinga, Açucena, Rosamélia, Margarida, Jasmim, eu acho.

Eu não passei por nenhuma direção, porque meu cargo já era muito pesado e eu sempre dizia, não, eu não posso pegar outro cargo, porque eu não posso carregar dois cargos pesados assim. Eu também não era mais nem dona de casa, eu só vivia por o mundo fazendo visitas, porque não era só o Assentamento, eu visitava na época, eu fiz cadastro de cento e noventa e cinco famílias (195). Era no Caldeirão, tinha seis famílias (06) na época, a serra do Caldeirão tinha três famílias (03) e tinha Umari, tinha quatorze famílias (14), pra mim dar contas, visitar. Andando pelo açude de Umari, encontrava o pessoal, chegava o pessoal, chegava na casa, quando tinha uma ilha, o povo me botava numa canoa e me botava pra passar pra lá. Quando adoecia uma pessoa de lá de vez em quando, quando nascia um bebezinho de lá, eu tinha de ir lá, dia sim, dia não, pra ir ver como era que tava a mãe e, como era que tava o bebê. Como era que tava sendo o aleitamento materno. Tudo isso eu fiz com muito amor, e o Assentamento era a mesma história. Aí foi na época que eu sempre participava das reunião da Pastoral da Criança, mesmo eu sendo agente de saúde. Eu ia lá em Gorete e participava de reunião e na Ponta da Serra, vim muita reunião, com Monsenhor Bosco Cartaxo Esmeraldo.

Da Pastoral da Criança ainda fizemo duas líder, Madressilva e Begônia era uma líder da pastoral. Eu trouxe elas pra uma reunião aqui umas cinco vezes e aí elas desistiram. A Pastoral da Criança é um trabalho voluntário. Trabalhei um bocado de

tempo em trabalho voluntário, até meu esposo dizia, besteira que eu trabalhava de graça, que ninguém trabalhava de graça, mas eu dizia esse trabalho aqui é voluntário. Quem sabe se através desse trabalho aqui que eu tô fazendo, Deus não vai me abençoar, e vai botar um trabalho que eu ganho. E, isso foi o que aconteceu, graças a Deus. Eu agradeço muito a Deus, porque através do conhecimento da Pastoral, eu recebi o cargo de agente de saúde e assumi dezenove anos. E aí, foi onde eu falei com G., nós temos uma grande dificuldade na comunidade, porque a estrada não presta, se uma pessoa tá trabalhando na roça, leva um corte, uma coisa, a gente não tem medicação, a gente não tem como fazer um curativo, e eu já tinha recebido um treinamento, como fazer curativo, como aplicar injeção também, eu, mais N. de A., nós estagiemos no posto da grota dois meses para aplicar injeção, nós fizemos esse estágio no posto da grota, eu e Begônia.. E aí, G. disse, pois, eu tenho um material aqui já bem velhinho, mas tá até encostado aí que ninguém quer usar, você quer levar, e eu disse, eu quero.

Aí, o rapaz mesmo do setor de comunidade foi deixar no Assentamento. Foi uma maca, uma cama, um birô e uma estufa toda velha e enferrujada, que nem prestava. Ela disse, mas leva nem que seja pra se ver livre daquela coisa velha que estava guardada lá. Eu levei, a comunidade se reuniu e ajeitaram um quartinho que ainda hoje existe esse quartinho lá e foi botado esse material lá. Aí a gente, tem o postinho de saúde e aqui, nós vamos fazer os primeiros socorros aqui. Quando eu ia pro posto de Monte Alverne, entrou um PSF, eu disse, é gente, eu tenho um quartinho lá, dá pra vocês levar as vacinas, dia de vacina e passar o meio dia lá vacinando. Eu já preparava o cafezinho, já preparava alguma coisa para o pessoal que ia vacinar, e lá tinha a vacina. Quando entrou o PSF, o médico do PSF ia pra lá também pro Assentamento, como ainda hoje ele vai, acredito que sim, e esse trabalho foi a Pastoral da Criança que cedeu esse postinho pra ficar lá pra comunidade. É tanto que essas coisas já acabou, o PSF entrou e se organizou mais em Monte Alverne e as coisas evoluíram mais melhor, é tanto que o postinho foi desativado. As coisas já estavam todas enferrujadas também. Já nem prestava mais. Aí foi tirado essas coisas de lá. Até que lá perto da casa de meu filho, eu acho que a maca ainda tá lá, só a ferrugem e a estufa também tá lá só a ferrugem. Teve as associações de produtores, aí os presidentes eram trocados de dois em dois anos, ainda hoje é trocado de dois em dois anos. Já foi de vários presidentes da associação. Eu era sócia da associação, só que meu tempo não dava pra mim trabalhar com grupo de mulher. No meu tempo não dava porque era muito ocupada.

Foi o tempo que eu me aposentei em 2010, quando eu completei meus sessenta anos, eu me aposentei, aí o meu filho precisava de estudar, o meu menino mais novo, que os outros já tinham casado, só era nós três dentro de casa e, aí foi tempo que nós pensamos de vir aqui pra Ponta da Serra. Já tinha comprado um chão e aí nós fizemos um empréstimo e fizemos a nossa casa. Estou bem aqui, o meu filho já se formou no dia 12 de dezembro e já está trabalhando. Graças a Deus cada dia Deus está iluminando cada dia mais nossa vida, nossa história. Deus abençoe o Assentamento.

Eu saí de lá, mas Deus abençoe todos lá e eu desejo o melhor pra todos. 2006, eu me converti, eu sou evangélica, eu e meu esposo, nós nos convertemos lá, e aí como eu me converti, não frequentei mais a Igreja

### **Entrevista 08**

No tempo da ocupação eu era pequena ainda, mas fiquei sabendo da ocupação através de uma colega de mãe, que nós morava em Nova Olinda. Então minha mãe se deslocou de Nova Olinda para a ocupação no Caldeirão, mais meu irmão. Então, só ele teve coragem de acompanhar ela nessa ocupação. Eu fiquei em casa mais meu pai e mais três irmãos, aliás quatro irmãos. Aí eu só vim pra área do Assentamento depois da vinda deles pro Parque de Exposição, já pra terra do Assentamento. Aí eu ficava sempre acompanhando as notícias e tinha sempre notícias que mãe ficava enviando pra gente.

Nós trabalhava em terra alheia. Como assim? Nós trabalhava na terra do povo e pagava a renda. Muitas vezes não dava nem pra pagar o legume no tempo certo, porque os patrões queria a terra para botar o gado. Muitas vezes tirava o milho verde, a fava nem apanhava, tanto é que ninguém plantava fava, era só mais milho, feijão e alguma baciinha de arroz.

Referente as mulheres pioneiras de luta, era Flor de Aroeira-Vermelha, mãe (que é Flor-de-Abril), Açucena, Violeta da Caatinga, Flor de Boa Noite, Flor de Angico, Girassol, Jasmim, entre outras. A luta foi imensa, foi uma luta muito árdua, mas a gente hoje olha pra trás e vê que valeu a pena todo o sofrimento. Foi muito difícil a conquista da terra, mas foi muito gratificante e tenho orgulho de dizer que sou Sem Terra e que moro no Assentamento Dez de Abril.

No período da ocupação no Caldeirão era muitas famílias, viu. Mais de cem famílias. Tinha gente de vários lugares, de Barbalha, Missão Velha, Santana do Cariri, Nova Olinda, Campos Sales, Araripe, Potengi, Salitre. Tinha gente de Juazeiro, Crato.

Tinha muitas famílias, era mais de cem pessoas. As mulheres desde então se organizaram lá no Caldeirão, plantando sempre com o incentivo de Flor de Aroeira-Vermelha, fazendo sempre uma hortinha e uma farmácia viva, porque sempre precisava da verdura e do remédio, então elas começaram a se reunir nesse tempo lá.

Então, nós aqui já tivemos um grupo de mulher muito forte, que só que era as pioneiras, como eu já falei. O grupo já deu início lá no Caldeirão, com elas se organizando e vendo a necessidade que tinha um alimento mais rico, nutrientes, né, plantando sua hortinha e sua farmácia viva. Aí, quando veio para o Assentamento, com a posse da terra já, foi formado o grupo de mulheres, onde nós tínhamos um projeto de suíno, logo após o de cabra e ovinocultura, né, e em seguida nós tivemos o projeto que veio da ASA, onde foi pra construção dum açude, até então esse açude ainda existe. Aí esse açude foi conveniado com o projeto das mulheres. Tinha gado, tinha tudo. O que levou a acabar o grupo de mulher, na minha mente, foi as pioneiras ter se desestimulado. Teve muitos atritos, teve, mas faz parte da rotina, né. Qual comunidade não tem atrito? Mas o que teve mais uma repercussão maior, foi as pioneiras ir se aposentando e se afastando e os jovens não quiseram assumir esse compromisso, mas assim mesmo, sem ter um grupo de mulher em si formado, elas tem voz ativa nas assembleias, nas reuniões, sempre que precisa, o grupo se reúne, vê alguma demanda que tem na comunidade, vai participar de curso fora e assim, não tamo 100% ativa, mas no meu ponto de vista, nós tamo ativa ainda porque não deixemos aquele vínculo de está se reunindo, se comunicando.

Até o dia da ocupação que mãe saiu de Nova Olinda, três da manhã, nós mesmo, eu não sabia de nenhuma história de luta por terra, começemo a ter conhecimento, saber que existia e tinha direito a partir daquele dia dez de abril, que foi aliás abril não, em maio que foi encaminhado toda a ocupação no ano de 1991, para o Caldeirão, até que eu não sabia, e eu fiquei mais firme na luta e tô inté hoje mais firme na luta, participando de tudo, buscando mais direitos, mais deveres, através de minha mãe, Flor-de-Abril, , que ela foi uma grande iniciativa pra mim, onde ela teve a coragem de enfrentar o que ela enfrentou, para chegar no Caldeirão e ainda hoje está na luta, está ativa. Então eu me inspiro nela e entre outros que existe na comunidade e incentivo, e tenho uma filha e incentivo ela, ainda criança a se fazer presente também nas lutas porque não adianta a gente deixar morrer uma luta que tantas sofreram para conquistar os nossos direitos de igualdade e deixou se acabar. O grupo de mulher não tá ativo, o grupo de mulher tá acabado, o nome, né, mas as normas ainda existe.

Eita! Passou muito presidente, viu. Secretária e tesoureira, porque a duração da presidência do grupo de mulher é igual ao da Coordenação da Associação, dois anos. Então, já passou por essa direção, desse grupo de mulher, passou já, Flor-de-Abril, Violeta da Caatinga, entre secretárias, tesoureiros, vou citar alguns nomes que eu tenho na lembrança, certo? Flor-de-Abril, Açucena, Ipê Amarelo, Flor de Cerejeira, Violeta da Caatinga, F., I., Flor de Mandacaru, D. de A., Flor de Boa Noite, F,...

Foi muitas mulheres e teve várias conquistas como eu citei anteriormente, a construção do açude.

Durante a pandemia nesses dois anos nós ficamos ausentes, tanto na parte religiosa, quanto na parte social. Nós ficamos fazendo algumas reuniões on line, quando sentia a necessidade bem mesmo, a direção se reunia on line, e em seguida eles convidava um de cada casa para fazer a reunião on line, onde as mulheres também participavam e tinham sua voz, sua participação, nas construções e decisões da comunidade. Foi bastante difícil esse momento da pandemia, onde eu noto que nós se afastamos um pouco mais. Nós temos dificuldades de se reencontrar de novo, ainda existe o medo, porque ela não acabou. Ela só está estabilizada, mas se Deus quiser vai dar certo. Nós estamos agora indo para a luta, para as reuniões, para o manifesto.

Durante a pandemia, o que eu noto, o que eu sinto, é que o nosso maior desafio, foi perante a desigualdade, que nós mora no Assentamento e nós sabia que nós temos todo o direito de contemplar mais benefícios, mais ajuda, e o governo não deu. Teve gente, teve companheiros da comunidade que não tiveram direito ao auxílio. Tivemos muito, muitas coisas negadas, né, mas também tivemos muitas conquistas. Nós na área do, Assentamento aqui, no projeto pelo Movimento Sem Terra de Agente Comunitário da Saúde, onde eu participei mais Begônia, nós tivemos uma grande conquista, foi conseguir um KIT DE TESTE DA COVID, para a comunidade, só para a comunidade, onde os profissionais da saúde vinham fazer o teste na comunidade, mais os benefícios do governo foram poucos. Nós tínhamos uma parceria muito grande, tá fraca, mas nós ainda temos essa parceria com a ACB.

O grupo de mulher tinha uma parceria muito grande com a ACB, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e FETRAECE. A ACB no ano de 1992, nós tivemos um acesso a um projeto de caprinos, onde tivemos um acompanhamento excelente, com um técnico e tudo. Aí veio um projeto da Alemanha, o grupo foi beneficiado com uma compra de bovinos, teve também uma sobra que deu pra construir um açude e ainda hoje esse açude existe. Nós chama ele O AÇUDE DAS MULHER.

Dona Maria Filismina, conhecida como mãe velha, ela já veio para o acampamento debilitada, já era acamada. A família dela era que dava mais assistência na comunidade, a filha dela., Flor de Algodão. Então a contribuição da família dela foi grande na comunidade, mas ela em si , a pessoa dela mesmo, já chegou acamada, debilitada, ela não contribuiu muito, na força, na voz, só nas participação.

INTERCÂMBIO

# A descoberta do corpo

◉ A arte como canal de transformação. Durante a IX Mostra Sesc Cariri de Cultura, as crianças do Assentamento 10 de Abril descobriram as potencialidades do corpo e da música, através de um produtivo intercâmbio com os bailarinos da Cia. Vatá

LAÍCIO RICARDO  
Repórter

**A**pós uma semana de bons espetáculos e público eufórico, a IX Mostra Sesc Cariri de Cultura chegou ontem a seu desfecho. Para os moradores do Crato, Nova Olinda e Juazeiro do Norte, o evento, que concilia atrações de áreas diversas, deixará lembranças duradouras. Experiência inesquecível, porém, compartilharam os moradores do Assentamento 10 de Abril, que, entre os dias 13 e 15 últimos, interromperam sua rotina e se deixaram embalar pelo encanto que emana da dança e da música.

Neste período, no turno da manhã, as crianças da comunidade tiveram uma folga dos livros para se dedicar aos movimentos do corpo e à sedução rítmica dos instrumentos. O intercâmbio cultural foi conduzido pela Companhia Vatá, de Fortaleza, dirigida por Valéria Pinheiro e que participa desta IX Mostra com o espetáculo "Caçadores de Pipa", uma ode ao samba.

O Assentamento 10 de Abril dista 37 km do Crato, um trajeto percorrido com grande dificulda-

de (metade do percurso é em picarra, íngreme, com elevações e cercado de vegetação arbustiva). Em meio à aridez que assola o sertão nesta época do ano - não se avista planta verde ou açude farto -, desponta o conjunto de 47 casas que integra a comunidade, sendo 44 de alvenaria. No assentamento, os instrumentos são escassos e, devido ao isolamento, poucas crianças descobrem a arte como vocação.

Nestes três dias, porém, o cotidiano da garotada foi diferente, rico, lúdico, intenso. A sala da pequena escola-creche mal podia abrigar a leva de pequenos, entusiasmada com as potencialidades do corpo e a mistura de sons. Cantaram, dançaram, agitaram chocalhos, maracas e guizos, tocaram pandeiro e flauta, descobriram um mundo novo. Para a comoção dos presentes, havia ritmo e talento latente naquele rincão sertanejo.

## Transformação

"Estas crianças são ávidas por brincar, se entregam facilmente ao exercício lúdico e ao universo artístico, e isto é maravilhoso, contagiante. Elas nos passam uma euforia incrível e são absolutamente talentosas, talento que



◉ ASSENTAMENTO FINCADO no solo do histórico Caldeirão de José Lourenço, o 10 de Abril das camponesas Terezinha e Olga, a primeira a nascer no local, recebeu a Cia. Vatá, durante a Mostra Sesc Cariri de Cultura

FOTOS: NINA LINDA/ILUSTRAÇÃO

se manifesta, sobretudo, quando trabalhamos ritmos nossos como o coco, o cavalo-marinho, o bailão... O que talvez revele sua ancestralidade Cariri. Eu não estou transformando estas crianças; na verdade, estou sendo transformada", ressaltou a coreógrafa Valéria Pinheiro.

Para Eliete Saldanha, professora do assentamento, o intercâmbio cultural é bem-vindo. "Este momento é importante porque as crianças estão vi-

venciando coisas que só ouviam falar. Alguns são tímidos, mas rapidamente se soltam e se entregam a esta experiência", define. Das atividades, participaram cerca de 50 estudantes, de um a 12 anos. Grande parte deles facilmente internalizava no corpo a música e o ritmo que ecoavam na sala de aula.

O pequeno Antônio Aparecido Gomes dos Santos, de sete anos, chamado de Tonho pelos

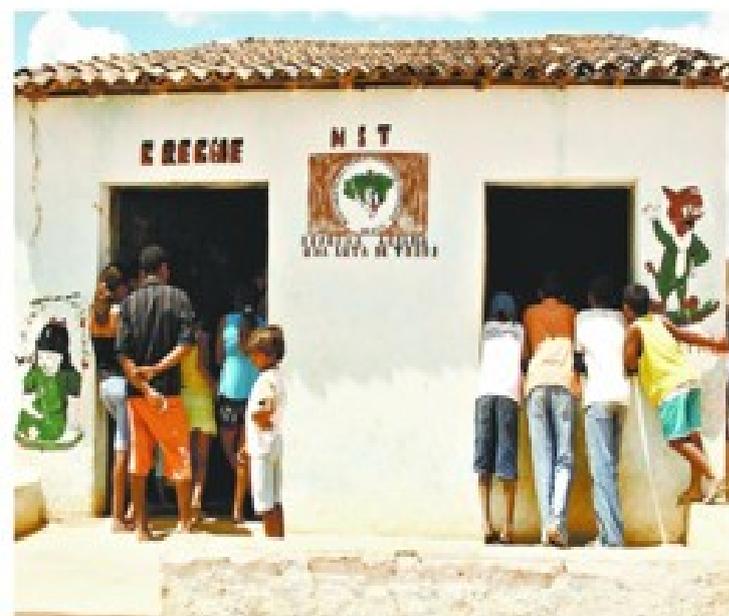
colegas, é um fenômeno. Possui uma expressividade e flexibilidade incríveis. Tímido, esboça poucas palavras. Já a colega Maria Eunébia Pereira dos Santos, de 10 anos, que arrancou elogios ao microfone, estava entusiasmada. "Gosto de cantar forró e músicas do folclore. Hoje aprendi a dançar. Queria continuar todos os dias", vibrava.

Após os primeiros ensaios, o grupo - professores, adultos,

alunos e bailarinos - migra para o salão da pequena igreja da comunidade. Bancos afastados, improvisam ritmos folclóricos como o coco. O corpo e as palmas seguem em sintonia. A brincadeira contagia a todos e prossegue até às 13h. Concluídas as atividades e recolhidos os instrumentos, a caravana deixa o assentamento e parte para novos projetos. Nos pequenos, porém, uma semente promissora ficou enraizada. ◉



# Uma história de luta



◉ **FRONTE DA ESCOLA** do assentamento 10 de Abril, onde a Cia. Vatá promoveu um intercâmbio com os alunos: aulas regulares que incluem orientações de cidadania

**E**m 10 de abril de 1991, cerca de 180 famílias camponesas do Cariri ocuparam a região que outrora abrigara o famoso “Caldéirão da Santa Cruz do Deserto”, comunidade liderada pelo Beato José Lourenço no início do século. De perfil comunista e solidário, o “Caldéirão” foi massacrado pelas elites estaduais em setembro de 1936, por ser considerado uma possível “Canudo”.

Para a nova leva de agricultores que clama por reforma agrária, era importante recuperar um solo historicamente vinculado à luta camponesa. A ação dos lavradores, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, sofreu represálias da pre-

◉ **Era importante recuperar um solo historicamente vinculado à luta camponesa**

feitura local e ameaças policiais, mas, após muita perseverança e esforço, conseguiu sensibilizar o governo estadual para sua causa (à época, tempos de mandato Cloro Gomes).

“À ocasião, formamos um ônibus e 40 homens foram à capital negociar com o Giro. Ainda em 1991, tivemos o reconhecimento de posse do terreno. Foi nossa grande conquista”, relembra Teresinha Félix da Silva, uma das

camponesas militantes e, hoje, agente de saúde do assentamento - o nome “10 de Abril” é uma referência à data original da atual ocupação.

Atualmente, 46 famílias residem na comunidade, que mantém uma horticultura orgânica (couve, coentro, cenoura, macaxeira, alface, pimentão e espinafre estão as hortaliças cultivadas) e uma lavoura para auto-abastecimento. Parte dos homens também mantém um produtivo apicultura, que contribui para os rendimentos do grupo. A escola funciona nos dois turnos e, além das aulas regulares, oferece fundamentos políticos às crianças. “Para que nossa luta não seja esquecida e uma nova geração se forme”, conclui Teresinha. (LR)■

# V ENCONTRO DE AGRICULTORAS E AGRICULTORES EXPERIMENTADORES

FEVEREIRO 2019  
JUAZEIRO DO NORTE - CE

Crato  
BOLETIM DE SISTEMATIZAÇÃO

## Assentamento 10 de Abril história de luta, fé e união no semiárido

Quando eu era criança, nos momentos de reuniões e assembleias com os moradores do Assentamento 10 de Abril, as outras crianças e eu brincávamos ao redor, sempre acompanhando o processo de mobilização política. Desde cedo, criávamos o sentimento de identidade com a luta pela terra. Sob a luz do candeeiro, ouvíamos as histórias contadas por nossos ancestrais. Mães, pais, tias, tios, avós e avôs. Histórias de luta, resistência e esperança. A história que começou com o acampamento no Caldeirão, em 1991. Mesmo Caldeirão que, 55 anos antes, testemunhou o fim de uma comunidade, que, assim como a nossa, era formada por muita fé e união. O lugar de término também foi lugar de começo.

Lembro-me do dia em que Seu Zé Bil (José Francisco de Lima) falou sobre como a ocupação aconteceu. "A gente trabalhava nas terras do patrão. Não era fácil. Nas vésperas da ocupação, eu via meus pais saindo pra umas reuniões à noite. Eles não me levavam, nem me falavam o que era. Ficava me perguntando o que era que tinha pra acontecer naquele horário, mas só descobri quando minha mãe disse que era hora de ir", narra Zé Bil. Depois da ocupação, ele descobriu que aquelas reuniões eram articulações feitas pela militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, em especial o do Crato, e a Associação Cristã de Base, envolvendo sete municípios da região do Cariri (Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Nova Olinda, Santana do Cariri, Potengi e Assaré).





Seu Zé Bil lembrava que, no momento em que ele chegou ao Caldeirão, muitas famílias procuravam saber se era lá o local de partilha de terra, sem entender o que estava acontecendo. Quando descobriam o real propósito do acampamento, voltavam sem nem se quer armar a rede. O movimento sabia que o interesse delas era só pegar a terra para vender. Os membros da ocupação sofreram várias ameaças pesadas. Os patrões tinham medo de perder suas terras. "Os que estão aqui hoje, vieram para o acampamento por necessidade. Mas a gente não foi apoiado nem pela própria família. Não vai dar certo. Vocês vão morrer. Morrer na luta é melhor do que não poder lutar", ressaltava Zé Bil.

Foram 21 dias no Caldeirão, como contam e recontam nossos fundadores. Após três semanas, as famílias ali acampadas

foram retiradas pelo poder público. Aqueles dias causam até hoje uma ponta de saudade nas pessoas que viveram o acampamento. "A ocupação do Caldeirão era uma coisa muito linda. Tenho muita saudade da organização de lá", lembrou dia desse Seu Ciço (Cícero de França Duarte). Apesar disso, Ciço reconheceu que, se tivessem continuado no Caldeirão, o acampamento não teria resistido por muito mais tempo. "O acesso era muito ruim. A terra do Caldeirão era muito acidentada".

Seu Zé Bil sempre achou que um dos motivos de tudo ter acontecido rápido foi, na verdade, o receio do Governador de repetir o acontecido na época do beato José Lourenço. "Qual político ia querer seu governo manchado com sangue?", questionava. Então, em um acordo, por questão de segurança, todos foram levados para o Parque de Exposição do Crato até que se resolvesse a escolha e a negociação de um novo lugar. "Permanecemos por 18 dias, só saindo de lá pra nossa terra. Eu tinha 18 anos, mas lembro da alegria das cerca de 250 famílias puxando a lona no chão pra dormir", revela Zé Bil.

Um dos relatos de luta que sempre ouvi foi a do acesso à água, que iria dar a garantia da sobrevivência e permanência das famílias. "Quando chegamos aqui, era deserto. Não tinha água", lembrava Seu Ciço. Depois da conquista da terra, foi necessária outra ocupação. Dessa vez, no terreno do Dnocs, onde havia um açude. As mulheres tiveram um papel fundamental nesse processo de resistência. D. Angelina (Luzia Eufrásio de Farias) sempre contava histórias dessa luta, que inspira os mais jovens até hoje. Algumas famílias assentadas acamparam próximo ao



Descobrimos lá  
da Reforma Agr  
vai sair./ Pelo pe  
colher o nosso p  
nos unir./ Comp  
nheira, a vitória  
se todos se org  
faz acampamen  
sustento e refor

Vamos entrar n  
vamos sair./  
OCUPAR, RESIS

Fo

açude, até o momento em que a polícia tentou desocupar o acampamento. As mulheres e as crianças reagiram à ameaça se colocando na linha frente contra os policiais, resultando no fracasso da operação. "A nossa felicidade é que não houve nada porque tinha 50 crianças. As crianças se reuniram na frente das mães.

Teve um policial que se comeveu. Começou a chorar. Devido às crianças, não ocorreu nada", contava D. Angelina.



na base que a talária do papel não dá de chão, pra pão, vamos ter que banheiro e compra vai ser verdadeira anizarem./ A gente to, tira o pão para o ma agrária é pra já.

aquela terra e não Nosso tema é TIR e PRODUIZIR.

nte: MST

Anos depois, a luta foi pela água encanada. Ficamos sabendo que tinha uma máquina de cavar poço em uma comunidade a mais de 100 km de distância do assentamento. Passamos 15 dias acampados em cima da Chapada do Araripe.

Sabíamos que, de lá, a máquina iria para outro município. Por isso, acampamos para reivindicar que a máquina fosse ao assentamento. Conseguimos nosso objetivo, mas a máquina cavou um poço que só tinha água suficiente para cinco famílias. Mesmo com esse problema, a máquina seria levada embora. Nessa hora, os moradores ouviram o bater da enxada. Todos entendiam o que aquele sinal significava. Era hora de lutar. As mulheres subiram em cima da máquina. "Essa máquina só sai daqui quando tiver água para todas as famílias", gritou D. Angelina.

O grupo de mulheres foi uma de nossas primeiras conquistas. A organização social é nossa prioridade, mantém a gente forte

contra as ameaças. Através do grupo de mulheres, conquistamos projetos importantes na parte produtiva, que incentivou a criação de suínos e caprinos. Aqui no Assentamento 10 de abril, a solidariedade sempre foi cultivada pelas mulheres. D. Lourdes (Maria de Lourdes Tomaz) era a única que tinha panela de pressão no assentamento nos primeiros anos. Ela compartilhava com as outras mulheres para cozinhar o feijão que era recebido das cestas básicas distribuídas pelo governo nos períodos de seca, de 1992 a 1994.





Desde o início do assentamento, existe um grupo de jovens. Nos primeiros anos, o grupo atuava na plantação de bananeira. O trabalho era mais voltado para a produção. Ainda faltava o elemento social, a formação intelectual da juventude. A parte social é fundamental na nossa caminhada. Em 2008, a escola do assentamento foi fechada. No ano seguinte, uma nova geração de jovens se uniu, formada por quem estudou até a quarta série na nossa escola, batizada de Construindo o Caminho. Não era somente Português e Matemática, mas uma Educação Contextualizada que trazia a nossa cultura, a nossa história e a nossa identidade. Em homenagem à escola que nos formou, nossa geração batizou o grupo com o seu nome.

A juventude que estudou na escola do assentamento se sente parte da identidade sem terra, tem mais responsabilidade e mais participação na luta. Já faz 10 anos que a escola foi fechada. Nesse período, as crianças passaram a estudaram em outras locais. "As crianças estão perdendo nossa identidade. Com quatro anos, começam a estudar fora. Se a juventude está firme e forte aqui, foi por causa da educação que tivemos", ressaltou Bruna (Gomes Tomas) em conversa com os outros jovens. "As professoras e os professores eram daqui. A gente aprendia a história do assentamento", reforçou Tharles (Paz Duarte). Um desafio para nossa comunidade é o êxodo rural. Muitos jovens vão trabalhar na capital e, com isso, não dão continuidade a sua função no assentamento. Temos que pensar em estratégias para buscar mais jovens para o grupo e conseguir projetos que possibilitem garantir sua renda.

Em 2009, chegou ao assentamento o projeto Solari, acompanhado pela Cáritas Diocesana do Crato. Com ele, houve a implantação da Mandala, cadeia produtiva de equilíbrio nutricional, e a Rádio Comunitária, que atraiu maior interesse dos jovens. Porém, por não haver domínio das técnicas, a rádio era ligada apenas uma vez na semana para dar avisos importantes. Somente em 2014, com a visita de professoras(es) da Universidade Federal do Cariri, conseguimos formação em comunicação. Em 2015, através do projeto A Voz da Juventude, começamos formação em três eixos: Agroecologia; Gestão Associativa; e Comunicação Popular. Antes, a juventude tinha pouca participação em encontros dos movimentos sociais. Com a formação, muitos jovens se envolveram nas ações e têm hoje fala mais atuante em espaços de organizações internas e externas.

Eu sou feliz é na comunidade, como diz nosso canto. Moro no assentamento porque acredito na luta. Gosto de viver no assentamento porque o jeito que a gente vive faz com que todas e todos tenham uma função social e política. O nosso jeito é diferente porque ele valoriza as pessoas. Trabalha a coletividade e não estimula a competição. Tudo é dialogado. Todos têm a palavra. O sistema vigente fora do assentamento desumaniza as pessoas. O assentamento é uma alternativa ao sistema. A alternativa não está fora. Está dentro do assentamento.

## Juventude 10 de Abril



Secretaria Especial do  
Desenvolvimento Social

Ministério da  
Cidadania



## Uma história de luta e resistência, uma mulher que tem resistido ao tempo



Dona Ana, aos 62 anos esbanja vitalidade. Agricultora e feirante diz **'Tenho orgulho de ser chamada de Agricultora!'** Foto: Nelzilane Oliveira

O primeiro encontro com Maria Ana (conhecida como Dona Ana) se deu em sua casa no Assentamento 10 de Abril no Crato - CE. A agricultora nos recebe e dá as boas vindas cheia de alegria. Antes de iniciar a linha do tempo e o mapa da comunidade ela já salta e diz **'Eu não sou letrada e não sei ler, mas sei das coisas.'**

Antes da produção da linha do tempo, que contou com a participação da equipe técnica da ACB, Dona Ana mostrou a produção do seu agroecossistema. As terras em que ela trabalha são área do Assentamento 10 Abril, fazem parte do coletivo, mas a produção de frutas, e hortaliças em 02 hectares desta terra é dela.

Em seu quintal ela possui um sistema Produção Agroecológica Sustentável (PAIS), criação de galinhas caipiras, porcos, gado, e sua roça. Ela nos mostra entristecida a roça de milho que este ano não vingou e teve perda de quase toda a produção por falta d'água. **'Isso nos deixa triste ver as plantações morrendo sem poder fazer nada'**, afirma a agricultora.

Dona Ana nasceu em 1953 no sítio Coités em Barbalha - CE. Ela conta que nasceu em tempos difíceis, que sua família era pobre e que moravam em terras de patrão. Em sua trajetória familiar esteve ligada a roça, mas em tempos de seca a família trabalhava no corte de cana-de-açúcar em Barbalha.

Casou ainda jovem, em 1974, com Joaquim Faustino e passou pouco tempo morando perto de seus pais. Em épocas de escassez de chuva ela e sua família, por vezes, saíram de suas terras por não ter trabalho nos períodos de seca. Moraram no Crato, em Fortaleza, e nessas andanças o trabalho com a terra ficou de lado e tanto ela quanto o marido passaram trabalhar com coisas da cidade. Dona Ana ganhava a vida como lavadeira e seu marido com 'bicos' que apareciam.

Dona Ana teve sete filhos/as mas, perdeu um, sua filha mais velha Maria Alzenir que por sua vez teve uma filha, Natalia Cristina, neta que foi criada como filha de Dona Ana. Seus filhos/as cresceram ao lado de uma mulher de luta. Em 1991 Dona Ana começa uma luta que teve com fruto o lugar que hoje mora.

O ano foi marcado pela coragem e força de mulheres, homens, crianças, jovens e idosos/as que partiram em busca de terra para suas famílias. Assim, neste ano, através de muita resistência por parte das famílias e instituições que apoiaram a luta surge o Assentamento 10 de Abril. As famílias passaram dias assentados no Caldeirão do Beato Zé Lourenço, de onde foram expulsos, após isso ocuparam o Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante no Crato. Foram dias tensos e de enfrentamento. Daí em diante a vida dos envolvidos nessa luta começa a tomar corpo, depois de conseguirem a terra que tanto sonhavam se desenhava na comunidade sua organização e produção.



O grupo fez a abertura no dia 17/05/2016 na apresentação da linha do tempo de Dona Ana. Foto: Nelzilane Oliveira..

O grupo Frutos e Raízes do Caldeirão é composto por jovens e crianças do Assentamento 10 de abril. Em 2015 o grupo recebeu capacitações e oficinas com o artista João do Crato através do Projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri, patrocinado pela Petrobras e executado pela ACB. O espetáculo foi elaborado pelo grupo com João do Crato conta a história da ocupação no Caldeirão. Dona Ana participou de todas as apresentações do grupo e diz se emocionar em cada uma delas.

Foram muitas lutas, a exemplo a ocupação no INCRA que durou 15 dias, e resultou na construção das casas do Assentamento. Além dos frutos de luta, o Assentamento também recebeu o apoio de instituições (ONGs, SSTTR Crato, URCA e Secretária de Agricultura do Crato). Estas trouxeram projetos para a comunidade. A ACB nos anos de 1992 a 1994 levou o Projeto de Mulheres, que incentivou a criação de pequenos animais.

Durante alguns anos a comunidade trabalhou em uma determinada área (que chamavam de baixio) onde Dona Ana e os demais começaram a produção de hortaliças, e aos poucos iniciaram a comercialização de seus produtos. Esta comercialização foi maior com a fundação da Feira Agroecológica no Crato, pela ACB. Dona Ana destaca a importância deste espaço *'A feira é minha vida, é muito importante de lá tiro meu sustento.'*



Dona Ana e seu filho Danilo, na Feira Agroecológica do Crato. A feira acontece semanalmente às sextas feiras na Rua dos Cariris 61, em frente a sede da ACB. Foto: Nelzilane Oliveira.

A vida de Dona Ana sempre foi 'sofrida' como ela mesma conta. Em 2014 as terras que ela trabalhava com hortaliças teve que ser desapropriada para a obra para a obra Cinturão das Águas do estado do Ceará, ela foi indenizada mas a perda foi além do financeiro.

No mesmo ano em que perdeu sua horta, Dona Ana foi selecionada para ser beneficiária no Projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri, projeto patrocinado pela Petrobras e executado pela ACB. Ela recebeu o Sistema PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável), com esse projeto segundo ela sua vida melhorou. O projeto ajudou ela a resgatar sua produção e a incentivou a continuar comercializando seus produtos na feira.

Em 2011, ela foi escolhida para participar de um série de entrevistas do Jornal o Povo, com o título "A vida entre a flor e a foice". Em 2014 recebeu do SESC o troféu Mulheres de Fibra do Crato, em homenagem ao dia das mulheres, a agricultora lembra **'Foi uma emoção tão grande, foi melhor que ganhar um carro na loteria. Estar ali no meio daquelas mulheres tudo importante e eu no meio me sentindo tão feliz'**

Ainda em sua trajetória de lutas, em 2015 teve a oportunidade de participar da 5ª Marcha das Margaridas em Brasília - DF. Smomento que ela coloca como uma das maiores experiências de sua vida. E com seus 62 anos participou da caminhada, segurando o painel do Cariri e bandeira. Sobre esta experiência, a agricultora ressalta: **'Se eu morresse hoje morreria feliz por ter tido saúde para chegar até aqui.'**



Dona Ana participou do I Festival Cearense de Sementes da Vida e III Encontro Estadual de Agricultores/as Experimentadores/as, o evento aconteceu do dia 04 ao dia 06/05 no Hotel da Fontes, no Caldas em Barbalha - CE. Sua participação se deu na mesa de Experiências de organização em rede, na tarde do segundo dia do evento. No mesmo dia do evento Dona Ana foi



Sua participação foi registrada no Boletim de Experiências do Projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri.

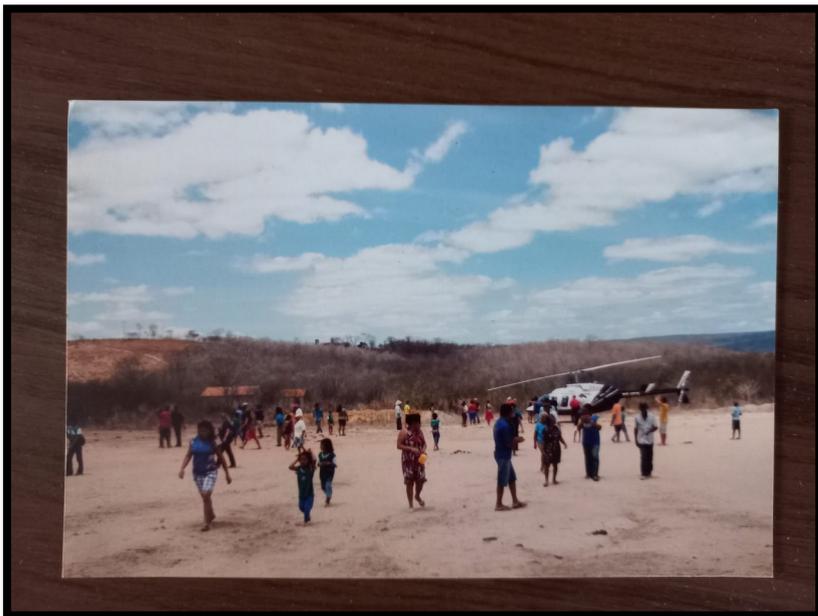
Realização



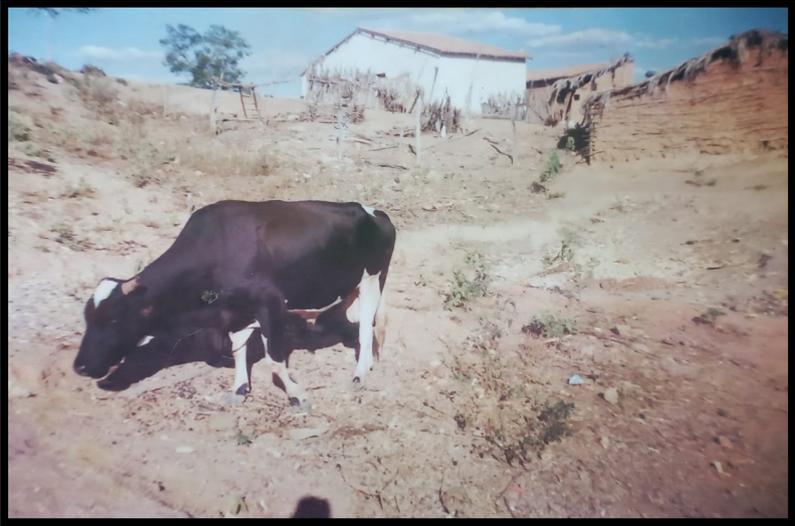
Apoio

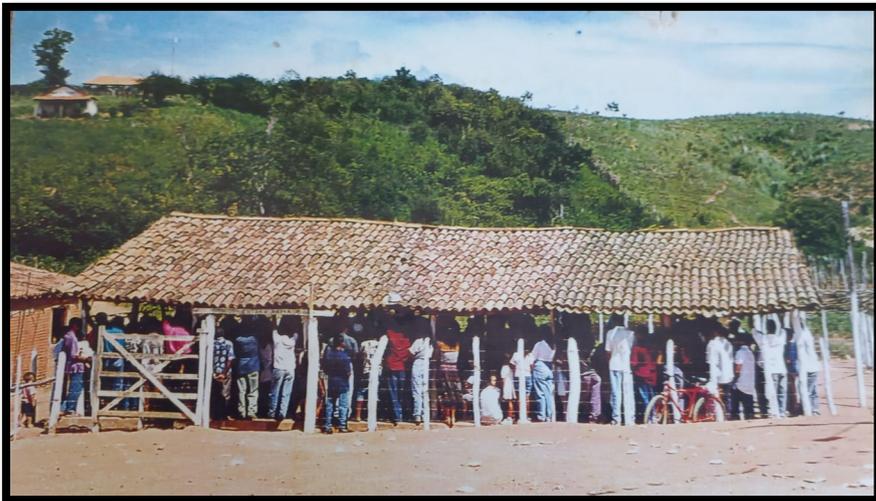


**Anexo 5: fotografias cedidas pelas moradoras do Assentamento**











**Anexo 6: Fotografias cedidas por Ana Roberta Duarte Piancó (Professora do Departamento de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA)**











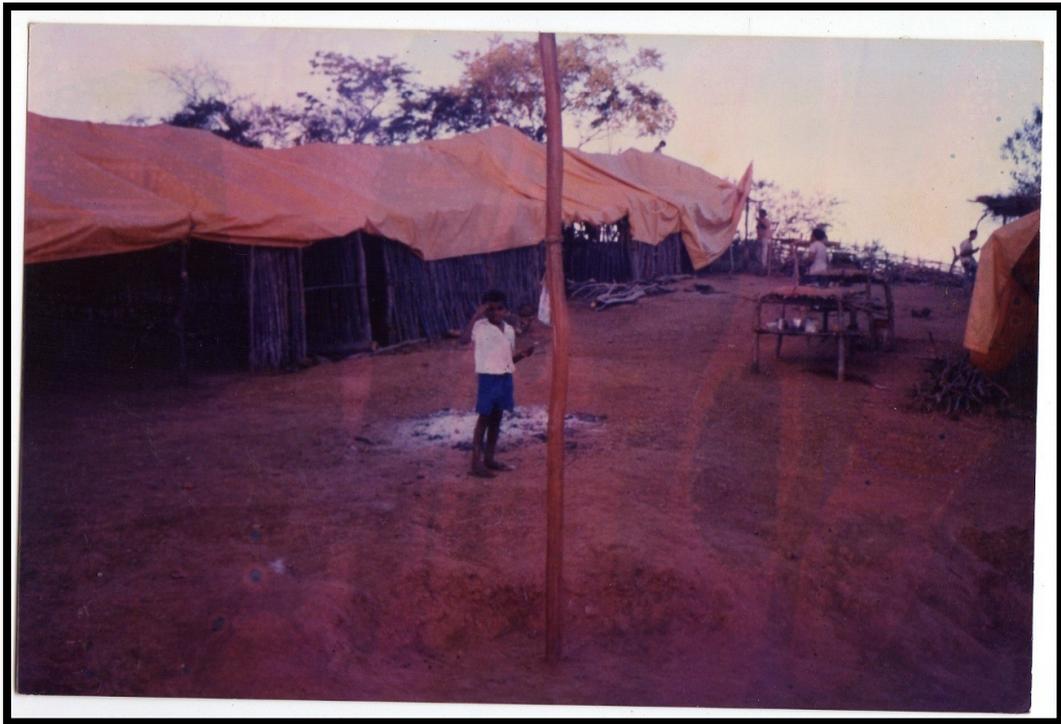
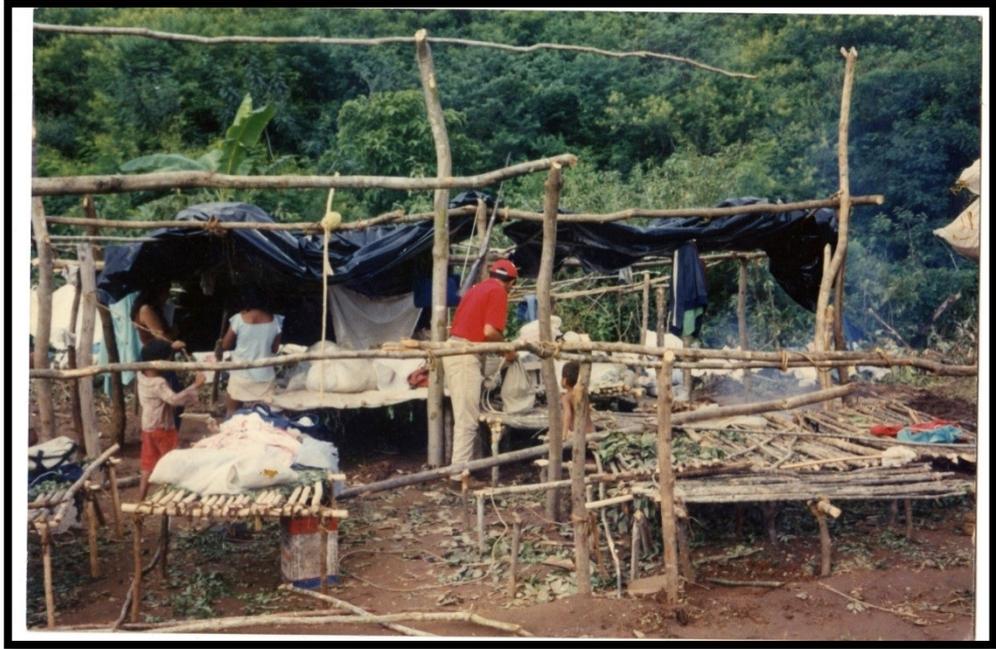
Dona Maria Filismina de Sousa, faleceu segundo a população aos 115 anos. Ela foi homenageada com o nome do Centro Cultural Maria Filismina de Sousa, no Assentamento Dez de Abril.

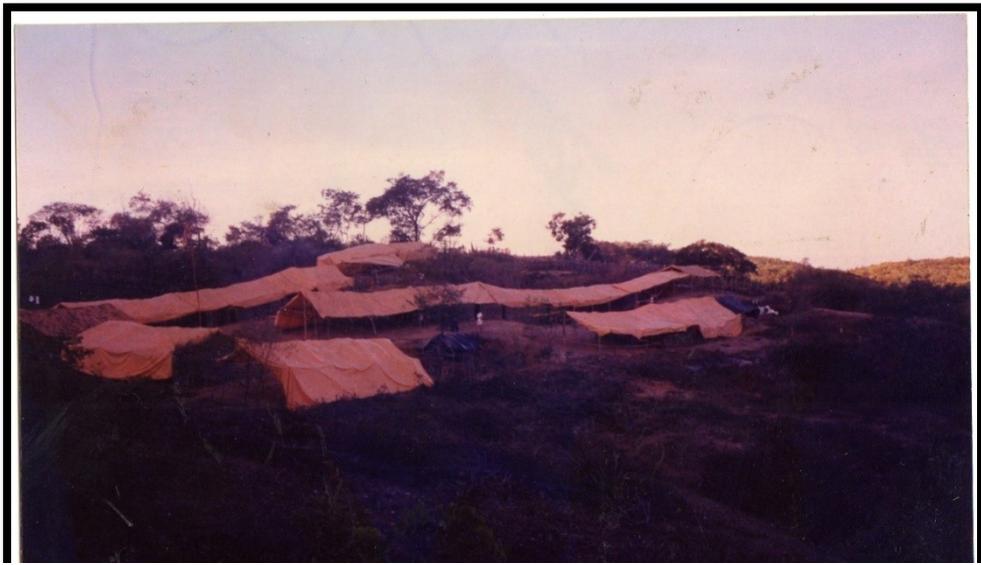


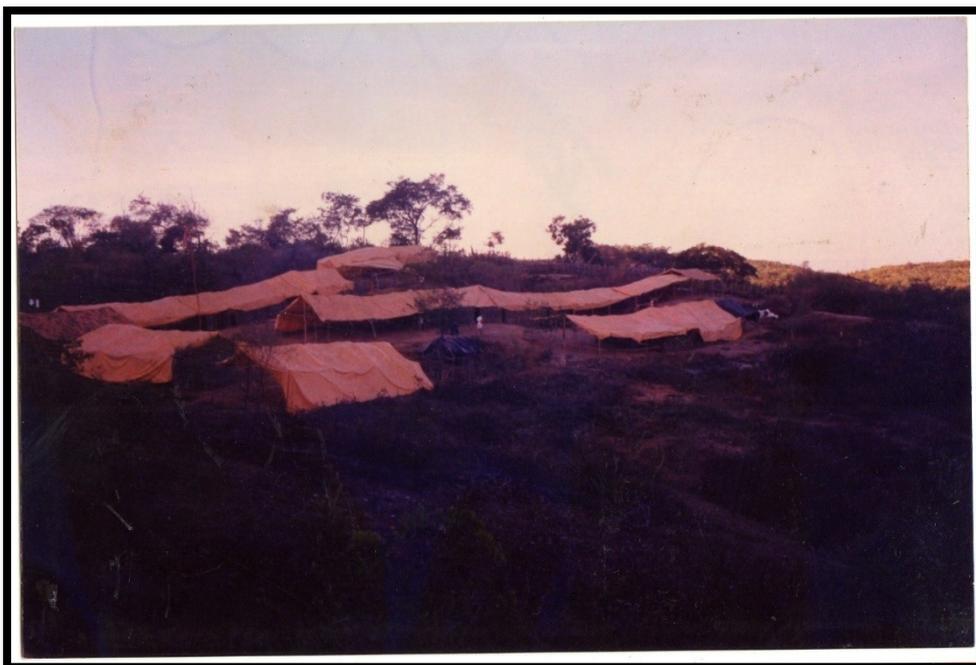


Barracão onde eram realizadas as reuniões.









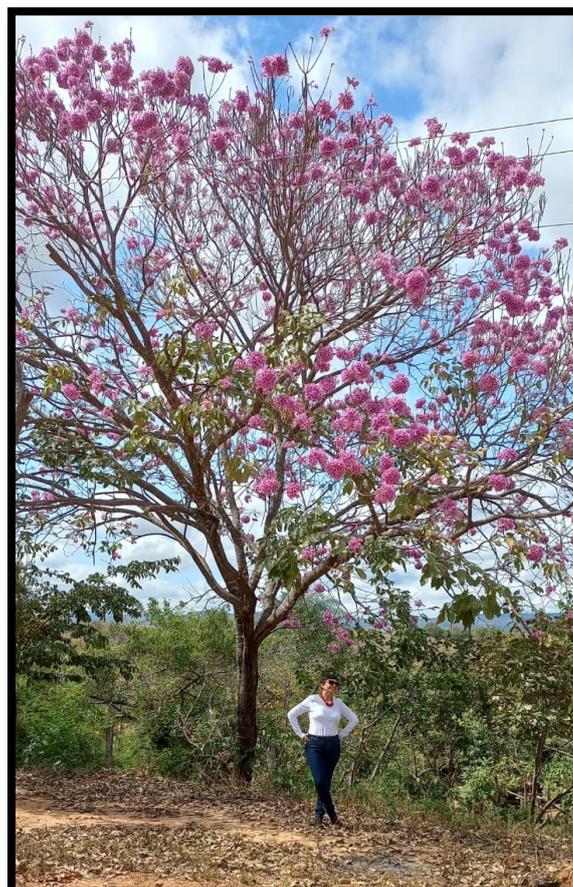
Igreja de Santo Inácio de Loyola, no Caldeirão, durante a ocupação em abril de 1991.



Igreja de Santo Inácio de Loyola, no Caldeirão, durante a ocupação em abril de 1991.



**Anexo 6: Fotografias do Arquivo Pessoal de Fátima Teles durante as entrevistas no Assentamento Dez de Abril**











Açude das mulheres construído através de projeto do grupo de mulheres com a contribuição e orientação da Associação Cristã de Base -ACB e uma Ong da Alemanha

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles



Açude das mulheres construído através de projeto do grupo de mulheres com a contribuição e orientação da Associação Cristã de Base -ACB e uma Ong da Alemanha, segundo contou dona Ana.

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022



Assentada

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles



Centro Cultural Maria Filismino de Sousa (Mãe Velha)

Fotografia cedida por José Antônio  
22 de outubro de 2022



Centro Cultural Maria Filismino de Sousa  
(Mãe Velha)

Fotografia cedida por José Antônio

22 de outubro de 2022

Autoria: Fátima Teles



Assentada

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles



Cisternas para retirada de sal da água. . Recebem água de um poço e passam pelo processo de dessalinização.

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles



Assentada

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles



Assentada

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles

Assentamento Dez de Abril



Foto retirada no Assentamento em julho de 2022

Câmera Samsung A32

Fonte: Paulo Cardoso

Autoria: Fátima Teles



Assentada

foto Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32. Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles



Dona Teresinha Félix e seu esposo  
Ex-moradores do Assentamento Dez de Abril  
Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um  
celular Samsung A32.  
Julho de 2022 Autoria : Fátima Teles



Uma residência no caminho de outra  
Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um  
celular Samsung A32.  
Julho de 2022



O antigo barracão para a realização das reuniões

Conservado como emblema

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles

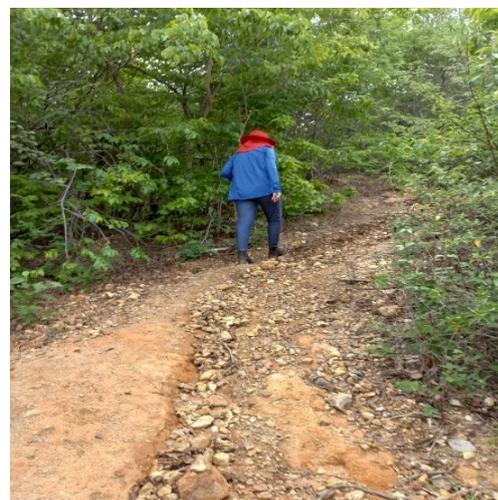


O chão sagrado

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles



Caminhos do Assentamento Dez de Abril em busca de residências

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles

Árvore da vida, com alguns nomes de pessoas que já se foram.

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

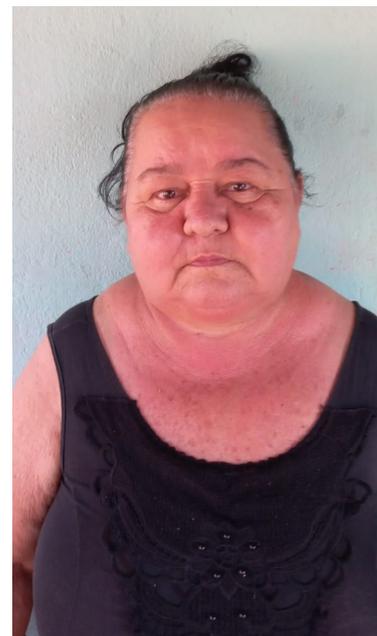


Assentada

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles



Assentada

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles



Capela São Vicente de Paulo

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles



Capela São Vicente de Paulo

Fonte: Paulo Cardoso numa Câmera de um celular Samsung A32.

Julho de 2022

Autoria: Fátima Teles